

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Felipe Santos Magalhães

GANHOU LEVA... DO VALE O IMPRESSO AO VALE O ESCRITO  
UMA HISTÓRIA SOCIAL DO JOGO DO BICHO NO RIO DE JANEIRO (1890-1960)

Rio de Janeiro

2005

Felipe Santos Magalhães

GANHOU LEVA... DO VALE O IMPRESSO AO VALE O ESCRITO  
UMA HISTÓRIA SOCIAL DO JOGO DO BICHO NO RIO DE JANEIRO (1890-1960)

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em História  
Social da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Luiz Bretas

Rio de Janeiro

2005

Magalhães, Felipe Santos

Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito. Uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)/ Felipe Santos Magalhães. Rio de Janeiro-RJ, 2005.

Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

Felipe Santos Magalhães

GANHOU... LEVA.  
DO VALE O IMPRESSO AO VALE O ESCRITO  
UMA HISTÓRIA SOCIAL DO JOGO DO BICHO  
NO RIO DE JANEIRO (1890-1960)

Tese de Doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em História  
Social da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como requisito parcial para  
obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

---

---

Aos *malandros maneiros*  
Mário (*in memorian*) e Altair

Aos seus filhos  
Marinho e Sandra

Para a vó Cecília (*in memorian*)

## AGRADECIMENTOS

Acho que esta deveria ser a parte mais fácil. Quero avisar que não há nenhuma hierarquização entre aqueles que aparecerem citados aqui, todos foram importantes para a realização desta tese e suas contribuições se foram imperceptíveis para vocês não o foram para mim.

Alguns amigos, em tom de pilhéria, disseram-me que eu estava fazendo ego-história. Se não tiver feito no texto, faço aqui. Sérgio Guerra, Kênia Rios e Fátima Ribeiro foram os responsáveis por dar vazão ao meu desejo de estudar um tema relacionado ao Rio de Janeiro. Através deles pude perceber que o ofício de historiador também deve ser exercido com a alma e que renunciar a este predicado tornaria meu caminho mais tortuoso. Ao final do trajeto, percebo que senão foi mais fácil, pelo menos foi mais gostoso.

Não posso deixar de lembrar com muito carinho e gratidão de Álvaro Nascimento, historiador de muito talento e sensibilidade que acompanhou esta pesquisa quando ela ainda era um projeto embrionário. Soube me orientar ainda em 1999, questionando meu trabalho, instigando minha capacidade, oferecendo-me dicas de leitura e sua preciosa amizade.

O Professor Marcos Bretas com sua generosidade acolheu minha pesquisa num momento muito difícil. Desde o início se mostrou solícito aos meus chamados e se mais não pôde fazer, foi porque o orientando não soube retirar dele todo o potencial que estava a minha disposição. Contudo, sem ele este trabalho não poderia ser realizado. Quero agradecer-lo também pelo auxílio prestado para que eu pudesse passar uma temporada de dez meses na Universidade de Essex, Inglaterra.

Quero agradecer à professora Marieta de Moraes Ferreira e ao professor Luiz Antonio Machado pelas críticas e aconselhamentos feitos durante o Exame de Qualificação. Espero poder ter conseguido incorporar as valiosas sugestões feitas em março de 2003.

De fundamental importância como historiadora e amiga foi a presença da Professora Andréa Daher. Em alguns momentos de muita dificuldade conseguiu me ajudar e fortalecer meu ânimo para que eu não esmorecesse. Sinto-me honrado em tê-la conhecido.

Também devo lembrar com carinho de todo o corpo docente do PPGHIS, que tanto se esforçam para oferecer aos alunos as melhores condições possíveis para que cada um possa defender sua dissertação ou tese.

Na minha estada em Essex jamais me esquecerei da ajuda que me foi prestada pelo Professor Mathias Assunção desde o primeiro em que cheguei à Inglaterra. Sem seu auxílio e sua presteza as coisas teriam sido mais difíceis para mim em terras desconhecidas. Espero que possamos continuar nos encontrando entre capoeiras e bicheiros, entre Rio de Janeiro e Colchester mais regularmente.

Se minha vida ficou mais fácil na Inglaterra devo isto aos amigos que por lá fiz. Em vários momentos me senti como se estivesse de volta aos tempos de graduação, descobrindo tudo aquilo que a vida universitária pode nos proporcionar. Assim, Guilherme Tângari, Caio Barbosa, Alex Crocco, Beatriz, Natalia, Nuno Torres, Chiara, Thiago, Jacopo Corrado, George, Lian Kun, Pun, Daniela Carreta e outros foram fundamentais para que as noites não fossem tão frias e solitárias como se anunciavam.

Aos amigos que fiz no PPGHIS, companheiros com os quais pude partilhar momentos de apreensão, angústia, alegria e euforia. Pena que a pós-graduação junta e separa tão rapidamente. As saudades de Meize Lucas e de Flávio Weissman já são grandes, assim como as do Pedro Paulo, da Fernanda e do Eduardo Newmann. Pelo menos temos a Anpuh que pode ajudar a diminuir a distância.

Antes que os amigos daqui fiquem com ciúmes, devo agradecê-los principalmente pela paciência que comigo tiveram pelos meses em que estive fora e nos outros em que estive trancado redigindo a tese. Agora, meus caros, estou voltando. Portanto, Luis Fernando, Alexandra, Antonio, Márcio, Kátia, Márcio Juniot, Maurício, Júlia, Luísa Fernanda, Marcelo, Dinha, Aline, Dener, Tia Janete e os que esqueci, muito obrigado.

A dois amigos devo fazer um agradecimento especial. Em primeiro lugar a Cícero César que me preparou competentemente para que eu pudesse ser aprovado no teste do IELTS e depois da minha volta, tornou-se um leitor fiel e dedicado, fazendo várias observações tanto de cunho lingüístico quanto historiográfico. Também agradeço a Fábio Barbosa pela sua amizade sempre presente, sua biblioteca sempre disponível e nossas discussões telefônicas sobre Câmara Cascudo, Direito e Portela.

Não posso deixar de agradecer às agências que financiaram esta pesquisa CNPq e CAPES, sendo que a segunda ainda me agraciou com a bolsa através da qual

eu pude passar 10 meses na Inglaterra. Sem este auxílio esta tese não seria possível. Também agradeço à Prefeitura do Rio de Janeiro pela licença concedida para que eu realizasse esta pesquisa.

Espero que meus familiares não se esqueçam do lembrete de lá de cima. Minhas irmãs Cris e Dani, sempre me incentivaram através do seu apoio e do certo orgulho que acabam demonstrando. Ambas me deram mais alegrias quando trouxeram ao mundo a Beatriz e a Lis. Acho que agora o padrinho vai ter mais tempo para vocês.

D. Sandra, minha mãe, nunca deixou de mandar para que eu continuasse seguindo em frente, mesmo que ela não entendesse muito bem o caminho. Se ela já o compreende eu não sei, mas pelo que me diz parece que está gostando. A ela agradeço aos carinhos de mãe e ao gosto pela culinária, que tem me rendido bons frutos nessa vida.

Meu avô Altair, além da amizade que nos une, foi fundamental tanto pelos depoimentos e esclarecimentos sobre o jogo do bicho, quanto pelos contatos que me ajudou a fazer. De certa forma, esta tese também é dele. Afinal, foi em função dele que eu conheci um ponto de jogo de bicho por volta dos meus dez anos de idade. Não que ele gostasse da minha presença por lá, não era um lugar para mim dizia ele. Mas, insistente sempre aparecia no trabalho dele e saía de lá com o lanche garantido.

Quero lembrar de Mário e Cecília. O primeiro pouco conheci, fui encontrá-lo no Arquivo Nacional em três processos. A segunda me faz muita falta, contudo seu sorriso continua me acompanhando.

Depois do susto, seu Mário continua nem tão firme, nem tão forte quanto antes, mas continua. A papai devo as entrevistas, com Milton, Aureo e Geninho, além de inúmeras tentativas para que eu chegasse aos banqueiros de bicho. Além de pai e amigo, agiu muitas vezes como um verdadeiro mecenas. Espero que o investimento tenha valido a pena.



Olha eu vou fazer dois pedidos a você de pai pra filho.  
Duas coisas que eu não quero que aconteça com você, porquê amanhã ou depois se  
você precisar de um amigo, vai ter um amigo prá ti socorrer. Então só tenho dois  
pedidos a te fazer: Meu filho, só não quero que você dê prá puto e prá ladrão, quanto  
restante... boa viagem!

Altair

(relatando seu diálogo com o pai no momento em que saiu de casa)

Eles acham que o contraventor ganha dinheiro fácil,  
num é fácil, é um dinheiro mais mole. Mas você passa  
seus calores e eu gostava de aparecer, não menosprezar as  
pessoas, gostava de aparecer! (...) Quando eu chegava  
todo mundo dizia:

- Tá chegando o homem do dinheiro.

Pronto, aí eu ficava todo satisfeito.

Milton Mineiro

## SUMÁRIO

SOLTANDO OS BICHOS .....	1
I - O INÍCIO DO JOGO DO BICHO: ENTRE O XIX e o XX.	
I.1 – O Jogo dos Bichos no Jardim Zoológico .....	8
I.2 – Primeiro permitir, depois reprimir .....	26
I.3 – Cavalos de crina, osso e pau .....	46
II - DA COMPANHIA DO BARÃO À <i>EMPRESA</i> DO BICHO	
II. 1 – Vale o impresso - Os “jornais de bicho” e os resultados na imprensa .....	58
II. 2 – Dos ambulantes aos banqueiros .....	81
III – A LOTERIA DOS SENTIDOS OU OS SENTIDOS DA LOTERIA	
III.1 – Entre o escândalo e o folclore .....	95
III.2 – Historiador da história brasileira do Brasil .....	121
III.3 – “Era apenas uma diversão ingênua que o povo danou e perverteu” .....	135
IV – TRABALHANDO NO BICHO	
IV. 1 – Uma possível etnografia do jogo .....	151
Nos “pontos de bicho” .....	152
Pelo telefone.....	160
Ofícios do jogo .....	165
A <i>empresa</i> do bicho .....	167
IV. 2 – Cercando pelos 7 lados: a perseguição ao jogo do bicho .....	171
IV. 3 – Os sentidos das práticas dos bicheiros ou do lado meio errado.....	190
VALE O ESCRITO .....	205
FONTES .....	210
BIBLIOGRAFIA.....	216

## RESUMO

Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 3 de julho de 1892. Neste domingo do inverno carioca foram inaugurados vários divertimentos no Jardim zoológico de propriedade do Sr. João Baptista de Vianna Drummond, o Barão de Drummond. O parque estava localizado no bairro de Vila Isabel, próximo às montanhas do Engenho Novo. Em função da ocasião especial, as companhias de bondes destinaram vagões especiais para transportar as autoridades até o local das festividades.

Ao passar pelos portões de entrada do zoológico, o visitante recebia um *ticket*. Neste bilhete estava impressa a figura representando um animal. Colocada a cerca de 3 metros de altura em um poste próximo a entrada do Jardim, havia uma caixa de madeira. Dentro dela estava escondida a gravura de um animal, escolhida entre uma lista de 25, incluindo o avestruz, a vaca, a borboleta e o crocodilo, entre outros. Neste domingo, às 5 da tarde, a caixa foi aberta pela primeira vez e todos puderam descobrir a identidade dos ganhadores do prêmio de 20\$000, vinte vezes o valor pago pelo ingresso. Tendo recebido a liberdade, o avestruz pôde fazer a felicidade de 23 sortudos visitantes.

Alguns dias depois de sua criação, a novidade passou a ser tratada como escândalo e o jogo do bicho foi posto na ilegalidade em abril de 1895. Proibido por lei continuou existindo como loteria ilegal. Por esta época os animais já haviam “pulado” os muros do zoológico do Barão e construído uma vida nas ruas da cidade. Logo incorporado ao mercado de loterias existentes, o jogo do bicho passou a ser intensamente explorado por *book-makers*, nos armazéns de secos e molhados, nos quiosques, nos mais diversos estabelecimentos comerciais e pelos vendedores ambulantes.

No período privilegiado para esta pesquisa, procurou-se construir uma trajetória para o jogo do bicho desde o início de sua exploração no Jardim zoológico até o momento em que a organização para a exploração do negócio em torno do bicho já estaria montada, estruturada e hierarquizada.

Legitimado imediatamente pelos apostadores e em função do Estado não conseguir definir claramente qual seria o *status* do jogo do bicho e daqueles que o exploravam e vendiam, esta loteria acabou cumprindo uma trajetória que a acabou colocando no espaço da fronteira entre o legal e o ilegal, a ordem e a desordem.

## ABSTRACT

San Sebastian of Rio de Janeiro City, July 3, 1892. In this carioca winter's Sunday were inaugurated many entertainments sponsored by the Zoological garden's owner, Sir João Batista de Viana Drummond, the baron of Drummond.

The park was placed in Vila Isabel, close to the Engenho Novo mountains. Due to the particular occasion, the *bonds* companies set up special wagons to carry the authorities and the common people in front of the Zoo.

Trespassing the Zoological garden's gates, the visitor received a *ticket*. In this ticket was printed a picture representing an animal. Fixed to a post about 3 meters high, next to the park's entrance, there was a wooden box. Inside that box had been hidden one of those pictures, chosen by the baron himself within a list of 25, including for instance the ostrich, the cow, the butterfly and the crocodile. That Sunday, at 5 PM, the box was opened for the first time and everyone finally discovered the mysterious animal and the identity of the winners of the 20\$000 reward, valuing about 20 times the ticket price. Once it had regained its freedom, the ostrich made 23 lucky visitors happy.

Anyway, three years after its creation, "o jogo dos bichos" already was forbidden by the law, and it managed to survive as an illegal lottery. At this time the animals could count on enough autonomy to keep on living outside the Baron's garden walls. That's because betting on the different animals had become a town habit and it was possible to buy *poules/tickets* in other places in the capital of the Brazilian Republic, different from the Zoo. So, shops owned by the Baron, book-makers agencies, dry goods stores and street peddlers, for instance, offered to the people the chance to win money with this game.

Neither illegality, nor the creation of a specific law included in the Lei de Contraveções Penais (1941) in order to punish its practice, could stop the animal betting. In this way, o jogo do bicho reached the middle of the XX century looking like an organized business, with functions and a well defined hierarchy. The aim of this thesis is to reflect on the experiences provided by the bicheiros (people working in this lottery) from the Rio de Janeiro street corners, selling luck or bad chance to the players, running from the police and trying to create different ways to survive in a society which purpose was their arrest, the same destiny accorded to the baron's animals.

## SOLTANDO OS BICHOS

A idéia de desenvolver um trabalho sobre o jogo do bicho de alguma forma sempre esteve latente em mim. Quando ingressei no curso de História da UFF trazia algumas inquietações que marcaram minha trajetória como aluno do Colégio Pedro II. Hoje consigo perceber que meu envolvimento com a política estudantil nos anos de 1980 acabaram me levando a querer compreender o mundo da política através das suas instituições formais e de seus principais personagens. Não foi à toa que quando iniciei meus dias como estudante universitário já tinha em mente o tema da monografia que me tornaria bacharel: Jânio Quadros.

Meu primeiro contato com Jânio se deu através da estranheza. Em seu segundo mandato como Prefeito de São Paulo, numa tentativa de diminuir os acidentes de trânsito na capital, sua estratégia foi expor os carros destruídos em alguns locais de ampla visibilidade como a Marginal Tietê, por exemplo. A partir daí procurei mais informações sobre ele e uma questão principal me incomodava. Como uma figura tão estranha como aquela poderia ter se tornado Presidente da República em tão pouco tempo e com tamanha votação? Não tendo conseguido resolver minhas dúvidas na graduação, passei ao mestrado. A ida para São Paulo me pareceu importante, pois lá teria acesso aos anais da Câmara e da Assembléia, lugares fundamentais para se compreender a ação janista até a renúncia. Tendo defendido a dissertação na PUC-SP em novembro de 1998, era natural que prosseguisse minha trajetória neste campo de estudos, contudo desejava voltar para o Rio de Janeiro.

Aprovado, logo depois, na seleção para o doutorado na universidade onde me formei como historiador com outro projeto sobre Jânio, passei a ser indagado por amigos pelo fato de não estudar um tema ligado ao Rio de Janeiro. E, de fato, estar ligado a uma pesquisa desde os tempos de graduação acabou tornando-se um peso para mim.

Na minha memória e de diletos amigos historiadores, Kênia Rios, Fátima Ribeiro e Sérgio Guerra, no famoso bar do Cardosinho, próximo ao prédio da PUC-SP, teria sido numa noite de inverno paulistano em junho de 1999 que acabei assumindo meu desejo de estudar algo ligado ao Rio de Janeiro e teria tomado a decisão de alterar o meu projeto de pesquisa. De Jânio Quadros ia para o “mundo da malandragem carioca”, de São Paulo retornava à casa.

Nos meses que se seguiram a esta “reunião” abandonei Jânio e escrevi um novo projeto. Seu título primeiro foi *Malandro inverga... mas num quebra*, no qual pretendia explorar o mundo de bicheiros e carteadores<sup>1</sup> na cidade do Rio de Janeiro. Estes dois universos sempre me fascinaram, a idéia do mistério e a idéia de viver do jogo e do ilícito de certa forma despertavam interesses e sensações. Em casa convivia com histórias constantes sobre o jogo. Devo esclarecer.

Meu avô paterno, meu avô materno e meu pai ligaram suas trajetórias de vida ao jogo do bicho e ao jogo carteadado. Pensar estes temas, seria de alguma forma tentar recontar o meu próprio passado e encontrar Mário e Altair num momento aonde eu ainda não existia. Provavelmente, eles não gostariam que o encontro se desse da forma que se deu.

O já falecido Mário, do qual tenho muito poucas lembranças, pude encontrar no Arquivo Nacional através dos processos em que esteve envolvido por praticar o jogo dos bichos. Em um destes pude ter contato com os bilhetes escritos por ele, apreendidos quando tentava se esconder da polícia dentro de uma loja de eletrônicos em São Cristovão.

Altair, para minha alegria, continua vivo e vívido. Além de poder “visitá-lo” no Arquivo Nacional posso vê-lo e falar-lhe constantemente. Seus depoimentos foram fundamentais para esta tese, além das pessoas que me foram apresentadas por ele com as quais pude conversar, sem gravar, demoradamente.

Outra figura fundamental para a tese foi meu pai. Através dele foi possível manter contato com os outros dois depoentes desta pesquisa, Milton Mineiro e Áureo. Milton foi amigo de meu avô Mário durante muitos anos e concordou em prestar um depoimento para mim. As ligações dele com Mário se deram mais no âmbito do jogo carteadado, embora os dois tivessem trabalhado no jogo do bicho. Áureo, antigo conhecido de meu pai e meu avô, desde os tempos de São Cristóvão continua morando na mesma casa que pertenceu ao seu pai. Sua trajetória no jogo de bicho se iniciou ainda nos anos de 1930 e foi encerrada apenas há alguns anos atrás.

Em função de problemas com a mudança do projeto de pesquisa na UFF, resolvi concorrer à seleção para ingressar no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Quando optei pela mudança, procurei o Prof.

---

<sup>1</sup> Os carteadores são funcionários das casas de jogo. Entre suas principais funções estão manipular o baralho, distribuir as cartas, organizar e disciplinar a mesa, além de recolher o barato (a comissão da casa) de cada rodada.

Marcos Bretas que desde o primeiro momento colaborou com o desenvolvimento desta pesquisa. Neste projeto apresentado percebi que trabalhar com bicheiros e carteadores não seria uma boa opção. Tendo que me decidir, fiquei com os bicheiros.

O trabalho que agora apresento traz algumas diferenças em relação ao projeto original. Primeiramente, a intenção inicial seria trabalhar com o jogo do bicho no período entre as décadas de 1940 e 1960, tendo como fonte principal de pesquisa os depoimentos orais. Contudo, algumas questões foram surgindo no decorrer da pesquisa.

Através das leituras dos livros voltados ao público acadêmico<sup>2</sup>, percebi que havia uma certa memória cristalizada sobre o jogo do bicho. Com poucas diferenças, a *história* era sempre a mesma. Em função de problemas para continuar mantendo o seu Jardim zoológico em funcionamento, posto que a subvenção anual oferecida pelo Imperador ao proprietário do estabelecimento, o Barão de Drummond, fora cortada no início da República, um tal mexicano Zevada teria “surgido” diante do Barão com a idéia da criação do tal jogo dos bichos. Seria uma adaptação do jogo das flores, bancado pelo próprio Zevada numa casa de apostas da Rua do Ouvidor. Tudo seria muito simples. Ao bilhete de entrada estaria vinculada uma loteria. Cada visitante teria no seu ingresso a estampa de um animal, ao fim do dia uma caixa seria aberta e um bicho, mostrado. Se o bicho do ingresso coincidissem com o da caixa, o visitante receberia 20 mil réis como prêmio.

Ao não buscar a interpretação da memória acerca do momento inicial do jogo do bicho, esta produção acadêmica assumia para si o discurso de Luiz Edmundo. Simone Soares afirma em seu livro que o jogo do bicho teria crescido rapidamente no início do século como uma “epidemia”, tanto que “as apostas no jogo do bicho ultrapassavam os gastos com os mantimentos”<sup>3</sup>. Mais adiante, a mesma autora afirmaria que o título de Barão dado a Drummond seria uma espécie de “consolo” em

---

<sup>2</sup> Ver DaMATTA, Roberto & SOÁREZ, Elena. *Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999; HERSCHMANN, Micael & LERNER, Katia. *Lance de sorte: o Futebol e o Jogo do bicho na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993; SOARES, Simone Simões. *O Jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993; MEIRA, Selena de Mattos. *Jogo do Bicho: a resistência pela transgressão*. Rio de Janeiro: UERJ, Dissertação de Mestrado (PPGH/UERJ), 2000.

<sup>3</sup> Simone Simões. *O Jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. pp 22-23.

função de um requerimento não atendido e assume como seu discurso o pensamento de Luiz Edmundo:

A idéia do Barão, cujo objetivo era única e exclusivamente angariar fundos para manter seu zoológico em funcionamento, transforma-se em um apaixonante jogo (...) <sup>4</sup>

Perceber o Barão de Drummond preocupado apenas com o caráter lúdico de seu empreendimento e atribuir à população do Rio de Janeiro a paixão pelo jogo que teria “desvirtuado” os interesses primeiros do nosso “consolidado” Drummond, é reproduzir o discurso de Edmundo e assumir suas memórias como algo dado. Segue esta mesma linha o trabalho de Micael Herschmann e Kátia Lerner, intitulado *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na belle époque carioca*. Ao abrir o capítulo voltado ao jogo do bicho, os autores buscaram inspiração nas memórias de Edmundo para contar como a loteria foi criada. Assim como Simone, creditam ao Barão as honras de ter transformado o jogo do bicho numa loteria de sucesso. Não pelo seu lado empresarial, mas por outros atributos:

O rápido sucesso alcançado pelo bicho pode ser creditado, em parte, ao Barão de Drummond. Dono de um senso de ironia muito cativante, soube, ao lado de M. Zevada, explorar com muito humor a expectativa que antecede o sorteio, introduzindo a prática do palpite. <sup>5</sup>

Acredito que a importância de Drummond para o jogo do bicho tenha se dado por motivos diversos aos apresentados por Herschmann e Lerner. Neste sentido, é importante destacar o caráter empreendedor do Barão, a aura de estabelecimento útil e agradável em torno do Jardim zoológico e a estratégia de se colocar os bilhetes de entrada à venda longe dos portões de acesso ao parque. Este Drummond citado pelos autores é fruto das memórias de Edmundo, cujo interesse principal seria desvincular a figura do Barão de Drummond aos efeitos “viciosos” do jogo.

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 195.

<sup>5</sup> HERSCHMANN, Micael & LERNER, Katia. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993. p. 63.



Elena Sóarez<sup>6</sup> em sua Dissertação de Mestrado também acabou caindo nas armadilhas preparadas por Luiz Edmundo. Para ela, a possibilidade de Drummond poder explorar o jogo do bicho no zoológico também foi aberta pelo corte da subvenção anual pelo recém instalado governo republicano. E a concessão teria surgido como uma espécie de compensação.

Se, por um lado, este momento inicial era pouco explorado, optando-se pela reprodução do discurso do memorialista, por outro há uma tendência de se perceber o jogo do bicho como resistência, numa tentativa de heroicizar o objeto de estudo. A primeira aproximação se dá pela idéia de uma contraposição da cultura popular, expressa pelo jogo do bicho, ao Estado e ao capitalismo.

Selena Meira<sup>7</sup> expressa isto muito claramente em sua Dissertação de Mestrado: *Jogo do bicho: a resistência pela transgressão*. Desde o título a autora expõe sua perspectiva, que fica mais explícita com o primeiro capítulo: “Jogo do bicho: símbolo da resistência popular”. Sem se preocupar em refletir sobre a categoria resistência, Meira parte do princípio de que a prática desta loteria ao se contrapor às tentativas do Estado em exterminá-la deveria ser categorizada como tal. Neste sentido, ao percebermos que ainda hoje continua se apostando no bicho, há a sugestão de que desta luta a cultura popular teria saído vencedora. Ao não problematizar a categoria resistência e ao elevar a loteria ao *status* de símbolo, sua análise perde força.

Apesar de importantes avanços na proposta para se estudar o jogo do bicho - não percebê-lo como fruto da alienação do povo e tomá-lo como elemento da cultura, Roberto DaMatta não conseguiu esconder seu fascínio pelo “mundo onírico dos bichos” e preferiu adotar o discurso da exaltação da cultura popular. Para ele o jogo do bicho seria capaz de apresentar

“a essa ordem fundada no mercado, na quantidade, no individualismo, na ‘ética do trabalho’, na impessoalidade e no utilitarismo (...) uma **alternativa deslumbrante**, ao mesmo tempo pública e doméstica, aberta e hermética”.<sup>8</sup> [grifo meu]

---

<sup>6</sup> SOÁREZ, Elena. *Jogo do bicho, um totemismo carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 1992.

<sup>7</sup> MEIRA, Selena de Mattos. *Jogo do Bicho: a resistência pela transgressão*. Rio de Janeiro: UERJ, Dissertação de Mestrado (PPGH/UERJ), 2000.

<sup>8</sup> DaMATTA, Roberto & SOÁREZ, Elena. *Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 28.

Ao pensar fundamentalmente na questão totêmica, DaMatta deixou de perceber em seu ensaio alguns aspectos importantes, como a constituição de uma organização que se apropriou desta loteria, retirando dela vultosos lucros. Ao valorizar o jogo do bicho como “carnavalização do capitalismo”, o autor deixou de refletir sobre a possibilidade de se pensar esta “instituição” como “empresa”, enfraquecendo sua análise.

Ao perceber que a história do início do jogo do bicho se repetia indefinidamente e que alguns autores acadêmicos acabavam incidindo em alguns estereótipos, me vi obrigado a mudar o eixo temporal da pesquisa e o foco de análise. Deste modo, me vi obrigado a recuar até os momentos da fundação do Companhia do Jardim Zoológico de Vila Isabel, presidida pelo, então, Comendador João Baptista de Viana Drummond. Através da documentação consegui surpreendê-lo através de requerimentos e petições enviados à Câmara Municipal que via com muito bons olhos a fundação de um “estabelecimento útil e agradável” numa cidade que deveria ser civilizada.

Ao perceber que as memórias de Luiz Edmundo traziam imprecisões flagrantes e que estas imprecisões marcaram a produção acadêmica sobre o jogo do bicho, procurei refletir sobre este autor e sobre o capítulo “Jogadores e Jogatinas”. Assim, se as memórias dos bicheiros continuavam me interessando, outras memórias também passavam a fazer parte das minhas preocupações. Foi só a partir do contato mais intenso com as fontes, que a organização e escritura desta tese se fez possível.

No capítulo primeiro, procurei refletir sobre o momento inicial do jogo do bicho no Jardim zoológico e o processo de expansão de um mercado voltado para as diversões vivido pela cidade no período entre a última década do século XIX e a primeira do século XX. Entre avanços e recuos, uma política pouco coerente foi criada pelas autoridades municipais no sentido de se decidir sobre quais divertimentos seriam permitidos no Rio de Janeiro. Preocupados com a ordem pública, mas em modernizar e civilizar a capital, muitas vezes o Poder Público Municipal se viu embaraçado para definir o que seria “bom” ou “ruim” para a cidade e sua população.

No segundo capítulo, a questão principal gira em torno da consolidação do jogo do bicho como uma loteria importante, no âmbito deste mercado de lazer. Para isso, reflito sobre os “jornais de bicho” que circularam pelas primeiras décadas do século XX, trazendo palpites, interpretações de sonhos e tabelas estatísticas. No item seguinte, tive como objetivo pensar como a cidade do Rio de Janeiro estaria

“preparada” para acolher e explorar o jogo do bicho em função de uma rede articulada anteriormente à criação desta loteria, de agências lotéricas, variados estabelecimentos comerciais e vendedores ambulantes de bilhetes.

Na penúltima parte da tese investiguei os sentidos atribuídos ao jogo do bicho por literatos, memorialistas e folcloristas procurando perceber as nuances e perspectivas dos autores listados. Luiz Edmundo, como formulador da principal memória em torno do jogo, ganha destaque especial. Dois itens são destinados a ele. No primeiro abordarei alguns aspectos biográficos do autor e a sua obra *O Rio de Janeiro do meu tempo*, tendo como foco os temas principais tratados por ele neste livro. Em seguida me atendo especificamente ao capítulo “Jogadores e Jogatinas”, no qual Edmundo escreve suas memórias e suas impressões acerca do bicho. Ao propor esta análise, objetivei desconstruir o seu discurso sobre esta loteria e os personagens envolvidos com a sua criação.

O último capítulo é destinado aos bicheiros. Primeiramente, procurei refletir sobre algumas de se praticar o jogo do bicho, procurando fazer uma etnografia da organização imposta ao jogo pelos seus exploradores. Em seguida, a partir dos depoimentos prestados a mim por três bicheiros, Altair, Milton Mineiro e Áureo tive como objetivo discutir o processo de perseguição ao jogo do bicho em função da perspectiva dos trabalhadores do bicho. Assim, seriam os bicheiros trabalhadores? Vagabundos? Malandros? Como estes sujeitos perceberam suas trajetórias de vida dentro da contravenção? Como estes sujeitos construíram suas memórias acerca do jogo do bicho?

Na conclusão, utilizei a metáfora do **vale o escrito** para refletir sobre relações entre apostadores e o Estado, ordem e desordem, honra e ética.

# CAPÍTULO I

## O INÍCIO DO JOGO DO BICHO ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

### I.1 – O JOGO DOS BICHOS NO JARDIM ZOOLOGICO

Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 03 de julho de 1892. Neste domingo de inverno carioca foram inaugurados vários divertimentos na empresa do Jardim Zoológico, de propriedade do Sr. João Batista de Viana Drummond, o Barão de Drummond. O parque estava localizado no “pitoresco bairro de Vila Isabel”<sup>9</sup> na encosta da serra do Engenho Novo. Por ser um dia especial, as companhias de *bonds* colocaram carros especiais para levar o público e os convidados até as dependências do parque.

Esbanjando a cordialidade de um nobre, associando-a aos interesses de um empresário, o Barão recebeu seus ilustres convidados, entre os quais o vice-presidente da República, cuja presença foi saudada por todos com um brinde à mesa do jantar<sup>10</sup>. No agradável passeio, tendo em vista o clima ameno e a satisfação de todos, o Barão e seu gerente Manoel Zevada apresentaram-lhes as dependências do Jardim. Além das jaulas, gaiolas e viveiros presentes em qualquer empreendimento deste porte, a empresa de Drummond contava com um hotel “nas melhores condições, um magnífico restaurante e tinha em construção um grande salão especial para concertos”<sup>11</sup>.

Além destas atrações o público poderia passar o seu tempo divertindo-se em animados bailes públicos, com circo de cavalinhos e variados espetáculos, além de poder apostar em alguns jogos liberados para aquelas dependências, com o intuito de ajudar a manter o parque em funcionamento e contribuir para a modernização da

---

<sup>9</sup> *Jornal do Brasil*, p. 5, ed. de 04 de julho de 1892.

<sup>10</sup> *Ibidem*.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

cidade. Havia bilhar, carteadado, jogo da pelota, frontão e outros. No entanto, como havia dito este domingo era especial, um novo divertimento estava para ser inaugurado.

Ao comprar o ingresso de entrada para o Jardim zoológico, o visitante passaria a receber um *ticket*. Neste estaria impresso a figura de um animal. Pendurada num poste a cerca de 3 metros de altura, próxima ao portão de entrada do parque, estava uma caixa de madeira. Dentro desta ficava escondida a gravura de um animal, escolhida pelo Barão dentre uma lista de vinte e cinco bichos que ia da avestruz à vaca, passando pela borboleta e pelo jacaré. Neste domingo às 5 horas da tarde a caixa seria aberta e todo o público presente poderia afinal, descobrir o animal encaixotado e saber se teria direito ao prometido prêmio de 20\$000, vinte vezes o valor gasto com a entrada para o zôo. Na hora marcada, o Barão dirigiu-se até o poste, revelou a avestruz e fez a alegria de 23 sortudos visitantes.

\* \* \* \* \*

Como foi dito, o jogo dos bichos teve sua primeira extração em julho do ano de 1892, mas pode-se dizer que sua história começaria alguns anos antes, por volta de 1884, quando o então Comendador Drummond se dirigiu à Câmara Municipal solicitando permissão para dotar a capital do Império de um Jardim zoológico a ser localizado no nascente bairro de Vila Isabel.

Com a perspicácia de um ativo empresário envolvido numa série de atividades econômicas e financeiras, o Comendador resolveu investir num parque de animais<sup>12</sup>. Quando do envio de sua petição à Intendência, Drummond já era um conhecido e respeitado empresário da corte, tendo vários investimentos como veremos adiante. A abertura do zoológico poderia render bons frutos. Em primeiro lugar seria um elemento capaz de valorizar o bairro; em segundo lugar, a Companhia Ferro Carril

---

<sup>12</sup> Brasil Gerson comenta que José Antônio Alves do Souto seria proprietário de uma chácara localizada na Rua Monte Alegre, quase na esquina com a Rua do Riachuelo, na qual haveria um pequeno Jardim zoológico, o “Jardim zoológico do Souto”. Cf. GERSON, Brasil. GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000. p. 333.

Vila Isabel seria a principal responsável pelo transporte do público, além dos lucros que adviriam das rendas da bilheteria e de outras instalações como o restaurante, por exemplo. Além de todos estes fatores enumerados, gostaria de acrescentar o desejo da Câmara em propor a modernização e conseqüente “civilização” da cidade, com uma indústria capaz de oferecer vantagens físicas, morais e intelectuais para a população.<sup>13</sup> A historiadora Amy Chazkel nos fala um pouco sobre o Barão de Drummond em sua tese:

O futuro Barão transformou os trocados que o pai havia lhe dado numa pequena fortuna através das mais diversas formas de especulação financeira. Ele jogava na bolsa de valores do Rio de Janeiro, que começava a modernizar-se. Tornou-se sócio do mais poderoso banqueiro brasileiro, o Barão de Mauá. Possuía uma grande quantidade de ações no sistema interregional de estradas de ferro, recentemente privatizado. E então, envolveu-se num novo tipo de especulação, a especulação imobiliária na periferia da cidade.<sup>14</sup>

Dentre tantos investimentos, Drummond era fundador da Companhia de *bonds* de Vila Isabel e portanto, preocupado em abrir vias neste bairro com subvenção pública. Para as pessoas chegarem ao Jardim zoológico, localizado no bairro de Vila Isabel, seria necessário tomar os veículos da companhia do Barão. Pode-se dizer que o espírito empreendedor do Barão foi uma de suas características mais marcantes. Entre outros investimentos, ainda era proprietário da maior parte das terras do recém-inaugurado bairro de Vila Isabel, acionista do Jornal do Brasil<sup>15</sup> e sócio da Companhia

---

<sup>13</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-63, fl. 10-11.

<sup>14</sup> CHAZKEL, Amy. *Laws of chance: urban society and the criminalization of the jogo do bicho in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1941*. New York: Yale University, PhD dissertation, 2002. p. 30. A íntegra original da citação diz: “The future baron parlayed the pocket full of change his father had given him into a small fortune, first dabbling and then immersing himself in the various forms of financial speculation of his day. He played Rio’s stock market, which was just beginning to modernize. He formed an investment partnership with Brazil’s most powerful banker, the Baron of Mauá. He possessed a major share in the newly privatized interregional railroad system. And then, he became involved in a new type of speculation – the purchasing and developing of land at the periphery of the city.”

<sup>15</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. 4ª ed., São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1999.

Arquitetônica<sup>16</sup>. Esta Companhia foi criada por Drummond e seus sócios, Visconde de Silva, Barão de S. Francisco Filho, Bezerra de Meneses e Temístocles Petrochino<sup>17</sup>. O principal objetivo da empresa era urbanizar e lotear a antiga área da Fazenda do Macaco, transformando-a no bairro de Vila Isabel. Assim, pode-se pensar no Jardim zoológico como um espaço construído com o objetivo de valorização do bairro. Se por um lado, proporcionaria uma distração aos moradores, por outro, representaria mais um elemento de modernidade. Como a Companhia Arquitetônica era vizinha ao empreendimento, é de se supor que tenha *cedido* parte de seus terrenos, para a instalação do zoológico<sup>18</sup>.

Neste raciocínio pode-se surpreender Drummond como um sujeito capaz de articular uma imensa rede de empreendimentos e de sociedades, inclusive algumas voltadas para o nascente mercado das diversões, dentro do mais puro espírito empreendedor capitalista e, por quê não dizer, moderno.

Drummond aliava seus interesses comerciais a um determinado espírito público. Sabedor que a Capital Federal almejava sua modernização, tendo como inspiração as grandes capitais européias, o Comendador não deixaria de utilizar em sua estratégia de convencimento dos Intendentes Municipais, argumentos capazes de fazer ver aos ilustres vereadores a utilidade de tal empreendimento na cidade do Rio de Janeiro, para a concretização dos ideais de modernização da capital do Império.

Ao mesmo tempo em que mostrava um espírito empreendedor e modernizante, mantinha-se atrelado aos resquícios de uma economia movida por privilégios e concessões, constituindo mais um exemplo do liberalismo brasileiro, onde o capital procura receber benefícios do poder público. As duas condições propostas por ele em sua petição inicial para a abertura do Jardim, ressaltam este aspecto: a inexistência da livre concorrência e a isenção de impostos por décadas. Não se trata de propor um julgamento sobre a figura de Drummond, mas de sugerir que ao lado de seu espírito público havia um empresário capaz de perceber as demandas sociais e de capitalizar sobre elas.

A petição inicial do Comendador Drummond para a abertura do zoológico torna-se um documento importante para refletir sobre os aspectos abordados acima.

---

<sup>16</sup> GÉRSO, Brasil. Op. cit. p. 359

<sup>17</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>18</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, Códice 15-4-60, fl 5.

Na tentativa de convencer os “Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Corte”, escreveu Drummond:

que desejando dotar esta capital com um Jardim zoológico, há muito reclamado como necessidade à capital do Império não só como motivo de **embelezamento**, mas principalmente pelos elementos de **estudo** que tal estabelecimento proporcionará e não podendo fazê-lo sem licença da Ilustríssima Câmara, vem respeitosamente solicitá-la, do modo seguinte:

O abaixo assinado compromete-se, por si ou por empresa que organizar, a fundar no bairro de Vila Isabel um Jardim Zoológico, conforme a planta que em tempo apresentará para ser aprovada, mediante as seguintes condições:

1ª Isenção de todos os direitos municipais com referência ao mesmo estabelecimento.

2ª Que a Ilma. Câmara atendendo as consideráveis despesas que exigem a fundação e custeio de um JZ, não conceda licença para estabelecimento congênere dentro da área do Município – durante 30 anos – a contar da data da inauguração.

Obriga-se o proponente:

1º A construir o referido jardim e abri-lo à concorrência pública, dentro do prazo de dois anos contados da data da aprovação da planta.

2º Franqueá-lo à concorrência mediante o pagamento de uma entrada nunca superior a 1000 réis por pessoa, reservando-se o direito de reduzir o preço de entrada nos dias em que a empresa julgar conveniente.

3º Permitir o ingresso gratuito, uma vez por semana, aos alunos de quaisquer dos cursos dos estudos superiores que se apresentarem acompanhados dos respectivos professores, determinando-se no contrato o número de horas em que o jardim será fechado ao público, para que os estudantes possam fazer seus trabalhos de estudos, livres da concorrência e embaraços dos visitantes.

No intuito de melhorar e aperfeiçoar as raças de animais domésticos, o proponente ou a empresa que organizar fará anualmente uma ou mais exposições para os quais concorrerá com prêmios de animação, de acordo com as vantagens que a empresa puder auferir, ficando-lhe salvo o direito de elevar a 2\$000 por pessoa no máximo o preço da entrada enquanto durarem as exposições.<sup>19</sup>

Esta petição, datada de 25 de agosto de 1884, é a primeira consulta de Drummond à Câmara com o objetivo de abrir o Jardim zoológico. O Comendador a inicia solicitando privilégio de trinta anos para o seu parque e a isenção de impostos, por um prazo não determinado. Contudo, isto não parece ter sido uma dificuldade no

---

<sup>19</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, Códice 15-4-62, fl 2 e 3.



momento de se conseguir a licença para a construção e posterior funcionamento do zoológico.

Se as duas condições requeridas são importantes para a aceitação do pedido, não se pode esquecer de dois aspectos fundamentais da petição, os argumentos de que tal empreendimento seria útil tanto à beleza quanto ao aspecto científico da cidade. A utilização de tal estratégia de convencimento não era particularidade de Drummond. Em vários outros pedidos para a abertura de estabelecimentos voltados para a diversão do público carioca, pode-se notar o uso de tal apelo. Sempre notando-se que os referenciais de beleza e ciência destes empresários, não estavam aqui, mas na Europa.

Como veremos, no terceiro capítulo, estes aspectos ressaltados por Drummond em sua petição inicial enviada à Câmara para a construção do Jardim zoológico serão abordados por Luiz Edmundo<sup>20</sup> e reelaborados no sentido da construção da figura do Barão de Drummond, quando o cronista procurou descolar a imagem do Barão da de “criador” do jogo do bicho.

No mesmo suporte do pedido está o parecer do Engenheiro da Câmara, responsável por oferecer o apoio técnico solicitado pelos edis. Sua opinião não deixa dúvidas quanto à importância do empreendimento para o embelezamento e engrandecimento físico e moral da capital do Império, de acordo com os critérios desta Casa. Neste parecer oferecido à Câmara, quatro dias após a petição inicial de Drummond ter sido protocolada, escrevia o engenheiro:

É de suma vantagem a fundação de um Jardim Zoológico nesta cidade, onde nem sequer temos um em pequena escala. É proposição esta quase axiomática.

A idoneidade do peticionário é sem dúvida uma garantia para a realização do melhoramento: é conhecida a atividade e a iniciativa do Dr. Comendador Drummond. Cumprindo-me, porém, informar sobre a presente petição, julgo de meu dever submeter à consideração de Vossas Excelências as seguintes observações:

A petição estando desacompanhada de plantas e memórias descritivos do projeto, torna-se insuficiente, portanto, de informações e esclarecimentos sobre a parte técnica e científica da construção.

Não será isto, entretanto, motivo para condenar a [pretensão] porque o peticionário se compromete a apresentar tais documentos se a Ilma. Câmara fizer a concessão.

---

<sup>20</sup> EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Conquista, 1957. Vol. 4, cap. XXVIII.

Estudando as condições indicadas pelo suplicante, nenhuma dúvida me ocorre, senão quanto à segunda, que, [ilegível] um privilégio [ilegível] por 30 anos (...).<sup>21</sup>

O parecerista demonstrava não ter dúvidas em relação aos benefícios que um empreendimento deste porte poderia trazer para a cidade, tendo em vista a inexistência de um estabelecimento deste tipo na capital federal, segundo ele. Os principais argumentos colocados pelo engenheiro da Câmara para aprovar o pedido referem-se à idoneidade, à atividade e à iniciativa de Drummond. Tanto que nenhum tipo de documento mais completo sobre a pretensão de se construir o Jardim havia sido enviado à Câmara no sentido de oferecer maiores subsídios para que os vereadores aprovassem ou não o pedido. Ou seja, era apenas uma petição, não um projeto. Nem a falta de uma proposição detalhada foi entrave, pois a palavra do Comendador em oferecer toda a documentação pedida em caso de aprovação da Câmara já seria suficiente para a aprovação do pedido.

De fato, o único problema existente na visão do engenheiro era com respeito ao prazo do privilégio. Mesmo com dificuldades de leitura, pois algumas palavras estavam ilegíveis, ele referia-se à segunda condição colocada por Drummond para a abertura do Jardim zoológico. Sem demorar-se muito, o engenheiro argumenta que 30 anos seria um período demasiado longo e aconselha a casa a repensar este prazo. E o tempo da exclusividade efetivamente foi modificado quando da assinatura do contrato entre o Comendador Drummond e a Ilustríssima Câmara.

Todo o trâmite entre o envio da petição e a assinatura do contrato celebrado entre João Baptista Vianna Drummond e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro durou menos de duas semanas. Em 5 de setembro de 1884, foi firmado o instrumento jurídico que concedia ao Comendador ou à empresa por ele estabelecida o direito de abrir um Jardim zoológico na capital do Império, gozando de um privilégio de 25 anos para tal<sup>22</sup>. Tal rapidez pode ter sido fruto tanto das boas relações de Drummond com os vereadores, quanto da simbologia presente na idéia de se criar um estabelecimento deste porte na cidade.

---

<sup>21</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim zoológico, código 15-4-62, fl 2 e 3.

<sup>22</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-60, fl 2 e 3.

Para satisfazer as condições pedidas por Drummond, exclusividade do exercício da indústria e isenção de quaisquer impostos sobre o Jardim, ambos por longos prazos, a Câmara também apresentou as suas exigências e as colocou no contrato. Se anteriormente foi dito que a estratégia do nosso comendador-empresário era apelar para a beleza e a ciência, pode-se perceber a preocupação da Intendência com estes aspectos. Das doze cláusulas, cinco se referem a tais pontos:

Segunda - Na fundação deste estabelecimento guardará todos os preceitos da **arte moderna** e distribuirá os diferentes tipos animais de acordo com a melhor classificação, guardando no tratamento as prescrições **higiênicas** aconselhadas pela **ciência**.

Quinta – Fará aquisição do maior número possível de tipos animais aumentando tanto quanto for possível a variedade das espécies, e principalmente daquelas raras e estranhas ao país, de modo a que o estabelecimento possa **competir com os melhores desse gênero**.

Sétima – Permitirá o ingresso gratuitamente uma vez por semana, aos **alunos** de quaisquer cursos superiores do Império, e primário da Ilustríssima Câmara, sempre que forem acompanhados de seus respectivos **lentes** ou **professores**, bem assim em favor das quais for pedida a entrada pela mesma Ilustríssima Câmara.

Oitava – Conservará fechado para os misteres do artigo antecedente, o estabelecimento, não podendo, entretanto, exceder de três horas essa medida; dentro dos quais fica ao arbítrio dos lentes ou professores a designação do tempo necessário aos estudos de seus respectivos alunos.

Nona – Organizará, anualmente, exposições de animais domésticos, concedendo **prêmios de animação aos mais aperfeiçoados**, ficando à Empresa o direito de elevar a dois mil réis (2\$000) por pessoa no máximo o preço de entrada, enquanto durarem essas exposições <sup>23</sup>[grifos meus].

Pode-se supor a preocupação da Câmara com o progresso intelectual da cidade e sua conseqüente modernização. Quando se pensa no quesito beleza, a preocupação não é apenas com a beleza natural das aves, dos répteis, dos mamíferos e de outras espécies animais a serem guardadas no Jardim zoológico, mas também com os melhoramentos a serem realizados na respectiva área, cujos preceitos deveriam seguir os da arte moderna.

Quando se observa a condição quinta do contrato fica evidente que um empreendimento deste porte deveria ser capaz de concorrer com outros do mundo inteiro. E esta intenção da Câmara parece não ter passado despercebida pelo

---

<sup>23</sup> *Ibidem, ibidem.*

Comendador, talvez ele próprio tivesse este desejo, pois no memorial descritivo das plantas ele afirmava que a área do seu Jardim seria de 300.000 metros quadrados<sup>24</sup>, ficando assim o de maiores dimensões comparado aos de Londres, Paris, Berlim e outros<sup>25</sup>.

O bairro de Vila Isabel idealizado, projetado e construído pelo Comendador Drummond seria a área destinada a receber o empreendimento dos animais. Sua localização seria na

na rua do Visconde de Santa Isabel, canto da do Conselheiro Costa Pereira, sendo por limite nos fundos, lado norte os terrenos da Chácara Bom Retiro e os vertentes e pelo lado do nascente terrenos de propriedade da Companhia Arquitetônica.<sup>26</sup>

Além dos animais que todo o estabelecimento deste porte deveria possuir, devendo ser sua coleção renovada e aumentada de acordo com o contrato firmado com a Câmara, o Jardim ainda possuiria:

(...) o ajardinamento de todo o terreno plano – da mata existente no fundo, através da qual se rasgarão avenidas e caminhos.  
- um lago artificial.  
- um sinuoso rio artificial que atravessará o Jardim em diversas direções, transposto em diferentes lugares por pontes pitorescas e de variados aspectos.  
- construções variadas, gaiolas, jaulas, etc.  
(...)  
[Uma] Lagoa (...) canalizada abundantemente, de maneira a manter todas as peças d'água, fornecendo-a convenientemente aos animais aquáticos, e facilitando a irrigação, limpeza, conservação e ornamentação do Jardim.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Infelizmente, não consegui encontrar as plantas do Jardim Zoológico, mas foi possível encontrar na documentação disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, um memorial descritivo assinado pelo próprio Drummond, informando as instalações do Zôo

<sup>25</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-60, fl 5 a 7.

<sup>26</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>27</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-60, fl 5 a 7.

Além das exposições permanentes o Jardim ainda ofereceria exposições temporárias e promoveria concursos de animais domésticos, de aves e de flores, tendo como intuito a premiação dos vencedores e contribuir para a melhoria das espécies nacionais. No memorial descritivo da planta pode-se ainda ler que o estabelecimento seria cercado na extensão da rua “por muros de pedra rejuntada e dos outros lados, provisoriamente, por cercas de arame e madeira.”<sup>28</sup>

A preocupação com a segurança dos visitantes também era um tema relevante para Drummond. Os animais seriam divididos em dois tipos, ferozes e pacíficos, e assim, cada um teria um tipo de gaiola ou jaula construído para guardá-los. A jaula para os ferozes seria construída com pedra, cal e barras de ferro, sendo os pacíficos “convenientemente guardados”.

Segundo o contrato firmado entre o Comendador e a Câmara, o prazo para a abertura do parque dos animais seria de 2 anos a partir da aprovação das plantas definitivas. Isto parece ter ocorrido no início de julho de 1885, quando o Sr. Amaral Silva, Engenheiro do distrito, provavelmente do Engenho Velho, deu parecer favorável ao início das construções do Jardim zoológico, confirmando que todas as memórias e plantas estariam de acordo com o contrato firmado entre o Comendador Drummond e a Câmara.<sup>29</sup>

Em 29 de Março de 1886 a Diretoria da Cia. Jardim Zoológico, através do seu presidente Carlos Affonso comunicava à Câmara que as obras internas e externas seriam brevemente iniciadas.<sup>30</sup>

Finalmente em 6 janeiro de 1888, mas de modo provisório, como descreve Aureliano Portugal em seu parecer para a Diretoria de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, foi aberto o Jardim zoológico de Vila Isabel, tendo sua inauguração “oficial” em julho do mesmo ano.<sup>31</sup>

Este é um importante documento<sup>32</sup> sobre o parque dos animais. É datado de 4 de maio de 1903, tendo sido produzido em função do requerimento de Carlos

---

<sup>28</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>29</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-60, fl 8.

<sup>30</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-60, fl 11.

<sup>31</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-62, fl 26.

<sup>32</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-62, fl 26 a 33.

Drummond Franklin, Diretor Gerente da Companhia do Jardim Zoológico enviado ao Prefeito Francisco Pereira Passos, no qual explicitava as precárias condições do estabelecimento e pedia um auxílio financeiro mensal, para a compra de novos animais e a melhoria das condições para os que já existissem por lá.<sup>33</sup> Portugal não se limitou a fazer um mero parecer e produziu um relatório de oito páginas, a partir de uma visita de três horas ao Jardim, tempo considerado suficiente por ele para percorrer a área e ouvir os esclarecimentos.<sup>34</sup>

A propósito, a questão da subvenção pública ao Jardim de Drummond merece algumas considerações. A grande maioria das versões sobre o início do jogo do bicho se refere ao fato do Governo Imperial ter cortado a subvenção anual, no valor de dez contos de réis, ao empreendimento. O cronista Luiz Edmundo aparece como principal veiculador desta memória acerca do jogo, tendo em vista que boa parte dos acadêmicos e memorialistas ocupados com esta loteria, assumem esta versão como verdadeira. Contudo, a documentação aponta para um outro caminho.

Numa petição enviada à Intendência Municipal da Capital Federal em 18 de setembro de 1890, o Barão de Drummond tinha a pretensão de transformar o Jardim zoológico em “Jardim de Aclimação não só de animais como de plantas exóticas e indígenas”.<sup>35</sup> Utilizando argumentos parecidos aos da primeira petição, de 1884, o agora, Barão, argumentava que:

Esta empresa (...) tem sido julgada por homens do país, eminentes na ciência como necessidade agradável e útil à Capital Federal, já pela concorrência à distração dos seus habitantes, como fonte indispensável de estudos para a mocidade; e que em outros países é largamente subvencionada pelos respectivos governos ou por eles criada e mantida, é apenas entre nós auxiliada com a diminuta soma de dez contos de réis anual.<sup>36</sup>

Apelando para o espírito público da Intendência Municipal, Drummond afirmava que o valor da subvenção anual não era suficiente para fazer face às

---

<sup>33</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-62, fl 22 e 23.

<sup>34</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-62, fl 11.

<sup>35</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-63, fl 10 e 11.

<sup>36</sup> *Ibidem, ibidem.*

despesas do zoológico. Afirmava ainda a incapacidade dos acionistas do empreendimento em reaver seus investimentos, pois o dinheiro percebido com as entradas somado aos dez contos de réis, mal era suficiente para sustentar os animais. Deste modo se dirigia mais uma vez aos representantes do povo no sentido de pedir um auxílio, não em forma de mais dinheiro público, mas na forma da exploração de jogos lícitos dentro do Jardim<sup>37</sup>. Na parte final da petição, temos que

para consecução de tamanhos benefícios públicos a diretoria [do Jardim zoológico] recorre à ilustre Intendência Municipal da capital federal e pede:

I – Direito de **estabelecer**, pelo prazo de seu privilégio, **jogos públicos**, mediante módica contribuição, a fim de poder manter-se a empresa e **grandemente desenvolver o estabelecimento Jardim Zoológico tornando-o um dos melhores do mundo**.

II – Estes divertimentos, como existem em outros países, sob a imediata **fiscalização da polícia**, tornar-se-ão atrativos para o público.

III – Auxiliará o público o desenvolvimento de tão útil instituição, tendo como recreio **jogos** que, bem **fiscalizados e moralizados** resultaram em proveito da comunidade sem os inconvenientes tão nefastos que acarretam, por exemplo, as loterias, os jogos de corridas, onde ele é tão defraudado, e a multiplicidade de casas de tavolagem que empestam esta cidade. [grifos meus]

A empresa espera poder, em troca da concessão que ora solicita, manter no Jardim, além dos melhoramentos já citados:

Uma aula de zoologia e zootecnia;

Um palácio de exposição permanente para os produtos da flora brasileira e de animais de utilidade pública;

Manter e cuidar desde logo das matas do Jardim e das montanhas adjacentes;

Fazê-las cercar;

Enchê-las de aves e animais indígenas, com o fim de reproduzi-los.

Em um país novo como o nosso faz-se preciso que empresas como esta encontrem na pública administração a coragem para que possam vingar.

Nestes termos a peticionária pede benévolo deferimento.

Rio, 18 de setembro de 1890  
Barão de Drummond  
Diretor do Jardim<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> *Ibidem, ibidem*

<sup>38</sup> *Ibidem, ibidem.*

Na própria petição do Barão de Drummond, estava o parecer emitido por um certo Piragibe em 22 de setembro de 1890. Neste pequeno texto, o requerimento da Companhia Jardim Zoológico recebeu o imediato deferimento, argumentando o parecerista que:

O que a peticionária propõe-se fazer é ampliar uma distração ao alcance do povo, com jogos, é verdade, mas que, nas condições em que ela se submete, nenhum inconveniente higiênico terá para os que [lá forem], pelo contrário, notória vantagem auferirão, física, moral e intelectualmente daquele divertimento.<sup>39</sup>

Tanto a petição quanto o parecer do tal Piragibe indicam para os perigos dos jogos. No primeiro notam-se as várias ressalvas colocadas pela empresa peticionária no sentido de convencer a Câmara que os jogos a serem realizados terão a constante vigilância da polícia, não atentando contra a moralidade pública e tendo como finalidade atos nobres, o de recreação do público, de manutenção dos animais no parque e das vantagens morais e intelectuais oferecidas à própria cidade.

Neste sentido, não se pode esquecer que o combate ao jogo e aos vícios trazidos por esta prática além de terem sido uma política do recém-inaugurado estado republicano, também era uma preocupação do Governo Imperial. Pode-se explicar tal argumentação da empresa do Jardim, incisivamente contrária aos tipos de jogos bancados por *book-makers* ou explorado nas casas de tavolagem, em função do discurso repressor aos jogos de azar existentes desde o período imperial e o fato da nova concessão ter ocorrido exatamente no mesmo ano da publicação do primeiro código penal republicano<sup>40</sup>.

Como foi visto, o parecerista confiou no espírito público e empreendedor de Drummond e seus sócios e indicou à Câmara o deferimento do pedido. Deste modo,

---

<sup>39</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>40</sup> Sobre a preocupação do Estado Imperial com os jogos e os vícios trazidos por ele, Ver: MELLO, Marcelo Pereira de. *A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro, 1808 – 1946*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, IUPERJ, 1989; ABREU, Marta. *O Império do Divino – Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 -1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SOUZA, Juliana Teixeira. *Cessem as apostas – Normatização e controle social no Rio de Janeiro Imperial através de um estudo sobre os jogos de azar (1841 – 1856)*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, PPGHIS, UFRJ, 2002.



foi assinado em 13 de outubro de 1890, o termo de aditamento ao contrato celebrado entre João Baptista Vianna Drummond e a Intendência Municipal em 1884, com as seguintes cláusulas:

Primeira – A empresa obriga-se a transformar o parque em ‘Jardim de Aclimação’ não só de animais como de plantas exóticas e indígenas.

Segunda – A empresa manterá no Jardim:

- a) uma aula de Zoologia e Zootecnia;
- b) um palácio de exposição permanente para os produtos da Flora Brasileira e de animais de utilidade pública;
- c) conservar e cuidar desde logo nas matas do jardim e das montanhas adjacentes, fazê-las cercas e enchê-las de aves e animais indígenas com o fim de reproduzi-las.

Terceira – O Conselho de Intendência concede à Empresa o direito de estabelecer pelo prazo de seu privilégio jogos públicos lícitos e mediante módica contribuição, ficando sujeitos à imediata fiscalização da polícia.<sup>41</sup>

Assim o caminho estava aberto para a criação do jogo dos bichos.

Como já foi dito, a primeira extração desta loteria ocorreu num domingo, 3 de julho de 1892, ao lado de uma série de outros divertimentos. Aos festejos compareceram políticos, empresários, senhoras da sociedade e outras importantes figuras, ao lado de vários populares que lá foram para conferir as novidades do parque do Barão. Contudo, nenhum novo animal estava sendo apresentado ou nenhuma espécie exótica da flora brasileira.

Pela repercussão na imprensa diária nota-se que a inauguração não passou despercebida. Vários periódicos deram a notícia, informando, inclusive, o animal que havia “vencido” o primeiro “sorteio”. *Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, O Paiz, Diário do Commercio, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias* e *O Tempo* foram alguns dos jornais que deram informações sobre os acontecimentos do Jardim zoológico. Tanto o empreendimento, quanto o seu diretor e as diversões recém-inauguradas foram saudadas com entusiasmo pela imprensa, pelos políticos, pelos homens de ciência, pelas senhoras elegantes e por pessoas comuns, cujos trajes não seriam tão elegantes assim, segundo os padrões afrancesados da elite de então.

Pela documentação recolhida, rapidamente o Jardim zoológico transformou-se num espaço bastante procurado para o lazer. Isto pode ser observado pelos prêmios

---

<sup>41</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-60, fl 13.

pagos. Se no primeiro dia o avestruz pagou 460\$000 de prêmios, duas semanas depois o cachorro pagaria 2:080\$000<sup>42</sup>, fazendo felizes mais de cem pessoas. Também davam notícia da afluência de pessoas os jornais da época, as novas linhas de *bonds* criadas especialmente para a maior comodidade do público e o próprio Edmundo afirmando que a Companhia Vila Isabel já não dispunha de mais carros para o transporte dos apostadores, digo, dos visitantes<sup>43</sup>.

Para incrementar ainda mais os lucros obtidos através do sorteio dos bichos, poucos dias após sua inauguração a direção do Jardim zoológico resolveu colocar à venda os *tickets* para o parque fora dos muros do estabelecimento. Em *O Tempo*, poucos dias depois da inauguração dos jogos, veio publicado o seguinte anúncio:

Jardim Zoológico – Prêmios diários sobre animais de 20\$ a 40:000\$ - Vendas de entradas na Rua do Ouvidor nº 129 e no Jardim<sup>44</sup>

Desta forma, com apoio da própria empresa responsável pela loteria dos animais, o jogo passou a ser vendido fora das dependências do parque. Ora, se para comprar o bilhete que dava direito ao prêmio prometido não era preciso atravessar os portões de entrada do empreendimento, pode-se supor que vários compravam os tais *tickets* e ficavam à espera da abertura da caixa no zôo. Após a transmissão da notícia os ganhadores poderiam ir buscar seu prêmio de 20\$000. No próprio bilhete havia uma inscrição que facilitava esta prática : **VÁLIDO POR 4 DIAS**. Assim, o apostador não precisava entrar no parque, muito menos estar lá no momento da revelação do bicho<sup>45</sup>.

---

<sup>42</sup> *O Tempo*, edição de 16 de julho de 1892. p. 4

<sup>43</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. Cit. pp 867-868.

<sup>44</sup> *O Tempo*, edição de 12 de julho de 1892. p. 4

<sup>45</sup> De acordo com reprodução fotográfica de um bilhete de entrada no Jardim Zoológico. Cf. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman Tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990. p. 340.

Mas todo este clima de festa em torno do Jardim e de suas diversões não demoraria muito a findar. Rapidamente o que antes era saudado como um “estabelecimento útil e agradável” passou a ser visto como um “antro de jogatina”<sup>46</sup>.

A partir deste ponto quero refletir sobre a mudança de comportamento do Poder Público Municipal, legislativo e executivo, no trato com a Companhia do Jardim Zoológico.

Nos pareceres inscritos no próprio suporte das petições enviadas por João Baptista Vianna Drummond à Intendência Municipal percebe-se uma rápida aprovação e uma ponta de satisfação, pois as vantagens auferidas pelo público e pela cidade levariam a um futuro prodigioso, tendo as grandes capitais européias como parâmetro. O próprio Comendador Drummond comparava seu Jardim aos de maiores dimensões do mundo.

Saudado pelos mais diversos segmentos sociais, como “agradável e útil recreação”, o Jardim zoológico trazia em si a idéia de civilização e modernidade. No período entre a primeira petição (1884) e a inauguração do jogo dos bichos (1892), o tratamento oferecido foi o mais cortês possível. Há um documento de 1890 no qual o Barão de Drummond se dirigia à Câmara pedindo a revisão de uma multa que fora aplicada em função do *restaurant* do Jardim estar funcionando sem licença. Alegava o requerente que a Companhia do Jardim Zoológico, de acordo com o contrato firmado, estaria isenta de todos os impostos municipais.<sup>47</sup>

Antes daquilo que Frederico Rego chamou de extraordinária concorrência ao zoológico em função do sorteio dos bichos, parece que fazer uma visita aos animais era um divertimento bastante procurado. No ano de abertura do Jardim (1888) um comerciante conta em suas memórias uma de suas idas ao parque. Percebendo estarem os bondes que rumavam para lá repletos de gente, tornou-se impossível para ele e sua família prosseguirem viagem, pois estavam como pingentes, desta forma a solução foi adiar o passeio e todos acabaram descendo no Mangue.<sup>48</sup>

O jogo do bicho surgiu como a causa para a falência deste projeto localizado. Jogos seriam aceitos, desde que dentro dos parâmetros impostos pelo Poder Público.

---

<sup>46</sup> Esta questão será mais bem discutida no último capítulo.

<sup>47</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-63, fl 4.

<sup>48</sup> WEHRS, Cristiano C. J. *O Rio antigo – pitoresco e musical: memórias e diário*. Rio de Janeiro: s.e., 1980.

Talvez a repressão neste momento se explique pela incapacidade de se controlar este jogo, que se espalhava rapidamente pela cidade, contando com o apoio de pequenos comerciantes e de um imenso exército de vendedores ambulantes que percorriam as ruas da cidade vendendo a sorte e o azar. A proibição surgia como a forma mais simples de se “extirpar o mal”.

Documentos oficiais afirmam que o sucesso do jogo dos bichos do Jardim zoológico teria alcançado o *status* de verdadeiro escândalo, devido ao imenso número de visitantes do parque. O próprio termo, escândalo, vai ajudar a refletir sobre o processo que resultou na proibição do jogo dos bichos no zoológico. Vale lembrar que tanto o frontão quanto o boliche lá existentes não foram fechados, sendo apenas a aposta nos bichos proibida.

Entre o momento da inauguração dos “jogos lícitos” no Jardim do Barão e a proibição do jogo dos bichos, o empreendimento parece ter vivido seu momento de apogeu. Mas isto não significa que todos os envolvidos tenham conseguido rever seus investimentos e lucrado muito com o zoológico<sup>49</sup>. Poderia tomar os textos dos cronistas e folcloristas do jogo para reafirmar que este foi o período de maior prosperidade, contudo prefiro argumentar através de outra documentação. Através dela é possível perceber que após os anos em que o jogo dos bichos foi explorado, o Jardim zoológico viveu momentos de instabilidade permanente.

Logo após a proibição do sorteio dos bichos, Drummond arrendou seu estabelecimento a Luis Galvez, famoso empresário do ramo de diversões, envolvido principalmente com frontões. Em 19 de agosto de 1895, quatro meses após o Decreto 133, através de um contrato particular a empresa do Jardim Zoológico arrendou o Jardim e todas as suas dependências a Luiz Galvez, cujo principal interesse era explorar o frontão e o boliche. Infelizmente, para Galvez, as coisas não saíram como ele desejou. No início do ano seguinte, em 7 de fevereiro, Galvez repassaria todos os direitos adquiridos em relação ao Jardim para Marques, Ribeiro & Cia, cuja intenção primeira também seria explorar os jogos lícitos.

Assim, com o zoológico passando de mão em mão, sendo lembrado pela “mácula tradicional e feíssima do jogo e do vício”<sup>50</sup>, os limites de sua ação

---

<sup>49</sup> Sobre as rendas do Jardim zoológico no período entre 1892 e 1895, não foi possível ter acesso a esses dados.

<sup>50</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-62, fl 26 a 33.

civilizadora e educadora, como desejava a imprensa, a Câmara e a “boa sociedade”, eram bastante claros. O investimento para compra de novos animais, a manutenção dos que lá viviam e das dependências do parque ficaram em segundo plano. A tal decadência do parque tem dois aspectos. Por um lado a falência de um projeto civilizador e modernizante; por outro a afirmação de um discurso conservador sobre o povo brasileiro: “era uma diversão ingênua que a imaginação impudente dos homens, mais tarde, danou e perverteu.”, como sentenciou Luiz Edmundo.<sup>51</sup>

Na virada do século, a direção da empresa ficou a cargo de Carlos Drummond Franklin, cuja intenção seria a de restabelecer o Jardim zoológico aos seus parâmetros iniciais. Em 1903, enviou uma petição ao prefeito Pereira Passos na qual solicitava uma subvenção mensal de 4 contos, além da isenção de impostos e do auxílio oferecido pela Cia. de Loterias Nacionais. Nem o parecer favorável de Aureliano Portugal foi suficiente para convencer o prefeito da necessidade do envio do auxílio. A política de Pereira Passos assim como a de outros prefeitos foi a de enviar alguma verba esporadicamente à direção do Jardim, geralmente quando havia um pedido formal de seus diretores.

---

<sup>51</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 866.

## I.2 – PRIMEIRO PERMITIR, DEPOIS REPRIMIR

Se o jogo do bicho deve ser entendido como mais um dos atrativos criados para se animar a freqüência de público ao Jardim zoológico, o parque do Barão de Drummond insere-se, por sua vez, num quadro marcado pela expansão do mercado de diversões na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, a emergência da “indústria dos divertimentos” não pode ser pensada de forma isolada, pois alguns fatores teriam contribuído decisivamente nesta direção.

Houve um aumento progressivo tanto da atividade econômica quanto do número de habitantes do Distrito Federal para o período entre a última década do século XIX e a primeira do seguinte, temporalidade aqui privilegiada para se refletir sobre o aumento expressivo da quantidade de divertimentos ofertados à população.

Segundo os dados coligidos por Jaime Benchimol, para o período entre 1872 e 1906, o Rio de Janeiro viu sua população aumentar de 274.972 habitantes para 811.444 habitantes, o que representa um crescimento de quase 200%. Este índice contou com uma forte presença dos estrangeiros. Entre 1890 e 1900, desembarcaram nas águas da Guanabara, cerca de 520.000 imigrantes. Claro está que vários não permaneciam nas terras de São Sebastião, no entanto a população de estrangeiros na Capital para o ano de 1900 atingia a soma de 210.515 homens, mulheres, crianças e idosos das mais diversas nacionalidades, principalmente portugueses. Deste modo, o Rio de Janeiro seria a única cidade brasileira a ter ultrapassado a marca dos 500.000 habitantes<sup>52</sup>.

Com a economia brasileira já devidamente inserida no capitalismo mundial, como afirma Sidney Chalhoub<sup>53</sup>, e sendo a cidade do Rio de Janeiro detentora do maior exército industrial de reserva do país, o processo de industrialização não tardaria a ocorrer. Ainda de acordo com as informações de Benchimol, o Rio de Janeiro seria responsável por 33% da produção industrial brasileira, segundo o Censo de 1907. Seu parque industrial era bastante diversificado, produzindo 78 artigos

---

<sup>52</sup> BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussman tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1990, p. 172.

<sup>53</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed., Campinas, Editora da Unicamp, 2001, p. 249.

diferentes, dentre os 98 grupos que constavam da pesquisa<sup>54</sup>. No Censo populacional de 1906, o número de trabalhadores nas indústrias registrou um aumento de mais de 100%, se comparado aos números do Censo de 1890, passando de 52.520 para 115.779 operários, entre homens, mulheres e crianças<sup>55</sup>.

O número de empregados no comércio também teve um acentuado aumento, saltando de 21.583 pessoas em 1872, para 62.062 pessoas em 1906, uma progressão de quase 200%, acompanhando os índices de crescimento populacional da cidade, cujas taxas de variação foram basicamente as mesmas. Outras variações importantes foram no número de profissionais liberais e funcionários públicos<sup>56</sup>. Se em 1872 havia 2.383 profissionais e 10.712 funcionários, em 1906 os dados mostram que o primeiro grupo saltou para 14.946 e o segundo para 30.793<sup>57</sup>.

O porto também percebeu esta rápida transformação. Chalhoub afirma que para o ano de 1906, cerca de 2.400 vapores e embarcações comerciais ancoraram nas águas da Guanabara<sup>58</sup>. Contudo, estes números indicariam uma mudança na característica da cidade. Se anteriormente, o movimento seria dado em função da exportação da produção cafeeira do Vale do Paraíba, neste momento percebe-se que o porto do Rio de Janeiro “perde sua importância como exportador de café e ganha como centro distribuidor de artigos importados e como mercado consumidor”<sup>59</sup>.

Outro importante dado seria a quantidade de meio circulante enviado ao Brasil. No período 1889-1914 os empréstimos contratados por brasileiros junto a credores ingleses somaram a importância de 110 milhões de libras, enquanto para o período 1863-1888 cerca de apenas a terça parte destas cifras teria chegado a terras brasileiras<sup>60</sup>.

---

<sup>54</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit., p. 173.

<sup>55</sup> *Idem*, p. 176.

<sup>56</sup> Dentro da categoria funcionários públicos, estão englobados os burocratas, os militares e os policiais. Ver BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit. p. 177.

<sup>57</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit. p. 177

<sup>58</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p. 250.

<sup>59</sup> *Ibidem, ibidem*.

<sup>60</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p. 249.

Assim, o Distrito Federal assumia a posição de mais importante centro financeiro do Brasil e possuidor de um mercado consumidor bastante atraente para possíveis investidores. Estas marcas aliadas ao cosmopolitismo da cidade iriam influenciar enormemente o processo de crescimento e diversificação do mercado de diversões.

Estes dados reunidos servem para refletir acerca do processo de expansão da cidade e do meio circulante, relacionando-o a este emergente mercado. Esta quantidade de pessoas circulando pelas ruas da cidade, com muito ou pouco dinheiro no bolso, buscava alternativas para o lazer. As festas religiosas, como a do Divino, já não gozavam do mesmo prestígio de antes, muito em função da perseguição sofrida desde os tempos da monarquia, acentuada com a instalação da República, pois representariam uma marca do atraso colonial, não combinando com os anseios de uma modernização inspirada em critérios europeus<sup>61</sup>.

Uma cidade em franca expansão deveria criar formas para entreter seus moradores e visitantes. Este possivelmente era um dos pensamentos daqueles que administravam a cidade, cuja orientação européia os levava a buscar uma equiparação do Rio de Janeiro às metrópoles do velho mundo. Num dos flancos desta luta, estava a tentativa de dotar a capital de “modernos, úteis e agradáveis divertimentos”. No outro, estariam empresários interessados em ver seus investimentos frutificarem, e num terceiro estava uma população disposta a se divertir, mas nem sempre de acordo com os limites desejados pelo Poder Público.

Num processo que combinava higienização e saneamento, modernização e ordem, o espectro de diversões oferecidas à população não deveria ter apenas o objetivo de entreter as pessoas, de fazê-las apenas gastar algum tempo de suas vidas com o lazer puro e simples. No âmbito da construção de uma capital, cujos parâmetros seriam as metrópoles européias, seria fundamental que neste tempo destinado ao ócio, as pessoas pudessem ser educadas, principalmente os trabalhadores.

De certo modo, os próprios trabalhadores também irão engrossar este coro. Marcelo Matos refletiu sobre a preocupação de alguns jornais operários, no fim do século XIX e início do XX, em construir um sentido de classe positivo, em que a

---

<sup>61</sup> Sobre a festa do Divino Espírito Santo, ver ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.



figura do trabalhador surgisse distanciada dos vícios. Este autor reconhece que há “pontos de contato entre o discurso da militância operária e a visão jurídico-policial” sobre as contravenções<sup>62</sup>. Se este discurso tenta atribuir sentidos de valorização e dignificação do trabalhador, o faz utilizando categorias fundamentais para a própria burguesia. Os vícios apontados tanto pelo movimento operário, quanto pelo discurso oficial são praticamente os mesmos, com destaque para o abuso de bebidas alcoólicas, o jogo e a vadiagem<sup>63</sup>. Não quero propor que o movimento operário estivesse sendo cooptado pelo patronato, mas refletir que para se construir a imagem de um trabalhador virtuoso, condição fundamental para o fortalecimento da classe, algumas categorias utilizadas foram as mesmas desejadas pela burguesia.

Paul Lafargue, ao refletir sobre esta ética do trabalho que contaminava a classe operária européia ainda no século XIX, iria advertir que o amor pelo trabalho e o desprezo ao tempo livre seria uma “estranha loucura”, pois ao invés de livrar os homens das amarras impostas pelo capitalismo, cada vez mais contribuiria para fortalecer sua própria escravidão<sup>64</sup>.

Entre os anos de 1890 e 1910, o mercado de diversões na cidade do Rio de Janeiro foi profundamente alterado. Além da intensa circulação de dinheiro, a tecnologia foi fundamental para este processo de expansão e diversificação. Neste caminho, o Poder Público também desempenhou uma important papel, pois era o responsável por permitir e proibir a instalação de novos espaços voltados para o lazer. Segundo a Câmara Municipal, a diversão, pura e simples, jamais deveria ser o objetivo único de qualquer empreendimento desse porte. A idéia de utilidade pública será sempre lembrada pelos procuradores no momento de oferecerem seus pareceres sobre as licenças (novas e renovações). Não é de se espantar que um dos pareceres sempre exigidos para o funcionamento destes estabelecimentos fosse emitido pela Inspetoria de Higiene.

Sabedores desta linha de pensamento assumida por aqueles que davam os alvarás liberatórios para a exploração de qualquer empreendimento destinado às diversões, os empresários deste ramo sempre procuraram utilizar tais argumentos com

---

<sup>62</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1991. p. 64.

<sup>63</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>64</sup> LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1999. p. 63.

o objetivo de convencer procuradores e políticos quanto à importância de seu empreendimento para o melhoramento da cidade.

No pedido de licença feito por Antonio Irisarri em 2 de janeiro de 1891 para realizar publicamente o jogo da bola ou pelota, argumenta que tal já existia nas províncias do norte da Espanha e nas Repúblicas do Prata. Leonardo Pereira dá uma boa definição sobre este jogo.

Esporte de origem espanhola no qual dois competidores arremessavam com raquetes em forma de arco uma pequena bola contra um paredão, perdendo aquele que não conseguisse rebater a jogada do adversário.<sup>65</sup>

Os argumentos dirigidos por Irisarri à Intendência Municipal eram muito claros quanto aos benefícios do esporte que ele estaria introduzindo no Brasil: “Chamo toda a atenção da ilustre corporação municipal para o fato de que este divertimento, por meio dos espetáculos públicos, se generaliza prontamente no seio de todas as classes sociais, contribuindo para o desenvolvimento das forças físicas e sendo ao mesmo tempo um excelente exercício higiênico”<sup>66</sup>. No sentido de atingir seu intento, Irisarri ainda acenava com a possibilidade de conceder a receita líquida de um dia no ano para instituições de caridade designadas pela Câmara ou para a própria casa legislativa municipal. O parecerista, cuja identificação não foi possível, afirmou: “Sou de parecer que se conceda a licença pedida por julgar útil e necessária a introdução e generalização de diversões públicas que aliam condições de puro divertimento às de desenvolvimento físico, tão necessárias ao clima peculiar desta cidade.”<sup>67</sup> Com tais argumentos, Irisarri teve seu pedido aceito.

O mexicano Zevada, gerente do Jardim zoológico de Vila Isabel, sabedor dos argumentos que deveria utilizar para conseguir a liberação do seu Boliche Nacional, assim se reportou à Intendência Municipal em 28 de janeiro de 1895:

---

<sup>65</sup> PEREIRA, Leonardo A. De Miranda. *Footbalmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902 – 1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. p. 45.

<sup>66</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, Códice 42-3-31, fl 2

<sup>67</sup> *Ibidem, ibidem.*

Manoel Ismael Zevada vem respeitosamente requerer à V. Exa. a necessária licença a fim de abrir o seu estabelecimento, sito ao Beco do Império N. 17B, com o jogo atlético e de desenvolvimento de forças físicas denominado Boliche Nacional, de modo que possa funcionar diariamente.<sup>68</sup>

Já no dia seguinte recebeu o parecer do prefeito Furquim Werneck que deferia o pedido, contudo asseverando que os termos restritos do requerimento deveriam ser observados, sendo assim expressamente proibida qualquer espécie de aposta, *poule*, ou jogo semelhante<sup>69</sup>.

Na tentativa de liberar seu Boliche, Artur Alvaro Barboza em requerimento enviado à Câmara Municipal em 19 março de 1896 afirmava que seu estabelecimento seria aberto “com o fim de proporcionar à mocidade um passatempo muito útil, visto que este exercício é higiênico e desenvolve as forças físicas. Divertimento este todo de amadores que se encontra em todas as grandes cidades da Europa e algumas do Brasil como S. Paulo e Petrópolis (...)”<sup>70</sup>.

As fontes indicam a existência de um padrão no momento de se requerer licenças para tais práticas. Se nos lembrarmos dos pedidos feitos pelo Comendador Drummond, já em 1884, para a abertura do Jardim zoológico, podemos notar a semelhança dos argumentos.

A partir de 1890 percebe-se um intenso avanço das atividades ligadas ao corpo. Devo destacar que nesse mesmo período, os ideais higiênicos também avançaram rapidamente. Assim, um corpo higienizado seria um corpo forte e robusto, preparado para enfrentar as dificuldades da vida e suportar a rotina de trabalho. Corpos higienizados formariam uma nação saudável e progressista, segundo os entusiastas da educação física e do higienismo<sup>71</sup>.

Seria através da percepção destas demandas sociais que os empresários das diversões voltadas para algum tipo de exercício físico, fundamentaram seus pedidos

---

<sup>68</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, Códice 42-3-37, fl 4.

<sup>69</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>70</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Documentação Avulsa, códice 39-2-40, fl 268 a 270.

<sup>71</sup> Sobre as discussões em torno da educação física e seus benefícios higiênicos entre os brasileiros ver PEREIRA, Leonardo A. De Miranda. Op. cit. pp 42-55.

de licenças junto à Intendência Municipal e ao Prefeito do Distrito Federal. Vários estabelecimentos foram abertos na última década do século XIX, utilizando tais argumentos. Como exemplos de estabelecimentos fundados neste decênio, posso citar o Frontão Colyseu Lavradio, estabelecido à Rua do Lavradio n. 122; o Frontão Brasileiro localizado na Praça da Republica, n. 47, cujo primeiro proprietário foi Luiz Galvez, sendo os direitos de exploração transferidos para Vianna & Cia. em 1896; o Frontão Velociplédico Fluminense, sito à Rua do Lavradio, n. 104; o Boliche Sport, na rua Joaquim Silva n. 42; o Boliche Nacional de Paschoal Segreto, depois transformado em Sport Boliche Moderne, na rua Luiz Gama, n.5 e o Velódromo Nacional na Rua do Lavradio, n.158, por exemplo.

Os frontões e os belódromos seriam “espécies de mini-ginásios, (...), compostos de pistas especiais para corridas a pé e equipadas com arquibancadas para abrigar o público espectador”<sup>72</sup>, nos dizeres de Marcelo Mello. Outras dependências também eram necessárias nestes espaços, como os sanitários para ambos os sexos, a adega, a cozinha e o botequim. Além destes ambientes, não podemos nos esquecer da casa das *poules*, aonde eram feitas as apostas. Não só corridas a pé eram realizadas, sendo muito comuns as disputas entre competidores feitas através de bicicletas e velocípedes. Os frontões teriam como principal atração as contendidas entre jogadores da pelota. Note-se que para todos estes divertimentos ou esportes, as apostas eram aceitas.

Se estas modalidades representavam a novidade, uma outra já era bastante tradicional na cidade, o *turfe*. As primeiras experiências turfísticas teriam ocorrido já pelos idos de 1810, contudo só a partir de 1825 os eventos passariam a ter certa organização; ser objeto de notícia na imprensa periódica e contar com o apoio de importantes figuras do Império, como Dom Pedro, de acordo com as informações de Victor Melo<sup>73</sup>. Em 1848 foi fundado o *Jockey Club Fluminense*, o pioneiro deste gênero na Corte, mas de vida muito curta, cujo presidente era o, então, Conde de Caxias. Três anos se passaram até ser realizado o primeiro programa de corridas no

---

<sup>72</sup> MELLO, Marcelo Pereira de. *A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro (1808-1946)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Dissertação de Mestrado, 1989. p. 43.

<sup>73</sup> MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001. p. 31.

Prado Fluminense, em São Francisco Xavier. Este evento teria contado com a presença de D. Pedro II e o público teria ultrapassado a casa das três mil pessoas <sup>74</sup>.

No início da década de 1890, o Distrito Federal estaria dotado de 5 clubes de *turfe*: o *Jockey Club*, o *Turfe Club*, o *Hypodromo Nacional*, o *Derby Club* e o *Prado Guarany* <sup>75</sup>. De todos estes os mais importantes, seriam o *Jockey* e o *Derby*. Enquanto o primeiro continuava utilizando as conhecidas instalações do Prado Fluminense, em São Francisco Xavier, o segundo havia mandado construir o seu próprio prado, o Itamaraty, no local onde hoje se encontra o estádio do Maracanã. Vítor Melo argumenta que entre estes dois clubes, formou-se uma certa polarização. Enquanto o *Jockey* seria preferido pelo “setor mais antigo das elites”, envolvido com a economia cafeeira, o *Derby* seria o representante de uma nova elite, mais afeita aos padrões modernos, aonde estariam “os novos ricos emergentes, os intelectuais, os profissionais liberais, os engenheiros e médicos, os industriais”, além de políticos oriundos das camadas urbanas <sup>76</sup>.

Neste ambiente destacou-se uma figura bastante conhecida: o engenheiro Paulo de Frontin. Após discordar da orientação dada pela diretoria, Frontin abandonou o *Jockey* com outros companheiros, indo fundar o *Derby Club* em 1885. Aliando o desejo de popularizar as corridas e oferecer maior apoio aos proprietários de cavalos, a uma boa estrutura para afluência de público, o *Derby* logo conseguiu rivalizar com seu mais tradicional concorrente. À inauguração compareceram cerca de 8.000 pessoas, além das tradicionais autoridades. No fim do século, foi responsável pelos maiores páreos da cidade <sup>77</sup>.

Para a comemoração dos 400 anos do Descobrimento da América, o *Derby Club* promoveu uma imensa festa nas dependências do Prado Itamaraty. O *GP AMÉRICA* contou com a audiência do Mal. Floriano Peixoto, de seus ministros e altas autoridades da República. Para este grande prêmio, o Itamaraty foi ricamente decorado, tendo como uma de suas principais ornamentações duas caravelas

---

<sup>74</sup> RABELLO, Thomaz. *História do turfe no Brasil – Primeiras linhas*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1901. p. 16.

<sup>75</sup> MELO, Victor Andrade de. Op. cit. p. 83.

<sup>76</sup> Idem, p. 84.

<sup>77</sup> *Ibidem, ibidem*.

recordando as célebres *Pinta e Nina* <sup>78</sup>. Na disputa dos 50 contos de réis oferecidos ao vencedor, além dos prêmios menores destinados até o quinto colocado, foram alinhados 46 animais. Nenhum outro páreo conseguiu tantos cavalos e tanto montante em prêmios até o fim do século. Com tanto apelo, não seria de se espantar o volume movimentado nos *guichets* de apostas do hipódromo: cerca de 450 contos de réis para todo o programa, dos quais 200 contos se destinaram apenas ao *GP AMÉRICA* <sup>79</sup>.

Fosse pelo seu representante mais tradicional, fosse pelo mais moderno, os clubes de corridas de cavalos foram criados como forma das classes mais abastadas criarem mais um fator de distinção entre elas e aqueles que não poderiam sustentar animais de tamanha envergadura. O *turfe*, seja como esporte ou divertimento, foi criado para as famílias ricas; para elas próprias desfrutarem dele. Bilac, em uma de suas crônicas, argumentou que o principal espetáculo dos prados não se dava nas pistas com os cavalos, mas sim nas tribunas aonde as pessoas compareciam para ver e serem vistas.

Acho possível afirmar que ao lado do *turfe*, o remo surgia como uma atividade esportiva cujo desenvolvimento foi notável neste período entre séculos. Só para se ter uma idéia do sucesso alcançado por esta prática, somente na década de 1890 foram criados mais de 15 clubes dedicados a este esporte náutico<sup>80</sup>. Melo argumenta que estas duas modalidades já estariam organizadas como esportes modernos no fim do século<sup>81</sup>.

Da mesma maneira que as corridas de cavalos, as regatas passaram a ser acompanhadas de perto pelas autoridades, sendo inclusive agraciadas com alguns benefícios. Se levarmos em consideração que o prefeito Pereira Passos concedeu um subsídio anual de 12 contos de réis à Federação Brasileira de Sociedades de Remo em 1905 <sup>82</sup>, pode-se refletir que o desenvolvimento deste esporte na cidade, fazia parte do processo de reforma e modernização não só do espaço urbano do Distrito Federal, mas também dos hábitos, práticas e costumes dos seus habitantes.

---

<sup>78</sup> RABELLO, Thomaz. Op. cit. p. 143.

<sup>79</sup> Idem, p. 144.

<sup>80</sup> Cf. MELO, Victor Andrade de. Op. cit. p. 68.

<sup>81</sup> Idem, p. 28.

<sup>82</sup> Idem, p. 94.

Tal tese pode ser reforçada pelo fato do Jardim zoológico, que atravessava séria crise em 1903, também ter pedido auxílio financeiro ao mesmo prefeito. É de se notar que a reputação do parque dos animais, já não era das melhores, levando-se em consideração os episódios ligados ao jogo dos bichos e ao funcionamento de um frontão em suas dependências. Deixando claras as intenções do Poder Público, Passos negou a subvenção mesmo contando com um parecer favorável do procurador Aureliano Portugal. Para este funcionário da Diretoria de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, empreendimentos desta natureza colocaram “em grande relevo a imensa importância que para a causa pública, para a educação popular trazem sempre os estabelecimentos em que vivem as outras espécies animais, de certo cooperadoras do progresso humano”. Ao final do seu relatório, Portugal atestava sua crença de que uma ação eficaz da Municipalidade poderia modificar os rumos tomados pelo Jardim zoológico de Vila Isabel, redirecionando-o aos seus propósitos iniciais, ou seja, ser um empreendimento útil e agradável:

Todos os meus votos são para que a ação da Prefeitura se faça sentir como um banho lustral lavando o Jardim Zoológico da mácula tradicional e feíssima do jogo e do vício e salvando-o para a causa pública, para a educação popular e para o progresso e renome de nossa Pátria.<sup>83</sup>

Chega-se, portanto, ao fim do século XIX com a cidade do Rio de Janeiro invadida por uma série de práticas desportivas que além de levar diversão, deveriam ser também educadoras, contribuindo para a construção de uma nação higienizada, disposta ao trabalho, capaz de enfrentar as intempéries da vida e suficientemente forte para produzir. Como afirmou Marilena Chauí “a indústria do esporte e do lazer estão estruturadas em conformidade com as exigências do mercado capitalista”<sup>84</sup>. Esta reflexão é importante, pois possibilita pensar sobre este momento de expansão das diversões no mesmo momento em que a cidade passava por importantes mudanças rumo à industrialização e à inserção no capitalismo mundial.

---

<sup>83</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, código 15-4-62, fl 26 a 33.

<sup>84</sup> CHAUI, Marilena. “Introdução”, in: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1999. p. 48.

Neste sentido, a política adotada com relação a certas práticas voltadas ao lazer seria a de primeiro permitir com júbilo e louvor aquelas iniciativas que tivessem em seu germe parâmetros importantes para o Poder Público naquele momento específico. Assim argumentos como o culto ao corpo, os benefícios higiênicos, o reconhecimento e o sucesso em metrópoles européias, seriam muito apreciados pelos procuradores responsáveis pelos pareceres sobre licenças e pela Intendência Municipal.

Pode-se notar, no início da década de 1890, uma enorme proliferação de frontões, belódromos e boliches, tanto que os periódicos anteriormente só preocupados com turfe e remo, passaram a noticiar os esportes praticados nestes estabelecimentos<sup>85</sup>. Contudo, um problema passou a incomodar as autoridades municipais, as apostas feitas em torno destas modalidades. Neste momento, as tentativas de controle através de uma ação baseada na criação de legislação específica, mostram indubitavelmente a tentativa de reprimir práticas que estivessem fora dos parâmetros desejados pelas autoridades. Contudo, nem sempre as ações coercitivas foram bem sucedidas.

\* \* \* \* \*

Na tentativa educadora/repressora, os divertimentos constituíram um importante elemento da ação do Poder Público. Este processo de controle teve suas origens durante o Estado Imperial, mas em função do número crescente e diversificado de novas opções para o lazer, pode-se dizer que, em quantidade, a tarefa do Estado Republicano foi mais intensa e talvez, por isso, mais visível.

Se a cidade experimentava um rápido crescimento, a oferta das diversões também passava pelo mesmo processo. No afã da modernização, vários empreendimentos foram licenciados pela Intendência Municipal, muitas vezes contando com o júbilo dos ilustres vereadores e do Executivo Municipal. No entanto,

---

<sup>85</sup> PEREIRA, Leonardo A. De Miranda. Op. cit. p. 46.



frontões e belódromos, por exemplo, representavam uma novidade tanto para as autoridades quanto para os potenciais consumidores destes produtos. Sem saber exatamente do que se tratava ou das “contra-indicações” destes estabelecimentos, as autoridades foram convocadas a agir no sentido de reprimir algumas práticas.

Para se entrar nos frontões e belódromos era necessário a compra do ingresso, contudo a maior parte do faturamento percebido pelos empresários que bancavam as competições que lá ocorriam, vinha das casas das *poules* e dos *book-makers*. Os primeiros movimentos para se reprimir o funcionamento das casas de apostas começaram a ser dados em 1893 com a publicação do Decreto 41 em 17 de maio. Entre outras coisas, proibia tais lojas de venderem jogos considerados de azar, loterias estrangeiras ou de outros estados que não os permitidos. Sem dúvida, entre os jogos de azar proibidos já figurava o jogo dos bichos. No parecer que encerrou um inquérito aberto sobre a ação dos *book-makers*, emitido em 21 de julho de 1894, pelo 1º Delegado Auxiliar, Cesario Augusto de Melo, constata-se que ele considera:

suficientemente provado, (...) que as casas denominadas *book-makers*, estabelecidas no Distrito Federal tem viciado e pervertido a autorização que lhes foi concedida pela Prefeitura para vender apenas *poules* de jogos de corridas a pé ou à cavalo e outras semelhantes, para com o maior escândalo e sacrifício da moral e perversão dos costumes sociais, estarem fazendo outros jogos proibidos para assim auferirem lucros fabulosos, sem o menor risco de capital algum.<sup>86</sup>

Este relatório antes de chegar às mãos do prefeito, foi lido pelo Chefe de Polícia interino, Francisco Dutra. Sem se alongar, afirmava que “aquelas casas transformaram-se em verdadeiros antros de proibidas jogatinas”<sup>87</sup>. Ao terminar seu rápido ofício pedia que providências enérgicas fossem tomadas “no sentido de serem cassadas as licenças com que funcionam tais estabelecimentos”<sup>88</sup>.

---

<sup>86</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Belódromos, Velódromos e *Book-makers*, Códice 40-2-33, fl 8.

<sup>87</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, Códice 42-3-37, fl 9.

<sup>88</sup> *Ibidem, ibidem.*

Utilizando-se de alguns termos comuns no discurso policial e jurídico para designar o movimento de pessoas em torno das apostas, o Delegado Cesario de Melo *prova* que os empresários do jogo traíram a confiança da Prefeitura, fazendo de seus negócios apenas um espaço para benefício deles próprios. Seus lucros seriam percebidos sem grandes riscos, enquanto a sociedade estaria correndo perigo, pois a moral e os costumes estariam sendo pervertidos em função do vício do jogo. Além destes argumentos, nota-se ainda, em outro trecho, a vitimização dos apostadores. Esta, aliás, parece ter sido uma das estratégias mais empregadas para se afastar as pessoas do jogo.

Outrossim, invariavelmente, os *book-makers* eram acusados de fraudar os resultados de loterias, páreos e outras competições e de receberem em seus estabelecimentos “gente de toda a espécie e em grande número”, sendo “a maior parte (...) mais que suspeita e vadia”, se dirigindo a estes locais “para na melhor ocasião que se lhe ofereça praticar furtos”<sup>89</sup>. Rapidamente, estes locais que receberam dezenas de licenças da Intendência Municipal com o apoio dos clubes de turfe, passaram a ser transformados em antros de jogatina e vício, nos quais a população que lá comparecia com o desejo de ganhar algum dinheiro, era invariavelmente ludibriada e ainda se via obrigada a dividir o espaço com ladrões e vagabundos, segundo o parecer do Delegado Cesario.

O principal golpe desferido contra os *book-makers* ocorreu em 1º de janeiro de 1895, quando através do decreto 126, o prefeito Furquim Werneck sancionou um projeto de lei enviado pelo Conselho Municipal, cujo teor estabelecia a cassação de todas as licenças concedidas para estes estabelecimentos, sendo que mais nenhum alvará seria concedido para outros do mesmo gênero. Contudo, os *book-makers* não foram os únicos atingidos por esta determinação. Do dia pra noite os empresários dos frontões viram-se obrigados a pagar um valor quatro vezes superior ao estabelecido anteriormente pela Lei Orçamentária de 1894, como imposto de funcionamento, passando de 12 para 50 contos de réis anuais<sup>90</sup>, além de terem seu funcionamento

---

<sup>89</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>90</sup> O decreto ainda estabelecia que o pagamento do imposto de funcionamento deveria ser feito em duas parcelas semestrais de 25:000\$000, até o último dia do primeiro mês de cada semestre. Caso a Prefeitura não percebesse o montante referente à licença, o estabelecimento deveria ser fechado.

permitido somente aos domingos após o meio-dia<sup>91</sup>. Em função desta determinação, o futuro destes estabelecimentos não parecia ser muito alvissareiro, segundo o procurador Freire do Amaral:

Não foi por certo o intuito do Conselho [Municipal], decretando, a título de licença anual, o imposto de 50:000\$, pagos por semestres adiantados, criar uma fonte de renda para a municipalidade. Pelo contrário, pretendeu estancá-la, pq os frontões, privados de seus principais sustentáculos, os *book-makers*, não poderão pagar contribuição tão onerosa e terão de fechar suas casas em que funcionam, se a proibição for severa e eficaz. É portanto claramente proibitivo o caráter da lei de 1º de janeiro de 1895. Ou estamos enganados, ou nenhum dos estabelecimentos denominados frontões poderá, no decurso de um ano e funcionando apenas uma vez por semana, obter tais lucros que dêem margem à taxa de 50 contos.<sup>92</sup>

Como diria Marcos Bretas, a ação repressora do Estado contra os *bookmakers* e a tal “jogatina” representaria o “triunfo de uma moral de comportamento público dirigido pelos vestígios nacionais da chamada ética protestante, que se sedimenta com mais força por integrar os mais diversos projetos sociais do período”<sup>93</sup>.

Antes mesmo da publicação da lei, alguns empresários tentaram demover o chefe do Executivo Municipal da idéia, alguns com argumentos bastante fortes. Um exemplo foi a tentativa da empresa Elie Block & Cia, proprietária do Frontão Colyseu localizado à rua do lavradio, 122, através de um parecer emitido pelo Visconde de Ouro Preto em 28 de dezembro de 1894, anterior, portanto, à promulgação da Lei. No entendimento do jurista, a municipalidade estaria intervindo em matéria de caráter federal, haja vista que o Código Penal de 1890 estabelecia o jogo da pelota como permitido. Da mesma forma, proibia apenas apostas sobre jogos cujos ganhos dependessem apenas da sorte ou do azar. Este não seria o caso do esporte praticado nos frontões. Segundo seu parecer, manter tal decisão seria incorrer “no erro de

---

<sup>91</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Frontões, Códice 40-2-33, fl. 2.

<sup>92</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, Códice 42-3-37, fl. 5-7.

<sup>93</sup> BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 92.

suprimir exercícios físicos e distrações lícitas, (...) até certo ponto úteis”. Ouro Preto não deixou de reconhecer que alguns abusos poderiam estar sendo cometidos pelos frontões, mas afirmava que outros meios poderiam ser empregados no intuito de coibi-los.<sup>94</sup>

As tentativas dos empresários de frontões de se livrar das pesadas multas e da restrição do funcionamento aos domingos não pararam por aí. Vários requerimentos foram enviados ao prefeito e à Intendência Municipal afirmando a impossibilidade destes estabelecimentos auferirem algum lucro com tal regulamentação. Alguns tentaram pagar o imposto de 12 contos de réis, alegando que a Municipalidade teria prorrogado a validade da lei orçamentária de 1894 para todo o exercício de 1895. Nenhuma das tentativas logrou êxito. Pelo contrário, depois de tantas reclamações o imposto foi elevado alguns anos mais tarde ao valor de 80 contos de réis. Nesta situação, segundo um memorial sobre frontões enviado ao prefeito, no ano de 1898, a cidade teria apenas dois frontões em funcionamento, o Colyseu Lavradio e o Velociplédico Fluminense. De fato, não eram apenas os donos dos frontões cariocas os únicos a contestar as medidas restritivas ao funcionamento de seus estabelecimentos. Em São Paulo, num caso muito parecido com o do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal resolveu proibir o funcionamento dos frontões. Através de ação imposta pela Cia. Frontão Paulista, o Tribunal de Justiça de São Paulo publicou um *acórdão* no qual condenava o parlamento paulistano a indenizar os proprietários do negócio. Como vimos, o turfe e o remo gozavam de prestígio junto às autoridades brasileiras, sendo o caso do primeiro mais flagrante. As competições nos prados foram acompanhadas de perto por D. Pedro II e vários Presidentes da República, por exemplo. Estas presenças nas tribunas serviam para distinguir ainda mais os programas oferecidos pelas sociedades de corridas de cavalos. Com uma elite de orientação européia, o acesso às tribunas se constituía num importante sinal de *status*. A presença nos espaços preferenciais dos prados, poderia valer outros convites. Para além de um esporte ou jogo, as corridas de cavalos seriam um evento social.

Dentro deste evento, fazia parte o ato de se dirigir à casa das *poules* e empenhar algum dinheiro nas patas dos cavalos. As apostas adquiriam um sentido diverso quando feitas nos hipódromos por damas e cavalheiros. Pouco interessadas ou interessados na destreza do jóquei ou nas potencialidades dos animais, a aposta se

---

<sup>94</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Frontões, Códice 42-3-31, fl 40 e 41.

constituiria num ato revestido de certo charme, marcado pela frivolidade da ação. No entanto, tal prática deveria estar dentro de certos limites, na tentativa de deixar clara a fronteira entre o divertimento e o vício. De certo modo, o volume apostado poderia também funcionar como indicador das capacidades financeiras dos jogadores, quer dizer, dos amantes do esporte turfístico.

Como se pode supor, a maior parte dos capitais envolvidos nos programas dos hipódromos vem do bolso dos apostadores. Segundo Vitor Melo, as primeiras apostas, no seio do turfe, teriam surgido de forma espontânea entre os proprietários dos animais e alguns freqüentadores. A primeira tentativa de profissionalização deste negócio, teria vindo do *Jockey Club* em 1872, ao alugar a casa das *poules* existente em seu Prado<sup>95</sup>. A empreitada parece ter dado bons frutos rapidamente e os primeiros *bookmakers* teriam se instalado na cidade. Num primeiro momento, associados aos clubes de corridas, recebiam comissão para a emissão das *poules*, posteriormente teriam se diversificado vendendo loterias, permitidas ou não, e recebendo apostas para frontões, belódromos e boliches, por exemplo. É necessário informar que alguns *bookmakers* não conveniados às sociedades de corridas vendiam *poules* para os espetáculos dos prados sem repassar o percentual aos clubes de turfe. Progressivamente, o descontentamento com esta situação foi aumentando, com a agravante de que tais práticas passariam a associar o turfe antes a um jogo de azar que a um esporte.

Pode-se dizer que a preocupação das sociedades de turfe era dupla. Em primeiro lugar, desejava-se criar um monopólio para a exploração das apostas e em segundo lugar, ao exercer este controle, tirando a venda de *poules* das mãos dos *bookmakers*, se tentaria preservar a imagem higiênica e civilizatória do turfe nacional. A aproximação entre os dirigentes destes clubes e as autoridades municipais e federais, parece ter favorecido o processo que culminaria com a proibição do funcionamento das agências de apostas.

Pelo Código Penal de 1890, as corridas de cavalos não foram consideradas jogos de azar. Em 1893, através do Decreto n. 41 de 17 de maio, a Câmara Municipal proibiu que *bookmakers* ou qualquer outro particular realizasse apostas nas dependências dos hipódromos<sup>96</sup>. Posteriormente, apareceria como contravenção o ato

---

<sup>95</sup> MELO, Vitor. Op. cit. p. 164.

<sup>96</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, Códice 40-2-33, fl. 1.

de se apostar nas corridas a pé ou a cavalo, estando-se fora dos recintos nos quais se realizariam tais disputas. Portanto, se a *poule* fosse comprada nas dependências dos prados, nos locais autorizados, não haveria nenhuma infração, contudo, se a aposta fosse efetuada fora destes locais estaria constatada a prática de jogo de azar.

Na lei orçamentária de 1894, ficou estabelecido que “frontões, belódromos e estabelecimentos congêneres, com venda de *poules*, e as casas denominadas *bookmakers* ou análogas pagarão o imposto anual de doze contos de réis”<sup>97</sup>, em duas prestações semestrais, devendo a primeira ser paga até o fim de janeiro e a segunda até o fim de julho. Já os prados de corridas deveriam pagar apenas seis contos de réis. Não sem motivos, num documento datado de 12 de abril de 1894 enviado ao prefeito Henrique Valadares, uma sociedade de corridas congratulava-se com o chefe do Executivo Municipal...

A diretoria da sociedade *Turf Club*, que teve a grata satisfação de ver com a presença de V. Exa. tornar-se de maior brilhantismo a diversão realizada no último domingo, vem assegurar à V. Exa. os protestos de seu reconhecimento pelas acertadas e enérgicas providências que dignou-se de dar no sentido de ser mantida em toda a sua plenitude a lei em vigor, relativa aos *bookmakers* e que resguardarão os interesses do *turf-club* da indevida e perniciosa concorrência dos mesmos *bookmakers*.<sup>98</sup>

Assim, os antigos aliados das sociedades de corridas foram transformados nos principais alvos a serem derrubados. Não acredito que o motivo fundamental desta desavença entre os clubes de turfe e as agências de apostas fosse o controle exclusivo do montante gerado pelas vendas das *poules*. Em 1886, por exemplo, foi registrada a venda de cerca de 550.000 *poules*<sup>99</sup>; em 1891, o *Turf Club* aumentou o salário dos funcionários da casa das apostas, em virtude do excesso de trabalho; e, nos anos de 1890, destacamos os, já citados, programas realizados pelo *Derby Club* cujos movimentos em apostas foram extraordinários. Talvez algo mais importante estivesse em jogo. As diretorias destes clubes eram formadas por membros da elite, moderna ou

---

<sup>97</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>98</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, Códice 42-3-19, fl. 212.

<sup>99</sup> Cf. MELO, Vitor. Op. cit. p. 167.

tradicional, não sendo raro autoridades federais surgirem como seus mais destacados sócios. Os representantes do espírito modernizador, entusiastas da idéia de se “realizar a civilização européia nos trópicos”, nas palavras de Chalhoub<sup>100</sup>, estavam determinados a cumprir tais metas, tentando defender o turfe, e todo o ideário em torno dele, dos ataques promovidos pelos “inimigos do progresso”, como diria Luiz Edmundo. Por falar no cronista, vamos encontrá-lo desfilando sua, nada fina, ironia.

Os mentores do esporte nacional, (...), continuam pregando a necessidade de desenvolver e apurar a raça cavalariça. O país já é de inúmeros cavalos, sabe-se disso, mas, os cavalos não prestam, graças a uma precária ancestralidade. Sangue medíocre e pobre. Por isso vai-se buscar um pouco de sangue puro a outras partes: à Inglaterra, por exemplo, à França, à Alemanha, à Argentina...<sup>101</sup>

Utilizando o turfe como metáfora, Edmundo vai se valer dos ideais deste esporte para louvar uma vez mais a introdução de critérios civilizatórios europeus, no sentido da melhoria e aperfeiçoamento dos próprios brasileiros. A ancestralidade precária e o sangue medíocre seriam a principal herança deixada pelos portugueses, características que jamais fariam do Brasil um país progressista. Pelos campos, aonde já se ouvia um “relinchar estrangeiro que ativa o cio das nossas éguas”<sup>102</sup>, se revelaria futuramente o “cavalo nacional, (...) ser (...) de aço e músculo, lindo de estampa, airoso, ágil, e, na corrida, capaz de vencer o vôo da andorinha...”<sup>103</sup>. Este cavalo se compara à descrição que Edmundo faz do índio brasileiro. Para este cronista, em função da mistura do “sangue pobre” português com o **sangue rico** indígena na constituição do povo brasileiro, os elementos degenerativos do primeiro “corromperam” o segundo. Segundo algumas teorias racistas em voga no Brasil no fim do século XIX, a partir do entrecruzamento de raças, as características negativas

---

<sup>100</sup> CHALHOUB, Sidney. Op. cit. p. 251.

<sup>101</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 845.

<sup>102</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>103</sup> *Ibidem, ibidem.*

de uma se sobreporiam às positivas da outra, formando, por assim dizer, um ser degenerado<sup>104</sup>.

Deixando as ironias e as metáforas de lado, o turfe, nestas palavras de Edmundo, teria um caráter explicitamente científico e capaz de oferecer reais benefícios para o país ou pelo menos para uma elite amante dos prados, desejosa por ver páreos mais emocionantes e animais de melhor qualidade. Tomando melhoria como um dos sentidos deste progresso e modernização alentados pelos sócios dos clubes de turfe, o esporte seria um dos principais representantes deste “projeto civilizatório” em curso no Brasil, mais drasticamente no Rio de Janeiro, na primeira década do século XX.

Voltando à questão proposta na página anterior, Vitor Melo localizou algumas críticas ao turfe, nas quais já surgia a questão da aproximação entre estas corridas e o jogo de azar<sup>105</sup>. Com tal mácula, as sociedades de corridas deixariam cair por terra os seus objetivos originais. Numa tentativa de manter sua reputação e trajetória limpas, percebo que as sociedades de corridas, em cujos ideais primeiros estava a divulgação de uma distração útil e agradável e a preocupação com a melhoria da raça cavalar nacional não aceitaria ser marcada pela ação dos *bookmakers* e de apostadores incapazes de compreender o “verdadeiro espírito esportivo”, como afirmou Edmundo. Manter o *Jockey* ou o *Derby* distantes dos elementos preocupados apenas em corromper tal empresa, representaria uma vitória simbólica dos ideais reformistas preconizados por seus próprios diretores.

Tal triunfo, pode ser mais bem compreendido através do parecer emitido por Freire do Amaral em 29 de janeiro de 1895, a pedido do prefeito Furquim Werneck sobre a Lei que proibiu o funcionamento dos *bookmakers*. O procurador deixou clara a diferenciação entre os hipódromos e outras diversões, inscrita na lei.

Entretanto, procurando estudar o espírito que presidiu a elaboração dessa lei e as decisões anteriores do Conselho Municipal, parece que foi sua intenção extinguir todos os estabelecimentos de jogo por meio de apostas, com ou sem venda de *poules*.

---

<sup>104</sup> Para uma discussão aprofundada sobre as teorias racistas no Brasil no período citado, ver SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

<sup>105</sup> Cf. MELO, Vitor. Op. cit. pp. 168-169.



Estão virtualmente excetuados os prados de corridas (hipódromos), classificados à parte nos orçamentos, taxados com impostos menos elevados e protegidos até por leis especiais.<sup>106</sup>

Em todo este debate, a questão mais importante nunca foi a da suspensão ou proibição das apostas, mas sim quem poderia apostar, aonde e como. Deste modo, uma indagação de Luiz Edmundo, nos serve bem para encerrar este item, “Que importa, na verdade, a ausência do verdadeiro espírito esportivo, por parte da massa, se os ideais cogitados não de ser, tarde ou cedo, atingidos?”<sup>107</sup>

---

<sup>106</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, Códice 42-3-37, fl. 5-7.

<sup>107</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 846.

### 1.3 – CAVALOS DE CRINA, OSSO E PAU

Mas nem só de competições de remo, corridas de cavalos, frontões, belódromos e boliches vivia o mercado de diversões da cidade. Em meio a eventos que poderiam trazer glamour, charme ou ares de modernidade, combinados ou não, os habitantes do Rio de Janeiro também se deparavam com uma variedade de outras formas de lazer espalhadas pela cidade. Algumas poderiam ser chamadas de reminiscências dos tempos idos ou, como preferiam os reformadores, trariam as marcas do atraso colonial, que as picaretas de Passos faziam questão de derrubar. Numa carta do procurador Aureliano Portugal, enviada ao Sr. Diretor Geral de Polícia administrativa, arquivo e estatística em 3 de abril de 1905, nos deparamos com uma diversão que não tinha local fixo para suas apresentações.

O sr. Prefeito do distrito federal recomenda a essa diretoria que chame a atenção dos agentes da prefeitura para um indivíduo que perambula pelas ruas da cidade expondo um urso domesticado, a fim de que verifiquem se o açamo que o animal traz aplicado ao focinho o maltrata e martiriza, como parece em contravenção das posturas e leis municipais e que, no caso afirmativo, determineis aos mesmos agentes que coíbam semelhante crueldade, impondo ao responsável (...) multa.<sup>108</sup>

As apresentações de ursos domesticados nas ruas do Rio de Janeiro pareciam ser comuns. Numa ilustração do humorista Raul Pederneiras intitulada “algumas figuras de ontem”, nota-se a “dança de urso”<sup>109</sup>. Ermínia Silva em sua tese cita o depoimento de Barry Charles Silva no qual comenta que seu avô seria um saltimbanco com a habilidade de fazer dançar o urso<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Documentação Avulsa, códice, 39-2-40. fl. 35.

<sup>109</sup> Ver SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. (1ª. ed, 1983), São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

<sup>110</sup> SILVA, Ermínia. *As múltiplas linguagens na teatralidade circense: Benjamin de Oliveira e o circo teatro no Brasil no final do século XIX e início do XX*. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, 2003. p. 35.

Notando que o ano do registro deste fato é 1905, é instigante pensarmos que a preocupação do prefeito Pereira Passos, o mesmo que mandou recolher e matar centenas e centenas de cães encontrados sem licença, repousasse sobre o fato do animal exposto estar sendo submetido a algum tipo de mau trato. A circulação de animais pela cidade sempre foi muito comum, inclusive as feiras realizadas para a venda deles. Em alguns casos, em vésperas jogados em adros de igrejas, os prêmios principais a serem distribuídos eram frangos, galinhas, patos, podendo-se até chegar como grande prêmio a um burro velho.

Como reformador dos costumes da cidade, oferecendo-lhe o “sopro civilizador”, nas palavras de Luiz Edmundo, Passos poderia entender que o fato de um homem andar com um urso, bicho incomum em terras tropicais, domesticado, poderia representar exatamente a vitória da civilização contra a barbárie. Tanto que o problema não é mostrá-lo em público, mas sim se o animal estaria sendo bem tratado pelo seu dono. É importante pensar que a Sociedade Protetora dos Animais invocando o espírito civilizador no sentido de se fazer abolir chicotes, coisa que já estaria prevista na lei, exigia que os fiscais municipais tivessem uma atuação eficaz no combate a tais práticas<sup>111</sup>. Desta forma, tanto a organização quanto o prefeito entendiam a domesticação de animais como um traço de civilidade, devendo apenas serem punidos aqueles que maltratassem os bichos. Por este critério, tais espetáculos eram permitidos e talvez até incentivados pelo Poder Público.

Por esta época, as rinhas para as brigas de galos eram permitidas. Num requerimento de 1872, enviado por Luiz Gonzaga Borges, era pedida autorização para a realização de tais espetáculos em terrenos de sua propriedade, justificando que tal “divertimento” seria muito conhecido em vários países, como a Inglaterra. Se lembrarmos que a proibição legal para as brigas só ocorreu na presidência Jânio Quadros, é de se supor que a prática de se apostar em galos nas rinhas seria comum no início do século XX.

As touradas também poderiam ser uma fonte de diversão. Foi possível identificar duas praças de touros no Rio de Janeiro por esta época, uma pertencente a Humbelino Dias localizada na rua do boulevard e outra na rua das laranjeiras, sede do Club Tauromachio Federal, sob a presidência de Miguel de Oliveira Costa. Contudo, estes espetáculos não pareciam atrair muito a atenção do público, sendo registrados

---

<sup>111</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Documentação Avulsa, códice, 39-2-40. fl 4.

alguns tumultos pelo fato dos touros serem muito mansos e em outras ocasiões as pessoas pareciam torcer pelos quadrúpedes.

É de se supor que as atrações com animais eram muito populares por esta época. De acordo com a documentação recolhida, acho que sim. Além das atrações já citadas, ainda havia uma série de circos e companhias, aonde, não raro, os números principais teriam como coadjuvantes homens e mulheres. Poderia citar como exemplo a Companhia Equestre Cruzeiro do Norte de propriedade de Rocha & Andrade que durante o mês de agosto de 1895, apresentou-se no adro da Igreja de Santanna, no Campo de São Cristovão e no Largo da Glória; a Cia. Equestre Gymnastica Acrobática Estados Unidos do Brasil, pertencentes à Pery<sup>112</sup> & Coelho que, entre 1896 e 1898, montou seu circo na Rua e no Campo de São Cristovão, no Boulevard 28 de setembro, na Rua Barão de São Félix e na Rua João Ricardo, hoje Bento Ribeiro, nas proximidades da Central do Brasil; ou ainda o Circo Equestre Novo Mundo de Antonio Gonçalves que no ano de 1899 armou sua lona na Rua das Laranjeiras e na Rua Voluntários da Pátria. Luiz Edmundo, não se importou muito com todos esses nomes pomposos e os colocou sob o mesmo nome de *circos de cavalinhos*.

Contudo, estas atrações não parecem ter surgido no final do século XIX. Ermínia Silva afirma que a primeira referência a um circo eqüestre é de 1842 na cidade de São João Del Rey<sup>113</sup>. No Rio de Janeiro há indicações de espetáculos que misturavam exercícios eqüestres e ginásticos durante as festividades do Divino Espírito Santo deste esta mesma época. Estes “circos de cavalinhos” ofereciam ao seu diverso público vários tipos de atrações, como equitação, malabarismo, equilibrismo, pantomimas, música e teatro.

Estes “alegres e pitorescos circos” constituiriam “a diversão diletta do poviléu que não pode ir ao teatro e muito menos freqüentar *music halls*”<sup>114</sup>. Sem tentar esconder seu descontentamento estético com estes espetáculos, nosso cronista defensor das picaretas salvadoras de Passos, diz que

---

<sup>112</sup> Há uma referência em Luiz Edmundo, provavelmente, sobre esta família. Diz ele: “Possuímos, pelo tempo [1901], uma família inteira de célebres ginastas, a família Peri. Rompe fronteiras, corre mundo, a fama singular dessa família. À frente dela está o Anquises Peri, belo e forte rapaz”. EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 495.

<sup>113</sup> SILVA, Ermínia. Op. cit. p. 45-46.

<sup>114</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 493.

Vale (...) a pena recordar os circos de cavalinhos, quase de todo desaparecidos, com os seus pitorescos abarracamentos de lona e corda, as suas esfandangadas charangas, os seus palhaços espantosos dançando a chula, o miudinho, cantando ao violão e números de acrobacia, de cavalos, de feras rugidoras, além de uma pantomima que era com que se encerravam, sempre, esses ingênuos e alegres espetáculos.<sup>115</sup>

Não podemos dizer que suas palavras sejam de total desagrado ao espetáculo destes circos, tendo em vista que palavras como “ingênuo” e “alegre” soam como um grande elogio quando dirigidas por Edmundo a algo que possa remeter aos tempos do “atraso colonial”. Sobre esta tentativa de diferenciar o público dos espetáculos circenses como popular ou pertencente aos baixos estratos sociais, há uma contestação por parte de Ermínia Silva:

(...) a heterogeneidade do público circense era o reflexo da heterogeneidade da população das cidades que freqüentavam todos os espaços de entretenimentos urbanos. Não se pode negar que muitas produções culturais, dependendo do gênero e do local escolhido para a apresentação, atingiam distintas camadas sociais. Entretanto, as tentativas de classificar aquele público do circo como popular – no sentido de baixa renda, trabalhador pobre, desocupado, em contraste com que seria de “elite” e freqüentador de teatros do centro da cidade ou espetáculos de “alta cultura”, como óperas, altas comédias, dramas -, têm-se mostrado ineficientes para entender a complexidade e o hibridismo das relações de um público ampliado e variado, que passara a consumir as novas e diversas formas de expressão cultural numa sociedade como aquela do final do século XIX.<sup>116</sup>

Mesmo procurando diferenciar o público dos circos de cavalinhos daquele que freqüentava *music halls*, Luiz Edmundo não conseguiu esconder uma certa nostalgia. Os seus adjetivos mais do que depreciar estes espetáculos, procuravam caracterizá-los como pitorescos, pertencentes a um tempo que não existiria mais. Ligando-os ao “atraso colonial” relacionava-os aos tempos de sua infância, tempo no qual podia se divertir com tais apresentações.

---

<sup>115</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>116</sup> SILVA, Ermínia. Op. cit. p. 142.

Através das afirmações de Ermínia Silva, pode-se supor que nos mais variados espaços de entretenimento existentes na Capital Federal, também haveria uma grande diversidade dos seus freqüentadores. Deste modo, uma outra diversão também ligada aos cavalos parece ter feito sucesso: os cavalinhos de pau.

É possível se encontrar referências a esta diversão ou jogo desde 1859, quando “as autoridades policiais e a Câmara lamentavam a sua existência ou não concordavam com a sua realização em áreas muito movimentadas”<sup>117</sup>. No ano de 1879, Antonio Chrispim de Oliveira solicitou licença para a exploração de tal divertimento na Rua General Câmara. A fim de enviar sua opinião à Câmara, o Chefe de Polícia, Tito Pereira de Mattos pediu ao titular da 3ª Delegacia de Polícia, Félix José de Costa e Souza um parecer sobre o caso. Foi informado que tal não passava de uma forma de jogo de azar, sendo assim orientado para não dar deferimento ao requerimento do suplicante. Nosso informante define a *diversão* como “um jogo, à semelhança da roleta, onde se fazem apostas ou paradas, com esperança de lucro, e o empresário ou dono da casa auferia grandes proventos”<sup>118</sup>. Numa máquina que simularia um prado, com 12 cavalos *alinhados* – sem direito a *forfait*, correriam vários *páreos*. Os apostadores teriam uma mesa com 12 números para realizarem suas apostas, sendo que cada *puro sangue* só poderia receber uma aposta fixa de 200 réis. Segundo este mesmo informante, o dono do jogo retiraria de *barato* por cada rodada o equivalente a 3 cavalos, sendo o restante do montante para o vencedor.<sup>119</sup>

Ainda somos informados que duas licenças foram cassadas e uma terceira teria o mesmo destino, deixando João José de Mello estabelecido na rua da Carioca, 13 sem sua fonte de renda. Taxado como *inconveniente* seria de se supor que os esforços fossem feitos no sentido de se reprimir tal jogo. Contudo, vemos Otto Nell em 1885, receber licença para explorar cavalinhos de pau no adro da Igreja do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Santanna. Neste mesmo pedido percebe-se que em outros anos tal licença havia sido concedida, presumivelmente, sob a alegação de que auxiliariam esta Irmandade com as obras para a construção da nova matriz<sup>120</sup>.

---

<sup>117</sup> ABREU, Martha. Op. cit. p. 262.

<sup>118</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, código 42-3-19, fl 55.

<sup>119</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>120</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, código 42-3-19, fl. 83.

Não apenas neste momento temos uma liberação para este divertimento. Por exemplo, Jorge Matheus manteve um circo de cavalinhos de pau na Praça Marechal Deodoro no período entre setembro e dezembro de 1898<sup>121</sup>; J. C. Kinsler recebeu licença para montar cavalinhos de pau na Rua da Glória, no Cais da Lapa em 1899<sup>122</sup>; Manoel Eurípedes Oliveira levou seus *tordilhos e alazões* para a estação de trens do Méier em maio deste mesmo ano<sup>123</sup> e João Baptista de Carvalho conseguiu feito maior, quando conseguiu a liberação por um ano, a contar de novembro de 1899, para instalar no Campo de São Cristóvão “alguns divertimentos, como (...) corridas de bicicletas e a pé, tombolas sem jogos proibidos, exibições de teatrinhos automáticos, cavalinhos movidos à máquina, bailes populares e outras diversões semelhantes(...)”<sup>124</sup>. Estas não foram as únicas licenças concedidas para a exploração dos cavalinhos de pau; entre 1890 e 1910 as autoridades deram permissão a inúmeros pequenos empresários que ganhavam a vida bancando tal jogo<sup>125</sup>.

Os poderes municipais receberam vários requerimentos solicitando licenças para alguns divertimentos desconhecidos, contudo na maioria dos pedidos havia alusão a aspectos científicos, de civilidade, de modernidade ou havia uma referência ao sucesso obtido nas metrópoles européias. Não havia uma política ajustada em relação à concessão destes alvarás. Algumas vezes, divertimentos eram rejeitados pelo local escolhido para a sua instalação, como foi o caso do pedido feito por Rafael Zunino para a exploração do seu **Balanço Diabólico**<sup>126</sup>. O nosso empresário se dirigiu à Câmara Municipal em 27 de junho de 1895, com o intuito de:

(...) pedir licença (...) para estabelecer no Largo de São Francisco de Paula, em frente à rua do Ouvidor, pelo prazo de 6 meses, um divertimento intitulado **Balanço Diabólico**.

---

<sup>121</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, diversões públicas, código 42-3-19, fl. 35.

<sup>122</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, diversões públicas, código 42-3-19, fl. 43.

<sup>123</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, diversões públicas, código 42-3-19, fl. 301.

<sup>124</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, diversões públicas, código 42-3-19, fl. 366-389.

<sup>125</sup> Ver Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, diversões públicas, código 42-3-19.

<sup>126</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Loterias, código 46-1-46, fl 247.

Este divertimento consiste em um quiosque feito de madeira e forrado de lona pintada, conforme o desenho junto; dentro, uma pequena sala mobiliada e com cadeiras para os espectadores, sala que se move em rotação imprimida por dois homens menos a parte em que estão os espectadores, produzindo o efeito ótico do movimento de todos os objetos. Este efeito ótico, baseado na física foi uma das maravilhas da próxima passada exposição de Chicago.<sup>127</sup>

Os pareceristas nem se deram ao trabalho de analisar melhor a pretensão do empresário uruguaio, ou de sugerir um outro local, em função de considerarem absurda a idéia de se instalar divertimento com grandes dimensões, em sítio tão movimentado como o escolhido. O argumento definitivo para o indeferimento da requisição é o fato do **balanço** constituir um atentado contra a viação pública.

Já Koch Angelo & Cia. deram um pouco mais de sorte, pois o **Labirinto** que pretendiam explorar, pôde ser instalado na Praça D. Pedro I, em São Cristovão, no ano de 1891<sup>128</sup>. Com relação ao destino do requerimento feito pelos sócios João Baptista Pereira e Joaquim Fernandes da Costa cujo objetivo era explorar a **Câmara Escura Portátil**, não posso dar notícia. Contudo, segundo a dupla, “o divertimento aludido consiste em um aparelho científico, usado até nas escolas politécnicas, e de que os suplicantes o aproveitam, armando um pequeno quiosque portátil e de onde se vê todos os movimentos, ao natural, apanhados pelo prisma”<sup>129</sup>.

Na esteira destes divertimentos “científicos” e “educativos” poderiam também fazer parte, os **cosmoramas**. Estes divertimentos foram considerados “as maiores atrações internacionais dos anos 1830”<sup>130</sup>. Em “desajeitadas barracas” os visitantes entravam, após o pagamento do ingresso, e podiam ver paisagens de diversos países aumentadas por lentes. Martha Abreu localiza em 1869, o início da perseguição aos cosmoramas, com o indeferimento de um pedido de prorrogação de licença para que Antônio da Silva Júnior, pudesse continuar explorando tal divertimento<sup>131</sup>. Se com os

---

<sup>127</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>128</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, código 42-3-31, fl 21.

<sup>129</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, código 42-3-31, fl 32.

<sup>130</sup> ABREU, Martha. Op. cit. p. 264.

<sup>131</sup> *Ibidem, ibidem.*



cavalinhos de pau, a repressão se deu de forma ambígua e incoerente, o mesmo parece ter ocorrido com os cosmoramas.

Em 19 de maio de 1877, José Corrêa de Aguiar Curvello e Cypriano Branco pediram à Câmara, licença para continuar explorando em suas próprias casas o cosmorama. Poderia dizer que a lente que aumenta a paisagem, pode aumentar o olho do visitante. Contando com o *olho grande* dos frequentadores, estes empresários juntaram a “educação” à possibilidade de algum ganho pecuniário imediato. Assim pretenderam estabelecer

sortes ou prêmios em suas casas da maneira que entenderem com o fim das pessoas que verem o cosmorama terem além disso o referido prêmio, mediante a quantia de duzentos réis, pagando o que for necessário para o ex-cesso da licença, com o fim determinado das referidas sortes, a que se tem usado, se usa sempre e ainda presentemente a Ilma. Câmara acaba de conceder ou concede aos indivíduos que vão se estabelecer em barracas na ocasião da festa do Espírito Santo ou outras...<sup>132</sup>

O contador encarregado de emitir seu parecer sobre o pedido, opinou pelo deferimento, mas numa estância superior a requisição foi negada. Isto não implica que os dois tivessem sido obrigados a fechar os cosmoramas que exploravam nas suas respectivas casas, apenas não obtiveram a liberação para explorar outros divertimentos. Na petição de José e Cypriano, também é importante a afirmação de que a Câmara Municipal costumava permitir a exploração dos cosmoramas junto a sorteios.

A dificuldade das autoridades municipais em definir uma política referente às liberações e proibições das diversões na cidade era bastante clara. Ainda com relação aos cosmoramas, o prefeito Furquim Werneck emitiu uma circular em 11 de junho de 1895, informando que todos os estabelecimentos deste tipo existentes na cidade deveriam ser fechados, e que caso fosse necessário, a força policial deveria ser empregada. Contudo, para o ano seguinte, já foi possível constatar que alguns cosmoramas estavam em funcionamento, como o de Philippe Gazelle e Adolpho Mallitz que receberam “licença para ter um cosmorama (...) à rua do Lavradio n. 126,

---

<sup>132</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, código 42-3-19, fl 37.

sala térrea”<sup>133</sup> em 27 de maio de 1896 e o pertencente à Bernardino Teixeira da Silva cujo mesmo pedido foi deferido em 2 de outubro do mesmo ano e seu divertimento instalado no prédio n. 63 da rua Visconde do Rio Branco.<sup>134</sup>

Martha Abreu argumenta que a partir de 1850 intensificou-se uma política no sentido de serem reprimidas as diversões que poderiam colocar em xeque a moralidade pública ou aquelas consideradas impróprias para uma cidade que se desejava civilizada. Acrescenta que as autoridades municipais encontraram muitas dificuldades, nunca chegando a estabelecer um caminho coerente que indicasse uma política unificada no sentido da proibição de algumas práticas indesejadas<sup>135</sup>.

A falta de acordo entre as autoridades municipais fica exposta quando em 1879, o chefe de polícia Tito de Mattos se dirigiu à Câmara Municipal nos seguintes termos:

Desejando manter a maior harmonia entre esta repartição e a Ilma. Câmara. Municipal, como convém aos interesses do serviço público, rogo a vossas Exas. Dignem-se, antes de conceder licença para certos divertimentos públicos suscetíveis de comprometerem a tranquilidade pública ou de ocasionarem fraudes, como [ocorre] com o **tiro mecânico**, e outros semelhantes, ouvir-me a fim de (...) [que eu possa expor] com franqueza a minha opinião sobre o assunto, deliberando à vista dela Vas. Exas. Como mais justo lhe parecer em sua sabedoria.<sup>136</sup>

Num primeiro momento, as reclamações do chefe de Polícia parecem ter sido ouvidas. Tanto que a Câmara a fim de decidir sobre o deferimento ou não do pedido de Antonio Chrispim, relacionado aos cavalinhos de pau, remeteu o requerimento ao Sr. Tito de Mattos e só indeferiu a petição após conhecer sua opinião. Contudo, somos levados a pensar que este tipo de prática estaria antes ligada à ação isolada de alguns titulares da chefia do polícia, do que a uma política estruturada e bem coordenada pelos vários órgãos do Poder Público municipal, interessados em manter a ordem e a tranqüilidade públicas. A polícia, de fato, parece ter um papel secundário nestas

---

<sup>133</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, código 42-3-35, fl 21.

<sup>134</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, código 42-3-31, fl 50.

<sup>135</sup> ABREU, Martha. Op. cit. pp 264-265.

<sup>136</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Diversões Públicas, código 42-3-19, fl 51.

questões. Se, por um lado, desejava participar ativamente de certas decisões, por outro, via sua ação direta nas ruas ser limitada pela indefinição de uma política clara, que acabava determinando a “irregularidade da ação policial”.<sup>137</sup>

A esta observação, acrescentaria que nos tempos republicanos, os responsáveis por conceder e rejeitar licenças também enfrentaram os mesmos problemas, estando sempre, um pouco perdidos, entre avanços e recuos, ou então na falta de ajuste dos três poderes. No caso dos frontões, a posição tomada pela Câmara Municipal no sentido de restringir sua atuação recebeu pareceres que do ponto de vista jurídico, apontavam para uma ilegalidade da medida, pois estariam interferindo em matéria de âmbito federal. Neste sentido, o jogo do bicho pode ser mais um elemento para este desacerto entre autoridades. Vários bicheiros tiveram seus processos arquivados, em vários momentos da perseguição, pelo fato de alguns juízes entenderem que os processos seriam juridicamente nulos.

É em meio a este panorama de indefinição quanto à repressão que pode-se surpreender os cavalinhos de pau, sob o nome de *petits chevaux*, já sendo considerado jogo permitido de acordo com o decreto n. 14.808, de 17 de maio de 1921. Neste mesmo ano, através da circular n. 49 de 19 de novembro, era a sua regulamentação publicada.<sup>138</sup> Assim este jogo poderia ser realizado nos Clubes ou Cassinos legalizados pelo Ministério da Fazenda. A entrada nestes estabelecimentos autorizados e a participação nos jogos – de azar, só seria permitida aos sócios efetivos, sendo “indispensável a apresentação de um título, caderneta, cartão ou outro qualquer documento comprobatório de sua qualidade de sócio efetivo, documento este numerado e contendo nome, idade, profissão, residência e os principais sinais fisionômicos do sócio”<sup>139</sup>. Os cavalinhos de pau, quer dizer, *petits chevaux* aparecem em duas versões diferentes das originais. A primeira mais lembraria o jogo da roleta. Enfim, todo o maquinismo empregado, justificaria o afrancesamento da diversão.

---

<sup>137</sup> BRETAS, Marcos. Op.cit. p. 93.

<sup>138</sup> BRASIL (Diretoria da Receita Pública). *Circular N. 49 de 19 de novembro de 1921*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

<sup>139</sup> *Ibidem, ibidem*, pp 3-4.

No centro da mesa encontra-se uma pequena bacia de metal perfurada, em torno da qual se faz girar uma bola de marfim que, atravessando uma das aberturas da bacia, cai em um *plateau* fixo, de onde é expelida por um dos braços giratórios, de metal, os quais estão debaixo da bacia as aberturas de uma galeria circular, indo alojar-se em uma das 26 casas do grande círculo móvel, composto de 26 cavalos.<sup>140</sup>

As apostas seriam feitas de forma muito parecida como na roleta, podendo apostar-se nos vencedores, nos pares, nos ímpares, nos grandes e nos pequenos, por exemplo. Já a outra versão aceita pela circular seria mais parecida com a original, sendo a máquina um

aparelho de precisão constituído de 19 cavalinhos presos a 19 vergas horizontais, de metal, girando independentemente uns dos outros, em torno de uma haste vertical comum. Os cavalos são colocados em linha, em uma pista circular, por meio de uma manivela que aciona uma barra movediça. Dada a partida, depois de um indeterminado número de voltas os cavalos vão parando lentamente, ganhando aquele que mais perto ficar no poste vencedor.<sup>141</sup>

Assim, uma diversão que havia sido considerada inconveniente em vários momentos pelas autoridades, acabou alcançando o *status* de jogo permitido, com regulamentação, regras e até um nome afrancesado. Esta trajetória dos cavalinhos do pau, me leva a pensar sobre o jogo do bicho. Principalmente, sobre o caráter simbólico desta loteria, visto que não foi banida nem tampouco incorporada ao universo dos jogos lícitos.

O divórcio forçado entre o jogo do bicho e o Jardim zoológico vai deixar à mostra quais tipos de diversão deveriam ser privilegiadas. É como se o jogo do bicho fosse o filho bastardo do parque dos animais. Todo os adjetivos que o caracterizaram como um divertimento capaz de trazer benefícios físicos, culturais e intelectuais, portanto consonante com os ideais das autoridades de civilizar a cidade, são imediatamente trocados quando se percebe que aquele estabelecimento passou a ser espaço de diversão das classes populares, através da prática do jogo do bicho.

---

<sup>140</sup> *Ibidem, idem*, p. 17.

<sup>141</sup> *Ibidem, idem*, p. 19.

Entendo que a questão do controle social e dos desejos de modernizar o espaço público é fundamental para se compreender o processo que manteve o Jardim aberto, com jogos lícitos, e pôs o jogo do bicho na ilegalidade. Afinal, um projeto modernizante, representado pelo parque dos animais, não poderia conviver com um dos traços do “atraso colonial”, ou seja, a “jogatina desenfreada”. Isto, sem contar, que tal processo se dá exatamente no momento do Encilhamento. Esta ambigüidade acompanhou a perseguição ao jogo do bicho e a outros jogos populares durante décadas.

Se de um lado, o Poder Público foi delimitando as fronteiras entre o jogo legal e o jogo ilegal no sentido de coibir jogos proibidos, o fez na tentativa educadora/moralizadora dos trabalhadores. Por outro lado, este mesmo poder passou a definir espaços próprios aonde poderiam ser feitas as apostas. Se, por um lado as elites conseguiram garantir espaços para o jogo, seja nos prados, seja em outros lugares, por outro os trabalhadores acabaram vendo suas formas de apostar cada vez mais controladas. Talvez controlar os cavalos, presos em vergas de metal, fosse mais fácil que manter macacos, cobras, tigres, águias, borboletas e burros presos nos muros do Jardim zoológico.

## CAPÍTULO II

### DOS BICHOS AOS NÚMEROS OU DO BARÃO AOS BANQUEIROS

No capítulo anterior, procurei pensar o jogo do bicho como mais uma alternativa de diversão dentro do Jardim zoológico e, posteriormente, no âmbito da emergência do mercado de divertimentos experimentado pela capital federal entre 1890 e 1910. Ao fazer isto a intenção foi a de sair de um lugar comum, pois tanto acadêmicos ou memorialistas desta loteria a percebiam como algo que tivesse sua origem em si mesma, procurando revelar um possível mito de criação para o jogo do bicho. Também acredito que a proibição imposta ao sorteio dos animais se deu em função de um processo ocorrido no ano de 1895, no qual a Prefeitura procurou intervir firmemente no mercado de diversões, ligadas aos jogos de azar, do Rio de Janeiro com o objetivo de coibir tais práticas.

Apesar de perceber o jogo do bicho como mais uma diversão no meio de várias, não é possível deixar de perceber algumas de suas especificidades. Num mercado tão concorrido como era o das loterias, acredito que alguns elementos intrínsecos ao bicho foram fundamentais para sedimentar seu sucesso. Diferentemente de qualquer outra loteria, a aposta seria feita nos animais e não nos números. Mesmo se pensarmos que antes do fim do século XIX o jogo do bicho já fazia uso intenso dos números, a primazia sempre coube aos animais, ao menos, no imaginário dos apostadores. A vitalidade dos 25 bichos de Drummond se sobrepunha à frieza científica dos algarismos. As características dos animais criadas coletiva e anonimamente pela multidão de apostadores, animavam as tentativas de se encontrar o palpito certo.

Para além das questões totêmicas em torno do jogo do bicho discutidas por Sóarez<sup>142</sup>, acredito que alguns fatores de ordem estrutural foram fundamentais para a sua afirmação como a loteria mais popular do Rio de Janeiro a partir de seu início no Jardim zoológico. Assim, a existência de um mercado consumidor de bilhetes de loterias; a existência de uma intrincada rede que envolvia estabelecimentos comerciais variados, agências lotéricas e vendedores ambulantes para a comercialização e distribuição destes bilhetes; o uso da imprensa e o incrível aumento da quantidade de meio circulante disponível na capital federal a partir do fim do século XIX, devem ser levados em consideração nesta análise.

Dividido em dois itens, este capítulo procurou privilegiar alguns aspectos importantes para o fortalecimento do jogo do bicho no mercado de loterias do Rio de Janeiro, principalmente os “jornais de bicho” e a “estrutura” capaz de absorver e comercializar eficientemente os bilhetes de apostas para os bichos.

---

<sup>142</sup> Ver SOÁREZ, Elena. *Jogo do bicho, um totemismo carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Dissertação de Mestrado, 1992.

## II.1 – VALE O IMPRESSO - OS “JORNAIS DE BICHO” E OS RESULTADOS NA IMPRENSA

Se por um lado o jogo do bicho está associado à emergência de um mercado voltado para as diversões na cidade do Rio de Janeiro, do outro, a imprensa se converteu num dos seus maiores aliados durante os primeiros anos de exploração da loteria. Esta ligação pode ser percebida desde os primeiros tempos do sorteio no Jardim do Barão, quando os periódicos anunciaram com satisfação a inauguração das novas atrações no parque, entre as quais, o sorteio dos bichos. Com o passar dos dias, os jornais passaram a noticiar os animais que tinham “vencido” no dia anterior e o total dos prêmios pagos pela empresa. Inicialmente, pode-se pensar que esta divulgação diária tinha como objetivo principal o aumento do número de visitantes ao zoológico. Seria mais uma estratégia da Companhia visando o aumento dos lucros.

No entanto, a relação entre o jogo do bicho e a imprensa do Rio de Janeiro se deu de modo mais intenso. Na primeira década do século XX, algumas tipografias percebendo a existência de uma grande demanda em torno desta loteria, passaram a imprimir os jornais do bicho. Para Nelson Werneck Sodré esta época seria um período de transição, no qual “os pequenos jornais, de estrutura simples, (...), cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário específico ao exercício de sua função”<sup>143</sup>. É neste contexto de organização da imprensa brasileira como empresa capitalista que surgem os jornais de bicho. Estas folhas não precisavam ocupar muito espaço nas tipografias, tampouco precisariam de uma grande organização. Suas edições eram pequenas, não passavam de quatro páginas, além de não exigir grande apuro tecnológico ou redacional. Deste modo, os jornais de bicho representariam mais um produto posto no mercado por uma empresa gráfica.

No ano de 1903 entrou em circulação o periódico *O Bicho*. É muito provável que este tenha sido o primeiro jornal publicado especificamente em função do jogo do bicho. Neste rastro surgiram posteriormente outros periódicos voltados para o mesmo público, como a *Mascote*, *O Talismã* e *O Chico*. Este número de jornais circulou com

---

<sup>143</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. p. 315.



maior intensidade durante a primeira década do século XX. Por exemplo, *O Bicho* parece ter circulado entre 1903 e 1914, já o *Mascotte* entre 1904 e 1912. Nos anos 20 este segmento parece ter se esgotado, pois não consegui encontrar nenhum registro de diários de bicho para o período citado.

Lima Barreto nos conta em “Coisas do jogo do bicho”<sup>144</sup>, publicado originalmente em abril de 1919, que um amigo seu era dono de uma tipografia especializada em “imprimir jornais de bicho” e que ele mesmo editava *O Talismã*. Em função da importância destes periódicos para o faturamento da empresa, um único funcionário seria destacado para a execução da tarefa. No caso do *Talismã*, o “redator-chefe” assumia o nome de Dr. Bico-Doce. Segundo Lima Barreto:

O encarregado dessa obra, além de compor os jornais, redigia-os também, com o cuidado indispensável em tais jornais-oráculos de pôr, sob este ou sob aquele disfarce de seções, de *chapinhas*, de palpite deste ou daquela, todos vinte e cinco animais da rifa do Barão.<sup>145</sup>

Assim, pode-se dizer que estes jornais tinham um autor, marca da imprensa no período anterior ao chamado por Sodré de empresarial. No entanto, devido ao grande número de colunistas, os leitores seriam levados a acreditar na existência de cada um deles e na composição do jornal como uma obra coletiva. No caso destes periódicos a idéia da existência de uma redação o legitimaria como mais um periódico entre os demais diante do grande público. Por outro aspecto, a existência de vários colunistas, cada um com seus palpites diários legitimaria estes periódicos como fornecedores de palpites.

Segundo as informações colhidas por Lima Barreto, através de conversas com o tipógrafo responsável pelos jornais de bicho nesta empresa, os três principais jornais de bicho veiculados na capital federal seriam *O Bicho*, *A Mascote* e *O Talismã*. Outros teriam sido criados com o mesmo intuito. Camilo Paraguassú, por exemplo,

---

<sup>144</sup> BARRETO, Lima. “Coisas do jogo do bicho”, in: *Marginália*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Mérito S. A., 1953. pp 311- 316.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 311.

cita *A Ronda* e *O Palpite*<sup>146</sup>; já Hugo de Barros aponta a existência do “aplaudido jornalzinho intitulado *O Farol*.”<sup>147</sup>

Segundo Lima Barreto, *O Bicho* chegava a um lucro médio diário de 50 mil réis, já seus principais concorrentes *Mascotte* e *Talismã* chegavam a cerca de 700 mil réis mensalmente<sup>148</sup>. No ano de 1910, o preço de capa destes jornais era de cem réis. Comprar *O Bicho* ou a *Mascotte* seria prática indispensável dos vizinhos de Lima logo pela manhã. Não é à toa que estes periódicos são citados repetidamente por cronistas ou “memorialistas” do jogo. Luiz Edmundo comenta o surgimento destes jornais:

Há um dia, porém, em que o “jogo do bicho” registra a maior homenagem que o carioca lhe pode tributar. Aparece a *Mascote*, jornal diário, com redatores, repórteres e toda uma literatura circunscrita aos assuntos do jogo.

Um jornal diário! Um só? Vêm outros, depois, e revistas...<sup>149</sup>

Diferentemente de Lima Barreto, Edmundo afirma que os jornais de bicho eram produzidos por uma equipe e não por um único responsável. Contudo, esta afirmação parece estar relacionada aos sentidos atribuídos por este cronista ao jogo do bicho. Para o nosso cronista, esta loteria teria transformado o espírito pacato da cidade e levado as pessoas ao delírio frenético do jogo. Neste contexto, procurando dramatizar ainda mais a importância do jogo do bicho na cidade, Edmundo criou a idéia de que tal estrutura seria necessária para se colocar um periódico ligado ao bicho nas ruas. Se nosso memorialista defende a tese segundo a qual o jogo do bicho teria transformado a cidade num antro de vício, levando as pessoas a abandonarem seus respectivos trabalhos ou até a pequenos roubos em função do jogo, a afirmação de uma grande estrutura para se colocar periódicos de bichos nas ruas, auxiliaria este

---

<sup>146</sup> PARAGUASSÚ, Camilo. *Memória sobre o jogo do bicho – escrita por um soldado velho*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1954. p. 44.

<sup>147</sup> BARROS, Hugo Laércio de. *O Fabuloso império do Jogo do Bicho*. Rio de Janeiro: Editora e Gráfica Rosaly Ltda., 1957. p. 30.

<sup>148</sup> BARRETO, Lima. Op. cit. pp 311-312.

<sup>149</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 878.

autor a compor o quadro descrito por ele no qual o jogo era percebido como um escândalo.

Há um outro aspecto a diferenciar os pontos de vista destes autores. Enquanto Edmundo estava preocupado em afirmar que o jogo do bicho seria um mal à cidade, um elemento corruptor dos verdadeiros ideais propostos pelo Barão de Drummond através da idéia da criação do Jardim zoológico, Lima Barreto não irá refletir sobre o jogo em si, mas sobre os sentimentos despertados por esta loteria nos apostadores, a partir de conversas com o tipógrafo de um desses jornais e de cartas enviadas à redação do *Talismã*, particularmente ao Dr. Bico-Doce. Lima Barreto afirma que todas as missivas demonstravam esperança na “clarividência transcendente” do “redator”. Assim, Barreto centrou sua atenção na esperança expressa pelos leitores de ganhar no bicho. No final, ironiza este sentimento posto que a esperança no principal palpiteiro do jornal, seria difícil de ser alcançada, em função do Dr. Bico-Doce ser apenas um personagem criado pelo tipógrafo do jornal.

Nos jornais de bicho havia uma imensa variedade de colunas específicas para o fornecimento de palpites, o resultado do dia anterior; quadros estatísticos informando os bichos que mais “davam” e aqueles que haviam “sumido”; romances publicados sob a forma de folhetins; dicionários de sonhos; protestos e ameaças contra os banqueiros acusados de fraudar o resultado da loteria.

\* \* \* \* \*

Pode-se dizer que os primeiros contatos entre o jogo do bicho e a imprensa do Rio de Janeiro foram travados através das notas publicadas informando a inauguração dos novos divertimentos, entre os quais jogos lícitos, nas dependências da Companhia do Jardim zoológico em julho de 1892. Em seguida, o público passou a ser informado do bicho que havia aparecido na caixa no dia anterior, do montante pago em prêmios e da quantidade de ganhadores. Além disto, os jornais ainda foram utilizados para informar que bilhetes de entrada no zoológico poderiam ser adquiridos em escritórios da Companhia localizados fora do parque.

Entre 1892 e 1895, não parece ter havido uma tendência de se oferecer palpites para o “sorteio” do Jardim. Como era sabido que o Barão era o responsável

por colocar, ou mandar colocar, a gravura do bicho do dia dentro da caixa, isto diminuía o caráter de sorteio. Por outro lado, pelo menos no início, era o bicho quem escolhia o freguês e não o contrário.

Antes dos vinte e cinco bichos, já expulsos do zôo, encontrarem refúgio nas páginas dos jornais de bicho, um importante periódico da Capital Federal, tão jovem quanto esta loteria, ofereceu-lhes abrigo: o *Jornal do Brasil*. Tendo sua primeira edição ido às ruas em 9 de abril de 1891<sup>150</sup>, o “popularíssimo” teve entre 1892 e 1893 a presença do Barão de Drummond entre os seus sócios<sup>151</sup>. Empastelado pelo governo Floriano Peixoto em 1º de outubro de 1893, em função da insistência de continuar veiculando fatos ligados à Revolta da Armada, o *Jornal do Brasil* só voltou a circular em 15 de novembro de 1894<sup>152</sup>. Buscando evitar maiores conflitos políticos, que poderiam prejudicá-lo novamente, o jornal resolveu adotar “uma linha mais afeita ao dia-a-dia da cidade e aos interesses populares mais imediatos. A ênfase, agora, ia para o ‘jogo dos bichos’ (...), os crimes e reivindicações populares”<sup>153</sup>.

Ao assumir esta linha editorial, como afirmou Eduardo Silva, o *Jornal do Brasil* se transformou no primeiro jornal a dedicar um espaço exclusivo para a prática do jogo do bicho. Com a loteria já inserida no universo de jogos ilícitos e com os bichos divididos em grupos de quatro dezenas, o “popularíssimo” teve a primazia de perceber a demanda existente entre os apostadores e oferecer a eles tanto palpites quanto informar os resultados diários.

Acho possível afirmar que este periódico serviu de inspiração para os jornais de bicho na primeira da década do século XX. Havia uma colunista que parece ter se tornado famosa nestes tempos, a **Joaninha**. Luiz Edmundo e Camilo Paraguassú a citam em seus trabalhos. Além desta, surgiam outros palpiteiros como o **Kabaloso** e a **Marocas**. Outros apareciam esporadicamente com algumas trovinhas para indicar o bicho, sob os nomes de **O Felizardo** e **Macuré**, entre outros. No propósito de auxiliar os apostadores na busca do “bicho certo”, o *Jornal do Brasil* também apresentava silhuetas de animais para que o leitor encontrasse o palpite e algumas charadas. A coluna “A BICHARIA” procurava informar os bichos que mais e menos haviam saído

---

<sup>150</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. cit. p. 293.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 299.

<sup>152</sup> SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 46.

<sup>153</sup> *Ibidem*, pp 46-47.

nos últimos trinta dias, nos principais sorteios da cidade. Possivelmente, o jornal destacava apenas uma pessoa para redigir estas colunas e criar os personagens palpiteiros.

Contudo, o jogo do bicho não era uma unanimidade na imprensa carioca. Antes da publicação dos primeiros jornais de bicho, ganhou as ruas da cidade *O Bichinho*. Ao contrário do que possa indicar o título, esta folha foi veiculada com o objetivo de combater a prática do jogo do bicho no Rio de Janeiro. Seu formato era pequeno<sup>154</sup> e tinha o preço de capa de sessenta réis, tendo sido apresentado ao público leitor em 15 de maio de 1899, com a divulgação do seu primeiro número. O tamanho não parece ter sido problema, pois mesmo pequeno *O Bichinho* prometia “ser o flagelo dos usurpadores da humanidade”<sup>155</sup>. É importante dizer que apenas este número foi localizado, contudo me parece importante citá-lo pelo fato de ser a única publicação cujo objetivo exclusivo seria a luta diária contra o jogo do bicho. No editorial “Ao público”, o jornal se anunciava com o “intuito de meter um ferro em brasa nessa podridão do pior vício, (...), auxiliando a polícia e por meio que façam os bicheiros (...) desprezar [o jornal]”<sup>156</sup>.

Em meio a diversos ataques aos bicheiros e ao jogo em si, *O Bichinho* acreditava na existência de um grande sindicato nacional que controlava o bicho e produzia tramóias para tirar do povo o dinheiro ganho com honestidade e sacrifício. Tal discurso apontava para a vitimização dos apostadores. O vício não lhes permitiria perceber os males presentes no jogo e a desonestidade dos sorteios. Todavia, o jornal se colocava ao lado do “povo” para receber denúncias e levá-las ao conhecimento do Chefe de polícia. Enquanto não tinha escritório, as acusações seriam recebidas por um ilustre crioulo chamado **Taramela** que fazia ponto em frente ao Café Paris no Largo da Carioca. Esta primeira edição traz uma coluna chamada “SOFISMAS”, que viria assinada por SUNHA CALLES, numa clara alusão a Cunha Salles proprietário do

---

<sup>154</sup> Seu suporte era menor do que uma folha A4. Esta folha era dividida ao meio, sendo impressa nas quatro faces.

<sup>155</sup> *O Bichinho*, edição de 15 de maio de 1899, p. 1.

<sup>156</sup> *Ibidem, ibidem*.

Pantheon Ceroplástico, empresário de outros jogos de azar e acusado de bancar o jogo do bicho<sup>157</sup>.

Com interesses diametralmente opostos apareceu no ano de 1903: *O Bicho*. Sob o *slogan* de “Jornal diário útil e agradável, dedicado aos amantes de todos os *sports*”, este foi provavelmente o primeiro jornal diário dedicado à prática do jogo do bicho. Apresentava-se com quatro páginas, sendo vendido pelo preço de 100 réis.

Na primeira página anunciava seu palpiteiro-mór o “célebre” Manduca do Campo. Provavelmente, esta seria uma referência ao célebre capoeirista Manduca da Praia. Outro importante palpiteiro seria Sonâmbulo, o caboclo da floresta. Esta primeira página era destinada à publicação de textos literários como a história sacra “Josué na casa paterna: a história de Jacob e seus filhos” ou o romance “Mistérios de Lisboa”, de Camilo Castelo Branco. Algumas colunas de palpites também eram apresentadas na capa do jornal, como “para hoje”, “de binóculo”, “imagens/charadas”, “convressa fiaru”, “sonho do Manduca”, “sombriinhas”, “de ronda” e “palpites da Loló”. Também havia a seção correspondência, na qual o “redator” oferecia palpites “personalizados” para os leitores que escreviam para a redação do jornal. No fim desta página vinha um “aviso”:

Para acertar e ganhar pela certa, todas as semanas, é só comprar ‘O Bicho’ todos os dias, escolher uma seção, e jogar nela sempre, e cercarem o jogo que fizerem, o resultado é certo.<sup>158</sup>

Na segunda página havia as seguintes colunas de palpites: “cavaquinhos + enigma do Juquinha”, “gravura da sorte”, “Lúlú e o seu bicho”, “palitinhos japoneses” e “palpite do dia”. O resultado do dia anterior para todos os sorteios eram publicados nesta parte do jornal.

A página três era dedicada à tabela dos bichos premiados nos últimos dois meses em todas as extrações. Abaixo deste quadro, vinha uma seção intitulada “os

---

<sup>157</sup> Sobre as ligações de Cunha Salles com o jogo do bicho ver GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record/Funarte, 1996. p. 37; MARTINS, William de S. Nunes. *Paschoal Segreto: “ministro das diversões” no Rio de Janeiro (1883-1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2004. p. 78.

<sup>158</sup> *O Bicho*, edição de 01 de junho de 1910, p. 1.

bichinhos encabulados”, na qual eram citados os bichos que não “davam” há mais tempo nas diferentes e respectivas modalidades. O Caboclo da floresta assinaria a coluna “palpites d’*O Bicho*”, sempre oferecendo cinco bichos como palpite e duas centenas para cada um deles. Fechando esta parte vinha “as nossas vitórias” informando ao público quais acertos o jornal teria conseguido no dia anterior.

A última página era destinada aos anunciantes como o **Tônico Angico**, único a evitar a queda dos cabelos e a restituir o dinheiro para os consumidores insatisfeitos com o produto, o **Elixir Suisso**, a última palavra em dentifrício, a **Brilhantina Soberano Perfume**, “artigo de qualidade inigualável”. Além destes, destacaria um anúncio que colocaria em evidência o tipo de público para o qual estes periódicos seriam dirigidos preferencialmente :

BRILHANTE – SABÃO PARA DAR LUSTRO AOS  
ENGOMADOS: O sabão **brilhante** dispensa qualquer reclame, pois  
sua reputação como produto inimitável já está universalmente  
firmada. Artigo indispensável à classe proletária, a sua venda  
colossal é o atestado de sua superioridade.<sup>159</sup>

Assim como o público que comparecia aos circos de cavaleiros seria caracterizado pela heterogeneidade, como lembrou Ermínia Silva, acho possível que o mesmo possa ser aplicado ao universo de leitores destes jornais. No entanto, é necessário destacar que alguns anunciantes procuravam criar relações mais explícitas com seus leitores, percebendo que tais veículos seriam um importante meio de comunicação com seus consumidores em potencial.

Nem sempre os palpites eram explícitos como no “sonho do Manduca”. Alguma vezes seria necessária a utilização de algum tipo de decifração como “palitinhos japoneses”. Além das colunas seria possível encontrar algumas figuras desfocadas no canto de página para sugerir aos apostadores algum tipo de palpite. Usando lentes, ou fundos de garrafas transformados em lentes, os leitores tentavam decifrar o bicho (mal) impresso, aguçando a curiosidade e a ambição dos jogadores. Edmundo descreve o momento da “descoberta” do bicho através das lentes:

---

<sup>159</sup> Idem, p. 4.

As cozinheiras substituem esses vidros de aumento por litros em garrafas de vidros brancos, cheios d'água, pondo as imagens para a luz. Rodam o vidro. Vêm os lavadores de pratos, as arrumadeiras e as copeiras. Ficam todos a coçar, buscando o bicho... (...) E enquanto o litro não dá o animal requerido, queimam-se os feijões, viram as caçarolas, o gato vem lambar a vasilha do leite, vão para as panelas os legumes com casca, o peixe com escamas, patos por depenar...<sup>160</sup>.

Nas tabelas dos bichos premiados, usava-se um pouco de matemática e probabilidade para indicar quais seriam os próximos bichos a sair. Desta forma, estes periódicos utilizavam-se tanto da ciência como da superstição ou do sobrenatural para construir os seus palpites.

Investindo no mesmo público alvo, a *Mascote* chegou às ruas em 12 de julho de 1904. Assim como *O Bicho* seu preço era de 100 réis e veiculado em quatro páginas. Em seu *slogan* lia-se: “Jornal *sportivo*, noticioso e humorístico de publicação diária”. No expediente, podia-se ler que o diretor era Vagalume e que o secretário atendia pelo nome de Chico Sonolência.

Seguindo a tendência proposta pelo *Jornal do Brasil* e assumida pelo pioneiro dos jornais de bicho, seu espaço era dividido principalmente entre as colunas de palpites e tabelas com os resultados. O fim seria o mesmo, “ajudar” os apostadores a ganhar algum dinheiro com o jogo do bicho.

No início de 1910, a *Mascote* começou a publicar diariamente um **Dicionário de Sonhos** na primeira página, tendo como subtítulo “**sua explicação científica**”. É de se notar que Freud em 1900 publicou a *Interpretação dos sonhos*, primeira tentativa de racionalização das imagens e sons produzidos por nós enquanto dormimos. No entanto, a publicação deste “dicionário” é anterior às primeiras menções da psicanálise no Brasil, que parecem ser do final dos anos de 1910. Franco da Rocha teria apresentado estas idéias em São Paulo no ano de 1919, em São Paulo, numa aula inaugural<sup>161</sup>. Numa edição do jornal pode-se ler o seguinte:

---

<sup>160</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. Vol. 4, p. 878.

<sup>161</sup> SAGAWA, Roberto Yutaka. “A psicanálise pioneira e os pioneiros da psicanálise em São Paulo”, in: FIGUEIRA, Sérvulo A. (org.), *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.



CERBERO – Cão lendário que guarda a porta do Sr. Diabo (...) No jogo é o mesmo cão; devendo-se também jogar no gato pela lei das contradições psíquicas que rege o microcosmo dos sonhos.<sup>162</sup>

O dicionário não tinha uma veiculação regular, chegando a ficar, algumas vezes, três ou quatro dias sem aparecer. Na capa, ainda surgiam as colunas “cabeçalho”, “quadrinha santa”, “duplas do dia”, “palpite d’uma velha”, “pelas nuvens” – assinada pelo Dr. Krulus, e “pela feitiçaria” – de Emygdio Abitaiô.

Na página dois, era publicado um folhetim – no início de 1910, lia-se “O moço loiro” de Joaquim Manoel de Macedo. O secretário Sonolência apresentava seus palpites através da coluna “no jardim”. Outras seções como “vidro de aumento”, “folhinha da mascote” e “paliteiro” cumpriam a mesma função.

A página seguinte era dedicada à matemática. Aqui apareciam o “cálculo do salteado”, “atrazados” e a estatística dos bichos premiados nos últimos dois meses. O resultado do dia anterior e o resumo dos acertos da *Mascote* também faziam parte desta página. Apenas uma coluna de palpites aparecia aqui, a “chapinha da sorte”.

A última página era dedicada aos anúncios. Pode-se encontrar entre os anunciantes a Casa Paris que ocupava todo o espaço da última página para atrair seus clientes.

No entanto, não havia uma rigidez a ponto de impedir os tipógrafos responsáveis, no sentido proposto por Lima Barreto, de mudar a topografia do jornal. Alguns “colunistas” poderiam ficar dias sem aparecer ou palpitando só de vez em quando, assim como algumas “colunas” poderiam surgir esporadicamente.

A experiência bem sucedida dos periódicos de bicho levou outras empresas a entrarem no ramo. Um dos exemplos a ser citado é o da tipografia Rebello Braga que em 1º de agosto de 1906 ofereceu aos apostadores/leitores *O Chico*, cujo proprietário seria Velloso & Cia.

Este periódico não parece ter feito muito sucesso, posto que não há nenhum memorialista do bicho que o tenha citado. Assim como *O Bichinho* só foi possível o acesso ao exemplar de estréia. Contudo, se não é possível estabelecer a trajetória do jornal, o primeiro número traz informações importantes para a reflexão em torno destes periódicos.

---

<sup>162</sup> *Mascotte*, edição de 11 de janeiro de 1910, p. 01.

Os proprietários d' *O Chico* adotaram uma agressiva estratégia para colocar o jornal num mercado disputado por pelo menos três outros importantes concorrentes: *O Bicho*, *Mascote* e *Talismã*. A tiragem da primeira edição foi de 20.000 exemplares e teve distribuição gratuita. A partir do segundo dia, o preço cobrado seria “um mísero *nicolão* de tostão”, ou seja, o mesmo preço cobrado pelos jornais deste segmento.

Na capa, foi publicado o “editorial” intitulado “Falação do estilo” no qual o jornal era apresentado ao público leitor/apostador. A equipe de “articulistas” já começava a fornecer seus palpites neste primeiro dia de trabalho nas suas respectivas colunas. Em “avisos únicos”, Zé do grupo comentava um sonho; o “palpite das flores” era assinado por Gyra Sol; Cavador, o que só joga pra ganhar, apresentava “as minhas apurações”; Pinduca trazia “cartas galantes”; Pimpão vinha com “dois inimigos”; Pintor com “nosso quadro”; De Guerra com “conselho”; e A Sorte com “jogo cercado”. A “chapinha da Beatriz” também era apresentada nesta página.

A página dois foi destinada a textos um pouco maiores, assim o número de colunas é pequeno. Em o “palpite dos minas”, é “reproduzido” um diálogo entre dois negros no qual chega-se aos bichos. Em “caso suspeito” é relatada uma suposta conversa entre dois homens desconhecidos ouvida por alguém das “relações do jornal”, dando notícia de uma suposta fraude na apuração do resultado do bicho. A última coluna foi batizada de “cartas de um roceiro...”. Sendo assinada por Manéco, esta “missiva” informaria ao seu irmão Juca das novidades encontradas na “corte” como o “otomóve”, no final encontra um jeito para inserir seus palpites.

A penúltima página é destinada prioritariamente aos quadros e tabelas. Eram aqui publicadas: “nosso quadro”, “folhinha d’O Chico”, “bichos atrasados” e “moderno, rio e salteado”. Na metade de baixo da página estava FOLHETIM. Esta seção estreava com a novela “A vizinha do poeta” de autoria de H. Peres Escrich.

A última página era dedicada aos anunciantes. No primeiro número este espaço foi ocupado pela própria Tipografia Rebello Braga e pelo Sabão Brilhante, o mesmo que anunciava n’ *O Bicho*.

Vários outros periódicos publicavam resultados e palpites para o jogo do bicho. Selena Meira em sua dissertação de Mestrado<sup>163</sup>, destaca três periódicos operários que destinaram páginas para esta loteria *O Caixeiro*, *A Nação* e *A Razão*. Sem fazer muitas considerações, a autora parece considerar a imprensa operária como

---

<sup>163</sup> MEIRA, Selena de Mattos. *Jogo do Bicho: a resistência pela transgressão*. Rio de Janeiro: UERJ, Dissertação de Mestrado (PPGH/UERJ), 2000.

algo uno, com um discurso favorável à prática do jogo do bicho. Para Meira, haveria um duplo significado do jogo para os operários que “por um lado representava uma forma de lazer e por outro denotava uma alternativa capaz de minimizar o estado de miséria e dominação que o capital impunha-lhes”<sup>164</sup>.

A idéia do jogo do bicho como resistência persegue a autora por todo o texto. Influenciada por este conceito, percebe a luta operária como resistência aos controles determinados pela burguesia. Ao pensar o jogo do bicho como resistência dos pobres a estes mesmos controles, representados pelos ideais ligados ao trabalho e à ordem, Meira faz uma ligação direta entre a “resistência” operária e a “resistência” representada pela prática do jogo do bicho.

Entretanto, como assinalou Marcelo Badaró<sup>165</sup> havia uma forte corrente dentro do movimento operário cujo objetivo seria criar a figura de um operário sem vícios, principalmente o álcool e o jogo. *A voz do trabalhador* e *A gazeta operária* publicam artigos insistentes combatendo a prática do jogo do bicho. A ordem do dia era legitimar a classe operária diante da sociedade, criar a imagem de um trabalhador virtuoso seria o principal respaldo para as suas reivindicações. Desta forma, *A gazeta operária* em 1903 chega “a oferecer-se para colaborar com a polícia na identificação de bicheiros”<sup>166</sup>.

Neste mesmo caminho, Marcos Bretas assevera que o combate ao jogo conseguia “integrar os mais diversos projetos sociais do período”<sup>167</sup>. Patrões e empregados, socialistas e anarquistas estariam unidos na condenação ao jogo. Mesmo se utilizando de pontos de vista diferenciados, combater vícios como o jogo e o álcool seriam importantes para a defesa do “trabalho honesto” e fundamentais para se tirar a classe operária da ignorância e, conseqüentemente, derrubar o estado burguês.

Portanto, pode-se notar a existência de uma tensão dentro da própria classe operária em relação ao jogo, especialmente, do bicho. Talvez o dado mais importante é que a partir de 1899, *O Caixeiro* já divulgava resultados e fornecia palpites, sendo

---

<sup>164</sup> *Ibidem*, p. 121

<sup>165</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UFF), 1991.

<sup>166</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>167</sup> BRETAS, Marcos. Op. cit. p. 92.

um dos primeiros a dedicar algum espaço a esta loteria. Da mesma forma, já indicava uma demanda crescente por este tipo de informação.

Após o desaparecimento dos “jornais de bicho” em meados da década de 1910, outros periódicos passaram a ocupar este espaço. O jornal *A Noite* publicava os resultados do bicho desde 1913, assim como também dava seus palpites apenas colocando as estampas de três bichos diariamente. Neste mesmo período, como informa Selenia Meira<sup>168</sup>, *O Malho* também manteve por algum tempo um espaço destinado ao bicho, com a coluna BIS-CHARADA.

Já, *A Manhã* de Mário Rodrigues desde sua fundação em 1926 mantinha a coluna “O FRUTO PROIBIDO” na qual fornecia o “Resultado de ontem”. O jornal também contava com a “venturosa Marocas” e a “querida Cocota”, as palpiteiras da *Manhã* cujo principal recurso para oferecer bichos, centenas e milhares aos leitores/apostadores eram os já conhecidos versinhos. Estes palpites eram dados de forma bem simples sem enigmas, charadas, cálculos matemáticos ou tabelas.

\* \* \* \* \*

O discurso científico e modernizante do início do século XX, deixou marcas profundas dentro da sociedade carioca. Num período onde a ordem era botar abaixo o antigo e erguer sobre os seus escombros o novo, os ideais de “civilização” propugnados pelos intelectuais republicanos circularam também entre os mais pobres. Alguns sentiram na pele a força destes argumentos, outros solidarizavam-se com seus pares em função da situação criada pelo progresso e pela ciência. Não é objetivo aqui tratar por quais formas o discurso do progresso calcado na ciência e no trabalho produtivo circulou entre as classes populares, mas pensar como este discurso pode ter sido legitimador para o fornecimento de palpites para o jogo do bicho, e assim legitimar o jogo e os próprios periódicos.

Se o trabalho produtivo seria um dos alicerces para o progresso do Brasil, o combate à “vadiagem” fazia-se imperativo para a realização dos desejos das elites

---

<sup>168</sup> MEIRA, Selenia. Op. cit. pp. 107-109.

republicanas. Desta forma, uma série de leis e decretos foram criados para reprimir as “atividades inibidoras” da produção. Neste aspecto o jogo mereceu atenção especial dos legisladores. Contudo, esse mesmo clima que gerava a perseguição ao jogo do bicho e às outras modalidades de jogo de azar, pois retirava os homens do mundo do trabalho e transformava-os em vadios, por outro lado vai alimentar o próprio jogo do bicho através da utilização de códigos e valores presentes neste mesmo processo.

Tabelas matemáticas, quadros comparativos e sistematização são elementos importantes para se chegar a um tipo de conhecimento científico, presente no ideal modernizador brasileiro na alvorada do século passado. A imprensa especializada no jogo do bicho além de perceber a demanda em torno da loteria, utilizou-se de códigos caros ao mundo moderno para legitimar o jogo e os palpites, através de “métodos científicos” e de invenções.

Na edição da *Mascotte* de 03 de junho de 1910, surgiu uma nova coluna intitulada **Pela Mecânica**:

Principio hoje a fornecer aos leitores da “Mascote”, o cálculo das probabilidades, resultante das oscilações que a roda no seu giro, teve ontem.

A roda, não obstante bem azeitada, funcionou apresentando oscilações notáveis, devido aos impulsos, ora fortes, ora regulares, que lhe eram dados.

Eis a tabela das oscilações:

I – 98 – 63 – 90 – 75

II – 52 – 02 – 12 – 80

III – 25 – 32 – 20 – 19

IV – 60 – 57 – 21 – 05

V - 92 – 73 – 79 – 26

Com o aparelho da minha invenção o **oscilômetro**, obterei logo, durante o giro da roda, todas as oscilações e o respectivo sistema dezenal.

Depois, aplicarei o processo matemático por mim descoberto obtendo assim a tabela para amanhã.

Dr. Mattos <sup>169</sup>

---

<sup>169</sup> *Mascotte*, edição de 03 de junho de 1910, p. 02.

Neste momento, os números passam a ter importância crescente dentro da lógica do jogo do bicho. Se de um lado há a preocupação “científica” com o jogo, por outro lado sua porção mística, supersticiosa e mágica continuava sendo importante no momento de se dar palpites.

Assim, colunas como “Pela Mecânica”, apareciam ao lado de colunas como “Pela Feitiçaria”, “Pelas Nuvens” ou “Palpite d’uma velha”. Articulistas como o Dr. Mattos e o Dr. Krulus surgiam junto a palpiteiros como Chico Sonolência, Manduca do Campo e Emygdio Abitaiô. A imbricação entre bichos e números, levou à relação entre superstição e ciência, passado e futuro, tradição e modernidade. A própria cidade do Rio de Janeiro vivia esta contradição, a convivência tensa entre o antigo e o moderno atingia a população da cidade, assim como influenciou o próprio jogo do bicho.

Uma das práticas de se palpar no jogo do bicho seria a observação das formas adotadas pelas nuvens, tentando ali encontrar a silhueta de um animal. Antigos apostadores recorrem a este tipo de estratégia até hoje. A *Mascotte* resolveu dar ao que a princípio seria entendido como natural, místico uma conotação “científica”, através da coluna “Nas nuvens”:

A limpidez do céu dificultou um pouco a pesquisa bichal nas nuvens; felizmente um vento NW, conseguiu arrancar da Serra dos Órgãos um formidável bloco de nuvens.  
Apliquei o meu óculo encantado, após alguma observação um coelho a cavalo e um cachorro que voava como se fosse uma águia.  
Para maior certeza conferi as tábuas bicho-matemáticas, onde encontrei plena confirmação para esta dupla:

18 – 40

Agora, o bom leitor aproveite bem esta dupla que o lucro é certo.

Dr. Krulus<sup>170</sup>

Os termos caros aos cientistas são usados constantemente tanto pelo Dr. Krulus, quanto pelo Dr. Mattos. Diferentemente da coluna do Dr. Mattos, aqui há uma parcela de contribuição divina para a aparição do palpite. Só com a contribuição da natureza, seria possível encontrar o palpite certo, através do acaso surgiria a certeza.

---

<sup>170</sup> *Mascotte*, edição de 07 de junho de 1910, p. 01.

O aparelho do Dr. Krulus, o **óculo encantado**, entra em cena depois que a natureza fez a parte dela. Inclusive o instrumento criado pelo “doutor” é híbrido, posto que é encantado. Além do óculo, ainda há a tábua bicho-matemática responsável por dar toda a veracidade necessária à pesquisa feita por Krulus.

No entanto, nem só de palpites viviam estes jornais. Como estratégia comercial, era explorado um conflito entre os jornais e os banqueiros de bicho. Os periódicos criaram uma identidade com os apostadores na luta contra aqueles que bancavam o jogo. Num primeiro momento a idéia era se tirar o dinheiro dos bicheiros e passá-lo aos pobres apostadores através dos palpites, posteriormente este conflito passou pela suposta desonestidade de alguns banqueiros que não permitiriam o sorteio de determinados bichos.

Na última edição de 1910, *O Bicho* desejava “Boas Entradas!”:

(...) Aos nossos leitores e amigos só desejamos o bem estar e a felicidade nos seus lares, e assim sendo, prometemos continuar como até aqui seus poderosos defensores e auxiliares, cuidando dos seus interesses, para que não sejam explorados pelos gananciosos banqueiros que não usem de seriedade.

Os nossos palpites de janeiro em diante vão causar verdadeiro pânico na banquerada, que há de se ver tonta para pagar os formidáveis rombos que vamos lhe causar (...).<sup>171</sup>

Dois aspectos merecem algumas considerações. Se por trás desta estratégia editorial, na qual o jornal se coloca na posição de “fervoroso defensor” dos pobres apostadores contra os “gananciosos banqueiros”, também merece ser mencionado o fato de que alguns banqueiros não respeitassem a relação com os apostadores, deixando de pagar o prêmio merecido ou pagando menos que o estipulado. Todas estas acusações surgem constantemente nas folhas dos “jornais de bicho”, entretanto a *Mascotte* soma mais uma às outras, a da interferência dos banqueiros no resultado do jogo.

No já citado ano de 1910, várias campanhas foram feitas contra a “banquerada”. O momento escolhido foi junho de 10, quando exigia-se o sorteio da **águia** ou do **pavão**. O texto citado a seguir foi assinado por Chico Branzurura, um

---

<sup>171</sup> *O Bicho*, edição de 31 de dezembro de 1910, p. 01.

malandro descontente com a situação e que de vez em quando “escrevia” para a *Mascotte*. Nesta fonte, preferi manter a grafia original do texto e apesar do tamanho, reproduzi-lo na íntegra.

NÃO É GARGANTA!  
SOLTEM OS MANOS DA RODA!...  
DO CONTRÁRIO...

Creio que temos encrenca se a malvada roda continuar a meter os garfos no Pavão e na Águia. Si esse samba não finda eu meto o carão por lá e faço um desmando com a borduna ou a barbeira; caso queiram trastejar, saco o berrante e faço o melado escorrer.

O povo não pode mais ir nessa ondia! Commigo a estruméia ronca grosso, pois sou um cabra sarada e de corpo fechado e não espinafro a minha filiação: meu pae era portuga jogador de pau cotuba e bonzão e a minha velha, uma negra bahiana, mestra em quimbadeiras e escuta num barulho de chanfalhos, pernambucanas e garruchas.

Tenho sangue cinzento no corpo, logo que essa tal prisão dos grupos 19 e 2, me cheire a gazolina, arvorome em bicho, esquento o calundu e brocho a negrada causadora do negocio.

Pessoal da Roda, abra o mironnes comigo, porque eu não sou de gargantas, nem tenho cara de bacalhau ardido.

Si, dentro de seis dias, não sacudirem o pavão ou a águia na rua, eu entro com o meu jogo descoberto, tendo por triumpho páu.

Muito apertado, abro o dique da minha malandragem, e... lá vae camarão, bahianas, rabos de arraia, corta-capim, mocotós na cara, etc., e coisas.

CHICO BRANZURURA  
(Bacharel em rasteiras e lamparinas)<sup>172</sup>

O tom ameaçador de Chico Branzurura não deixa dúvidas, ou os bicheiros deixavam sair os bichos escondidos ou então o “melado ia escorrer”. Provavelmente este “articulista” também seria um personagem criado pelo editor, ou editores, do jornal. O conflito está claro entre o jornal e os banqueiros. Segundo a *Mascotte* desde 10 de março não dava o **pavão**, fato que causava a ira de Branzurura e de todo o jornal.

Este personagem seria mais um nesta miríade criada pelos “jornais de bicho”. Talvez possa-se pensar na hipótese de que tais personagens representassem uma importante parcela dos sujeitos envolvidos na loteria. Já foi visto que a utilização de

---

<sup>172</sup> *Mascotte*, edição de 07 de junho de 1910, p. 02.



“cientistas” servia para legitimar tanto os palpites, quanto o próprio jogo. De outra maneira passeiam pelas páginas destes periódicos os mais diversos tipos como o malandro Branzurura, o pai-de-santo Emygdio Abitaiô, a velha Genoveva e o secretário Chico Somnolencia, na *Mascotte*, ou então Manduca do Campo, Somnambulo: caboclo da floresta, Manduquinha e a vovó, representantes do *Bicho*. Portanto, além de buscar a criação de uma relação de confiança com o leitor, ainda era visada uma identidade com os apostadores através dos personagens criados para dar seus palpites nos jornais.

A cidade do Rio de Janeiro passava por um intenso processo de modernização. Seu espaço urbano foi remodelado tendo como um dos objetivos substituir o arcaico pelo moderno. Transformar a capital da República num espaço compatível às necessidades do mercado e do sistema capitalista, otimizando a produção, a circulação e a distribuição das mercadorias. A dramaticidade das reformas e o avanço dos ideais modernizantes impostos pelo Estado, deixou marcas profundas sobre os cariocas.

O jogo do bicho também não passou incólume por este processo. Neste ponto, vou apenas me reportar à imprensa do bicho, deixando as questões referentes ao processo de montagem da “empresa” do jogo do bicho para outro item. No primeiro momento, a memória em torno do bicho afirma que o Barão fornecia os palpites, pois seria ele que o encarregado da escolha da figura do bicho a ser colocada na caixa. No momento seguinte, o jogo vai aparecer vinculado à loterias nacionais ou até ao movimento da alfândega<sup>173</sup>, fato que desloca a questão sobre os palpites e aguça a sensibilidade dos apostadores.

O próprio jogo em si, qualquer que seja a sua modalidade, em maior ou menor parte envolve a idéia de acaso. E é exatamente a partir do acaso que a mente e os bolsos dos apostadores vão expandir-se em função do desejo de acertar no bicho ou na centena. Desta forma, se o jogo prevê o acaso e a cidade está passando pela sua modernização, pode-se pensar no jogo do bicho como fruto desta relação, acaso e ciência. Através destes periódicos é possível perceber a influência sobre os apostadores no momento das apostas.

Tenho em mente que neste caso, a via foi de mão dupla, pois as práticas de se palpar estampadas nas páginas dos jornais não eram uma pura invenção dos tipógrafos, mas a expressão de algumas práticas já conhecidas dos jogadores. Assim,

---

<sup>173</sup> DORNAS FILHO, João. “O Barão de Drummond”, in: PACHECO, Renato. *Antologia do jogo do bicho*. Rio de Janeiro, Organização Simões Editora, 1957. p. 83.

estes jornais se transformaram numa importante fonte para se perceber por quais modos a prática do jogo de bicho se processava após a saída dos bichos do zoológico. Ademais, a análise destes periódicos foi importante para se perceber quais os critérios importantes na tentativa de se chegar ao “bicho certo” e as demandas dos leitores/apostadores. Deste modo, foi possível concluir que a idéia de honestidades dos banqueiros de bicho, sempre pensada como algo “natural” à prática, era contestada nos jornais e, presumidamente, também pelos apostadores.

O uso constante de símbolos de dois mundos diferentes, o da ciência e o da credence, representa a própria coexistência destes elementos numa cidade que passava por um dramático processo de transformação. As picaretas de Passos e as vacinas de Cruz, procuraram mostrar a primazia do moderno sobre o arcaico. Não se limitando a desafiar o discurso oficial que o via como vício e contravenção, o jogo do bicho desafiou simbolicamente a impossibilidade do mundo da ciência conviver com o mundo da superstição. Como afirmou Damatta, o jogo do bicho “representa uma síntese criativa do antigo com o moderno”<sup>174</sup>, ou um ‘brasileirismo’ como diria Gilberto Freyre.

---

<sup>174</sup> DaMATTA, Roberto & SÓAREZ, Elena. Op. cit. p. 33

## II.2 – DOS AMBULANTES AOS BANQUEIROS

O jogo do bicho e a cidade do Rio de Janeiro se encontraram num momento de profundas transformações experimentadas pela capital federal. Inaugurado como mais uma diversão para se animar a freqüência do público ao Jardim zoológico, esta atração foi logo convertida, pelas autoridades e parte da imprensa, em escândalo. O que havia sido criado para “ampliar uma distração ao alcance do povo”, oferecendo vantagens físicas e morais, passou a ser visto como o elemento que transformou o parque do Barão num “antro de jogatina”.

Fora dos muros do zoológico, o jogo do bicho encontrou uma cidade que experimentava a emergência de um mercado de diversões - do qual o próprio Jardim fazia parte. Dentro deste crescente negócio, estavam as loterias. Junto aos bilhares e casas de tavolagem, as loterias desempenharam um papel de destaque no mercado dos jogos de azar no Rio de Janeiro durante o período imperial.

Marcelo Mello afirma que sua introdução ocorreu durante a década de 1840, sendo “bancada” pelo Tesouro Nacional “como forma de aumentar suas reservas e, também, para auxiliar o estabelecimento de fábricas no país”.<sup>175</sup>

Esta prática de se colocar loterias no mercado com o intuito de financiamento de obras públicas era largamente utilizado na Europa. Mark Clapson destaca que na Inglaterra as loterias estatais entre 1569 e 1826 tiveram a mesma função básica. Por exemplo, um projeto para se construir uma ponte sobre o Rio Tamis, o British Museum ou a campanha contra Napoleão obtiveram recursos provenientes das loterias<sup>176</sup>. Diferentemente do modelo brasileiro, este tipo de divertimento era dirigido às classes mais abastadas que gastavam cerca de 16 libras com um bilhete. No entanto, os mais pobres, também interessados na sorte e no azar, e desafiando os ditames reais, juntavam seus centavos de libras e coletivamente adquiriam seus números<sup>177</sup>.

---

<sup>175</sup> MELLO, Marcelo P. de. Op. cit. pp 10-11.

<sup>176</sup> CLAPSON, Mark. *A bit of a flutter – popular gambling and english society, c. 1823-1961*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1992. p. 14.

<sup>177</sup> *Ibidem, ibidem.*

No Brasil, a comercialização não era feita por agentes do poder público, mas por pessoas que após assinar um termo de fiança com o Tesouro e com a permissão em mãos faziam jus ao direito de vender os bilhetes, recebendo uma comissão pelo serviço. Martha Abreu, por outro lado, sugere que particulares poderiam fazer correr suas próprias loterias, desde que conseguissem satisfazer algumas condições de idoneidade quanto à certeza do pagamento dos prêmios aos sorteados<sup>178</sup>.

Em função da rentabilidade do negócio surgiram outros interessados. Assim, em meados da década de 1850 se podia ver “a venda das frações de bilhetes das loterias em salões de engraxate, barbearias e cafês”<sup>179</sup>. Apenas na década seguinte surgiriam os escritórios de venda de bilhetes, como o espaço privilegiado e especializado para este comércio. Oficialmente, segundo os registros da Câmara Municipal, os vendedores ambulantes de loterias teriam aparecido na década de 1880. Todavia, devido ao enorme contingente de ambulantes é possível que a sorte e o azar já tivessem sido incorporados ao seu rol de produtos antes desta data. O sucesso alcançado por esta modalidade de jogo de azar parece ter sido enorme, pois entre 1850 e 1880 a Câmara Municipal teria registrado mais pedidos de licença para a exploração de loterias do que para bilhares<sup>180</sup>.

Com o mercado para a exploração de loterias já aberto, outras modalidades foram incorporadas. Quero fazer referência às loterias de outros estados e de outros países que começaram a circular pela cidade. Diferentemente das colocadas no mercado pelo Tesouro Nacional, estas não entrariam no rol das lícitas. Aqui há a primeira tentativa do governo imperial de fazer valer seu monopólio sobre este mercado, tomando para si o direito exclusivo de emissão e exploração dos bilhetes de loteria.

O comércio das loterias não autorizadas atravessou o Império e chegou até a República. Em julho de 1890, menos de um ano após a Proclamação, o fiscal de loterias João Fortunato Saldanha da Gama pedia auxílio ao Presidente da Câmara Municipal no sentido de se coibir a venda destes bilhetes. As únicas loterias com

---

<sup>178</sup> ABREU, Martha. Op. cit. p. 228.

<sup>179</sup> MELLO, Marcelo P. de, Op. cit. p.11.

<sup>180</sup> *Ibidem, ibidem.*

licença para serem comercializadas no Rio de Janeiro seriam as “da capital federal, do estado do Rio, do estado do Piauí e as grandes da Bahia, Alagoas e Ipyranga”<sup>181</sup>.

Outra forma muito comum de se explorar loterias foi a adotada por igrejas ou irmandades cujas justificativas sempre procuraram vincular tais sorteios à caridade ou à construção e reforma de algum templo católico. As barraquinhas instaladas nos adros das igrejas por ocasião dos festejos dos respectivos santos padroeiros, também costumavam promover sorteios e rifas. Em seu trabalho sobre a festa do Divino Espírito Santo, Martha Abreu nos informa que algumas barracas ofereceriam prêmios ao público espectador, que comprava os bilhetes para assistir suas atrações, através de sorteios. Na descrição da barraca “Três Cidras do Amor” o valor da entrada seria de quinhentos réis, dando direito ao portador de concorrer aos prêmios oferecidos<sup>182</sup>.

A possibilidade de se apostar em loterias, bilhares e nas casas de tavolagem, por exemplo, não significava que o governo do império estivesse desatento a tais movimentos. No início da década de 1830 foi publicada a “primeira legislação sobre os jogos (...) no Brasil”<sup>183</sup>, a partir das posturas municipais de 1831 e 1834. Já preocupadas com a “ordem pública” e em transformar a cidade do Rio de Janeiro num “modelo de civilidade para as demais cidades do país”<sup>184</sup>, as autoridades municipais tentariam coibir a prática de jogos de azar. Numa primeira tentativa, procuraram definir quais seriam os jogos lícitos e os jogos ilícitos, contudo os limites entre ambos sempre se mostraram muito tênues, dificultando tanto os criadores da legislação, quanto a polícia e os apostadores. Se a definição entre jogos permitidos e proibidos não era muito clara, a política de combate aos jogos ilegais tampouco o era.

Refletindo sobre as licenças concedidas aos barraqueiros na festa do Divino Espírito Santo, Abreu afirma que em alguns momentos havia mais tolerância com certas práticas do que em outros. Sabendo que uma das táticas dos donos destes divertimentos seria vincular o bilhete que dava entrada ao seu estabelecimento a uma rifa ou loteria a ser corrida neste espaço, além de outros jogos explorados, pode-se

---

<sup>181</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, loterias, códice 46 – 2 – 4, fl. 17.

<sup>182</sup> ABREU, Martha. Op. cit. p. 228.

<sup>183</sup> MELLO, Marcelo P. de. Op. cit. p. 8.

<sup>184</sup> SOUZA, Juliana Teixeira. *Cessem as apostas: normatização e controle social no Rio de Janeiro do período imperial através de um estudo sobre os jogos de azar (1841- 1856)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, 2002. p. 33.

supor que os mesmos pressupostos, ou a falta deles, caracterizariam a repressão aos jogos neste momento.

Noutro sentido, ao analisar o parecer de um fiscal acerca de um pedido de licença para que o imigrante francês Louis Pharoux explorasse “cinco mesas de (...) bilhar no seu estabelecimento de hospedarias” em 1843, Juliana Souza assevera que um critério fundamental analisado para a liberação de tais divertimentos seria a “certeza” dos fiscais de que tais jogos não concorreriam para a desordem pública. Assim, a reputação do proprietário, do estabelecimento e dos seus freqüentadores seriam fundamentais para a concessão das permissões. Reconhecido, pelo fiscal, como um espaço freqüentado por homens da “boa sociedade”, as autoridades municipais não teriam motivos para impedir a existência de tal jogo naquela localidade, mesmo que em anos anteriores o Sr. Pharoux não tivesse solicitado a devida licença à Câmara<sup>185</sup>. Sobre a inexistência de uma política coerente e contínua de combate aos jogos de azar durante o período imperial, Mello comenta que:

As decisões da Câmara não eram informadas por uma política organizada de combate ou repressão aos jogos de azar e nem eram respaldadas por uma ideologia anti-jogos. Embora nestes dispositivos legislativos da Câmara e até 1874 se fizesse referência a jogos proibidos, na verdade, como reclamavam os chefes de polícia da corte, não havia qualquer acordo ou jurisprudência a respeito dos jogos que deveriam ser, de fato, proibidos.<sup>186</sup>

Baseados em critérios muitas vezes vinculados menos a aspectos formais da legislação do que a aspectos pessoais de avaliação do requerente em explorar diversões voltadas para o jogo, as autoridades públicas tentavam dizer quais seriam os jogos permitidos, aonde poderiam ser explorados e quem teria o direito de se divertir com eles.

Se a ordem pública deveria ser levada em consideração no momento de se conceder licenças para a exploração destes jogos, as loterias também sofreriam com estes mesmos critérios. Contudo, sob um aspecto diferente. Um dos principais meios de circulação destes bilhetes foi através dos vendedores ambulantes de loterias.

---

<sup>185</sup> Idem, p. 41.

<sup>186</sup> Mello, Marcelo P. de. Op. cit. p. 17.

A cidade do Rio de Janeiro, desde os seus tempos coloniais, foi marcada pela existência de um enorme contingente de ambulantes oferecendo uma imensa diversidade de produtos e pequenos serviços. Quando as loterias começaram a ser exploradas na cidade, este contingente parece ter se transformado num importante meio para a sua disseminação. Mesmo que este processo não tenha se dado de forma imediata, o fato é que na década de 1880 já era grande a quantidade de ambulantes que ofereciam a sorte e o azar aos seus fregueses. Esta “multidão de ambulantes”, como diz Benchimol, passou a despertar preocupação nas autoridades municipais.

Em 1881, o fiscal José de Oliveira Tavares pedia que a Câmara Municipal criasse legislação com o objetivo de coibir a ação dos vendedores ambulantes de loterias. Sugere que como primeiro passo, a ilustre casa deveria ordenar a apreensão de todos os bilhetes encontrados com os ambulantes<sup>187</sup>.

Em meados da década de 1880, foi a vez do vereador Carlos Ferraz enviar ofício ao Presidente da Câmara Municipal, Carlos Cláudio da Silva, cobrando providências em relação à legislação sobre os vendedores ambulantes de loterias. Neste ofício o vereador fez menção a uma portaria do governo imperial que visava controlar o comércio de loterias pelas ruas da cidade, mas que não vinha sendo cumprida pela contadoria municipal permitindo o “escândalo da venda de bilhetes de loterias nesta cidade”<sup>188</sup>.

Outra voz logo se levantaria contrária aos ambulantes. Em 26 de novembro de 1885, o Barão de Mamoré enviou à Câmara Municipal um ofício exigindo explicações acerca de uma notícia publicada no *Jornal do Comércio*. Segundo o periódico, a Câmara estaria emitindo licenças para vendedores ambulantes de loterias, contrariando o previsto no Decreto 5.207 de 31 de janeiro de 1873 no qual ficava permitida a venda de bilhetes de loterias apenas “nos escritórios dos tesoureiros das loterias e nas casas por estas comissionadas, ou em quaisquer outras que tenham pago o imposto de indústrias e profissões para esse fim”<sup>189</sup>. Segundo Mamoré a venda de bilhetes de loterias nas ruas ocorreria em diversos locais como as “estações de barcas,

---

<sup>187</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, loterias, código 46 – 1 – 46, fl. 48.

<sup>188</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, loterias, código 46 – 1 – 46, fl. 57.

<sup>189</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, loterias, código 46 – 1 – 46, fl. 61.

de carris urbanos, de estradas de ferro e (...) jardins públicos”, constituindo-se em algo “inconveniente e incômodo para a população”<sup>190</sup>.

A “política” de repressão aos vendedores ambulantes de bilhetes de loterias não parece ter se processado diferentemente do que teria ocorrido com a perseguição aos jogos de azar durante o governo imperial e às diversões no início da República. A norma seria a falta de uma política coerente e de um discurso afinado entre os diversos poderes. Nestes ofícios é possível se notar a falta de empenho de funcionários municipais em se coibir a prática destes ambulantes e o empenho da Câmara Municipal em desrespeitar decretos assinados por D. Pedro II.

Todavia, os próprios ambulantes não pareciam estar muito preocupados em possuir uma licença para exercer esta indústria. Em ofício expedido pelo contador Miguel Rangel de Vasconcellos a respeito da legislação sobre vendedores ambulantes ao Presidente Da Câmara, em de 5 de dezembro de 1885, este funcionário municipal constatava que

muitas outras [licenças] haveriam se os pretendentes ( a maior parte) não preferissem exercer uma indústria sem licença, como é público e notório: e assim é que mesmo aqueles que se acharam escudados com as resoluções, não se deram ao trabalho de vir tirar as competentes licenças e pagar os impostos, motivo por que não tornaram de novo os papéis a esta repartição, que por tal razão as não pode apresentar, devendo achar-se nos papéis das sessões. É o que me cumpre informar a V. Exa.<sup>191</sup>

Pelo que indicam as fontes, este ofício foi emitido em resposta aos pedidos feitos pelo vereador Carlos Ferraz e pelo Barão de Mamoré acerca das atitudes da Câmara em relação à concessão de licenças aos vendedores ambulantes de loterias. Tentando escusar-se da responsabilidade o chefe da contadoria municipal informou que teria concedido licenças em função da falta de resolução da Câmara sobre a matéria ou pelo fato das loterias serem permitidas. Miguel Rangel ao ser perguntado pelo presidente do Legislativo municipal, devolveu a questão ao acusar esta Casa de não definir uma política clara quanta às permissões aos ambulantes de loterias. Por

---

<sup>190</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>191</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, loterias, código 46 – 1 – 46, fl. 48.



outro lado, deixava claro que os ambulantes continuariam pelas ruas anunciando seus bilhetes com a anuência ou não da Câmara. Assim, os responsáveis pela fiscalização desta indústria nas ruas do Rio de Janeiro também são culpabilizados pelo contador ao permitir que indivíduos exercessem profissão sem ter feito os pagamentos para a obtenção da necessária permissão.

O problema dos ambulantes no Rio de Janeiro só encontraria uma clara definição, ao menos no campo legislativo, na prefeitura Pereira Passos. Usufruindo de plenos poderes, Passos extinguiu a “praga dos vendedores ambulantes de loterias” através do Decreto 372 de 9 de janeiro de 1903. Benchimol sugere que o prefeito ao se referir à mendicância também se referia aos ambulantes, criando uma certa vinculação entre estes dois grupos. Outro fato que teria contribuído para esta visão, seria o uso dos mesmos pontos, como “as praças, os estribos dos bondes, as portas e adros dos templos, as estações de bondes e das barcas da Cia. Cantareira de Viação Fluminense, e até mesmo em bairros mais afastados do centro da cidade”<sup>192</sup>.

Contudo, os vendedores ambulantes de loterias não parecem ter obedecido de imediato às regras impostas pela Prefeitura. Em fevereiro de 1905 pode se constatar uma série de apreensões de bilhetes de loterias. Entre os infratores apenas três foram detidos: os menores Antonio Príncipe e Francisco Brum, além do italiano Bianchio d’Amico<sup>193</sup>.

É importante registrar que estes vendedores ambulantes de loterias poderiam ser autônomos ou serem funcionários de alguns comerciantes. Para se conseguir o alvará que permitisse seu empregado vender bilhetes pelas ruas do Rio de Janeiro, teria que pagar um imposto no valor de cinco mil réis.

Esta enorme quantidade de ambulantes se transformou num meio fundamental para a disseminação das loterias na cidade, mas não seriam os únicos a vender a sorte. Os quiosques parecem ter tido uma importante participação neste comércio. Numa relação destes estabelecimentos feita em 1903, nota-se que de um total de 161 listados, 52 vendiam bilhetes de loterias ou, pelo menos, tinham licença para vendê-

---

<sup>192</sup> BENCHIMOL, Jaime L. Op. cit. p. 279.

<sup>193</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, loterias, código 46-2-22, fls. 46 a 96.

los. Em alguns locais, como a Rua Primeira de Março, se poderia encontrar cinco quiosques licenciados para a realização deste comércio<sup>194</sup>.

Além dos quiosques, seria possível se tentar a sorte com os números das loterias, na loja de bilhetes e charutos, pertencente a Adolpho Waddington, localizada na Rua da Quitanda n. 84; na loja de calçados, pertencente a Arnaldo de Oliveira na Rua dos Ourives n. 100B; em uma das portas do prédio n. 5 da Rua Primeiro de Março com José Tavares dos Santos; na loja de bilhetes e estampilhas registrada como pertencente a Figueiredo & Cia. sito à Rua da Quitanda n. 123; ou na loja de bilhetes de loterias e engraxar sapatos pertencente a Luiz Cravo na Rua Gonçalves Dias, n.81.

Quando o jogo do bicho passou a ser explorado, nota-se a existência de uma “estrutura” montada na cidade para a venda de bilhetes de loterias permitidas e não permitidas. Os escritórios e agências lotéricas surgiam como o espaço privilegiado para a comercialização destes bilhetes, mas ao seu lado também havia uma infinidade de possibilidades para o apostador tentar sua sorte.

Quando falo em “estrutura” me refiro basicamente ao imenso e diversificado conjunto de locais aonde se poderia comprar um bilhete de loteria. É importante assinalar que na maioria dos casos, as loterias foram tomadas como mais um produto a ser oferecido pelos comerciantes, sendo vendido junto com outros produtos ou serviços. Assim, acho possível se acreditar que antes mesmo da proibição do sorteio promovido no Jardim zoológico, o jogo do bicho já estivesse incorporado a esta extensa lista de loterias não-autorizadas comercializadas pelas ruas da capital da República. Não é possível esquecer que a Companhia do Jardim Zoológico ao oferecer seus bilhetes num escritório, longe dos portões do parque, estaria fomentando as apostas em torno do quadro do Barão.

Se aproveitando desta “estrutura” o jogo do bicho começou a ganhar popularidade. Ao denunciar fatos que poderiam comprometer o bom andamento do serviço público municipal, um funcionário nos oferece importantes informações sobre a venda do jogo do bicho pouco depois de sua proibição no Jardim zoológico:

---

<sup>194</sup> Cf. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, quiosques, código 45-4- 23, fls. 125 a 129.

Tornando-se indecoroso o modo porque vendedores de bilhetes de loteria (sem licença) rifas, bichos, etc (...) infestam os corredores e mais dependências do edifício da municipalidade, em detrimento às posturas e resoluções municipais, abusando principalmente do local onde deverá haver severa fiscalização; peço vênha para lembrar-vos o alvitre de ser compelido o cidadão porteiro e seus auxiliares a fazer cessar semelhante abuso, empregando os meios a seu alcance, não só por intermédio da força policial que aqui se acha destacada, como ainda pelo agente distrital respectivo, a fim de ser cumprida e respeitada a postura municipal em vigor, principalmente dentro do edifício da municipalidade do Distrito Federal.<sup>195</sup>

Neste ofício datado de 19 de outubro de 1896, enviado ao Diretor Geral de Interior e Estatística, além da ousadia dos vendedores ambulantes, pode-se notar que o jogo do bicho já estava incorporado ao comércio de loterias. O processo ocorrido com o bicho, foi muito parecido com o que ocorreu com as primeiras loterias exploradas ainda no Império. Primeiramente, o mercado percebeu a possibilidade de lucrar com a venda dos bilhetes e após notou-se um aumento no número dos pontos de venda e uma diversificação através da entrada de outras loterias. A princípio todas estas trabalhariam apenas com os números, o que não demandaria grandes diferenças entre elas. Além de ser uma novidade, o jogo do bicho trazia uma importante diferença: a aposta nos animais. Provavelmente, este foi um dos fatores que contribuiu para a popularidade imediata conquistada por esta loteria logo nos seus primeiros anos.

O interesse despertado em torno desta loteria não parece ter incomodado apenas o nosso funcionário municipal. O Presidente da Companhia de Loterias Nacionais, Luiz Augusto Ferreira de Almeida, convencido da inutilidade de protestar perante a Intendência Municipal, enviou ao Prefeito do Distrito Federal em 26 de outubro de 1898 um ofício contrário à sanção de um projeto no qual um indivíduo pedia “autorização para extrair diariamente, por espaço de dez anos, uma loteria em que joguem apenas 25 bilhetes, cujos números serão de um a cem, tendo cada bilhete direito a quatro números e ao prêmio de 40\$000, quando sorteado”<sup>196</sup>.

Até aqui acho possível tirarmos duas conclusões. Em função da existência de um mercado de loterias estabelecido na cidade do Rio de Janeiro a partir da década de 1840, o jogo do bicho pôde figurar como mais uma entre as diversas loterias,

---

<sup>195</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Loterias, código 46-1- 47, f. 20.

<sup>196</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Loterias, código 46-1- 47, f. 50.

autorizadas ou não, oferecidas aos apostadores. Por outro lado, a existência de uma “estrutura”, legalizada ou não, para a venda dos bilhetes de loterias foi fundamental para que o jogo do bicho pudesse ser comercializado em diversos pontos da cidade, permitindo sua chegada aos arrabaldes mais distantes. Para além do fato do jogo do bicho trocar a frieza dos números pela vitalidade dos animais, penso que estes dois fatores foram fundamentais para o sucesso desta loteria nos seus primeiros anos.

\* \* \* \* \*

Às vezes o jogo do bicho parece ter uma existência própria, como se pudesse caminhar livremente com seus pés e embalado pelos sonhos dos apostadores. De fato, não foi o jogo do bicho que se aproveitou de uma “estrutura” já existente, mas alguns homens que ao perceberem o potencial comercial desta loteria, se aproveitaram dela para ganhar dinheiro. Como vimos, se poderia apostar nos bichos em vários e diferentes locais em seus momentos iniciais de existência. Assim, os primeiros “banqueiros” do bicho teriam sido os donos de armazéns de secos e molhados, sapateiros, donos de quiosques, *book-makers*, vendedores ambulantes autônomos e outros estabelecimentos comerciais. Desejo reiterar que neste período inicial de exploração do jogo do bicho, entre 1892 e 1910/20, “banqueiros” do bicho e comerciantes se misturavam numa única figura. O senhor que vendia charutos era o mesmo que vendia os bichos, o *book-maker* que vendia *poules* para as corridas de cavalos também vendia a sorte em outros animais.

Reiterando que o jogo do bicho era vendido ao lado de outras mercadorias e de outras loterias, a exploração deste jogo não demandava neste momento inicial uma organização especializada para o desenvolvimento deste comércio. Assim, aqueles que bancavam o bicho também estavam envolvidos em outros negócios. Entre os mais conhecidos empresários do período, que também investiam no jogo do bicho, estariam homens ligados ao crescente mercado de diversões na cidade do Rio de Janeiro entre o fim do século XIX e o início do XX.

Neste sentido, o cinema e o jogo do bicho parecem ter ligações intensas. Alice Gonzaga, por exemplo, sustenta que alguns futuros exibidores e realizadores de filmes como Paschoal Segreto, Jacomo Staffa e José Labanca começaram a ganhar dinheiro

através da abertura de algumas bancas para se jogar no bicho<sup>197</sup>. Além destes, outro empresário do ramo de diversões que teria se notabilizado pela exploração do jogo do bicho, seria José Roberto de Cunha Salles.

Em verdade não há documentos que provem o envolvimento de todos estes personagens com o jogo do bicho, em contrapartida há uma série de indícios que nos levam a crer nesta hipótese. William Martins em sua Dissertação de Mestrado nos conta que o italiano Paschoal Segreto chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1883, um ano após a chegada de Jacomo Staffa<sup>198</sup>. Como era comum, estes imigrantes recém-chegados acabavam buscando emprego no comércio. Não é demais lembrar que um dos artigos oferecidos à população seriam os bilhetes de loterias.

Em relação a Jacomo Staffa foi possível surpreendê-lo pagando multa de quatro mil réis ao fiscal da freguesia do Sacramento em função de “andar vendendo bilhetes de loterias pelas ruas”<sup>199</sup> sem possuir licença para tal, no ano de 1886. Mesmo este fato tendo ocorrido seis anos antes da inauguração do sorteio dos bichos no Jardim zoológico, acho possível pensar que este ramo de atividades poderia ser um dos explorados por estes imigrantes. O jogo do bicho, como vimos, será vendido por estes mesmos comerciantes, sendo mais uma das loterias oferecidas aos apostadores.

Não é difícil se supor que Segreto, o “ministro das diversões” tenha se envolvido com o bicho. Alguns autores apontam esta hipótese<sup>200</sup>. Acho lícito pensar que assim como Staffa e outros italianos, Segreto tenha sido um vendedor ambulante de loterias em seus primeiros anos de Brasil. Já inserido neste mercado, quando o jogo do bicho surgiu como mais uma loteria, é possível que o tenha bancado.

A possibilidade do envolvimento de Segreto com o jogo do bicho se torna mais forte a partir das suas relações com Cunha Salles. Este personagem teria se “formado em direito pela Faculdade do Recife em 1862” e portaria um diploma de médico por uma faculdade estrangeira<sup>201</sup>. Segundo Bretas, desembarcou no Rio de Janeiro objetivando outras formas de ganhar dinheiro. Martins destaca que nosso

---

<sup>197</sup> Cf. GONZAGA, Alice. Op. cit. p. 36.

<sup>198</sup> MARTINS, William de S. Nunes. *Paschoal Segreto: “ministro das diversões” do Rio de Janeiro (1883-1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2004. p. 73.

<sup>199</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, loterias, códice 46-1-46, fl. 62.

<sup>200</sup> Cf. GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras*; BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas*; CHAZKEL, Amy. *Laws of chance* e MARTINS, William. *Paschoal Segreto*.

<sup>201</sup> BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas*. Op. cit. p. 90.

advogado e médico teria registrado sob seu nome 26 patentes<sup>202</sup>. Entre estas formas de ganhar dinheiro estava o jogo. Duas de suas invenções seriam célebres neste sentido: o Pantheon Ceroplástico e a Cia. Propaganda Noturna, sendo os dois assemelhados ao jogo do bicho<sup>203</sup>.

Também envolvido com o cinema e com o jogo do bicho aparecem os Labanca. Neste caso, as fontes nos levam a crer que esta família bancava o jogo do bicho. Num ofício enviado pelo chefe de polícia Alfredo Pinto Vieira de Mello ao General Francisco Marcelino de Souza Aguiar, Prefeito Municipal do Distrito Federal em 20 de agosto de 1908, nota-se a preocupação em se fazer perseguir o jogo do bicho. Neste intento, Vieira de Mello elaborou uma relação com alguns estabelecimentos comerciais no centro do Rio de Janeiro que venderiam bilhetes para o jogo do bicho. Nesta lista, os Labanca aparecem como proprietários de 4 “firmas comerciais”, todas especializadas no ramo dos bilhetes de loterias, sendo 3 sob o nome de José Labanca e outra sob o nome de Eugênio Labanca<sup>204</sup>.

O investimento no negócio dos bichos não parece ter parado em 1908. Orestes Barbosa em seu livro de crônicas *Bambambã!*<sup>205</sup>, publicado originalmente em 1923, relata em “Quando chove é Jacaré” seu encontro com Giuseppe Labanca na Casa de Detenção quando estiveram cumprindo um “estágio” por lá. Sabedor que as casas de bicho do banqueiro estavam fechadas, o cronista se espantou quando Labanca ao ver a chuva cair, começara a reclamar de suas possíveis perdas com o jogo naquele dia em função do jacaré, pois segundo ele a chuva indicaria que o jacaré ia dar. O fato é que o “lendário banqueiro do Largo de São Francisco e da Rua do Ouvidor” também

---

<sup>202</sup> MARTINS, William. Op. cit. p. 76.

<sup>203</sup> Sobre o funcionamento destas invenções ver BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas*. Op. cit. pp. 90-91.

<sup>204</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, códice 45-2-30. fls.140-141. As casas sob o nome de José Labanca se localizavam no Largo de São Francisco, Nos. 6 e 36, e na Rua Gonçalves Dias, No. 14, enquanto a de Eugenio Labanca se localizava na Rua Luís de Camões, No. 10.

<sup>205</sup> BARBOSA, Orestes. *Bambambã!*. 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

bancava o jogo do bicho dentro da cadeia<sup>206</sup> e neste dia teria perdido mais de sete contos de réis.

Provavelmente os Labanca formaram a primeira família de banqueiros de bicho, estando envolvidos com esta prática por mais de três décadas. Em minhas pesquisas no Arquivo Nacional pude encontrar processos de outros membros da família Labanca nos anos de 1930 nos quais notava-se a continuidade dos negócios com o jogo do bicho.

Voltando a pensar sobre a pulverização da exploração do jogo do bicho nestes primeiros vinte anos, surge a história do Mal. José Machado Lopes. Em seu livro autobiográfico *Uma vida e um século*<sup>207</sup>, o Marechal nos conta que ainda garoto conseguiu juntar bastante dinheiro graças a uma atividade insólita para um menino de 11 anos de idade. Tentando ser útil primeiramente aos familiares e depois aos vizinhos, o garoto recolhia as apostas de todos e as entregava a um bicheiro que ficaria no Largo do Rio Comprido, que lhe dava uma pequena gratificação. Ao ouvir uma discussão entre o “seu” banqueiro e um apostador ficou sabendo que um tal “Lopes da Rua do Ouvidor” pagaria 24 vezes o valor do aposta como prêmio aos acertadores e ainda oferecia comissão de 5% sobre o valor de todas as *poules*. Assim, trocou o Largo do Rio Comprido pela Rua do Ouvidor. Com o trabalho passou a juntar dinheiro. Em sua última etapa como bicheiro, Machado Lopes percebeu que se ele próprio bancasse o jogo do bicho poderia lucrar ainda mais. Pelo que conta, sua atividade parece ter-lhe rendido bons lucros, pois quando sua mãe precisou de dinheiro para resgatar umas jóias hipotecadas, ofereceu-lhe um conto e quinhentos mil réis. Contudo, ao saber da origem do dinheiro a matriarca bateu no menino e ainda exigiu que ele devolvesse todo o dinheiro aos apostadores, dando por terminados os dias de “bicheiro” do filho.

Esta anedota pode nos auxiliar a pensar sobre o processo de pulverização do jogo do bicho em seu período inicial de exploração. O caso do Marechal abre a possibilidade de refletirmos se outras pessoas passaram a se utilizar da mesma estratégia visando ganhar algum dinheiro nos bichos. Possivelmente, alguns vendedores ambulantes de loterias podem ter pensado o mesmo que o menino e

---

<sup>206</sup> Idem, p. 73.

<sup>207</sup> LOPES, Mal. José Machado Lopes. *Uma vida e um século*. Rio de Janeiro: Ed. do autor, 1985.

passado a bancar eles próprios o bicho. Deste modo, a questão de se transformar num “banqueiro” de bichos dependia da iniciativa individual e de alguma ousadia. Ou seja, para se sair pelas ruas do Rio de Janeiro no início do século vendendo-se bilhetes para o jogo do bicho não era necessária nenhuma permissão, apenas coragem e astúcia para se desvencilhar da lei.

Aliás, acredito que esta tenha sido a marca inicial da exploração do jogo do bicho nestes primeiros vinte anos. Ainda afastado de um processo de concentração do capital que marcaria esta loteria a partir dos anos de 1950, a função de se bancar este jogo entre 1892 e 1920 se dava como mais uma oportunidade de negócios para os seus comerciantes. Quando falo em comerciantes do bicho em função do bilhete ser tratado como tal pelos apostadores, haja vista sua venda estar ligada ao comércio de outros produtos como gêneros alimentícios, charutos, sapatos e outros bilhetes de loterias autorizadas pela municipalidade.

Portanto, destes sujeitos envolvidos com o jogo do bicho pode-se concluir que o envolvimento de cada um deles com esta loteria se deu por meios diversos. Enquanto Segreto pode ter usado o comércio de bilhetes de loterias como fonte inicial de seu sustento, parece ter procurado pouco a pouco se distanciar deste mercado em função de suas atividades na noite carioca. O suposto dinheiro ganho com o bicho parece ter sido investido em outros ramos do mercado de diversões como os teatros e os cinemas.

Em contrapartida, a família Labanca mesmo tendo investido parte de seu dinheiro em outras atividades, abriu o Cine Palace na Rua do Ouvidor em 1910<sup>208</sup>, acabou voltando-se mais intensamente para o negócio de se bancar apostas nos bichos. Proprietária de agências de bilhetes de loterias em vários pontos do centro do Rio de Janeiro, procurou centralizar seus investimentos neste tipo de comércio, tendo nele permanecido até a década de 1930, pelo menos.

Numa outra relação com os bichos, surge o menino que percebeu a possibilidade dele próprio bancar as apostas de seus parentes e vizinhos, sem que fosse incomodado por qualquer autoridade, por outros banqueiros ou por sua consciência.

Ainda num outro tipo de relação com o negócio dos bichos, temos o exemplo destacado por Chazkel, no qual Maximiliano Félix Bahia andava pelas ruas do Rio de

---

<sup>208</sup> GERSON, Brasil. Op. cit. p. 50.



Janeiro com seu cesto oferecendo pequenas mercadorias à população, entre as quais bilhetes para o jogo do bicho:

De acordo com os registros criminais, Bahia foi levado até a Delegacia de Polícia portando um pedaço de papel branco com as palavras manuscritas “gato”, “leão”, “cobra”, “vaca”, “macaco” e uma série de números, e ainda portava uma quantia equivalente a 200 dólares(...) <sup>209</sup>

Em sua análise, Chazkel conclui que Bahia não era um vendedor autônomo de bilhetes de loterias, mas que oferecia a sorte e o azar nos animais contratado por um “banqueiro” de bichos. Este tipo de trabalho não era novo, se pensarmos que vários comerciantes contratavam este tipo de serviço num período anterior à existência do jogo do bicho. Se por um lado, a inexistência de uma organização centralizada para o comando do jogo do bicho na cidade permitia que sujeitos bancassem o jogo por conta própria, por outro esta loteria continuou reproduzindo hierarquias, isto é, aqueles que vendiam bilhetes nas ruas como empregados dos comerciantes legalmente estabelecidos, apenas agregaram mais um produto ao seu balaio.

Se nas primeiras décadas do século XX sujeitos envolvidos com o mercado das diversões exploraram o comércio de loterias e bancaram o jogo do bicho, tal fato não poderá ser constatado para as décadas seguintes. Martins levanta a hipótese de que o afastamento de Segreto dos envolvimento mais diretos com esta loteria tenha se dado em função da percepção do “ministro das diversões” em não estar ligado a atividades ilícitas e, de certa forma, condenadas socialmente em função do discurso civilizador das primeiras décadas republicanas.

Por outro lado, pode-se perceber que o jogo do bicho foi sofrendo um processo de especialização, estando vinculado cada vez menos aos gêneros alimentícios e sendo comercializado em locais próprios, como as casas de bilhetes legalizadas e, posteriormente, nos pontos de bicho. Assim, se figuras célebres como Segreto, se afastam do bicho, outras não se arriscaram neste campo. Nos anos de 1940 e 1950

---

<sup>209</sup> Chazkel, Amy. Op. cit. p. 112. O original da citação diz: “ According to his criminal files, Bahia was taken into the police station holding in his hand a piece of white paper with the hand-written words “cat”, “lion”, “snake”, “cow”, “monkey” and a series of numbers, along with cash in the amount equivalent to 200 dollars(...)”

teremos como alguns dos principais banqueiros de bicho do Rio de Janeiro: Arlindo Pimenta, Aniceto Moscoso, Francisco Durso, Terrelli, Manduca, Aristides, Doralino, Osmar Fernandes Laje – o Vôvô, Rafael Palermo, Oldemar Bispo, Arlindo Jorge – o Tufi, Raimundo Osório, Mário Abade e Levi Cravo<sup>210</sup>. É importante lembrar que cada um destes banqueiros tinha sua área de atuação na cidade definida, muitas vezes criada e defendida em função de confrontos armados com seus adversários.

---

<sup>210</sup> BARROS, Hugo. Op. cit. p. 106.

## CAPÍTULO III

### A LOTERIA DOS SENTIDOS OU OS SENTIDOS DA LOTERIA

A movimentação em torno do recém surgido jogo do bicho foi intensa. Se por um lado, as autoridades municipais se mobilizaram para proibir a loteria no Jardim zoológico do Barão tratando-a como escândalo, do outro havia uma imprensa periódica que se acostumou a fornecer palpites e a dar os resultados do dia anterior e um segmentado inaugurado exclusivamente para o público apostador dos bichos.

Mais um dos elementos a indicar a tendência de grande repercussão dos bichos é o fato de uma série de literatos terem se dedicado ao tema. Assim, pode-se perceber que a colaboração da literatura brasileira com os bichos foi enorme. É necessário, contudo, que seja feita justiça. Todos os textos, de literatos sobre o jogo do bicho, que tratarei aqui foram compilados por Renato Pacheco em seu livro *Antologia do jogo do Bicho*<sup>211</sup>, uma obra cuja preocupação primeira foi contar um pouco da história desta loteria através da reunião de fontes. Devo informar que para me assegurar da autoria dos textos busquei suas publicações originais, assim citarei nas notas, as fontes originais e o texto de Pacheco. Para melhor situar o leitor, separei em três grupos a produção sobre o jogo do bicho, a saber: literária, memorialística e acadêmica. Por opção metodológica, preferi não analisar peças teatrais<sup>212</sup> ou obras filmicas<sup>213</sup> referentes ao tema.

Neste item, vai-se encontrar, por exemplo, Olavo Bilac num artigo de 1895, no qual conta a história de Hilário que sem dinheiro suficiente para enterrar a mãe, resolveu apostar no bicho; Machado de Assis em dois momentos diferentes, numa

---

<sup>211</sup> PACHECO, Renato. *Antologia do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957.

<sup>212</sup> São exemplos desta produção: *Boca de Ouro*, escrita em 1960 por Nelson Rodrigues e *O Rei de Ramos*, de Dias Gomes.

<sup>213</sup> São exemplos desta produção: *Amei um bicheiro*, produção de 1952, dirigida por Jorge Ileri e Paulo Wanderley; *E o Bicho não deu*, produção de 1958, dirigida por J. B. Tanko; e *Boca de Ouro*, produção de 1962 dirigida por Nelson Pereira dos Santos, baseada na peça homônima de Rodrigues.

ligeira crônica publicada em *A Semana* no ano de 1895 e num conto de 1904 cujo mote principal é o desejo de um modesto empregado do Arsenal de Marinha, Camilo, em ganhar no bicho e melhorar de vida; Humberto de Campos em 1935, escreveu “A felicidade do Dagoberto”, um conto semelhante ao de Bilac; Rubem Braga e Rachel de Queiroz encerram esta lista com dois artigos próximos tanto no tempo, 1949 e 1951 respectivamente, quanto no conteúdo, pois em seus artigos procuraram refletir sobre o jogo do bicho e a perseguição por ele sofrida.

Da mesma forma, procurei trazer para este debate uma certa produção voltada para o jogo do bicho na qual incluem-se textos de intelectuais ligados ao folclore como Câmara Cascudo<sup>214</sup> e Oswaldo Cabral<sup>215</sup>; de memorialistas do bicho como Renato Pacheco<sup>216</sup> e Camilo Paraguassú<sup>217</sup>; e de outros como Hugo de Barros<sup>218</sup> e Malba Tahan<sup>219</sup>, preocupados em defender a regulamentação do jogo. Através desta produção, procurou-se refletir sobre os sentidos assumidos pelo jogo do bicho no período compreendido por esta tese. Se encontramos Bilac em 1895 condenando a prática desta loteria, podemos surpreender Rubem Braga inserindo o jogo do bicho no folclore nacional e defendendo sua regulamentação.

---

<sup>214</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 1984. p. 411.

<sup>215</sup> CABRAL, Oswaldo R. *Folclore do jogo do bicho*. Porto: Typografia da Livraria Simões Lopes, 1960.

<sup>216</sup> PACHECO, Renato. Op. cit.

<sup>217</sup> PARAGUASSÚ, Camilo. *Memória sobre o jogo do bicho – escrita por um soldado velho*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1954.

<sup>218</sup> BARROS, Hugo Laércio de. *O Fabuloso império do Jogo do Bicho*. Rio de Janeiro: Editora e Gráfica Rosaly Ltda., 1957.

<sup>219</sup> MALBA TAHAN ( Julio Cesar de Mello e Souza). *O jogo do bicho à luz da matemática*. Curitiba: Grafipad, 1976.

## II.1 – ENTRE O ESCÂNDALO E O FOLCLORE

Olavo Bilac numa crônica de 1895 conta a história de Hilário<sup>220</sup>. Numa manhã, Hilário recebeu em sua casa a amarga visita da morte. Implacavelmente, viu sua mãe falecer em seus braços. Num instante, viu-se sem a querida mãe e com apenas 50 mil réis no bolso, dinheiro insuficiente para enterrar o corpo. Desnortado foi às ruas tentar conseguir o montante suficiente, de repente parou para um breve descanso. Obra do acaso, estava diante de uma loja que vendia o jogo dos bichos. Numa luta travada em sua consciência, teria desistido de tentar o dinheiro do sepultamento nos bichos se um gato ruivo não tivesse aparecido. Logo lhe veio a lembrança da Mimi, a gata de sua mãe, não tinha dúvidas, era um sinal.

Ao fim da tarde foi saber do resultado, tinha dado burro. Após sofrer este segundo duro golpe num único dia, desmaiou de aflição. Estava sem a mãe e sem o dinheiro. Ao recobrar os ânimos tentou um ato desesperado: queixar-se à polícia. Ao afirmar que fora roubado por um *book-maker*, foi enviada uma diligência ao local que além de apreender *poules* e multar o banqueiro, o obrigou a devolver os 50 mil réis a Hilário. Finalmente, com a ajuda dos vizinhos, conseguiu realizar o sepultamento<sup>221</sup>.

O jogo do bicho também foi tema para Humberto de Campos, que em 1935 publicou “A felicidade do Dagoberto”<sup>222</sup>. Se as trajetórias dos personagens têm em comum uma aposta nesta loteria, seus finais são bem diferentes.

Lobato havia trabalhado como repórter, mas fora posto na rua por não ter dado melhor cobertura ao aniversário da esposa do diretor do jornal. Contudo, não mostrou nenhum abalo com sua demissão, posto que não foi atrás de emprego; optou por esperar que o emprego fosse encontrá-lo. Para ele não havia vantagem em estar empregado, haja visto que a miséria era a mesma. Certo dia, o ex-repórter pegou o único dinheiro que tinha no bolso e saiu pela cidade sem destino em busca da sorte. Tomou um bonde no Largo de S. Francisco e resolveu rumar, sem propósito, para o

---

<sup>220</sup> BILAC, Olavo. “O jogo dos bichos”, in: *Crítica e fantasia*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1904.

<sup>221</sup> Bilac, no próprio texto, afirma que sua crônica fora baseada num episódio largamente explorado pelos jornais do Rio de Janeiro. Infelizmente, não consegui ter referências a tais notícias, algo que contribuiria para esta reflexão.

<sup>222</sup> CAMPOS, Humberto de. “A felicidade do Dagoberto”, in: *Destinos – crônicas*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935, p. 200. PACHECO, Renato. Op. cit. pp 44-46.

Catumbi. Tinha apenas duzentos réis, quantia suficiente apenas para pagar o bilhete de ida, mas estava certo que o dinheiro da volta estaria esperando-o aonde quer que fosse. Desceu no fim da linha, sem ver ninguém que tivesse a aparência de ventura e resolveu andar pelo bairro, a fim de encontrar sua sorte. Ouviu um “choro fundo, soluços sacudidos” vindos de uma casa térrea. Vendo a porta aberta, entrou. Viu uma cena de velório, com a esposa a soluçar. Foi confundido, e fez-se confundir, com um amigo do defunto. Descoberto o nome do finado, Dagoberto, percebeu que poderia ajudar a viúva com as despesas do enterro, pois ela só tinha 50 mil réis para os funerais, valor que nem pagava a despesa do caixão. Dizendo que iria fazer um rateio com o pessoal da repartição aonde o defunto trabalhava, pegou a nota e foi para o centro. Na Rua Gonçalves Dias, a mesma da centenária confeitaria Colombo, entrou numa casa de loterias e jogou 20 mil réis no grupo do macaco, 10 mil na dezena e 5 mil na centena. À hora do resultado viu, sem surpresa, que havia ganho pelos três lados. Recebeu o prêmio, encomendou um rico funeral e ainda deixou a viúva com 6 contos de réis no bolso<sup>223</sup>.

Como os textos guardam alguma semelhança, inicio minha análise propondo uma comparação entre eles. Como vimos, alguns aspectos são bastante próximos, como o montante insuficiente que cada um dispunha para o enterro, cinquenta mil réis; a morte como elemento central nas duas narrativas; e o fato de ambos apostarem no bicho. A partir daí acredito que as diferenças são bastante acentuadas. Os finais podem ser reveladores desta premissa, pois se Lobato converte-se no herói, Hilário personifica o otário.

A trajetória de Hilário, pode ser assim resumida: O “homem prudente e morigerado” sofreu o golpe de perder a mãe. Este fato, única certeza da vida e, invariavelmente, fruto do acaso, acabou por guiar o seu destino. Em função da ocorrência de uma série de acasos, este personagem foi levado a apostar nos bichos, ou melhor, no gato. Quero propor que Hilário em função de vários fatores casuais, acabou deixando-se seduzir pela expectativa de ganho fácil através do jogo. Ao trair sua moral e seus princípios perde o dinheiro apostado, ou seja, é castigado. Neste caso, o castigo não veio à cavalo, mas de burro. A idéia de castigo é aqui fundamental

---

<sup>223</sup> Sobre o texto de Campos, Renato Pacheco afirmou que a inspiração teria sido a crônica de Bilac. Já o próprio autor, afirmou o seguinte numa nota colocada antes do texto: “Esta história me foi contada, há oito ou dez anos, por um amigo, para que fizesse dela um conto. Não a aproveitei nunca, esperando encontrá-la, um dia, em algum jornal ou em algum livro. Não lhe descobri jamais o autor. Se ele existe, apareça e tome conta do que é seu.”

para Bilac; ao trair sua própria conduta e, provavelmente, desrespeitar as normas impostas pelo capitalismo ao novo trabalhador que surgia no Brasil, perdeu o dinheiro, ou pior, a dignidade. Para recuperar os 50 mil réis, viu-se obrigado a procurar o Estado, representado pela força policial, num provável reatamento de laços entre o cidadão e o Estado.

Lobato, por seu turno, não faria jus a certos predicados importantes para Bilac. O trabalho era visto com desprezo e possuía uma “inflexível confiança no acaso”. Depois da demissão e de optar por ficar sem emprego, vivia da sorte. Foi pensando nisso que saiu da cama, cujo “colchão” era feito de jornal em busca da fortuna. Sem propósito foi parar no Catumbi, lá encontrou o velório e fez-se passar por um amigo do defunto. Poderia ter desaparecido com os minguados 50 mil réis, mas optou por apostá-los. Não tinha dúvidas que ganharia. Ao invés de ficar com o montante do prêmio, pagou as despesas com o enterro, fez honras ao morto com coroas de flores e ainda deu o restante à viúva. Ao contrário de Hilário, Lobato foi recompensado.

Claro está que as perspectivas adotadas são bastante diferentes. Como diria João Paulo Rodrigues, a geração literária da qual Olavo Bilac fazia parte, chamada de boêmia, via a sua atividade como uma forma de intervenção política<sup>224</sup>. A condenação de Hilário é representativa daquilo que o jogo representaria para Bilac. A oportunidade de ganho fácil representada pelo jogo seria um elemento capaz de afastar as pessoas de um comportamento virtuoso e conduzi-las ao mundo dos vícios. Já para a geração de Humberto de Campos, não haveria “a obrigatoriedade de ditar para seus leitores os melhores rumos para a sociedade”<sup>225</sup>. Além deste aspecto, acho importante se atentar para o fato de que a discussão em torno da proibição do jogo dos bichos no Jardim zoológico estava na ordem do dia, e o sentido de escândalo atribuído a tal prática, dentro e fora do parque, animavam o debate em 1895 sobre a loteria. Assim, pode se reconhecer um certo didatismo de Bilac neste texto e nenhuma preocupação em se propor um debate em torno de vícios e virtudes relacionados ao jogo do bicho por parte de Campos.

---

<sup>224</sup> RODRIGUES, João Paulo C. De Souza. “A geração boêmia: vida literária em romances, memórias e biografias”, in: CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo A. De Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp 233 – 263. p. 253.

<sup>225</sup> *Ibidem, ibidem.*

O sentido oferecido ao jogo do bicho na crônica de Bilac não foi uma exclusividade deste literato. Luiz Edmundo, por exemplo, fazia coro com esta idéia e afirmaria anos mais tarde que o vício do jogo do bicho transformara a “beatífica e risonha cidade em um (...) *Maelstrom* de vício, de inquietação e de loucura”<sup>226</sup>. Indo além disto, o mesmo cronista escreveu que em função da mesma prática a criadagem abandonava seus trabalhos e ainda roubava seus patrões para jogar <sup>227</sup>, já o Chefe de Polícia em 1899, na mesma linha, atestava:

Operários, o funcionalismo público, as classes abastadas, a criadagem, as mulheres e até as crianças se sentem dominados pela apavorante vertigem de alcançar lucros sem trabalho e sem esforço digno. No lar tranqüilo e feliz já entrou por uma vez a sórdida figura da ambição do dinheiro, pelo jogo – e daí a pouco fogem a ordem, a decência, a virtude e a paz.<sup>228</sup>

Em meio ao debate entre vícios e virtudes, ordem e desordem, o jogo alcançou um *status* importante, sendo tema de discussão nos mais variados foros. Para a construção de um país calcado nos ideais positivistas visando o progresso, seria necessário, de acordo com estes parâmetros, transformar os vadios, bêbados, desordeiros e jogadores em trabalhadores. Figuras como Rui Barbosa viam o jogo como “o grande putrefator, diátese cancerosa das raças amenizadas pela sensualidade e pela preguiça, ele entorpece, caleja e desvirilisa os povos”.<sup>229</sup>

Neste contexto, o jogo do bicho assumiu ares de escândalo. Talvez a sua prática não tenha sido tão intensa a ponto de escandalizar, mas uma das estratégias adotadas foi tratá-lo como escândalo. O fato de ter saído do ventre de um estabelecimento útil e agradável, poderia acentuar esta conotação negativa. De alguma forma, parece que no período entre séculos, o jogo do bicho acabou se transformando

---

<sup>226</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. Vol.4, p. 864.

<sup>227</sup> Idem, p. 870

<sup>228</sup> Arquivo Nacional. GIF. Caixa 6C34. Maio de 1899. Apud: BRETAS, Marcos. *A Guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 87.

<sup>229</sup> Citado por VIDAL, Armando. *O jogo, a administração e a justiça*. Rio de Janeiro, Typographya dos annaes, 1917. p.5.



num dos símbolos daquilo que não era desejado pelas elites. Posso ainda acrescentar que contribuíram para a cristalização desse sentido do jogo do bicho, os pareceres emitidos pelos procuradores no momento de se decidir pela proibição da prática deste jogo no Jardim zoológico. Não poderia deixar de oferecer a Olavo Bilac, a chance dele expor sua opinião sobre Hilário e o jogo do bicho:

Pobre Hilário! Não merecias os remoques e as graçolas com te flechou a imprensa... O teu caso é um simples sinal dos tempos, um sintoma. Hoje, no Rio de Janeiro, o jogo é tudo. Não há criados, porque todos os criados passam a comprar bilhetes de bichos. Não há conforto nas casas, porque as famílias gastam todo o dinheiro do mês no elefante ou no cachorro. Ninguém trabalha! Todo mundo joga...<sup>230</sup>

Já na crônica de Humberto de Campos, publicada 40 anos após a de Bilac, os elementos serão diferentes. A discussão entre vício e virtude estaria diluída, posto que o acaso e o jogo surgem “naturalmente” na trajetória de Lobato. Aqui não há nenhum tipo de desvirtuamento, estes dois elementos já fariam parte do cotidiano do nosso herói. Provavelmente, o fato de Hilário ter parado defronte a um “antro de *book-maker*” é uma metáfora representada pela novidade da loteria; quatro décadas depois o jogo do bicho já estaria incorporado aos hábitos da Capital Federal. Em nenhum momento, Lobato teve dúvidas sobre o que fazer com os 50 mil réis ou sobre o resultado das suas apostas.

Os sentidos atribuídos ao acaso, ou melhor, a forma de se relacionar com o acaso proposta aos dois personagens é diametralmente oposta. Bilac sugere que Hilário seria um homem disciplinado, trabalhador, não afeito a extravagâncias, exageros ou vícios. O mundo do jogo, ou o “submundo”, como preferiria Bilac, não faria parte da sua vivência. Já Lobato, lobo pequeno, pertenceria a uma geração que fazia do acaso, certeza. O primeiro parágrafo de “A felicidade do Dagoberto” é revelador neste sentido:

Era nos tempos heróicos da boêmia carioca, em que a vida era amável, e havia fome, mas a vítima a suportava contente. Trabalhava-se pouco, sonhava-se muito, e amava-se nem muito, nem pouco. Os cafês formigavam de gente jovial que esperava o

---

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 240.

almoço e a fortuna sem saber de onde, e as confeitarias eram o quartel-general dos que haviam jogado no bicho. Imprevidência e alegria. Despreocupação e uma grande, profunda, inflexível confiança no Destino e no Acaso.<sup>231</sup>

A descrição de Humberto de Campos para o período vivido por nosso herói, representaria os tempos “gloriosos” da “geração boêmia” da qual Bilac foi um dos mais destacados representantes. Segundo João Paulo Rodrigues, esta caracterização reforçaria a despolitização da atividade literária destes autores, conferindo-lhes importância apenas pelo aspecto anedotário<sup>232</sup>. Ao ler a trajetória de Hilário, percebe-se que Bilac estava preocupado em condenar a prática do jogo, atacando os vícios e procurando defender a moral. Não foi por acaso que Hilário acabou sendo castigado e Lobato recompensado.

A idéia de jogar não havia passado pela cabeça de Hilário, o acaso levou-o a parar defronte a uma casa de apostas. A ambição levou-o a pensar na transformação de uma nota de cinquenta mil réis em um conto de réis. (vinte vezes o valor da aposta, o mesmo prêmio pago pela empresa do Barão). A ambição levou-o a pensar na Mimi, a gata da falecida, após o acaso ter lhe mostrado um gato ruivo a correr e sumir. Pronto, o palpite estava dado e a certeza do ganho, também. Para Bilac, a soma de ambição e acaso faria do homem prudente um apostador, e do virtuoso um viciado. No fim de sua infeliz jornada o antes prudente e morigerado, tornou-se mísero, mesquinho e desgraçado. Alvo das brincadeiras e da chacota dos jornais, Hilário acabou convertendo-se no tipo do *otário*. Hilário foi levado a jogar pelo acaso, sem dinheiro para pagar o enterro da mãe, acabou vendo no jogo uma forma de levantar o dinheiro necessário para arcar com as despesas. Nem os seus bons costumes foram capazes de livrá-lo do jogo, o vício e a esperança de ganhar dinheiro fácil foram maiores do que seu caráter, sua prudência e suas virtudes. O conflito criado por Bilac está entre os vícios e as virtudes e como os homens são convencidos a abandonar uma vida reta e desviar seus caminhos. Acredito que Bilac estaria advertindo para um possível risco que a própria nação estaria correndo em função da disseminação da prática de jogos de azar.

---

<sup>231</sup> CAMPOS, Humberto de. “A felicidade do Dagoberto”, in: *Destinos – crônicas*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935, p. 200. PACHECO, Renato. Op. cit. pp 44-46.

<sup>232</sup> RODRIGUES, João Paulo. Op. cit. p. 257.

Tais riscos só seriam evitados com a intervenção do Poder Público. O fato do Chefe de Polícia ter agido em favor de Hilário, representaria a forma eficaz a ser adotada no combate a tais práticas. A volta à normalidade se dá através desta intervenção, como se a polícia tivesse consertado todos os erros cometidos pelo órfão e o colocado de volta aos trilhos.

Se Hilário recorreu à Polícia para pedir auxílio após ter ficado sem os cinquenta mil réis, provavelmente o fez em função desta ser uma prática comum entre apostadores insatisfeitos. E a própria ação policial levada à cabo por André Cavalcanti faz crer na idéia de ser esta uma prática comum. A não ser nos períodos de maior repressão em relação ao jogo na cidade, podia-se apostar livremente em várias loterias e modalidades de “esportes”. Nestes momentos de maior tolerância, pode-se pensar apenas em algumas buscas, a partir de queixas formalmente prestadas.

Como diria Bilac, Hilário e Lobato seriam sinais dos tempos em que ganharam as páginas dos jornais. Enquanto o primeiro, após discutir consigo mesmo se deveria apostar ou não, viu-se sem o dinheiro do enterro e motivo de chacota por toda a cidade, o segundo, para quem a confiança no acaso era inflexível, não teve a menor dúvida de jogar no bicho e fazer a “felicidade do Dagoberto”.

Machado de Assis dedicou dois textos à loteria dos animais. O primeiro é uma crônica cotidiana ligeira, publicada pelo jornal *A Semana* em 1895, na qual ironiza o fato do burro ter “vencido” o sorteio no Jardim zoológico. O segundo é um conto intitulado “Jogo do Bicho”<sup>233</sup>, escrito em 1904.

Neste conto, Machado narra a trajetória de Camilinho, amanuense num dos arsenais do Rio de Janeiro, cuja principal característica seria sua vocação para as apostas. Invariavelmente, os palpites do personagem central não resultavam em ganhos, fosse em momentos importantes de sua vida como seu casamento ou o batizado do filho, ou relacionados à loteria que descobriu no meio da trama, o jogo do bicho.

Na descrição que Machado faz de Camilinho, não há um destaque excepcional para qualquer uma de suas características, ou seja, seria mais um homem comum, trabalhador e honesto a viver na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX. Contudo, sua trajetória é marcada pelo gosto em apostar. Isto não se dava apenas no âmbito do jogo de azar, mas na sua vida. Antes de descobrir o jogo do bicho, seu

---

<sup>233</sup> ASSIS, Machado de. “Jogo-do-bicho”, in: *Obra Completa – Volume II, Conto e Teatro*. Rio de Janeiro, Editora José Aguillar, 1962. pp 1.123 – 1.129.

caráter de jogador já estava revelado. Dois momentos demonstram isto: o seu casamento e a perda da promoção.

A decisão de desposar Joaninha foi influenciada por ter sabido que Germana, a “preta” que havia se tornado mãe de criação de sua futura esposa, a acompanharia aonde quer que ela fosse. Percebendo a possibilidade de levar a “preta” como dote, casou-se rapidamente. Depois, notou que Germana pouco poderia contribuir, devido às precárias condições de sua saúde, entrando como uma despesa a mais no orçamento da casa. O episódio da reforma no arsenal, revelaria mais uma aposta mal feita. Para Camilo seu palpite estava certo; com a morte de um colega duas vagas estavam abertas para a promoção. Segundo seus cálculos, um tal Botelho e ele seriam os felizardos. Todavia, a sorte pegou o primeiro e um outro funcionário.

Após revoltar-se com o ocorrido, preferiu acomodar-se e viver com o que tinha. Neste instante, Machado insinua que o espírito de apostador teria se arrefecido. No entanto, seu instinto de jogador ressurgiu com a descoberta do jogo do bicho. E, devo dizer, que este encontro se deu pela via da sorte. Seu palpite no macaco lhe rendeu vinte vezes o valor da aposta de cinco tostões. O dinheiro trazido pelo primata, foi-lhe logo suprimido por outros membros da fauna, tendo retornado de onde saíra.

Numa de suas apostas, resolveu provar a incompetência dos “colunistas” dos jornais do bicho no oferecimento de palpites. Seguiu o conselho de um deles e apostou no gato. Como prova de sua sabedoria viu o bichano lhe sorrir e trazer alguns mil-réis como prêmio. Ironicamente, até quando Camilo acertava, estava errado.

A fama de mau apostador o perseguiu num outro importante episódio, o batizado do seu filho. O convite feito ao banqueiro “que lhe vendia os bichos”, para apadrinhar seu filho, encontraria razão no mesmo fundamento que o levou ao altar. Acreditando ser, seu futuro compadre, capaz de saber antecipadamente o resultado do bicho, resolveu fazê-lo membro da família, apostando em possíveis ganhos. Não tardou para o nosso herói descobrir que tal previsão não se daria, pois seu compadre não teria o poder de saber os resultados antecipadamente. À frustração de ver mais uma aposta derrotada, seguiu-se o conselho do compadre para que Camilo tivesse “paciência no mesmo bicho”. Contudo, a ansiedade do jogador não o permitia fixar-se no mesmo animal por um longo tempo. Mesmo decidido a perseguir um deles, mudava seu palpite em função de eventos que o levariam a ter contato com outros números ou bichos. Recorria, ainda, a outros “métodos” para se chegar ao acerto;

nada funcionava. Apenas, quando decidiu definitivamente aceitar os conselhos do compadre, chegou à vitória com o leão.

A imagem construída para Camilo seria a do jogador contumaz. Contudo, o tipo criado aqui é voltado especificamente para a prática do jogo do bicho. Em nenhum momento percebe-se Camilo envolvido em bebedeiras, enfiado em casas de jogo durante a noite ou que tivesse faltado ao trabalho por causa do jogo. Seus deveres de pai de família eram cumpridos regularmente. Joaquina não se queixa do marido em nenhum momento; enquanto o marido se aborrecia com tantas perdas no bicho, ela mantinha a alegria do lar, mesmo sendo obrigada a trabalhar dobrado quando a *preta* que vivia com eles adoeceu.

Machado percebeu que este jogo criava práticas específicas para a sua realização. O jogador não precisaria passar horas a fio ao lado dos bicheiros apostando, em contrapartida gastaria várias horas do dia em busca de palpites. A obsessão pelo acerto levava Camilo a jogar a bisca, buscando combinações e fazer as correspondências. Na rua olhava para o chão durante vários passos, repentinamente levantava a cabeça e via o número da casa ao lado; colocava números no chapéu e sorteava. Nem o atropelamento de um menino o comovia, ao invés de socorrer a vítima preocupou-se em anotar “o número do carro”. Enfim, a idéia de ganhar no bicho na ótica de Machado assume contornos variados aos outros jogos, mas o desejo de ganhar parece ser o mesmo qual seja o jogo de azar.

É importante destacar os interesses do protagonista na escolha do padrinho do filho. Assim como veremos mais adiante, Machado destaca a crença de Camilo quanto à desonestidade do jogo. Para ele os banqueiros sabiam de antemão os bichos a serem sorteados e por esta razão, procurou ligar-se a um deles por “laço espiritual”. Pelo menos de conselheiro serviu o compadre, pois recebeu “paciência no mesmo bicho” e foi o que fez quando acertou no leão, não sem antes pensar em trocar. Talvez, o fato do banqueiro insistir para que Camilo “perseguisse” um bicho fosse, na ótica de Machado, uma estratégia para que os apostadores recebessem um prêmio, mas antes deixassem no bolso um valor maior que o montante pago. Isto reforçaria o sentimento vitorioso do jogador, o que contribuiria para mantê-lo fiel ao jogo e ao bicheiro. De certa forma, poderia também insinuar a desconfiança de Machado com relação à idoneidade dos sorteios.

A sensação de ter ganho no bicho é explorada por Machado. O montante do prêmio proporcionado pelo rei dos animais foi de cento e cinco mil-réis, incapaz de

cobrir os prejuízos de quase setecentos mil-réis em apostas fracassadas. Este dado pouco importou para Camilo, fundamental seria ir para casa e levar alguns presentes. Comprou um bom jantar, com direito a vinho do Porto e sobremesa, além de um broche para Joaquina. Quando chegou à casa restavam apenas trinta e oito mil-réis do dinheiro conquistado com o leão.

Ganhar no bicho seria o final do processo da perseguição do prêmio, mas também marcaria o início da busca de um outro prêmio. Ao menino que entregou o jantar na sua casa, Camilo ofereceu uma gorjeta e o conselho para que apostasse na cobra. Fazer o apostador vencer, seria fundamental para que o ciclo do jogo não terminasse, posto que a esperança de ganho sempre persegue o jogador. Não foi sem motivo, que no pudim comprado pelo protagonista estava a inscrição “VIVA A ESPERANÇA!”.

De certo modo, esta sentença poderia indicar uma certa crença de Machado quanto ao processo do sorteio dos bichos ser “viciado”. A insistência do bicheiro para que Camilinho continuasse apostando no leão seria um indício disto. A frase “VIVA A ESPERANÇA!” inscrito no pudim surge como uma fina ironia, posto que os ganhos poderiam ser manipulados pelos bicheiros. Assim, sorte e esperança não fariam parte do acaso, mas da “ciência” do bicheiro em escolher o bicho.

Para Machado, diferente de Bilac, não há juízos no sentido de se afirmar que o jogo do bicho fosse um bem ou um mal, talvez este autor reconhecesse que esta loteria era apenas mais uma entre várias existentes. Em nenhum momento, Camilo é ridicularizado ou visto como vagabundo. Era trabalhador, pouco ambicioso é verdade, mas não deixava de cumprir suas obrigações como amanuense. Provavelmente, ao escrever um conto sobre a nova loteria, estaria também escrevendo sobre o novo tipo de jogador que surgiu com ela.

Os dois últimos textos a serem tratados aqui foram escritos por Rubem Braga e Rachel de Queiroz em 1949 e 1951, respectivamente. Distanciados das discussões que balizaram o tema jogo do bicho nos primeiros anos de sua existência, estes dois autores não estavam preocupados em condenar a prática desta loteria. Ao contrário, assim como Humberto de Campos já o percebiam como incorporado ao cotidiano da cidade do Rio de Janeiro. O ponto principal da aproximação entre a crônica de Braga e o artigo de Queiroz é a defesa da regulamentação da loteria.

Os tópicos abordados pelos autores são bastante próximos, sendo alguns idênticos. Por exemplo, mesmo numa curta crônica intitulada “O Bicho”<sup>234</sup>, Braga conseguiu tocar em seis questões. Sem dúvida, não teve espaço para discorrer sobre todas em tão pouco espaço, apenas preferindo apontá-las. Inicialmente, declarou-se não ser “suficientemente austero para ser contra o jogo do bicho”. Em seguida afirmou que os pobres teriam direito a uma “emoção viciosa” assim como os ricos. Depois trouxe a idéia de que pior do que o jogo do bicho, seria a “indústria” da sua perseguição e defendeu a tese de que esta loteria faria parte do folclore nacional. Quanto à regulamentação do bicho, seu último e mais importante ponto, argumentou sob dois aspectos. O primeiro referia-se à incapacidade do Estado de acabar com o jogo do bicho e o outro ao emprego dos tributos a serem pagos pelos banqueiros no auxílio à luta contra “a miséria e a ignorância que matam, (...), cem mil crianças por ano”.

Queiroz investe na mesma idéia, contudo, através de um artigo, teve mais espaço para expor seu ponto de vista, de forma que pôde defender com mais vigor seus posicionamentos, mesmo que tenha abordado menos pontos que os assinalados por Rubem Braga. Inicia seu texto, intitulado “O Jogo do Bicho”<sup>235</sup>, abordando a questão do direito dos pobres de apostar. Na seqüência, toca na questão sobre o apoio ou não a tal prática e afirma que o jogo do bicho não será exterminado pela ação policial. Ao fazer uma analogia com a indústria de bebidas alcoólicas, a autora chega ao ponto fundamental de seu texto. Segundo ela, mesmo o álcool sendo “desgraça maior” que o bicho, porquê o primeiro estaria regulamentado e o segundo não?

Escritos em meados do século XX, cerca de cinquenta anos após a inauguração do jogo dos bichos no Jardim zoológico do Barão de Drummond, estes textos trazem discussões diferentes daquelas propostas por Bilac, por exemplo. Isto não significa dizer que na década de 1950 o discurso contrário à prática do jogo do bicho e favorável ao seu combate e repressão estivesse silenciado. Os textos de Rubem Braga e Rachel de Queiroz procuraram refletir sobre a questão da regulamentação. No entanto, tal idéia não parece ter sido criada por eles, posto que o

---

<sup>234</sup> BRAGA, Rubem. “O Bicho”, in: PACHECO, Renato. Op. cit. pp 70-72.

<sup>235</sup> QUEIROZ, Rachel de. “O Jogo do Bicho”, in: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, edição de 24 de novembro de 1951.

PACHECO, Renato. Op. cit. pp 73-75.

senador Érico Coelho em 1915<sup>236</sup> e o deputado federal Henrique Dodsworth em 1928<sup>237</sup> já teriam apresentado projetos de lei com este objetivo. Por outro lado, não parece ter sido uma simples coincidência, o fato de dois importantes escritores defenderem a mesma opinião sobre o jogo do bicho em momentos tão próximos. Numa análise rápida da produção, chamada por mim de memorialista e folclorista, sobre esta loteria durante os anos 50, percebe-se uma tendência clara de apoio aos projetos relativos à regulamentação<sup>238</sup>.

Em função do número de vezes que a questão da regulamentação do jogo do bicho aparece nestes obras, pode se perceber que não era uma preocupação apenas destes dois literatos, mas daqueles que se preocuparam com o tema. É possível dizer que todos os autores trabalhados por mim a partir dos anos 50, ao menos fizeram menção à questão, quando não a discutiram intensamente. Hugo de Barros, diz que escreveu seu “opúsculo” sobre o jogo do bicho como forma de iniciar um movimento nacional para que a opinião pública pudesse decidir pela regulamentação ou não da loteria<sup>239</sup>. Waldyr de Abreu também abordou o assunto, contudo afirma que o jogo do bicho deveria ser tratado como contravenção penal e, destarte, devendo ser reprimido e não regulamentado. Júlio César de Mello e Souza, o Malba Tahan, apesar de apontar a desonestidade do jogo do bicho, também defendeu sua regulamentação. Devo ressaltar que as duas primeiras obras foram publicadas em 1958 e 1968, respectivamente, sendo a terceira nos anos 1970. Tal fato, indica a permanência desta discussão referente ao jogo do bicho.

Os argumentos para a regulamentação são basicamente os mesmos. Para Rachel de Queiroz, a polícia não seria capaz de acabar com o bicho, por falta de uma política coerente de combate e da corrupção policial. Em função de tal constatação, a escritora defende a regulamentação e um “fim útil” para o dinheiro do jogo, como

---

<sup>236</sup> Ver ABREU, Waldyr de. *O submundo da prostituição, vadiagem e do jogo do bicho – aspectos sociais, jurídicos e psicológicos*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1968. p. 113

<sup>237</sup> Ver BARROS, Hugo Laércio de. Op. cit. p. 128.

<sup>238</sup> Seriam exemplos desta tendência nos anos 50, Camilo Paraguassú e Hugo de Barros. Outros autores como Malba Tahan e Hugo Carradore nos anos 70, também engrossaram este coro.

<sup>239</sup> BARROS, Hugo Laércio de. Op. cit. p. 7.



obras de assistência à infância. Rubem Braga também havia se manifestado neste sentido em termos bem parecidos.

Por ter escrito um “opúsculo” sobre o jogo do bicho Hugo de Barros foi o autor que mais se ateve ao assunto. Em seu livro, reservou dois capítulos inteiros para discutir a regulamentação, destacando as vantagens e desvantagens de apostadores, polícia, justiça, governo e sociedade nos dois casos; como contravenção e na hipótese da loteria ser legalmente reconhecida. Chama a atenção o fato do autor não mencionar em nenhum instante, vantagens e desvantagens, em caso de regulamentação do jogo do bicho, para os bicheiros, ou melhor, os empregados do jogo. Quanto aos banqueiros de bicho, os donos do capital empregado, ficaria claro o prejuízo, posto que passariam a pagar pesados impostos e, no entender de Barros, cerca de 80% deles tenderia a abandonar a atividade. No regime contravencional, os principais beneficiados seriam os policiais, por terem no jogo do bicho uma “excepcional fonte de renda extra-vencimentos”<sup>240</sup> e a sociedade seria a maior prejudicada pois o governo perceberia a “evasão brutal de uma renda fabulosa”<sup>241</sup>, ficando incapacitado de fazer os melhoramentos necessários em vários setores da economia. Na mudança de regime, ocorreria o oposto do dito acima, segundo o autor.

É importante, ainda, argumentar que tais proposições, quase sempre, vinham casadas com uma idéia assistencialista. Os textos de Braga e Queiroz trazem explicitamente esta questão e Waldyr de Abreu afirma que em um destes projetos, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) receberia diariamente da futura empresa concessionária responsável pela exploração da **Loteria Federal Popular**, 20% da renda bruta apurada<sup>242</sup>.

A questão da regulamentação nos remete aos novos sentidos assumidos pela prática do jogo do bicho neste período. Ou melhor, se a discussão do jogo do bicho passou a ser feita em outros termos é porque ocorreu uma mudança dos sentidos atribuídos a ele. Se por um lado ainda havia o discurso de que o bicho era um “câncer social” e “desviava do trabalho homens válidos”<sup>243</sup>, por outro já aparecia como

---

<sup>240</sup> Idem, p. 139.

<sup>241</sup> Idem, p. 141.

<sup>242</sup> ABREU, Waldyr de. Op. cit. p. 115.

<sup>243</sup> Idem, p. 98.

elemento do folclore brasileiro. E talvez, por esta incorporação, o projeto de regulamentação se justificasse.

Por esta época, estava em curso o processo destacado por Luís Rodolfo Vilhena de constituição do campo teórico e da institucionalização dos estudos do folclore. A comunidade acadêmica tratava esta disciplina como algo “menor”, e os intelectuais a ela ligados sofreram com estereótipos, pois seus objetos seriam escolhidos em função de critérios “românticos” e “estudados a partir de um colecionismo descontrolado e de uma postura empiricista”<sup>244</sup>. Num momento anterior a esta discussão sobre o folclore, Gylberto Freyre já percebia o jogo do bicho como um resquício das culturas indígenas e africanas. Não a loteria em si, mas o gosto por ela. Assim, a sua popularidade encontraria raízes nestas duas tradições, ou seja, tinha alguns elementos de permanência destas tradições que, de certo modo, teriam sido reavivados com esta prática. Nos dizeres de Freyre, o jogo do bicho encontraria “base para tamanha popularidade no resíduo animista e totêmico de cultura ameríndia reforçada depois pela africana”<sup>245</sup>. Levando em consideração que ambas auxiliaram na formação daquilo que genericamente se chama de cultura brasileira, esta loteria seria um elemento cultural nacional. Ao encontrar explicação para o sucesso do jogo nos índios e nos negros, Freyre poderia estar abrindo caminho para que o jogo do bicho fosse percebido como elemento do folclore nacional anos mais tarde.

Acho possível dizer que o primeiro intelectual ligado aos estudos do folclore a propor a inserção do jogo do bicho, como mais um elemento deste campo de estudos, de uma forma sistematizada e formal foi Luís da Câmara Cascudo. Com a publicação do *Dicionário do Folclore Brasileiro*, em 1954, destinou um verbete para explicar o que seria esta loteria<sup>246</sup>. Não tratou o jogo do bicho como inocente, mas sim como “vício dominador, irresistível e soberano”.

Não se pode deixar de lembrar, que os intelectuais preocupados com o folclore estavam também imersos no debate, iniciado nos anos 30, que tentava desvendar, ou melhor, re-descobrir o Brasil. De grosso modo, não houve uma unanimidade entre os intelectuais do folclore na direção de elevar o jogo do bicho à condição de elemento

---

<sup>244</sup> VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 22.

<sup>245</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 34ª. ed. (1ª. ed., 1933), Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 135.

<sup>246</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. p. 411.

pelo qual poderia se ajudar a entender o país, haja vista o ínfimo número de trabalhos publicados sobre esta prática<sup>247</sup>. Provavelmente, em meio à luta pela sua afirmação como campo teórico e sua institucionalização, não seria prudente defender uma contravenção penal como elemento do nosso folclore. E, para além disso, o jogo do bicho surgia como um fenômeno urbano, portanto distanciado daquilo que alguns estudiosos entendiam como folclore.

Contudo, o “movimento folclórico”, as discussões em torno desta questão, podem ter auxiliado, de forma involuntária, no processo que procurava transformar o jogo do bicho de contravenção penal em folclore nacional. Estou me referindo aos meios não-acadêmicos, aonde a idéia de folclore assumia contornos menos rigorosos. No senso comum, um dos sentidos atribuídos à folclore é de algo inusitado, fora dos padrões. Se pensarmos na obra *Folclore Político* de Sebastião Nery, percebemos que ali estão presentes relatos de fatos ocorridos nos bastidores da política nacional, sendo caracterizados pela comicidade e pelo incomum. Acredito que para os autores não-acadêmicos, este sentido atribuído ao folclore tenha sido peça chave para compreendê-lo como tal.

A idéia do inusitado também está presente na crônica de Rubem Braga, quando ele narra duas situações comuns no jogo do bicho, mas estranhas para os não iniciados. Na primeira conta que uma “senhora de certa idade” caminhou sob sol forte e pela areia até encontrar o bicheiro na praia de Ipanema e fazer sua *fézinha*. No outro episódio, narra uma cena em que conseguia avistar, do alto de um edifício no Castelo, centro do Rio de Janeiro, dois bicheiros. Um ficava responsável pelo dinheiro e o outro pelo recolhimento das listas. Sabendo do que se tratava, percebeu a aproximação de um soldado da polícia militar, por um instante imaginou a prisão, mas logo viu que se tratava de mais um freguês do ponto.

Algumas características do jogo do bicho estimulariam o sentido do jogo do bicho como algo inusitado. Num país de tradição cartorial, no qual o aparelho burocrático exerce grande poder, a existência de uma loteria informal seria algo estranho. Há vários relatos sobre apostadores que escreveram seus palpites em pedaços de papel sem nenhum valor aparente e que após o resultado foram ao encontro do bicheiro para receber seus prêmios, apenas informando o nome do freguês, ou o nome escrito na *poule*, e a quantia apostada. A desburocratização do

---

<sup>247</sup> Além de Câmara Cascudo, como “folcloristas” preocupados com o jogo do bicho, posso destacar Oswaldo Cabral e Hugo Carradore.

jogo do bicho era uma das vantagens apontadas para o apostador por Hugo de Barros, pois haveria:

1 - facilidade no ato de jogar, que não exige fórmulas próprias impressas em papel especial para a confecção das listas de jogo, nem selos, nem nada;

(...)

3 – simplicidade de recebimento dos referidos prêmios, que não exige requerimentos, apresentação de carteira de identidade, certificado de reservista, título de eleitor, ou outra coisa semelhante.<sup>248</sup>

Pode-se dizer que as características atribuídas ao jogo do bicho estimulariam a sua interpretação como algo pertencente ao folclore. Além da informalidade e do inusitado, há outro aspecto que gostaria de ressaltar como fundamental neste processo: as formas de se conseguir palpites. Estes poderiam ser dados de diversas formas. Vimos que para Hilário, personagem de Bilac, foi o gato que lhe apareceu e sumiu. Camilo, criado por Machado de Assis, buscava sua sorte nos números das casas, nos números de carro acidentados e enquanto jogava a bisca com a esposa. Os jornais de bichos se aproveitaram desta demanda por palpites e na primeira década do século XX tiveram um amplo mercado à disposição.

Estes periódicos nos dão conta da existência de uma enorme variedade de possibilidades para se encontrar o “bicho certo”. Seria uma mistura de ciência e “crendice”, modernidade e tradição. Com o tempo, os fatores ligados aos saberes populares na “caça aos bichos” parece ter se fortalecido frente àqueles que procuravam oferecer ganhos a partir de quadros matemáticos ou do estudo das probabilidades. Contudo, quando nos deparamos com os livros de decifração de sonhos, percebemos que uma das principais estratégias dos autores é dar um certo caráter científico às suas obras. Assim, a ciência viria corroborar as impressões da sabedoria popular, mais que isto, visava legitimar estes saberes diante do público consumidor.

Sem dúvida o maior manancial de palpites adviria dos sonhos. No entanto, tomando os textos de Cascudo, Cabral e Carradore como fontes, temos que além dos sonhos haveria uma série de procedimentos para se chegar ao palpite. Uma das formas mais comuns era tentar decifrar a figura do bicho. Tal imagem poderia vir ao acaso ou

---

<sup>248</sup> BARROS, Hugo Laércio de. Op. cit. p. 135.

provocada. Por exemplo, uma nuvem no céu poderia indicar um bicho. De outro modo, seria aceso um palito de fósforo e colocado dentro de um copo de café, a partir deste contato “surgiria” o bicho. Ainda seria uma boa fonte tentar encontrar o palpito na borra do café. As manchas de urina ou saliva no chão ou na parede também poderiam auxiliar os jogadores. Estas formas de decifração, nos remetem às figuras desfocadas de animais que apareciam nos jornais de bicho, quando os leitores/apostadores, através de lentes, tentavam “descobrir” a imagem oculta.

Nesta “caça aos bichos” os apostadores também buscaram auxílio divino ou mágico. Havia, por exemplo, rezas para se ganhar no bicho. Cascudo transcreveu a oração das almas benditas, citada anteriormente por Arthur Ramos em 1942 no seu *Aculturação negra no Brasil*:

Valei-me minhas almas santas benditas, as três que morreram queimadas, as três que morreram afogadas, as três que morreram perdidas e venham todas nove para que me digam em sonho claro que bicho dará amanhã. Juntem-se todas às 3 às 6 às 9 e com os poderes de Deus e de sua santa mãe, dai-me em sonho claro o bicho de amanhã sem confusão e sem embaraço. Rezar três salve-rainhas até nos mostrar.

Ari Madureira<sup>249</sup> entende que haveria uma forma dos orixás ajudarem o apostador a ter uma leitura exata dos palpites que lhe seriam fornecidos pelas divindades. Três modos são citados por ele, um agrado para Exu; outro para Obará e um banho da sorte utilizando-se as ervas abre-caminho, vence-demanda e desata-nó. Em *As rezas que o povo reza*, Nívio Sales afirma que entre suas principais fontes estavam as rezadoras de Piaçabuçu, em Alagoas; Tauaqueci, sua mãe de santo; e uma fonte bibliográfica<sup>250</sup> não citada. Entre dezenas de “rezas”, há uma específica para se ganhar no jogo do bicho:

Eu faço esta oração com os poderes de Jesus Cristo e Maria Virgem! Quero em sonho, em espírito vê (sic), ouvir e conversar

---

<sup>249</sup> MADUREIRA, Ari. *Jogo do bicho: como jogar, como ganhar*. Rio de Janeiro: Pallas, 1998.

<sup>250</sup> SALES, Nívio Ramos. *Rezas que o povo reza*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Pallas, 1986. p. 5.

com o rei dos Guerreiros de Jurema para que ele me dê uma esmola pelo amor de Deus.

Cabocla de pena, me acompanhe em sonho para que eu veja e conheça a verdade e os poderes de Jurema e dos guerreiros da Jurema; mostrei-me em sonho claro e bem visível o animal, centena ou milhar da loteria de amanhã. Jurema tenha piedade de mim, sou eu que lhe peço e por necessidade me vejo obrigado a lhe pedir esta esmola pelo amor de Jesus Cristo. Caboclo da Pena tenha compaixão de mim, fazei-me esta caridade pelo amor de Deus todo poderoso.<sup>251</sup>

Nesse contato entre apostador e divindade, o fator que legitimaria o auxílio requerido seria a sua condição de pobreza. Esta oração surge, no imaginário de quem pede, como um acerto de contas, pois permitir o ganho seria uma forma de compensação das agruras da vida que, nestes termos, seria responsabilidade das hostes celestiais. Como a postura de cobrança explícita não seria recomendável nestes casos, quem está pedindo apela para a compaixão da divindade como uma forma de “amenizar” o sofrimento em virtude da pobreza.

Outro aspecto importante é a mistura de religiões. Nas duas orações citadas, pode-se perceber registros da umbanda e do catolicismo unidos com o objetivo de fornecer bons palpites. Creio que para os padrões católicos mais rigorosos e conservadores, tal encontro representaria uma heresia, contudo naquilo que convencionou-se chamar de religiosidade popular esta combinação se dá sem estranheza. A umbanda em si é fruto da combinação de elementos oriundos do catolicismo, do pensamento espiritualista de Alan Kardec e das crenças e rituais de origem africana. Assim a Virgem Maria, Jesus Cristo, Jurema, os Caboclos e os Exús se combinariam para ajudar o apostador na sua *fêzinha*.

Outra conduta condenável para os conservadores católicos seria o fato de alguém usar os nomes de Deus, Cristo e da Virgem com o intuito de se ganhar dinheiro através do jogo. O santo nome não estaria sendo usado em vão, mas na promoção do “vício”. É lícito lembrar que, na tradição católica, ao pé da cruz, enquanto Jesus agonizava, os soldados romanos apostavam suas moedas no jogo de dados. Nesta tradição que valoriza o trabalho, o jogo estaria condenado desde o seu início. Visto como vício, não poderia fazer parte do cotidiano de um “bom” católico.

---

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 63.

Estas “rezas” reforçam a idéia dos sonhos como a principal fonte dos palpites para o jogo do bicho. Os pedidos feitos visam o auxílio das divindades para que os bichos a serem jogados apareçam claramente. Ainda ligado aos sonhos, há uma série de relatos de “simpatias” feitas por apostadores, como amarrar o dedão do pé ao pé da cama; amarrar as pernas ou os braços antes de dormir; deitar-se com a roupa do avesso ou comer couve crua antes do sono. Se os sonhos são os grandes responsáveis pelos palpites, não é de se admirar que os livros de interpretação de sonhos tenham feito imenso sucesso entre os apostadores, uma prova disto seria a enorme quantidade de edições e reedições de obras com este objetivo.

Vimos no item anterior que o *Mascotte* publicara, nos anos de 1910, um dicionário de sonhos com a “explicação científica” dos significados. Ainda nesta década, foi publicado por Allan Kardec Junior um livro de explicação de sonhos baseado na matemática<sup>252</sup>. Se nas primeiras décadas, procurava-se dar uma explicação baseada em critérios racionais e científicos, logo percebeu-se que a “ciência” para se ganhar no bicho adviria da experiência dos apostadores na sua prática cotidiana da *fêzinha*. Mesmo que outros autores apelassem para tais critérios, não me parece que tais argumentos fossem fundamentais para a maior parte dos apostadores, posto que boa parte destas interpretações era feita no contato cotidiano entre os envolvidos nesta prática, incluindo-se aí os apontadores do bicho. Elena Soárez e Roberto DaMatta argumentam que é o “conjunto de experiências [dos apostadores], decodificado a partir de suas experiências com o conjunto dos 25 bichos, que serve de foco a uma hermenêutica popular original e criativa, que constitui e serve de base a um sistema de palpites.”<sup>253</sup> Ao perceber a formulação dos palpites como algo distanciado dos padrões racionais ocidentais, como algo típico e único do Brasil, posto o desconhecimento de tal tradição em qualquer outro lugar do mundo, o jogo do bicho acabaria assumindo um caráter folclórico, mesmo que fosse um vício, como queria Cascudo.

Cascudo destacou que na busca do palpite, haveria a existência de uma variedade “interpretadora dos sonhos, visões e intuições que vão do maravilhoso ao

---

<sup>252</sup> KARDEC Jr., Allan. *Explicação dos sonhos, systema infallível para ganhar no jogo do bicho, baseados em cálculos mathematicos*. São Paulo: Livraria Magalhães, 1919.

<sup>253</sup> DaMATTA, Roberto & SOÁREZ, Elena. *Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 114.

cômico”.<sup>254</sup> Ao combinar o sagrado e o profano; a ciência e a “crendice”; a modernidade e a tradição; o formal e o ilegal; o trabalho e a vadiagem; o maravilhoso e o cômico, o jogo do bicho estaria adquirindo um *status* que o definiria como uma prática exclusiva dos brasileiros, que traria em si alguns elementos que poderiam transformá-lo em parte do folclore nacional, quiçá, em elemento capaz de definir a própria nacionalidade.

É importante destacar que o “movimento folclórico” pesquisado por Vilhena não parece ter procurado defender o jogo do bicho, como pertencente ao nosso folclore. Todavia, a discussão gerada por ele em torno da cultura popular e da identidade nacional levou outros autores, principalmente não-acadêmicos, a tratar esta prática como folclórica. Refletindo sobre o programa do movimento folclórico, Vilhena destacou três pontos: a pesquisa, a proteção e o uso do folclore na educação<sup>255</sup>. O último ponto, talvez inviabilizasse a idéia de se propor o jogo do bicho como fato folclórico. Afinal, como se poderia educar a população através de uma prática condenada legalmente? A questão da popularidade do jogo também poderia ser um empecilho para sua elevação ao *status* de folclore.

O caráter de resgate me parece intrínseco à idéia de folclore. Evitar o desaparecimento uma manifestação cultural em vias de extinção seria um dos seus fins. Por estar em pleno funcionamento, aquilo que chamo de empresa do jogo do bicho, não seria necessário propor nenhuma pesquisa com o objetivo de revelá-lo, pois seria possível deparar-se com ele em centenas de lugares, praticado por milhares de pessoas. Portanto, conclui-se ser desnecessário qualquer ato no sentido de preservação. Por outro lado, como assevera Vilhena, a inexistência de uma “atmosfera comunitária original”, uma aura de “espontaneidade” e a falta de uma base inscrita na oralidade retirariam de um fato, a idéia de folclórico. Se pensarmos no jogo do bicho como uma empresa bem azeitada, hierarquizada e baseada na idéia do *vale o escrito*, não seria possível considerá-lo como folclore, de acordo com o movimento folclórico. No entanto, o processo de formulação de palpites, algo inscrito na oralidade e em algumas tradições populares, como a relação homem-animal, o jogo do bicho poderia ser considerado como tal.

---

<sup>254</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. p. 411.

<sup>255</sup> VILHENA, Luís Rodolfo. Op. cit. p. 174.



Devido ao fato de não conseguir encontrar obras de autores ligados ao movimento folclórico sobre o jogo do bicho, é de se supor a não classificação desta prática no rol das elencadas como folclóricas por este grupo. Luís da Câmara Cascudo e Oswaldo Cabral, surgem como os únicos exemplos de autores acadêmicos ligados ao folclore que trataram o jogo do bicho como tal. Cascudo era um intelectual que esteve em rota de colisão com o movimento estudado por Vilhena<sup>256</sup>. Mesmo caracterizando este jogo como vício, dedicou um verbete para tentar defini-lo.

Cabral não parece ter tido o mesmo reconhecimento do meio acadêmico como Cascudo. Sua obra não é muito conhecida, mesmo tendo produzido “mais de cinquenta livros, além de dezenas de artigos”<sup>257</sup> dos quais pode destacar-se *João Maria – interpretação da campanha do contestado*, publicado dentro da coleção *Brasíliana*. Como intelectual esteve muito preocupado em refletir sobre Santa Catarina, sendo professor da Universidade Federal deste estado desde sua fundação em 1962 e membro da Comissão Nacional de Folclore, entre outras instituições<sup>258</sup>. Seu artigo sobre o jogo do bicho é citado por Cascudo, como tendo sido publicado em Portugal no ano de 1935<sup>259</sup>. Acredito que estes autores percebem o jogo do bicho como um “fato folclórico” não em função do jogo em si, mas por causa dos fenômenos destacados por ambos na busca dos palpites, que como dissera Cascudo, ia do maravilhoso ao cômico. Folclórico não seria apostar no burro, mas sim a interpretação de um sonho envolvendo fábrica e greve que levaria um jogador a tal escolha. Ou o uso de rezas e outros artifícios “mágicos” para se chegar ao “bicho que vai dar”.

Para os autores não-acadêmicos, que defendiam esta loteria como parte integrante do folclore, não me parece que a discussão teórica fosse o seu pilar de sustentação. Através de alguns critérios como popularidade, uma suposta inocência, a busca dos palpites e ser conhecido como “jogo de pobre”, o bicho deveria ser

---

<sup>256</sup> ver o já citado livro de Luís Vilhena, fundamentalmente o capítulo conclusivo.

<sup>257</sup> SANTOS, Sílvio Coelho dos. “Oswaldo Rodrigues Cabral”, in: *Anuário Antropológico/78*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. p. 396.

<sup>258</sup> *Ibidem, ibidem*.

<sup>259</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Op. cit. p. 411. O artigo de Cabral utilizado por mim tem a seguinte indicação bibliográfica: CABRAL, Oswaldo R. *Folclore do jogo do bicho*. Porto: Typografia da Livraria Simões Lopes, 1960. O que me leva a crer ter utilizado uma segunda edição do texto, como não tive acesso à primeira não pude estabelecer comparações.

reconhecido como tal e, portanto, deixar de sofrer perseguição policial. Para o ambíguo Hugo de Barros, o jogo do bicho era uma “instituição nacional”<sup>260</sup> e um “esporte popular (...) exercido pela quase totalidade do povo brasileiro”<sup>261</sup>. Já Camilo Paraguassú, afirmou que o jogo do bicho era “uma coisa arraigada nos costumes da gente brasileira (sic) e profundamente discutida, combatida, perseguida, atropelada; mas, tenás (sic) como a tirírica (sic) no terreno ou o carrapato apegado à axila do boi”.<sup>262</sup> A loteria também foi pensada como uma “recreação inocente”<sup>263</sup>, segundo Malba Tahan e merecedora de uma antologia, já citada, organizada por Renato Pacheco.

Mais do que afirmar que o jogo do bicho fosse um “fato folclórico”, estes autores acabaram atribuindo-lhe uma aura de folclore. Se a busca pelos palpites era importante para estes autores, talvez os casos sobre o jogo registrados nas páginas do seus livros o fossem ainda mais. Nestes dois casos, percebe-se que tais “tradições” só puderam ser preservadas em função da oralidade. Se lembrarmos que, para Vilhena, a oralidade seria um dos critérios fundamentais, no entender dos intelectuais ligados ao “movimento folclórico”, para a definição de um fato como folclórico, pode-se inferir que estes autores não-acadêmicos ao reforçarem estes dados através de uma série de exemplos, estariam contribuindo para tornar o jogo do bicho como um fato integrante do folclore nacional.

Mais um dado a ser explorado é o da inocência do jogo do bicho. Casos como os narrados por Rubem Braga e vários outros relatados viriam expandir este mito. Neste sentido, a memória da loteria que a liga ao Jardim zoológico viria corroborar esta idéia, pois o jogo teria surgido como uma “diversão ingênua”<sup>264</sup>. Além disto, quando se comenta a origem do bicho, não há indicações de que o intuito principal do Barão de Drummond seria a de explorar mais uma diversão, entre outras que estaria inaugurando naquele mesmo dia de julho de 1892, mas sim de aumentar as rendas do seu parque no intuito de livrar os animais da fome e da inanição em virtude do

---

<sup>260</sup> BARROS, Hugo Laércio de. Op. cit. p. 13.

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>262</sup> PARAGUASSÚ, Camilo. Op. cit. p. 19.

<sup>263</sup> MALBA TAHAN. Op. cit. p. 47.

<sup>264</sup> Ver EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 866.

suposto corte dos subsídios pelo governo republicano, oferecidos anteriormente à Companhia do Jardim Zoológico por D. Pedro II.

Dotado de uma “aura” folclórica, o jogo do bicho encontraria terreno fértil para sua regulamentação. Contudo, não me parece que este fosse o principal propósito de autores como Renato Pacheco e Camilo Paraguassú. Mais do que regulamentar a prática do jogo do bicho, seu principal objetivo seria legitimá-la.

Em meio a toda esta discussão sobre a oficialização do jogo do bicho, que suscitou a atenção de vários setores da sociedade, pode-se notar a ausência de banqueiros e bicheiros. O máximo ponto ao qual chegaram Barros e Tahan foi concluir que a regulamentação da loteria seria muito prejudicial aos banqueiros, os donos do capital do bicho, pois seriam obrigados a pagar pesados impostos. Já os bicheiros, os empregados deste capital, poderiam ter alguns benefícios como a garantia de seus direitos trabalhistas. Os apostadores, por seu turno, também foram excluídos deste debate. Vistos como vítimas da ganância e desonestidade dos banqueiros, os jogadores seriam caracterizados como viciados e ingênuos. Mesmo assim, Barros garantiria o direito de jogar no bicho aos pobres e aos mais necessitados da nação, como os:

velhos aposentados do Tesouro e das instituições de previdência; dos militares reformados; das viúvas carregadas de filhos; dos mendigos, de todos aqueles que não podem fazer parte de uma roda de *pif-paf*, e muito menos penetrar num cassino ou num Hotel Quitandinha, a fim de tentarem a sua sorte arriscando uns minguados carapitéus numa roleta, - e por isso jogam ‘quinhentos réis’ no bicho, no palpitezinho que lhes deu o sonho, na esperança de comer, no dia seguinte, um frango ou um pedaço de carne de porco à custa do jogo do bicho.<sup>265</sup>

Nas ambigüidades de Barros, se, por um lado, nota-se a defesa do jogo do bicho pois seria uma forma dos pobres continuarem sonhando com melhores dias, e de poderem ter uma “emoção viciosa”, como diria Rubem Braga, assim como os ricos; por outro, estes mesmos apostadores não se importariam com “o encarecimento da vida, a falta de alimentos para a sua prole, de escolas para os seus filhos, o

---

<sup>265</sup> BARROS, Hugo Laércio de. Op. cit. p. 148.

desemprego... nada”<sup>266</sup>. De certo modo, a matriz deste pensamento não se distancia muito daquela proposta por Edmundo, na qual o jogo do bicho teve seus ideais pervertidos em função da ganância do povo. Paraguassú também acaba escorregando neste mesmo preconceito e se refere à “mediocridade cultural do nosso povo”<sup>267</sup>, quando fala das dificuldades de Drummond em manter o zoológico funcionando, devido ao diminuto comparecimento do público, no período anterior ao sorteio dos bichos.

---

<sup>266</sup> Idem, p. 14.

<sup>267</sup> PARAGUASSÚ, Camilo. Op. cit. p. 34

## II. 2 – Historiador da história brasileira do Brasil

Luiz Edmundo nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1878. Filho de pais com poucos recursos materiais, teve a felicidade, como ele mesmo comenta, de ter estudado no colégio Abílio, de propriedade do Barão de Macaúbas. Seu pai era funcionário desta instituição e certo dia ao acompanhá-lo ao trabalho em Botafogo conheceu, por acaso, o dono. Sem saber com quem conversava, o menino Edmundo ao mostrar interesse pelos estudos, pelas letras e pela beleza do colégio conseguiu seduzir o diretor. No mesmo momento, o Barão teria levado a criança até a presença do pai e oferecido a gratuidade dos estudos, segundo nos conta Albene Araújo.<sup>268</sup>

Fora do aristocrático Abílio e já bacharel em ciências e letras, passou a ganhar a vida como jornalista. Empregou-se, por exemplo, no *Cidade do Rio* de José do Patrocínio e dirigiu a *Revista Contemporânea*. Foi colaborador na *Revista Kosmos* e em outras publicações, mas parece ter sido no *Correio da Manhã* que encontrou maior respeito como jornalista e tranqüilidade para trabalhar, isto sem ser citada a profunda admiração e respeito nutridos pelo nosso cronista em relação a Edmundo Bittencourt, diretor e fundador do periódico.<sup>269</sup>

Em função dos seus conhecimentos de inglês e francês, trabalhou também como corretor de uma companhia de navegação em negócios de importação e exportação, aliás parece ter sido este trabalho o responsável pela maior parte do seu sustento financeiro e de suas várias idas a Europa. Em algumas destas viagens aproveitou para pesquisar em arquivos portugueses e espanhóis, colhendo material para escrever alguns de seus livros.<sup>270</sup>

Mais conhecido pelos seus trabalhos memorialísticos sobre a cidade do Rio de Janeiro, dedicou-se a outros gêneros como a poesia e o teatro. No início de sua carreira literária dedicou-se à poesia, tendo publicado quatro obras, e ao jornalismo. Sua produção teatral não parece ter sido muito relevante, ao contrário do que pensava Viriato Corrêa. Quando Edmundo foi tomar posse da cadeira de número 33 na

---

<sup>268</sup> ARAÚJO, Albene Fagundes de. *Luiz Edmundo*. Rio de Janeiro: Ed. Alfa, 1995.

<sup>269</sup> Ver, por exemplo, GRINBERG, Piedade Epstein. “Introdução”, in: *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. pp 17-24 e o verbete sobre Luiz Edmundo no Dicionário Literário do Brasil.

<sup>270</sup> ARAÚJO, Albene Fagundes de. Op. cit. p. 35.

Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é Raul Pompéia, foi “acusado” de ter cometido para com a dramaturgia “a mais criminosa das traições”<sup>271</sup> em benefício da História ou, como diria mais à frente em seu discurso de recepção, da História brasileira do Brasil.<sup>272</sup>

Entre 1938 e 1940, Edmundo publicou três obras de cunho memorialístico ou, para Corrêa, historiográfico. Em 1938 lançou *O Rio de Janeiro do meu tempo* obra em três volumes, em seguida veio *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis* e, por último, *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. É de se destacar que estas obras surgiram no bojo de uma década que revelou a preocupação da intelectualidade brasileira ou, parte dela, de “analisar e compreender o Brasil e os brasileiros”<sup>273</sup>. Se não utilizou-se do mesmo escopo intelectual de Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior ou Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, parece-me que por meios diversos os fins poderiam estar bastante próximos. Neste caminho, Margarida Neves em seu texto sobre as relações entre a crônica e a história argumenta que “a crônica das décadas de 1920 e 1930 partilha, (...) da busca de uma identidade nacional que deu origem em todos os gêneros e a todas as formas de expressão cultural, (...), à série dos **retratos do Brasil**”.<sup>274</sup>

Em seu trabalho de registrar fatos, pessoas, locais, modos de vida dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, pode-se pensar numa preocupação de Luiz Edmundo em tentar desvendar alguns mistérios sobre o que seria o Brasil e os brasileiros. Para isto utilizou-se da gente e do espaço geográfico mais familiares para ele, o da capital federal. Se para os reformadores dos primeiros anos da centúria passada, a capital assumiria o caráter de síntese da nação, para Edmundo em seu esforço de cronista/memorialista a mesma idéia poderia ser aplicada. Logo no início do livro, afirmara que a Guanabara seria o espelho fiel de todos os encantos e

---

<sup>271</sup> CORRÊA, Viriato. Discurso de recepção do Sr. Luiz Edmundo, in: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, Anais de 1944, Julho a Dezembro, ano 43, Vol. 68, p. 74.

<sup>272</sup> Idem, p. 82.

<sup>273</sup> CANDIDO, Antonio. “ O significado de *Raízes do Brasil* ”, in: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª reimpressão, São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 13.

<sup>274</sup> NEVES, Margarida de Souza. “História da crônica. Crônica da história”, in: *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro, José Olympio/CCBB, 1995.

esplendores do Brasil<sup>275</sup>. E isto não parece ter sido exclusividade sua, pois segundo Neves pode-se perceber que os termos **Brasil** e **Rio de Janeiro** surgiam invariavelmente como intercambiáveis nas crônicas sobre a cidade, sendo que um argumento ou questão referido ao país como um todo poderia ser exemplificado com uma referência à cidade de São Sebastião.<sup>276</sup>

A idéia que desejo, por enquanto, defender é que em *O Rio de Janeiro do meu tempo* a idéia de nação é fundamental e perpassa todo o texto. Ao tratar dos “fatos miúdos” vai buscar várias facetas dos cariocas/brasileiros, num trabalho que para além da crônica, estará preocupado em preservar vestígios de uma cidade que as “salvadoras picaretas” de Passos deixaram para trás. No seu esforço de tentar compreender e descobrir que tipo de gente seria o brasileiro, imaginou ser necessário retornar ao passado colonial português para ali encontrar as bases da nacionalidade. Dito assim não há nenhuma novidade, talvez o fato novo estivesse na forma de Edmundo encarar esta herança colonial.

Em seu livro sobre a festa do Divino, Martha Abreu bem observou que Luiz Edmundo no papel de um dos construtores desta memória “foi o que reuniu mais ambigüidades na associação entre festas, juízos sobre o variado público que ali se divertia [na festa] e identidade nacional”<sup>277</sup>. Na esteira deste pensamento, gostaria de propor uma discussão mais extensa sobre como Edmundo construiu suas memórias sobre os portugueses e a herança colonial em seu livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*.

O *tempo* de Luiz Edmundo situa-se no início do século XX, talvez mais precisamente em 1901. Como o rigor cronológico não necessariamente precisa ser observado em obras deste cunho, entre recuos e avanços, 1901 parece ser o ano escolhido pelo autor. O primeiro ano do novo século pode surgir como metáfora dos novos tempos que seriam experimentados pela cidade e pelo país. Época de progresso e reformas, cujos responsáveis seriam Rodrigues Alves, Osvaldo Cruz e Pereira Passos. Este último é quem recebe as maiores honras, mesmo que Edmundo tenha o

---

<sup>275</sup> EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Conquista, 1957. v. 1, p. 13.

<sup>276</sup> NEVES, Margarida. Op. cit. p. 26.

<sup>277</sup> ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

cuidado de sempre lembrar a figura do Presidente da República e do eminente médico sanitário.

Pois na busca destes novos tempos, na introdução de *O Rio de Janeiro do meu tempo* utilizou-se da verve de poeta para descrever uma terra carioca, anterior à chegada dos portugueses, no melhor estilo do romantismo brasileiro. Junto à natureza repleta de “encantos e esplendores”, surgiram seus habitantes:

O homem da região é um gigante de sete pés de altura, sorridente, plástico e de ar sereno. Os músculos são de ferro. Destro, no movimento, é veloz, bravo, expedito. É ele que na doçura da paz, ou no ardor da peleja, contra o inimigo da taba, vive em atividade constante, ora galgando a penedia, ora rompendo a selva espessa, homem do qual se dirá, mais tarde, que é indolente e tardo – **só porque não se submete ao cativo e à tirania do colonizador...**  
A mulher é formosa. E morena. É da cor do Brasil.<sup>278</sup> [grifos meus]

Escrevendo sobre o Rio de Janeiro da “madrugada” do século XX, durante a década de 30, Luiz Edmundo se empenhou na tentativa de construção de uma certa identidade nacional. Diferentemente das teorias racistas do início do século, tempo sobre o qual escreveu, os negros não seriam os responsáveis pela degeneração da “raça brasileira”. Pela leitura da obra, este lugar parece reservado aos portugueses. Esta tal “degeneração” a qual me referi, pode ter mais de um aspecto. Dar-se-ia tanto no campo genético, quanto nas ações desferidas pelos colonizadores no sentido de prejudicar o progresso material e cultural do Brasil.

Como foi visto na citação transcrita, Edmundo quis fazer do elemento nativo o verdadeiro herói nacional, repleto de virtudes como a força física, a destreza, a coragem. Se são levados ao combate, o fazem com galhardia; se são obrigados a matar o inimigo, “matam, mas como mataram os defensores de Cristo, nas Cruzadas (...)”<sup>279</sup>. Nada parece abalar a sua fé em relação às qualidades dos indígenas. Se lembrarmos a parte grifada da citação, poderíamos entrar num outro aspecto da narrativa, a questão da história.

---

<sup>278</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. v.1, p. 14.

<sup>279</sup> Idem, pp 14-15.



Tomando emprestada a citação de Manoel Bonfim, Edmundo também queria uma **História brasileira do Brasil**, cujo principal objetivo seria o respeito ao ponto de vista nacional. Neste ponto, faz uma ressalva importante para esta análise, pois afirma que a visão não pode nem deve ser lusa<sup>280</sup>. Neste ponto, há um dos problemas principais a serem resolvidos pelos brasileiros. Acreditando na força da história como construtora de idéias e formadora de nacionalidades e valores, Edmundo não tem dúvida de que o Brasil deveria passar a fazer e a contar a sua própria história. Para isto, os historiadores teriam que se manter longe dos parâmetros dos colonizadores que em sua **História portuguesa do Brasil** teriam como principal objetivo “o de exaltar-se aos olhos do colono e em tudo querer mostrar-se, (...), o melhor e o primeiro”<sup>281</sup>.

Neste sentido, parece-me que Edmundo vai tentar assumir ao seu modo, parte desta tarefa. A defesa incontestada dos nativos pode ser uma prova disto. Na **História portuguesa do Brasil** os índios seriam indolentes e tardos; Calabar seria um traidor e os verdadeiros heróis seriam os portugueses que aqui fincaram o pé e teriam construído o país. Numa possível **História brasileira do Brasil**, a *História* seria outra.

Ao escrever suas memórias sobre a cidade do Rio de Janeiro que havia conhecido no início do século XX, Luiz Edmundo pretendeu contribuir para o conhecimento da história brasileira. Utilizou como estratégia a heroicização de alguns elementos nacionais como os índios e a natureza, além de destacar alguns personagens.

Entre as figuras citadas devido a sua preocupação com a cidade do Rio de Janeiro e com o Brasil, gostaria de destacar duas. A primeira seria o Intendente Geral da cidade, nomeado por D. João VI, Paulo Fernandes Viana cuja principal obra teriam sido alguns melhoramentos realizados na cidade, usando para isto, recursos próprios e de amigos. A outra seria Edmundo Bittencourt, proprietário da “folha nacional” *Correio da Manhã*, responsável por dar fim à “neutralidade criminoso da imprensa mercenária e estrangeira”<sup>282</sup>. Tanto um quanto o outro deveriam, na ótica de Edmundo, ser reverenciados em função de suas obras de elevado espírito público. O

---

<sup>280</sup> Idem, p. 17.

<sup>281</sup> Idem, p. 17.

<sup>282</sup> Idem, p. 1042.

Intendente sem dispor de recursos públicos, teria recorrido aos seus próprios recursos para tentar dar um “melhor aspecto” à cidade, enquanto Bittencourt através de seu jornal teria procurado fazer do seu jornal, um instrumento de combate em favor do bem público, colocando-se contrariamente aos desejos e interesses das “folhas estrangeiras” que apenas objetivavam satisfazer as ambições pessoais de seus proprietários ou dos grupos a eles ligados.

Ao fazer este trabalho, Luiz Edmundo cumpriria a tarefa de exaltar elementos nacionais e entraria num campo de lutas pela construção e afirmação tanto da história brasileira quanto de um tipo ideal nacional. E uma das estratégias assumidas por Edmundo neste embate, seria a de apresentar e definir todos estes elementos sempre em oposição aos colonizadores ou ao seu pensamento. D. João VI, por exemplo, o mesmo que nomeou o Intendente Viana, era tratado por Edmundo como um “príncipe um tanto palhouco”.

Assim, os “responsáveis” pelo insucesso tanto do Brasil, como de sua capital e de seu povo seriam os portugueses e não os negros. Os negros já aparecem em *O Rio de Janeiro do meu tempo* como parte constitutiva da nacionalidade, principalmente na figura do mulato. Se os nativos são descritos como heróis e os colonizadores como vilões, para os negros não há nenhum relato sobre suas capacidades físicas ou intelectuais, nenhuma descrição heróica ou tirânica, apenas o fato de sua existência.

Decerto que os negros aparecem na narrativa, em sua maioria, como habitantes dos morros e dos cortiços, desempregados, vadios ou capoeiristas. Contudo, o responsável por esta condição de pobreza, de falta de instrução e emprego, seria o elemento português. Enfim, assim como os índios, mas em outro patamar, os negros não são tratados como “alienígenas”, seriam vítimas da opressão lusitana tanto quanto aqueles que viviam “as graças sem fim da natureza”, antes que “as caravelas dos descobridores desvendassem ao mundo (...), o Brasil”.

Ainda pensando sobre a presença dos negros nesta obra, penso que os comentários sobre as baianas podem ser importantes. No mesmo ano em que Dorival Caymmi compunha os últimos versos de “O quê que a baiana tem?”, Luiz Edmundo também aproveitava para descrever uma das figuras que passariam a representar um importante traço da nacionalidade brasileira. Aliás, no seu esforço de auxiliar a construção da **História brasileira do Brasil**, as baianas aparecerem como um

elemento da nacionalidade presente desde os tempos de D. João VI como poderia ser visto, segundo este memorialista, nas pinturas de Debret. No tabuleiro da baiana...

as guloseimas (...) estão simetricamente dispostas, arregimentadas em porções regulares e policrômicas, o papel para os embrulhos a um canto em ruma certa, novinho em folha e muito bem dobrado.<sup>283</sup>

Estas baianas vendedoras de seus próprios quitutes teriam como principais características o cuidado com a higiene e com a ordenação dos seus artigos no tabuleiro. Estariam também preocupadas em respeitar as posturas municipais. Estas mulheres de “cor preta”, ainda seriam de “notável virtude” e não se deixariam levar pelos “galanteios atrevidos” de portugueses mais atirados.

Assim, Edmundo atribuiu às baianas sentidos para a sua prática, fundamentais para a construção de um tipo de nação brasileira por ele desejada. Para Edmundo, o futuro do Brasil tenderia a ser glorioso, tal como teria sido o passado indígena. As glórias futuras seriam definidas em função do progresso a ser conquistado, com o Rio de Janeiro comparando-se às grandes metrópoles civilizadas européias. Assim, o higienismo e a idéia de ordem são objetivos a serem perseguidos em busca do progresso. Pode-se pensar nos doces dispostos no tabuleiro como as vias a serem abertas por Passos, com tamanhos regulares, limpas, nas quais o fluxo de pessoas e veículos fosse organizado, da mesma forma que o respeito às posturas fixadas pelo Poder Público seriam um indício da tendência ordeira do “povo brasileiro”.

Se os sentidos atribuídos as baianas por Edmundo as caracterizam como exemplos de ordem e higiene, o mesmo não pode ser dito em relação aos quiosques. O memorialista identifica estes estabelecimentos aos portugueses, pois seriam seus proprietários, além de representarem o passado colonial. Deste modo, nesta luta de sentidos empreendida na construção da **História brasileira do Brasil**, a comparação entre a descrição das baianas e seus tabuleiros com os “hediondos quiosques” é inevitável. Assim, enquanto a baiana pegava a guloseima com a mão esquerda e o dinheiro com a direita, o quiosque seria

---

<sup>283</sup> Idem, p. 246.

uma improvisação achamboada e vulgar de madeiras e zinco, espelunca fecal, empestando à distância e em cujo bojo vil, um homem se engaiola, vendendo ao pé-rapado vinhos, broas, café, sardinha frita, codeas de pão dormido, fumo, lascas de porco, queijo e bacalhau.<sup>284</sup>

Esta descrição não deixa muitas dúvidas sobre o tipo de juízo que Edmundo fazia dos quiosques. Verdadeiro representante das marcas que o atraso colonial legara à cidade, deveria ser esta “velha e desagradável tradição, infame tradição de mesquinhez, de miséria e de desasseio”<sup>285</sup> varrido da paisagem urbana da capital federal. Para esta tarefa, Passos teria contado com um forte aliado: os cariocas. Ainda pensando num meio de acabar com estes “monstros”, o povo teria tomado a iniciativa e munido não de pás e picaretas, mas de “querosene e de caixas de fósforos” teria dado fim aos “antros”. Tal atitude heróica teria despertado um irônico comentário do memorialista...

Há vezes em que me orgulho de ter nascido carioca.<sup>286</sup>

Para Luiz Edmundo, se alguma “raça” foi responsável pela degeneração do “povo brasileiro”, esta acusação parece ser mais aplicável aos portugueses. No capítulo sobre os esportes, após destacar a destreza de indígenas para a prática de *modalidades* como a canoagem e a natação e reafirmar sua vocação guerreira, nos conta que a batalha das canoas, ocorrida na baía da Guanabara, só foi vencida pelos portugueses graças à intervenção de São Sebastião numa “prova de afeto ao luso e desamor ao silvícola”<sup>287</sup>.

---

<sup>284</sup> Idem, p. 113.

<sup>285</sup> Idem, p. 114.

<sup>286</sup> Idem, p. 117.

<sup>287</sup> Idem, *ibidem*, p. 832.

Deste “passado glorioso” somos transportados pela narrativa de Edmundo ao início do século XX. Neste instante, faz um lamento, mais um, ao constatar que este exemplo histórico dado pelos nativos não foi seguido pela “mocidade de 1901” ou, pelo menos, pela sua ampla maioria. Descreve esta tal mocidade carioca como “patéticos Romeus (...) farejando Julietas” ou como uma “plêiade de moços de olheiras profundas, magrinhos, escurinhos, pequeninhos, marchando dentro de enormes sobre-casacas e coroados de altíssimas cartolas”.<sup>288</sup> Ora, esta juventude não poderia ter as mesmas qualidades dos nativos, “espécie de Golias americano”, porque já teria passado por um processo de degenerescência.

Mesmo com todos os ataques desferidos contra os portugueses, Edmundo ainda é capaz de encontrar um pouco de bons sentimentos nos colonizadores. Ao enumerar vários serviços executados por portugueses, como a faxina, define-os como “gente simples. Gente boa. Gente trabalhadora”<sup>289</sup>. No mesmo fôlego, nos conta que os portugueses analfabetos reúnem-se em torno de um leitor para ouvirem as boas novas de sua terra. Apesar de não se interessarem muito por política ou literatura, enquanto ouvem as notícias de sua pátria, transportariam o pensamento para lá, marejando os olhos. No final, com muito boa vontade, declara Edmundo: “ Não sei de quadro mais digno de respeito. Nem mais simpático”.<sup>290</sup>

Como já alertara Martha Abreu, sobre a ambigüidade do texto de Edmundo em relação à festa do Divino, percebe-se um caráter ambíguo também neste quesito. Contudo, não é possível esquecer que junto a uma certa ambigüidade um dos objetivos foi construir um tipo nacional ideal. Ao relacionar os portugueses ao passado colonial e ao atraso, defendeu sem nenhuma cerimônia todo o processo reformador. 1901 volta a surgir como metáfora de um novo tempo, um tempo em que o Brasil pertenceria aos brasileiros, tempo de ordem, progresso, Alves, Cruz, Passos...

Em resumo, no processo para a transformação do Brasil num país de progresso e da cidade do Rio de Janeiro numa metrópole civilizada, seria necessário tomar algumas providências. Talvez a mais imediata fosse tomar definitivamente o Brasil das mãos dos nossos colonizadores. Neste sentido, três aspectos da vida teriam

---

<sup>288</sup> Idem, pp 833-834.

<sup>289</sup> Idem, p. 140.

<sup>290</sup> Idem, p. 142.

participação fundamental na construção de um *Brasil brasileiro*, a imprensa, a política e a história.

A imprensa estaria dominada por portugueses, cujos objetivos seriam apenas o de defender seus interesses comerciais pelas folhas de seus jornais. É parecido com o que ocorreria com a História, já discutido aqui. Se a segunda formaria a idéia da nação, criaria os valores nacionais, a primeira defenderia estes valores e os interesses nacionais cotidianamente. Se estava nas mãos dos portugueses, como diz Edmundo, seu papel primordial não seria alcançado.

O caso da política, seria um pouco diferente. Edmundo consagra a política como um espaço destinado à satisfação das ambições pessoais, no qual todos deveriam favores uns aos outros. Não é à toa que Pereira Passos é descrito como “grande patriota”, “homem sem banais ambições”. Sua única ambição seria a de bem servir ao Brasil. Isto explicaria, inclusive, a exigência do prefeito reformador de só aceitar o cargo após o presidente Rodrigues Alves, ter assinado o decreto que lhe dava poderes discricionários para governar a capital federal. Estando acima das instituições, sendo colocado num patamar onde não estaria sujeito a pressões de grupos políticos, Passos teria a liberdade necessária para implementar seu projeto reformador.

Ao perceber Edmundo como um autor preocupado com questões sobre identidade nacional, **História brasileira do Brasil** e crítico dos “problemas” vividos pelo país, deparo-me com vários autores que reportando-se a este memorialista, optam por adjetivá-lo como boêmio. Assim, seria possível pensar numa relação entre o memorialista preocupado com estes problemas e o boêmio? Se positiva for a resposta, aonde se encontrariam?

Em primeiro lugar, nas pesquisas realizadas, não consegui encontrar nenhum trabalho biográfico de maior fôlego sobre Luiz Edmundo. João Paulo Rodrigues em seu texto sobre a geração boêmia, informa que a fixação do gênero de biografias de escritores do início do século XX ocorreu entre as décadas de 40 e 60<sup>291</sup>. No quadro composto por ele, nota-se que Edmundo não foi personagem principal de nenhuma destas obras. Uma explicação pode ser o fato dele ter preferido a posição de narrador, pois seus livros de memórias são publicados exatamente neste período.

---

<sup>291</sup> RODRIGUES, João Paulo. Op. cit. p. 234.

O nosso cronista, sempre que citado, é ligado diretamente ao mundo da boemia. Esta faceta de seu caráter foi a que mais chamou a atenção dos que com ele se preocuparam. Diferentemente de Freyre, Caio Prado e Sérgio Buarque, Edmundo não estaria preocupado em explicar o Brasil, mas apenas em fazer uma crônica histórica, como afirmara Austregésilo de Ataíde<sup>292</sup>. Aliás, penso que este acadêmico teria mais a dizer:

Desde *O Rio de Janeiro do tempo dos vice-reis* até *O Rio de Janeiro do meu tempo* e as suas próprias memórias, tudo isso foi elaborado ou redigido com o senso do repórter, que dá preferência ao fato e sobretudo ao fato miúdo e que não se preocupa em tirar desses fatos nenhuma ilação filosófica ou nenhuma conclusão doutrinária, Luís Edmundo era o simples narrador e nessa capacidade da narrativa é que mostrava orgulho de sua profissão de jornalista ...<sup>293</sup>

Na maior parte das descrições sobre o perfil de Luiz Edmundo o encontramos como um autor avesso a questões políticas, cujo envolvimento em matérias desta ordem seria nenhum. Teria feito parte, segundo Brito Broca, da “boemia dourada” sucessora da geração de Bilac e Aluísio Azevedo.<sup>294</sup>

Edmundo foi preferencialmente definido como um boêmio. Para Pedro Calmon teria pertencido “àquela linha de boêmios famosos do Rio, chefiados por uma espécie de dirigente do grupo, que era Paula Ney”<sup>295</sup>. No mesmo caminho, ressaltou Viriato Corrêa referindo-se a Luiz Edmundo a inexistência no Rio de Janeiro do começo do século XX de “mocidade mais estouvada, mais brincalhona, mais jubilosa, mais boêmia, mais irreverente e, ao mesmo tempo, mais simpática e mais amável”<sup>296</sup>. Num prefácio apócrifo publicado na edição de 1984 e integralmente reinserido na edição de 2003 editada pelo Senado Federal de *O Rio de Janeiro do meu tempo*, pode-

---

<sup>292</sup> ATAÍDE, Austregésilo de. Discurso dedicado à memória do acadêmico Luiz Edmundo durante a sessão de saudade realizada em 14 de dezembro de 1961, in: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 61, Vol. 102. Anais de 1961 – Julho a Dezembro pp 53- 54

<sup>293</sup> *Ibidem*.

<sup>294</sup> BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil, 1900*. Rio de Janeiro: MEC, s.d.

<sup>295</sup> CALMON, Pedro. Discurso em homenagem ao centenário de Luiz Edmundo, in: *Revista da Academia brasileira de letras*. Ano 78, Vol. 135. Anais de 1978 Jan a junho. pp 90-91.

<sup>296</sup> CORRÊA, Viriato. Op. cit. p. 58.

se ler logo nas primeiras linhas que Edmundo “viveu dedicado às letras, à boemia e ao prazer de fruir sua cidade”.<sup>297</sup> Em ambas edições ainda há a introdução assinada por Piedade Grinberg que na mesma direção assinala ser Edmundo freqüentador dos “salões da moda e dos bares mais famosos da cidade”, “homem de várias facetas, elegante, alegre e bem-humorado” e “por todos considerado o protótipo do *dandy*, figura que fascinava as mulheres e provocava inveja nos homens”.<sup>298</sup>

Albene Araújo, membro da Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro (ACLERJ) e autor de uma pequena biografia de Luiz Edmundo, construiu a figura de seu personagem a partir de três pilares básicos: a boêmia, o amor ao Rio de Janeiro e a aversão a questões políticas. Não que isto represente uma novidade, tendo em vista o uso comum destes sentidos para se definir a trajetória de Edmundo, pelos outros autores já citados aqui. Contudo, o traço mais marcante volta a ser a boêmia. Na variedade de fotos espalhadas pelo livro, nota-se o biografado sempre ladeado por seus amigos, todos “boêmios”. Ao final, surge uma foto de Luiz Edmundo, e ao lado desta surge a inscrição: “o último boêmio”.<sup>299</sup>

O já citado João Paulo Rodrigues ao refletir sobre a construção de uma memória para os literatos brasileiros da passagem do século XIX para o XX, que os identificava como boêmios, pode prestar auxílio para pensar Luiz Edmundo. De certo modo, Edmundo pode ser tanto criador como criatura. Em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, o ambiente dos jornais é descrito. José do Patrocínio, um dos mais ativos abolicinistas, proprietário de um “jornal de boêmios”, teve o seu *Cidade do Rio*, assim caracterizado por Edmundo:

(...) vem dos tempos da velha Monarquia, das pugnas memoráveis do abolicionismo e do 13 de maio; pela alvorada do século, nada mais é que uma simples gazeta de boêmios que se faz, um pouco, pelas mesas da Pascoal e da Cailteau, entre copos de cerveja e cálices de conhaque (...)<sup>300</sup>

---

<sup>297</sup> “prefácio”, in: EDMUNDO, LUIZ. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 13.

<sup>298</sup> GRINBERG, Piedade Epstein. Op. cit. p. 18.

<sup>299</sup> ARAÚJO, Albene Fagundes de. Op. cit.

<sup>300</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. v. 5, p. 983.



Mesmo tocando nas lutas de Patrocínio pelo fim do cativo, a maior importância é dada aos aspectos boêmios. E os companheiros de Patrocínio no periódico, formariam um “bando alegre” composto por Olavo Bilac, Guimarães Passos e Emílio de Menezes, por exemplo. Ao ajudar a construir a figura do boêmio, vai sendo confundido com ela própria.

O principal argumento de Rodrigues é que ao caracterizar estes literatos como boêmios, estaria sendo despolitizada toda a trajetória destes autores. Para além disso, pode estar o próprio sentido atribuído por Edmundo à política. Ao procurar mostrar estes literatos nacionais, desvinculados do mundo da política, desprovidos de ambições pessoais por cargos ou favores, sua intenção seria a de valorizar estas trajetórias.

Como foi discutido pouco antes, a política é vista por Edmundo como um dos males do Brasil, um dos problemas a ser resolvido. Ao vincular política apenas às paixões pessoais e às ambições individuais, a tornava um campo sujo, através do qual o Brasil jamais alcançaria o progresso. Ao retirar estes homens das lutas políticas, estaria “limpando” a imagem destes literatos; ao ser retratado por boêmio pelos seus companheiros de ABL, também teria sua imagem resguardada como um homem de literatura. Neste caminho, ao provocar uma separação entre literatura e política, oferecendo todas as virtudes à primeira e todos os vícios à segunda, objetivava salvaguardar para os homens de letras um lugar no Olimpo.

Descrito como boêmio e colocando-se fora das disputas políticas, Luiz Edmundo poderia revestir seus relatos com uma aura de isenção. Estaria falando de um lugar próprio, bem acima de disputas menores. Sua pretensa isenção, a meu ver, está ligada a um projeto político. E a idéia que garantiria para Edmundo este lugar especial, seria a do progresso, em outras palavras, da grandeza da pátria.

A defesa incontestada de Passos pode ser um dos indícios disto, ou melhor, as “picaretas transformadoras” do prefeito só conseguiram ter o efeito que tiveram em função dos poderes plenos a ele oferecidos. Sem ter de pedir permissão à Câmara ou ter de fazer concessões políticas face a interesses individuais contrários aos da nação, o prefeito reformador poderia colocar em prática o seu plano de transformar a Capital Federal numa metrópole civilizada. Assim como Edmundo, Passos também estaria acima destas pequenas questões políticas.

Voltando ao problema colocado alguns parágrafos atrás, penso que o memorialista e o boêmio andam lado a lado. As incursões na noite carioca, os encontros nas confeitarias, os passeios pelas ruas da cidade e pelos becos dos morros, oferecem ao memorialista a possibilidade de descrever uma cidade que pertence somente a ele, viva diante dos seus olhos e dos seus leitores. Por outro lado, ao andar livremente, sem compromissos, tendo só a cidade como testemunha e cúmplice, o boêmio reservaria ao memorialista um mundo afastado da mesquinhez, da sordidez e das intrigas políticas.

## II. 3 – “ERA APENAS UMA DIVERSÃO INGÊNUA QUE O POVO DANOU E PERVERTEU”

Em “jogadores e jogatinas”, capítulo destinado ao Jogo do Bicho, Luiz Edmundo vai construir aquele que possivelmente é o primeiro trabalho memorialístico sobre esta loteria. As crônicas de Olavo Bilac e Machado de Assis, por exemplo, possuem um caráter diverso do texto de Edmundo. Enquanto os primeiros escreveram sobre aspectos específicos da prática deste jogo, o memorialista privilegiou suas reminiscências, construindo o que chamo de uma primeira memória sobre o jogo do bicho.

Talvez mais importante do que assinalar um possível pioneirismo de Edmundo, seja refletir sobre a importância de “jogadores e jogatinas” sobre uma série de publicações acerca do jogo do bicho. Neste sentido, tanto obras acadêmicas como não-acadêmicas se utilizaram indiscriminadamente dos relatos do memorialista. Muitas vezes, sem ser devidamente citado, o texto de Edmundo foi explorado para se (re)contar a história do jogo do bicho no seu momento original, ou seja, no Jardim zoológico. Decerto que as imprecisões contidas em *O Rio de Janeiro do meu tempo*, sobre esta loteria, acabaram sendo transformadas em verdades ou em fatos consumados, através do exercício da repetição.

Se este capítulo assume a importância de criador de uma certa memória cristalizada sobre o jogo do bicho, faz-se necessário, então, uma reflexão mais detida sobre ele. Em linhas gerais poderia iniciar dizendo que “jogadores e jogatinas” acaba seguindo as características e a estrutura da obra em geral. Entre ambigüidades, ataques aos estrangeiros, defesa dos elementos nacionais e do progresso, Edmundo construiu sua narrativa sobre o jogo.

Um outro fator a ser observado é a colocação de “jogadores e jogatinas” ( XXVIII ) exatamente após “os esportes” ( XXVII ), já citado no item anterior. Esta forma de organização do livro serviria exatamente para que o leitor, guiado pela pena do escritor, fosse levado a estabelecer comparações entre aspectos diversos da sociedade. Parece-me que o objetivo seria o de atribuir sentidos positivos e negativos a tais características ou a práticas sociais. Neste caso, a discussão estaria situada entre os vícios e as virtudes; entre as atividades físicas que serviriam para engrandecer o corpo e o espírito e aquelas destinadas ao desejo de se obter dinheiro fácil. Esta

estratégia não foi empregada apenas aqui, mas também em outros momentos do texto, quando colocou lado a lado, por exemplo, na seqüência do livro os capítulos “o palacete” ( X ) e “o cortiço” ( XI ), e “carnaval de outrora” ( XXV ) e “carnaval de morro” ( XXVI ).

O capítulo destinado aos esportes é iniciado com uma louvação e uma condenação. Se por um lado as práticas desportivas seriam fonte de prazer e de “alegrias salutare”, por outro os moços da cidade do Rio de Janeiro, do início do século XX, passariam “indiferentes” a estas práticas. No entender de Edmundo, esta geração chegaria ao fim do século fraca, lânguida e raquítica, para a qual a sentença “*mens sana in corpore sano* não passaria de uma frase inexpressiva e vaga”<sup>301</sup>. Como contraponto a esta juventude que “não pratica a ginástica do corpo”, nosso cronista apresenta os nativos:

Assim não foram , entretanto, os índios nossos avós.  
Quando o francês (...) Villegaignon, (...), aqui fundou o esquecido povoado de Henriville, (...), pôde encontrar os tamoios praticando a natação, destros e desenvoltos remadores que, sobre agilíssimas pirogas, viviam cruzando as águas da formosa Guanabara. Eram homens plásticos e fortes, que, além de nadar e remar, viviam saltando, correndo, ou em atividades guerreiras, subindo encostas, atingindo cumes, penedos, varando em rasgos magníficos e arrojados, a espessura confusa das florestas.<sup>302</sup>

O discurso em torno do culto ao corpo e à força física ganhava cada vez mais ressonância entre as classes letradas e abastadas, transformando lentamente estas práticas em algo importante a ser alcançado pelos brasileiros. Leonardo Pereira afirma que o discurso sobre o exercício físico chega a obter um caráter salvador, como uma forma de “regeneração” do próprio povo<sup>303</sup>. Neste sentido, o discurso higienista e os esportes passariam a caminhar lado a lado. Num momento em que a cidade do Rio de Janeiro viveria dramaticamente um processo de reformas, um dos sentidos principais para o discurso sobre os esportes seria a sua modernidade.

---

<sup>301</sup> Idem, p. 831.

<sup>302</sup> *Ibidem, ibidem.*

<sup>303</sup> PEREIRA, Leonardo A. De Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Neste caminho acho importante voltar ao texto de Edmundo. Defensor das reformas empreendidas por Passos, nosso memorialista não deixou de exaltar os efeitos benéficos do esporte tanto para o corpo quanto para a alma. Mesmo que faça uma crítica aqui ou acolá àqueles que se interessaram por tais práticas, apenas por percebê-las como possibilidade de ganho fácil, Edmundo não se furtou a ratificar os benefícios dos exercícios físicos. Deste modo, acredito ser possível dizer que o memorialista fazia coro com aqueles que defendiam o esporte como elemento regenerador da mocidade e de caráter moderno.

Assim, no trecho destacado, mais do que ressaltar as habilidades dos nativos, descrevê-los como verdadeiros atletas, ofereceria aos nativos algo inerente a eles e diametralmente oposto ao espírito do colonizador. Os jovens de 1901, descritos por Edmundo com uma imensa carga negativa, carregariam consigo além da marca da fraqueza, a marca do atraso. Enquanto alguns avançariam rumo ao novo, preocupados com a construção de um novo corpo, capaz de erguer um novo país, esta mocidade fraca e lânguida ainda estaria preocupada com suas questões pessoais, sonhando com suas julietas e aguardando a chegada do amor.

Esta seria, para Edmundo, uma juventude degenerada. A construção de uma imagem olímpica, quase cinematográfica para os nativos da Guanabara, os transformaria em verdadeiros heróis. Mas, para além do romantismo de nosso memorialista está outra questão. Defini-los como atletas no momento anterior à conquista da cidade pelos portugueses, seria vislumbrar neles o ideal do progresso e do moderno. Quatrocentos anos antes do processo de legitimação da prática desportiva como fundamental para o progresso físico e moral da nação, os índios já seriam adeptos destes ideais. Portanto, mais uma vez, Edmundo insiste na tese de que os portugueses provocaram um processo de degenerescência na “raça” brasileira. A idéia presente aqui se refere aos sentidos atribuídos por Edmundo àqueles que teriam originado o povo brasileiro. Diferentemente dos portugueses, os “primeiros habitantes” do Brasil teriam gosto pelo progresso, pela ordem e pelo moderno.

Não à toa, Edmundo destaca que numa prova de amor ao Brasil, Pereira Passos ostentava em sua casa “a imagem da pátria na figura de um índio”<sup>304</sup>, fazendo questão de mostrá-la sempre aos que o visitavam. Além disto, o memorialista ainda evoca uma ancestralidade aborígine do prefeito reformador. Segundo o autor, Passos,

---

<sup>304</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 38.

“orgulhoso do sangue que trazia nas veias”, costumava afirmar que era neto de uma índia.<sup>305</sup>

Nestas ambigüidades de Edmundo, para se seguir adiante, rumo ao progresso do Brasil, seria necessário olhar para trás. Seria como se o futuro altivo da nação estivesse contido no seu passado mais remoto, o passado imediatamente anterior à conquista portuguesa. Talvez não seja ambigüidade, mas o próprio sentido de História de Edmundo pois, no entender do memorialista, apenas sem a presença portuguesa seria possível contar a história brasileira do Brasil. Estaria na tradição indígena a força para o Brasil alcançar sua transformação em busca de uma nação civilizada e progressista.

Mas, voltemos ao capítulo que é objeto deste item. Para atingir seu objetivo principal, isto é, contar como o jogo do bicho foi criado e introduzido no Rio de Janeiro, Luiz Edmundo recuou até o momento da fundação da cidade. Numa breve incursão à história dos jogos de azar, o memorialista conta que os soldados de Estácio de Sá quando desceram à terra conquistada já traziam escondidos seus baralhos nas virilhas<sup>306</sup>. Este fato teria levado ao estabelecimento de “penas tremendíssimas” aos jogadores. Num exercício de interpretação, pois este informe seria de Baltazar Lisboa, Edmundo afirma que a intervenção da coroa portuguesa em matéria desta ordem se deveu ao fato do excessivo gosto pelos jogos de azar, por parte dos portugueses.

No entanto, a proibição da metrópole aos jogos de cartas não teria durado muito tempo. Pelo contrário, de repressora teria se tornado promotora de tais práticas. Logo em 1606, o Real Estanco começaria a imprimir baralhos, tarefa que na época de Pombal caberia à Imprensa Régia. O processo não foi interrompido, tendo contado ainda, com o apoio de D. Maria, a louca, e de D. João, descrito pelo memorialista como palerma e grande jogador de faraó<sup>307</sup>. Em 1806, a Tipografia Real de Lisboa, publicaria *Academia de Jogos* em quatro volumes, para o espanto e a admiração de Edmundo. Até que em 1811, seria anexada “aos prelos da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, a Real Fábrica de Cartas de Jogar!”<sup>308</sup>

---

<sup>305</sup> Idem, p. 39.

<sup>306</sup> Idem, p. 862

<sup>307</sup> *Ibidem*.

<sup>308</sup> *Ibidem*.

Mesmo sendo estimulado pela metrópole, no entender de Edmundo, os cariocas não teriam adquirido muito gosto pelos jogos de azar. Tais jogos seriam praticados aqui como uma inocente brincadeira, cujo principal intuito seria o de aproximar as famílias e os amigos com um divertido passatempo. Talvez a descrição original possa dar uma melhor idéia do tom adotado por Edmundo, para se tratar da relação entre os cariocas e os jogos, antes do advento de uma certa loteria.

Nunca foi, entretanto, o Rio de Janeiro, uma cidade de jogo, nem de jogadores. Nós jogamos, aqui, como se jogava muito naturalmente, em qualquer parte, sem obstinação e sem delírio. Havia apostas em cavalos de corrida; havia esporte da pelota; pelos clubes fechados jogava-se raramente a roleta, o jaburu ou, então, a campista e o bacará; pelas famílias, sob a luz amiga dos bicos *Auers*, jogo era pretexto honesto de reunião ou de namoro, com um visporazinho a vintém, obrigado a suspiro, perna encostada, beliscão ou a bisca de sete e a burro-em-pé. As loterias eram vendidas sem o menor entusiasmo...<sup>309</sup>

Acho que fica claro o tom lúdico criado por Edmundo para categorizar a relação entre os cariocas e os jogos de azar. A descrição é quase pueril, namorados aproveitando-se da proximidade das pernas, famílias aconchegando-se sob a luz amiga, reuniões honestas para se passar o tempo, enfim, sentimentos que logo seriam postos à prova. Como as pessoas jogavam naturalmente, nenhum aspecto da vida particular ou pública dos “jogadores” sofreria prejuízos em função de tais práticas. O tempo dedicado ao trabalho, não seria desperdiçado em mesas de carteados, de víspera ou na busca para se decifrar a sorte. Por outro lado, o jogo seria um importante instrumento para a criação de sociabilidades, para promover a aproximação das pessoas. Assim a cidade teria seguido seu caminho, sem conhecer jogadores profissionais, até

os fins do século XIX, mal pensando que dentro de pouco tempo teríamos que ver tornada esta beatífica e risonha cidade em um autêntico principado de Mônaco, *Maelstrom* de **vício, de inquietação e de loucura, onde presa do mais vivo frenesi, toda a**

---

<sup>309</sup> Idem, p. 863.

**população alucinada jogava** – do presidente da República ao mais obscuro criado de servir, de envolta com sacerdotes, pais de família, educadores, juízes, senhoras e até crianças!  
Foi preciso para que esse **delírio** se mostrasse, que aqui nascesse o chamado “jogo-do-bicho”<sup>310</sup> (grifos meus).

Eis, então, que surgiu o **delírio chamado jogo do bicho**, para que a cidade do Rio de Janeiro, finalmente, tivesse contato com o mundo dos vícios da jogatina.

Mas, quem teria libertado o dragão, ou melhor, os bichos? Como uma cidade tão virtuosa, pôde ser levada ao vício dos jogos de azar de forma tão intensa e cruel? Afinal, quem corrompeu a cidade menina de Edmundo?

A resposta mais apressada, faria com que a culpa recaísse sobre os ombros do criador do Jardim zoológico, o Barão de Drummond. Entretanto, Luiz Edmundo sempre pode provocar alguma surpresa.

O Barão de Drummond por ter o principal responsável pela criação e organização da Companhia do Jardim Zoológico, mereceu o título de fundador deste parque. Contudo, na tentativa de desvincular a figura de Drummond do jogo do bicho, Edmundo tentou imprimir novos sentidos ao empresário e à loteria.

Neste sentido, deixo, então, o próprio Luiz Edmundo “restabelecer a verdade” sobre a criação do jogo do bicho no Jardim zoológico do Barão de Drummond:

Esse **jogo, de origem obscura**, passa, indevidamente, por ter saído, inteirinho, da cabeça do Barão de Drummond. Nada mais falso.  
Restabeleça-se a verdade dos fatos, sem buscar, entanto, antecedentes mais longínquos.  
João Batista Viana Drummond, barão desse nome, **fundador do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, em terrenos de sua propriedade**, sítios no bairro de Vila Isabel, recebia do governo, desde os tempos da monarquia, época em que abriu as portas do seu parque de animais ao público (janeiro de 1888) uma subvenção de dez contos, por ano. Esse auxílio, entanto, com o qual se animava um **estabelecimento de utilidade pública, imprescindível numa cidade de certa cultura e importância**, não durou muito tempo. (...). O barão, tendo **honestamente empregado quase todo o dinheiro recebido** na compra de fauna estrangeira que, sobre ser bastante numerosa, era escolhida, viu-se de um momento para outro numa situação deveras embaraçosa.  
Corria o ano de 1892<sup>311</sup>. [grifos meus]

---

<sup>310</sup> *Ibidem*.

<sup>311</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. Cit. vol. 4 pp 864 -865.



Mesmo com toda a firmeza de Edmundo, gostaria de iniciar ressaltando a afirmação categórica na qual nota-se a absolvição de Drummond, neste processo instaurado pelo memorialista. Em primeiro lugar, no trecho citado, não haveria muita clareza em relação à origem deste “delírio”, apenas um fato seria certo, o de que o Barão de Drummond não poderia ser responsabilizado pela criação da loteria dos animais. Assim sendo, quem seria o culpado?

Se alguma culpa caberia ao Barão, segundo Edmundo, esta seria a de tentar dotar a cidade de um empreendimento de **utilidade pública**. O primeiro sentido atribuído ao personagem Drummond é o do homem dotado de elevado espírito público, preocupado com o embelezamento paisagístico e o engrandecimento cultural da Capital Federal, buscando aproximá-la das mais importantes e modernas metrópoles européias. Para a construção de tal estabelecimento, teria usado terrenos de sua propriedade, além de ter investido honestamente todo o dinheiro recebido, provavelmente da subvenção anual de dez contos, para a aquisição de fauna estrangeira.

A propósito, a origem do jogo do bicho, na narrativa do nosso memorialista, está ligada ao fato da subvenção anual ter sido, supostamente, cortada. Seguindo a narrativa de Luiz Edmundo o elemento facilitador para a introdução do jogo do bicho na sociedade carioca teria sido o fato do governo republicano ter negado o auxílio dos cofres públicos para a manutenção e o bem-estar dos animais do Jardim. A alegação para tal ato seria a amizade entre D. Pedro II, o imperador deposto meses antes, e o Barão de Drummond.

Esta suposta perseguição sofrida pelo barão poderia ser uma referência às perseguições sofridas por aqueles que explicitamente mantinham relações próximas com o regime anterior ou com suas principais figuras, sendo vários condenados ao exílio. Assim, o corte da subvenção teria implicitamente um caráter de vingança, sentimento que não permitiria enxergar os benefícios que um empreendimento como o do Jardim zoológico poderia trazer para a capital federal.

Neste ponto pode-se pensar num dos culpados: a política. Vimos anteriormente que em *O Rio de Janeiro do meu tempo* um dos males impeditivos para o progresso do Brasil seria o mundo da política. Ao caracterizar este espaço como propício para ações cujos interesses estariam balizados por critérios vis, no qual as decisões apontariam menos para a realização de objetivos coletivos do que para a satisfação de desejos particulares, Edmundo percebe a política ou, pelo menos, a

prática política experimentada por ele, como algo responsável pela posição inferior do Brasil no cenário internacional se comparado às grandes nações européias nomeadas por ele como França, Inglaterra e Alemanha.

Deve-se dizer, além do mais, que o Barão em sua petição para a liberação dos jogos no Jardim zoológico afirmava que a subvenção anual de dez contos de réis não era suficiente e em nenhum momento condicionou a liberação de jogos públicos lícitos ao corte do auxílio federal, como uma espécie de ato compensatório. Portanto, a vinculação da criação do jogo do bicho ao corte de tal apoio pecuniário é apenas mais uma das imprecisões do texto de Edmundo.

Seguindo nesta trilha, chegamos àquele que poderia ser apontado como mais um culpado, o mexicano Manuel Ismael Zevada. Nosso memorialista conta que o final da subvenção teria desencadeado uma grave crise no Jardim zoológico. Em meio aos problemas financeiros vividos pelo parque do Barão, eis que teria aparecido diante dele Zevada, com a idéia da criação do jogo dos bichos. O futuro gerente da Companhia do Jardim Zoológico, já teria bancado o **jogo das flores** na Rua do Ouvidor. Esta loteria consistiria no seguinte: de uma lista com o nome de 25 flores, uma seria sorteada diariamente e o acertador ganharia uma quantia em dinheiro. A solução para o zôo era simples, em vez das flores, apareceriam os animais, em mesmo número. Quanto ao sorteio do jogo dos bichos no Jardim zoológico, já sabemos como se processava.

A “aparição” de Zevada diante do Barão teria ocorrido exatamente no meio desta “crise muito séria”<sup>312</sup>. Com ele trazia a idéia de transpor o jogo das flores para o jogo dos animais. Ao “restabelecer a verdade dos fatos” o cronista busca desfazer a idéia de que a invenção de tal vício teria sido obra do Barão de Drummond. Na tarefa de (re)contar ou de (re)lembrar a história da sua cidade, Luiz Edmundo vai criando sentidos para as ações dos personagens e para o próprio jogo do bicho.

Na narrativa de Edmundo, o Barão de Drummond e o estrangeiro Zevada teriam um papel de destaque no início do jogo do bicho. Contudo, os sentidos atribuídos a cada um dos personagens são bastante diferentes. Vamos começar falando do Barão criado por Edmundo.

Como foi visto há pouco, João Baptista Vianna Drummond seria um homem de elevado espírito público, preocupado em servir sua cidade. Para Edmundo, um

---

<sup>312</sup> Idem, p. 865.

empreendimento como o Jardim zoológico seria mais um elemento capaz de trazer um pouco de civilização e progresso para a Capital Federal. Tanto o parque como o jogo dos bichos, seriam uma fonte de diversão para o barão. Ele mesmo seria o encarregado de escolher o bicho do dia, e os apostadores, sabedores deste fato, corriam atrás de Drummond em busca de palpites. Contudo, a “sorte” costumava ficar ao lado do dono da banca:

- Sr. Barão! Sr. Barão! E hoje, qual o bicho que dará?  
De novo o homem [Drummond] punha o indicador na frente e de ar búdico, sem sorrir, olhando o céu, murmurava apenas:  
- Inteligência... Inteligência...  
Havia quem jogasse na águia, porém os que conheciam as troças do palpiteiro, iam jogar no cavalo, no burro ou no camelo.  
Nesse dia o animal premiado era o porco.  
Havia quem não se conformasse com o palpite e fosse perguntar ao barão:  
- Mas, Sr. Barão... porco?! Porco não é um animal que evoque inteligência, afirmativa ou negativamente...  
- Inteligência? A inteligência que eu evocava, aí – respondia o Barão – não era a do animal, nem a dos senhores, era a minha... (...)  
No fundo o Barão de Drummond divertia-se.<sup>313</sup>

Assim, o Jardim zoológico seria um motivo de diversão para o Barão. Ver toda aquela gente passar pelos portões do parque seria um motivo de felicidade, não pelo dinheiro arrecadado em si, mas pelo fato de poder manter seu estabelecimento aberto, oferecendo diversão e conhecimento para a cidade. Edmundo se esforçou em ressaltar o caráter lúdico de Drummond. Por outro lado, o interesse nos lucros auferidos pela Companhia seria uma característica de Zevada. Este teria como principal interesse ganhar dinheiro através do jogo. Edmundo conta que em três meses o jogo dos bichos já oferecia grandes lucros, sendo que em apenas um domingo teriam sido vendidos cerca de 80 contos de réis em entradas. Numa de suas ironias o memorialista afirma que “o que a Zevada não dera, em ganhos, a botânica, começava a lhe dar a zoologia.”<sup>314</sup>

As características atribuídas pelo cronista ao Barão e à sua empresa vêm reforçar a idéia de que seus objetivos estavam apenas voltados para a promoção dos

---

<sup>313</sup> Idem, pp 868-870.

<sup>314</sup> Idem, pp 866-867.

interesses públicos. Em primeiro lugar, Edmundo fez questão de negar categoricamente que a criação do jogo do bicho tenha sido obra exclusiva de Drummond. Nas palavras de Edmundo, a idéia da exploração de uma loteria envolvendo os nomes e as imagens de animais teria partido do mexicano Manuel Ismael Zevada. Tendo achado boa a proposta e talvez como uma das poucas chances de salvar o Jardim zoológico da falência, os animais da morte e a cidade da perda de um “estabelecimento de utilidade pública”, Drummond se viu compelido a acatar a idéia.

Em nenhum momento a figura do Barão é confundida com a de um capitalista ou com a de um empresário. Todos os sentidos da ação de Drummond para Luiz Edmundo estavam calcados apenas no pleno interesse público, tanto que teria aberto mão de “terrenos de sua propriedade”, para ali instalar um empreendimento de “utilidade pública”.

Em contrapartida, o mexicano Zevada surge como o estrangeiro interessado apenas no seu próprio benefício, vendo no Jardim zoológico e na loteria oferecida por ele ao Barão, que o fez seu sócio, apenas uma forma de ganhar dinheiro, de auferir algum lucro. Para Edmundo, enquanto o Barão “divertia-se” em função dos insistentes pedidos de palpites feitos pelos visitantes do parque

(...) quando o jardim fechava, o Zevada ia espiar a fêria. Arregalava o olho, esfregava as mãos, satisfeito.  
- Caracoles...!<sup>315</sup>

É como se o interesse em lucrar com o empreendimento fosse exclusivo do estrangeiro Zevada, deixando a figura do Barão incólume. E, além disto, parece que a fêria do dia no jardim era proveniente apenas do arrecadado com os bilhetes vendidos, não da série de jogos lícitos, divertimentos e atrativos explorados pelo Barão e seus sócios.

Talvez seja importante, neste momento, voltarmos a falar do Barão de Drummond, com base na documentação recolhida. Vimos no capítulo anterior, que Drummond se notabilizou através do seu espírito empreendedor e de seus diversos

---

<sup>315</sup> Idem, p. 870.

negócios. Contudo, Edmundo em nenhum momento de sua narrativa faz menção a estes aspectos do seu caráter, apesar dele ter sido capaz de articular uma imensa rede de empreendimentos e de sociedades, inclusive algumas voltadas para o nascente mercado das diversões, dentro do mais puro espírito empreendedor capitalista e, porque não dizer, moderno. Já o mexicano Manuel Zevada teria outros atributos, não tão nobres.

De certo modo, pode-se dizer que um mito acabou sendo criado em torno da figura de Zevada. Este personagem é sempre citado por todos aqueles que trataram do jogo do bicho, como sendo o sócio do Barão no empreendimento da loteria dos animais no Jardim zoológico. Contudo, todas as referências a ele são baseadas no texto de Edmundo. Na imprensa periódica Zevada foi citado como sendo gerente do Jardim zoológico, numa das poucas referências feitas a ele<sup>316</sup>.

Em função deste dado e da documentação recolhida sobre Zevada, sou levado a crer que o mexicano não era simplesmente um mero sócio de Drummond no negócio do jogo do bicho no parque, mas uma espécie de gerente para a área de jogos e diversões da Companhia do Jardim Zoológico. Como vários imigrantes desembarcados no porto do Rio de Janeiro no fim do século XIX, este sujeito resolveu ganhar a vida, através do ramo de diversões.

Como já foi dito por Edmundo, Zevada teria bancado o jogo das flores num prédio da “Rua do Ouvidor, próximo à Gonçalves Dias”. Existe uma referência a este tal jogo num parecer do procurador Frederico de Almeida Rego, no qual ele indefere um pedido de Zevada para a exploração do jogo da bola num estabelecimento de sua propriedade, o Boliche Nacional. Afirmando que o intuito do requerente e de seus sócios era o de promover o jogo sob a venda de *poules*, destaca a intenção da exploração de um sorteio de flores pelos mesmos empresários, como mais um fator revelador da verdadeira intenção dos donos do Boliche.<sup>317</sup>

Não foi possível descobrir quantos empreendimentos contaram com a colaboração de Zevada, contudo sua atuação parece ter sido intensa no ramo de diversões, haja vista o número de petições e requerimentos enviados por ele à Câmara Municipal. Estabelecido no Boliche Nacional ao lado de seus sócios, meses antes da proibição do jogo dos bichos no Zoológico, Zevada tentou a liberação para promover

---

<sup>316</sup> *O tempo*, edição de 6 de julho de 1892.

<sup>317</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, diversões, códice 42-3-37, fl 2-3.

corridas de cães no já citado sítio. O parecer do mesmo Frederico Rego não deixa muitas dúvidas quanto à tenaz atuação do mexicano no limite entre o legal e o ilegal.

Os diretores do Boliche Nacional, coletiva ou individualmente, são infatigáveis para requerer licenças para o jogo, (...). Agora requerem-na para o *Derby Canino*, oferecido como divertimento público, mas sob as condições dos prados de corridas(...). Se o requerente tem cachorros adestrados, parceiros na raça canina, melhor fora expô-los na feira ou em circos, em que os espectadores podê-los-iam apreciar pelo preço da entrada sem os riscos do jogo nem a porcentagem das apostas.

Em regra o jogo é proibido tanto pelo direito civil como penal, e as exceções são motivadas sem interesse de ordem pública, ao qual naturalmente quer o requerente filiar a sua pretensão.<sup>318</sup>

Nem os argumentos de que esta diversão era muito apreciada em várias cidades européias ou de que a raça canina brasileira poderia ser desenvolvida através do entrecruzamento foram suficientes para seduzir o nosso procurador e fazê-lo liberar o *Derby Canino*. A atuação de Zevada neste ramo já parecia ser bem conhecida das autoridades, tanto que a maior parte de seus requerimentos foi negada pela Câmara, através dos pareceres dos procuradores. Assim, creio que para além de sua aparição, Zevada tenha sido um colaborador de primeira hora de Drummond no sentido da implantação dos jogos públicos lícitos que fariam a “fama” do Jardim zoológico entre 1892 e 1895.

Não é possível deixar de pensar no sentimento anti-estrangeiro existente em alguns segmentos da sociedade carioca no momento entre o fim do século XIX e o início do XX. A idéia do elemento estrangeiro como pernicioso à sociedade brasileira, elemento que teve sua introdução facilitada graças ao trabalho e empenho dos republicanos que os recrutavam em diversas partes do mundo como forma de substituir a mão-de-obra nativa, ou se quiser, brasileira.

Em *O Rio de Janeiro do meu tempo* existe um forte componente anti-lusitano, como visto anteriormente. Em seu discurso de recepção a Luiz Edmundo, Viriato Corrêa saiu em defesa do seu mais novo colega na Academia Brasileira de Letras, rebatendo algumas críticas que o acusariam de xenofobia. Os argumentos utilizados

---

<sup>318</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, diversões, códice 42-3-37, fl. 10-12.

pelo acadêmico foram de que o nosso memorialista escreveria como os portugueses e não seria um inimigo do estrangeiro, mais um amigo do Brasil<sup>319</sup>. Na leitura da obra acima citada, pode-se perceber uma inclinação favorável às nações que Edmundo entendia como as mais civilizadas e modernas do mundo, França, Inglaterra e Alemanha.

No capítulo “A Rua do Ouvidor pela alvorada do século” pode-se perceber como o autor vai distinguindo as nações. De acordo com a narrativa, nos dois primeiros quarteirões, a mais movimentada via da cidade seria repleta de lojas belas, organizadas e chiques, sendo a maior parte delas de origem francesa. Já nas proximidades do mar, o panorama seria outro: sujo, rude, lembrando o “pouco amável tempo da colônia”. Assim, os portugueses surgem como os principais ocupantes desta parte da Rua do Ouvidor. Junto aos lusos estariam os italianos, que com seus gritos e seus peixes, ajudariam a criar a fama do “imundo quarteirão”.

Em relação à França, o tom elogioso é muito claro. Neste mesmo capítulo sobre a rua do Ouvidor, diz ele que as casas francesas limpam o comércio deste sítio. Edmundo também se refere algumas vezes à França Antártica e não se furta a lamentar o fato dos portugueses terem conseguido expulsar os franceses da baía de Guanabara.

É importante destacar que na narrativa de Edmundo, o jogo do bicho teria uma origem específica, sua criação só foi possível graças à crise vivida pelo Jardim zoológico e à aparição do mexicano Zevada. No entanto, esta loteria foi introduzida no mesmo momento em que a Companhia passava a explorar vários tipos de diversão, inclusive jogos lícitos. Ao separar o jogo do bicho de todo este processo, o memorialista tenta criar um mito de origem para a própria loteria, considerada por ele negativa para o país, e identificar os responsáveis pela sua introdução, a política e os estrangeiros.

A estes dois atores deve-se ainda acrescentar um terceiro, o responsável por oferecer tanta popularidade à loteria dos animais, a população do Rio de Janeiro. A “diversão ingênua” teria sido pervertida em função do desejo de lucro fácil. Se de um lado, Edmundo acusa os cariocas de terem desvirtuado a idéia do Barão, por outro, estes apostadores surgem como vítimas deste processo, chamado de delírio, pelo memorialista.

---

<sup>319</sup> CÔRREA, Viriato. Op. cit. p. 82.

Se o parque de animais teria nascido do espírito público de Drummond, preocupado em gerar diversão e conhecimento para o povo da capital do império, o jogo do bicho teria características semelhantes. O mito da sua criação, em Edmundo, estaria ligado ao desejo desinteressado do Barão de manter o Jardim zoológico em funcionamento, livrando os animais da inanição, dedicando-lhes bons tratos; oferecer à população da capital do império um divertimento “útil e agradável”, contribuindo para a civilização e o progresso do Brasil. Para lembrar do parecer de Piragibe sobre a petição de Drummond referente à liberação dos jogos lícitos no zoológico, este empreendimento traria engrandecimento físico, moral e vantagens intelectuais, além de não atentar contra as condições higiênicas.<sup>320</sup> Portanto, o jogo do bicho teria sido criado como uma “diversão ingênua”<sup>321</sup>, a partir de “relevantes e altruísticas finalidades”<sup>322</sup>.

Em primeiro lugar é necessário deixar claro que o jogo do bicho no entender de Edmundo tem o sentido de um marco delimitador dentro da própria história da cidade do Rio de Janeiro. Até o surgimento da loteria dos animais “pouca gente jogava”<sup>323</sup> e jogadores profissionais só existiriam como um “vago personagem de romances e apenas concebido pelas imaginações mais ou menos inquietas e abrasadas”<sup>324</sup>. E desta forma pacata, livre do vício do jogo teria vivido a cidade.

Assim, o jogo do bicho na ótica de Luiz Edmundo assume a condição de transformador do aspecto da cidade do Rio de Janeiro. A aparição de Zevada com a idéia de se levar o jogo das flores para o zoológico marcaria o destino da cidade.

A imagem criada pelo cronista ganha tons dramáticos. Há uma divisão clara proposta, entre a cidade antes do advento do jogo do bicho e após a sua criação. Também é importante lembrar que o imaginário sobre a cidade como um símbolo do próprio país é fundamental. Havia sido sede da Família Real Portuguesa, depois foi a capital do Império do Brasil e no momento da criação do jogo do bicho, era a capital

---

<sup>320</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice, 15-4-63, fl. 10-11.

<sup>321</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. vol.4 p. 866.

<sup>322</sup> BARROS, Hugo Laércio de. *O fabuloso império do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Editora e Gráfica Rosaly Ltda., 1957. p. 15.

<sup>323</sup> *Ibidem*.

<sup>324</sup> *Ibidem*.



da República. Assim a cidade do Rio de Janeiro acabaria funcionando como a própria síntese do país. Deste modo, o perigo era iminente.

As palavras escolhidas pelo cronista emprestam uma grande dramaticidade ao momento. A cidade “beatífica e risonha”, tal qual uma menina bem educada da corte, pura e ingênua, de um momento para o outro foi tomada por um sentimento de vício e loucura, como se tivesse sido violada na sua pureza e impelida a assumir alguns sentimentos que não seriam condizentes com a sua essência. Nesta direção, os dois principais responsáveis por esta alteração do caráter da cidade, teriam sido o estrangeiro Zevada e o pouco espírito público dos administradores da cidade.

O jogo do bicho, na narrativa de Edmundo, pode ser entendido como uma metáfora do próprio país. O Barão de Drummond encarnaria a figura do homem público, preocupado em “civilizar” a cidade do Rio de Janeiro, oferecendo a ela um espaço de lazer e de cultura. Seria um homem comparável a Passos, não pelas obras realizadas, mas pelo espírito. Assim como o “gênio reformador da cidade”<sup>325</sup>, colocaria suas ambições pessoais abaixo dos interesses públicos.

A idéia da implantação de um Jardim zoológico na Capital Federal representaria um projeto de modernização do espaço público, “imprescindível numa cidade de certa cultura e importância”<sup>326</sup>, como comenta Edmundo. Os argumentos do Comendador Drummond para convencer os procuradores da Intendência Municipal apontam nesta direção, assim como os pareceres laudatórios da iniciativa.

Este “projeto civilizador” teria sido suplantado em função de outros interesses que não os da coletividade. Em primeiro lugar, por uma questão de vingança, a subvenção anual teria sido retirada do orçamento; segundo, o mexicano Zevada estaria preocupado em lucrar com a jogatina; e por último, o povo que além de desvirtuar a generosa idéia do barão, ainda teria relegado o Jardim ao mais completo abandono após a proibição do sorteio dos bichos. Para Edmundo, estes três fatores casados, seriam fundamentais para se entender por quais motivos a Capital Federal em fins do século XIX, ainda estava “em plena morrinha colonial”<sup>327</sup>.

---

<sup>325</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 24.

<sup>326</sup> Idem, p.865.

<sup>327</sup> Idem, p. 24.

Os fatores determinantes para o processo de falência deste “projeto civilizador”, simbolizado pelo Jardim do barão, teriam sido contornados por Pereira Passos no seu trabalho de transformar a “cidade-pocilga em Éden Maravilhoso”<sup>328</sup>. Com a política não se preocuparia, pois havia recebido poderes discricionários para governar; segundo Edmundo, exigência do próprio. Assim, não precisaria ceder a nenhum tipo de interesse pessoal. Guiado apenas pelo interesse público, mesmo que o público não entendesse muito bem as intenções do prefeito, teria Passos levado à cabo sua “obra de titã”<sup>329</sup>.

Deste modo, o surgimento do jogo do bicho e o seu rápido crescimento, seriam a própria falência do projeto que desejaria transformar a cidade, ou pelo menos, apontar para a transformação. Assim, esta loteria seria mais um resquício dos tempos coloniais, mais uma marca da morrinha colonial que segundo o memorialista barrava a expansão da cidade. O jogo do bicho estaria ligado ao passado, enquanto o Jardim zoológico seria uma ponte para a modernidade. Quando os bichos se tornaram maiores que o parque que os aprisionava e de lá saíram em debandada isto teria marcado a vitória do vício sobre a virtude, da jogatina sobre o lazer, do atraso sobre o progresso, da desordem sobre a ordem, da pocilga sobre o Éden, da morrinha sobre o perfume francês.

---

<sup>328</sup> *Ibidem*.

<sup>329</sup> *Idem*, p. 41.

## CAPÍTULO IV

### TRABALHANDO NO BICHO

#### IV.1 – UMA POSSÍVEL ETNOGRAFIA DO JOGO

Antes de entrar diretamente no tema deste item é necessário fazer alguns esclarecimentos. Se o número de autores preocupados com o jogo do bicho é pequeno, menor ainda é a quantidade daqueles preocupados com o funcionamento dos pontos e das fortalezas em si ou dos envolvidos com tais ofícios. DaMatta e Sóarez chegam a dizer que “os bichos são mais importantes do que os bicheiros”<sup>330</sup>. Entre os autores acadêmicos que escreveram sobre o jogo do bicho, Luiz Antonio Machado e Ademir Figueiredo<sup>331</sup>, foram os que mais importância dedicaram a esta questão. Apesar de ter feito um trabalho de campo nos pontos de recolhimento de apostas, Simone Soares não procurou enfrentar esta questão, preferindo relatar suas conversas com alguns bicheiros ou apostadores. Entre os memorialistas Hugo de Barros seria a principal exceção, pois no seu trabalho de esclarecer a Nação acerca do jogo do bicho, procurou tratar deste tema.

Desta forma, além dos autores citados, as principais fontes examinadas para a construção deste item foram os artigos publicados na imprensa periódica, sobretudo na década de 1950, e os depoimentos dos bicheiros. Portanto, as descrições aqui apresentadas, estarão se referindo na sua maior parte a este período, em função das fontes colhidas<sup>332</sup>.

---

<sup>330</sup> DaMATTA, Roberto & SOÁREZ, Elena. Op. cit. p. 21.

<sup>331</sup> MACHADO, Luiz Antonio & FIGUEIREDO, Ademir. “A partir de um ponto do jogo do bicho”. Trabalho apresentado à 30ª reunião anual da SBPC, São Paulo, 1978. mimeo.

<sup>332</sup> Em função desta pesquisa ter uma periodicidade definida: 1890 – 1960, não vi nenhum motivo que justificasse um trabalho de campo junto aos pontos de bicho.

## Nos “pontos” de bicho

Ao andarmos pelas ruas do Rio de Janeiro nos deparamos cotidianamente com uma cena que para muitos parece insólita: um homem sentado numa cadeira, estrategicamente colocada num lugar “de passagem”, “portando uma caneta, um bloco e uma folha preta”. Este quadro seria a mais recorrente lembrança do que viria a ser um ponto de bicho. No entanto, este não foi o único espaço criado para o recebimento de apostas do jogo do bicho.

Ao usar o plural para iniciar este item, procurei fazer menção ao fato da impossibilidade dos locais nos quais são vendidas as *poules* para o jogo do bicho serem pensados como algo único e com a mesma organização.

No primeiro item deste capítulo, ao procurar traçar as mudanças na estrutura do jogo do bicho, desde o Jardim zoológico até o momento que chamei de concentração, falei de uma diversidade de possibilidades para se fazer uma aposta. Era possível comprar o bilhete nas dependências do parque ou fora delas; fazer sua *fêzinha* em casas de secos e molhados, nos quiosques, nos *book-makers*, nas charutarias, com o sapateiro da esquina ou com um vendedor ambulante de loterias.

Olavo Bilac cita um “antro de *book-maker* de bichos” localizado na Rua Sete de Setembro, Machado de Assis fala de um “sujeito que (...) vendia os bichos”, e Rubem Braga nos informa que um bicheiro recebia as apostas nas areias da praia de Ipanema e de uma dupla que trabalhava no Castelo apanhando as listas, por exemplo. Levando em consideração que os dois primeiros escreveram no período entre-séculos e o último no fim da década de 1940, podemos perceber uma importante diferença. No último literato, já existe a noção de uma especialização no negócio do jogo do bicho; em Braga os bicheiros aparecem como os únicos capazes de realizar tal operação.

Os espaços criados para o recebimento de apostas para o jogo do bicho guardam algumas diferenças entre si numa mesma época, além de terem passado por transformações inerentes ao seu funcionamento. Também era importante se adequar rapidamente aos momentos decretados, pela polícia, de “tolerância” ou “perseguição”.

Infelizmente, não há fontes que possibilitem uma descrição dos “pontos” de bicho nas primeiras décadas da existência do bicho. É possível, contudo, determinar que neste período inicial o jogo do bicho não tinha um espaço específico para a sua

prática. Ou seja, estaria sempre sendo oferecido ao lado de outros produtos. Isto pode ser notado no caso das agências lotéricas, que recebiam vários tipos de apostas; dos vendedores ambulantes de loterias, que além dos bichos vendiam outros bilhetes; e das casas de comércio que ao lado de cigarros, cartões postais, peixes ou batatas também ofereciam a sorte nos bichos.

Até o início dos anos 20 ainda é possível encontrar alguns registros sobre o jogo do bicho em armazéns e outros locais. Após este período sua prática ficaria cada vez mais restrita aos espaços criados pelos banqueiros ao recebimento das apostas. Talvez a própria concorrência com os outros bicheiros tenha levado os vendeiros de secos e molhados a desistir de bancar o jogo, ou talvez tenham sido obrigados a desistir do ramo por intervenção dos banqueiros que começavam a se afirmar como donos do jogo na cidade do Rio de Janeiro.

Num levantamento feito por Marcelo Pereira<sup>333</sup> para o ano de 1913 com base num trabalho feito pelas delegacias policiais do Rio de Janeiro, tem-se uma relação dos locais por toda a cidade aonde eram praticados jogos de azar, permitidos ou proibidos pela legislação em vigor. A determinação para a realização deste mapeamento veio do recém-empossado chefe de polícia Manoel Edwiges, substituto de Belisário Távora acusado de envolvimento com o jogo e às voltas com denúncias de corrupção<sup>334</sup>.

Segundo o relatório, pode perceber-se uma concentração da prática do jogo do bicho por agências lotéricas na região do 1º Distrito Policial, em cuja jurisdição estavam a Avenida Rio Branco, Rua do Ouvidor e Primeiro de Março, por exemplo. Conforme se vai afastando desta área, seja em direção aos subúrbios e arrabaldes, seja em direção a bairros como Botafogo, a quantidade de pontos e de outros comerciantes vendedores de bicho cresce imensamente.

Isto nos leva a crer que o processo de reforma, cuja principal área de atuação foi exatamente a do centro da cidade, tem importância sobre isto. Neste espaço, criado

---

<sup>333</sup> Cf. MELLO, Marcelo Pereira. Op. cit. anexo II, pp 214 – 255. Provavelmente esta relação foi feita sob as ordens do Chefe de Polícia. Todos os delegados dos 29 distritos policiais enviaram seus relatórios, sendo que apenas dois afirmaram não haver nenhuma casa ou estabelecimento voltado para a prática de jogo lícito ou ilícito sob a sua jurisdição.

<sup>334</sup> O samba “Pelo Telefone” tem como “homenageado” Belisário Távora. O tema foi dado pelos jornalistas de *A Noite*. Com o intuito de instigar o então chefe de polícia, resolveram instalar no Largo da Carioca uma roleta de papelão, chamar o povo ao jogo para ver qual seria o resultado.

para o livre trânsito da burguesia, o policiamento seria ostensivo, inibindo a presença de vendedores ambulantes ou de casas de “má reputação”. Noutra sentida, os homens que bancavam o jogo do bicho precisavam adequar os pontos de tomada de apostas ao tipo da clientela que ali transitava. Assim, em locais elegantes da cidade como a Avenida Rio Branco e a Rua do Ouvidor o bicho marcou sua presença. Preferivelmente, através da utilização de locais e funcionários adequados para o atendimento do público freqüentador daquela área da cidade, ao invés de homens “desleixados” no seu vestir sentados em caixotes de madeira. Em locais menos vigiados e menos aburguesados, os locais para se jogar no bicho não precisariam seguir a moda européia vigente nas avenidas “elegantes” do centro da capital.

Nas ruas em torno da Lapa, local privilegiado da chamada “malandragem” carioca, as agências lotéricas disputavam os fregueses com açougues, charutarias, casas de pasto, botequins, sapateiros e até uma fábrica de cerveja. Locais específicos para a venda de cartões postais também eram utilizados para vender jogo de bicho; nesta região da cidade parece este tipo de estabelecimento parece ter sido o maior concorrente dos agentes lotéricos.

O ano ainda é 1913 e em bairros como Piedade, Madureira e Bonsucesso a incidência das agências era muito pequena. Nas áreas suburbanas, de um modo geral, a prática de jogar no bicho dava-se nas quitandas, barbearias, funilarias, botequins, charutarias e padarias. Algumas famílias chegavam a bancar o jogo na sua própria casa, imprimindo novos sentidos para a prática desta loteria.

Desde meados da década de 1890 era possível se notar a existência de uma série de agências lotéricas no Rio de Janeiro que apanhavam apostas para o jogo do bicho, especialmente concentradas na região central da capital. Quando os bichos saltaram os muros do Jardim do Barão de Drummond, estes agentes estavam de bolsos abertos, ansiando pela sua chegada. Já capitalizados em função das loterias municipais e estaduais, lícitas e ilícitas, os donos destas casas perceberam que o jogo de bicho seria mais uma loteria entre tantas outras a ser bancada por eles. Sem dúvida, a aposta dos agentes se dava em função da popularidade alcançada pelo jogo ainda nos tempos do quadro do zôo. Outros menos capitalizados e por conta própria ou associados a estes donos de casas lotéricas acabaram indo trabalhar nas ruas, criando os famosos **pontos de bicho**.

Penso que no decorrer dos anos 20 e 30, o jogo do bicho passou por um processo de “modernização”. Em outras palavras, a experiência cotidiana dos

banqueiros em torno da prática desta loteria os fez perceber as novas demandas colocadas pelas mudanças ocorridas na capital federal neste período. Modernizar<sup>335</sup> o bicho seria fundamental naquele momento para se assegurar a sobrevivência do jogo e o aumento dos lucros. A princípio, esta modernização consistiria no fato da criação de espaços específicos para os apostadores efetivarem seus palpites.

A partir dos anos 40, pode-se pensar numa competição entre banqueiros sempre com o objetivo de concentrar os pontos em torno de um único banqueiro. Esta competição nem sempre se deu pelos meios da concorrência capitalista. Em alguns momentos as balas foram o meio para se ganhar mais um ponto.

Dito isso, cada local de venda de jogo do bicho passou a assumir uma dinâmica própria. Se por um lado, a estrutura dos pontos é bastante parecida entre si, por outro há algumas variáveis importantes. Uma delas seria com relação ao número de funcionários existentes num ponto. Este número seria em primeira instância determinado pela quantidade do movimento do jogo. Deste modo, poderíamos ter pontos com três, quatro, cinco e até dez funcionários trabalhando ao mesmo tempo.

Havia diferenças em relação ao horário de funcionamento de alguns pontos. Altair conta que na Central do Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, um ponto funcionava em três turnos. O primeiro seria das 5 da manhã às 2 da tarde, o segundo das duas até às 7 da noite. Depois de um descanso de três horas, o ponto reabriria com uma nova turma e funcionaria durante toda a madrugada. Este horário seria explicado em função da quantidade de jogo feito ali e da diversidade do público apostador.

O mesmo depoente lembra ainda de um outro ponto de bicho localizado na Rua Vinte de abril, na Cruz Vermelha, aonde trabalhou por algum tempo:

Tinha horário de às vezes ter a responsabilidade de começar o jogo, de abrir o ponto. Aí já era seis da manhã, às vezes cinco da manhã pra atender a freguesia de passagem, os trabalhadores, operários... Então tinha que começar o movimento cedo. Às vezes abrir às 5 da manhã, como também já levei de noite pro dia, trabalhando no jogo do bicho (...) virando a noite, [durante a] madrugada, (...), ter que esperar aquele pessoal da boemia, de cabaré, de dancing. Aonde era passagem deles eu abria ponto de bicho ali, atendia aquela freguesia da madrugada.

---

<sup>335</sup> Penso modernização no sentido de adequar o jogo do bicho às novas demandas colocadas pela sociedade e uma tentativa de utilização das novas tecnologias oferecidas. Neste sentido, o telefone surge como um objeto fundamental para a estrutura organizacional do jogo do bicho, proporcionando rapidez e a facilidade da troca de informações.

Se alguns autores atribuíam ao jogo do bicho o sentido de folclórico, podemos perceber que os limites para este sentido seriam claros. Havia uma organização voltada para o trabalho e para o lucro. A localização e o horário de funcionamento dos pontos dependiam da perspicácia dos banqueiros de bicho no sentido de avaliar as potencialidades de acordo com estes dois fatores. Deste modo, um ponto aberto num dado lugar poderia ser transferido para outro local em função do movimento ali apurado, ou mais comum, um ponto com pouco movimento não demandaria muitos funcionários.

Nos momentos de maior prosperidade do jogo do bicho os pontos menores trabalhariam no mínimo com três funcionários. Mesmo que o movimento não demandasse este pessoal, os banqueiros empregavam este “excedente” como mais uma estratégia de estreitar seus laços com a comunidade local. Ao empregar alguém que “precisasse trabalhar”, mesmo sem ter muito conhecimento do ofício e não motivado por falta de pessoal, os banqueiros procuravam fazer crer ao seu novo funcionário que seu ato estaria relacionado a questões pessoais e não meramente profissionais. Tomado como um favor feito pelo “patrão”, estes funcionários “deveriam” mostrar sua gratidão.

Isto não significa dizer que não houvesse conflitos nas relações entre banqueiros e bicheiros. Sem qualquer contrato de trabalho, o que ligava um ao outro seria um laço pessoal de gratidão que envolveria honestidade, respeito e confiança. O que pretendo defender aqui é a idéia destes “processos de seleção” como formas de criar o sentido da gratidão no ato do banqueiro e por este intermédio fortalecer sua posição diante de apostadores e não-apostadores. Outrossim, isto serviria para legitimar o jogo do bicho, pois geraria empregos e renda para famílias com poucas condições de competir no mercado formal de trabalho por um rendimento que, na média, seria o triplo do salário mínimo<sup>336</sup>.

Voltando ao depoimento de Altair, ao iniciar sua rotina de trabalho às cinco da manhã, o público alvo seria o contingente de trabalhadores que se dirigia aos seus respectivos locais de trabalho para iniciar sua jornada. Ao ficar aberto por toda a madrugada nos locais preferidos da boemia carioca, os bicheiros estariam atendendo um outro tipo de público. Esta possibilidade aberta pelos banqueiros com o objetivo

---

<sup>336</sup> Segundo as informações colhidas através das entrevistas, desde os anos 50 até o início do século XXI, o menor vencimento pago no bicho seria o equivalente a três vezes o valor do salário mínimo.



de oferecer a sorte e o azar nos bichos aos tipos mais variados de apostadores deu uma fundamental contribuição para a popularização, afirmação e legitimação do jogo.

Os pontos instalavam-se geralmente às portas de algum estabelecimento comercial, principalmente bares e botequins. Áureo afirma ter trabalhado num ponto que funcionou às portas do Bar Coringa, próximo a estação de trens de Madureira.

A estrutura mais comum de um “ponto” de bicho seria a seguinte: um gerente, um caixa, escreventes e vigias. Na hierarquia específica do local o gerente assumia a posição de maior destaque, pois sobre ele recaía a responsabilidade de administrar o ponto. Quanto ao número de caixas, os pontos costumavam utilizar apenas um, mesmo nos locais de grande movimento. O número de escreventes varia com a importância do ponto, na média dois seriam suficientes. Os vigias encontravam mais emprego nos momentos de intensificação da repressão e o número de vagas também dependia do movimento.

Os locais preferenciais para a instalação dos pontos eram as esquinas. A esquina surge como metáfora do próprio jogo, estando entre a ordem e a desordem, na tênue fronteira entre estes dois mundos, os bicheiros poderiam ora estar de um lado, ora do outro. A localização geográfica facilitava a visão e a fuga. Numa encruzilhada aberta, a possibilidade do bicheiro ser cercado pelos policiais era menor, devido ao número de opções para a corrida.

Escrevendo em 1958, Hugo de Barros comparou a proliferação dos pontos de bicho a uma praga, afirmando que eles poderiam ser encontrados nos “cafés, nos restaurantes, nos salões de barbeiros, nas portas de engraxates, nas bancas de jornaleiros, nos cruzamentos de ruas ou entre e através dos grandes edifícios, nas esquinas das ruas, por entre os postos de estacionamento de automóveis, - em todos os cantos, enfim”<sup>337</sup>. A par de qualquer exagero ou preconceito no comentário do autor, outras fontes corroborariam suas impressões, destacando o incremento do jogo nesta década.

Os locais informados por este autor como preferenciais para os pontos de bicho, têm algumas semelhanças com os relatórios de 1913. Vários dos estabelecimentos comerciais listados no início da década de 1910 voltam a surgir em meados dos anos 50, ainda como espaços nos quais se dá a prática do jogo do bicho. Provavelmente, os banqueiros perceberam que os apostadores haviam se acostumado

---

<sup>337</sup> BARROS, Hugo Laércio de. Op. cit., p. 44.

a relacionar estes espaços com a prática do jogo. Contudo, é importante assinalar que estes engraxates ou barbeiros, citados por Barros, permitiam a instalação de pontos à sua porta, sem bancarem o jogo como ocorria anteriormente. É possível se pensar em algum tipo de benefício como uma certa proteção ou um aumento da clientela para os proprietários, haja vista que o jogo do bicho atrairia diversas pessoas àquele local.

As **casas de bicho** tornaram-se famosas especialmente na “cidade”, marcando uma certa continuidade em relação às primeiras décadas do século XX. Estas casas passaram a ocupar o lugar das antigas agências lotéricas, contudo seu funcionamento só era permitido nos momentos em que o jogo estava “tolerado” pela polícia, pois nos períodos de “cana dura” eram obrigados a trabalhar com listas feitas, perdendo o conforto das casas. Tendo trabalhado nestes estabelecimentos, Altair comenta:

[na casa] trabalhávamos organizado, tinha balcão pra escrever, trabalhava sentado. Em geral quase todos donos exigia que nós trabalhássemos uniformizados, de gravata. Tinha uma disciplinazinha melhorada e nós éramos mesmo conceituados como malandro de destaque.<sup>338</sup>

Na visão do próprio contraventor era preferível trabalhar na casa ao invés do ponto. As idéias de ordem e disciplina, a despeito da estranheza que possa causar, despertam o interesse de Altair. Quais seriam os sentidos assumidos por estes dois termos dentro da narrativa? A fronteira entre ordem e desordem, citada anteriormente, volta aqui como tema de discussão.

Estando do lado oposto ao da lei, haja vista sua condição de contraventor, a *organização* não deixava de exercer um certo fascínio. O fato de poder trabalhar sentado e contar com um balcão dá maior conforto a apostadores e bicheiros, e ao incidir sobre o espaço definindo as posições dos sujeitos dentro da loja e, inclusive, uma forma de se comportar, faz da casa um espaço mais organizado, mais ordenado que o do ponto. Estando nas ruas há uma organização própria como foi vista, no entanto esta forma não parecia agradar ao bicheiro Altair.

Outro aspecto importante é com relação ao vestuário. O próprio uniforme daria a conotação da disciplina e a gravata usada abaixo do guarda-pó talvez o fizesse

---

<sup>338</sup> Depoimento prestado por Altair em 05 de novembro de 2001.

sentir uma pessoa mais respeitosa dentro da tal “malandragem” invocada por ele. As imagens de bicheiro e malandro acabam se misturando, seja no imaginário de Altair, de Milton, de Áureo ou de milhares de cariocas.

Por mais paradoxal que seja, disciplina e malandragem acabam se combinando, e transformando um malandro comum num *malandro de destaque*. Evidentemente, a disciplina para Altair é uma *disciplinazinha*, necessária apenas para melhorar a ordem no ambiente de trabalho e a sua própria aparência. Portanto, nota-se uma diferenciação entre os bicheiros do ponto e os bicheiros da casa.

Como o próprio nome já denota, a **fortaleza** é o espaço construído para não ser invadido. Não é possível precisar o momento no qual as fortalezas começaram a aparecer, no entanto é parte importante do processo de modernização assumido pelo jogo do bicho. Com o incremento progressivo das apostas e a concentração de pontos nas mãos de poucos banqueiros, fez-se necessária a existência de um local específico e protegido da polícia para a realização da contabilidade.

Os cálculos eram feitos em cima das listas levadas pelos recolhedores e das guias com o movimento de apostas do ponto enviadas pelo gerente. De posse destas informações, os cerca de 15 funcionários da fortaleza chegavam ao total arrecadado, de posse do resultado informavam o montante a ser pago aos acertadores. Além das listas, o dinheiro também era encaminhado para lá, a fim de ser feita toda a contagem e a conferência a partir de todas as informações prestadas pelo ponto.

Para se trabalhar numa fortaleza de jogo do bicho eram necessários alguns requisitos. Ter conhecimentos sobre contabilidade, facilidade em fazer cálculos e rapidez de raciocínio deveriam constar do currículo destes contraventores. No imaginário de Altair, na fortaleza havia a mais alta organização, onde trabalhavam os funcionários mais gabaritados, “altos conhecedores da matemática todinha.”

No lado oposto a este, percebendo as fortalezas a partir do seu lado externo, recorro mais uma vez a Hugo Barros que descreve as “casas destinadas à apuração e controle do jogo do bicho”<sup>339</sup>, assim:

(...) são estabelecimentos adrede e adequadamente instalados pelos banqueiros para a prática da contravenção, e dotadas de todos os

---

<sup>339</sup> Apud: BARROS, Hugo Laércio de. Op. cit., p. 45. Frase atribuída ao Comissário Deraldo Padilha, publicada por *O Globo* na edição de 2 de outubro de 1956.

requisitos indispensáveis ao seu funcionamento e à segurança dos contraventores tais como: portas de aço com reforços internos à prova de arrombamento; pontos estratégicos de ‘espia’ onde ficam postados ‘olheiros’ com a única incumbência de avisar aos contraventores sobre a aproximação da polícia; alçapões no teto, para escápula ou ocultação de homens e de material do jogo; porões com acessos falsos com a mesma finalidade; portas de fundo para fuga em caso de invasão policial; compartimentos falsos nas paredes para guarda de dinheiro, listas de jogo, etc.<sup>340</sup>

Contudo, nem apenas de pontos, casas e fortalezas vivia o jogo do bicho. Se no famoso samba, o telefone serviria para o chefe de polícia avisar sobre a roleta da praça onze, “chamando” os jogadores às apostas, nesta loteria este objeto teria uma importância destacada. Capaz de agilizar a troca de informações entre os pontos e as fortalezas, fonte por onde eram comunicados os resultados das extrações, a invenção de Graham-Bell também teria outras utilizações para os bicheiros.

## **Pelo Telefone**

Se o apostador não pudesse ir pessoalmente até o bicheiro, o bicheiro poderia ir até ele. São comuns os relatos de vendedores de bicho que iam buscar o jogo nas casas dos apostadores ou nos seus locais de trabalho. Contudo, uma outra forma de aposta parece ter sido comum no Rio de Janeiro, o jogo feito pelo telefone.

Simone Soares ao indicar que “o avanço dos meios de comunicação propiciou uma forma mais moderna de atender os jogadores”<sup>341</sup> percebe apenas uma parte da questão. Sua preocupação estaria apenas em mostrar como os bicheiros seriam capazes de se adequar às novas tecnologias no incremento do seu negócio. Por um aspecto, a autora não leva em consideração que o telefone foi elemento fundamental para os banqueiros do jogo do bicho e por outro, nos leva a crer que esta prática seria recente, do final dos anos de 1980, e que só existiria em Fortaleza, pois nas suas pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em Brasília ela não teria encontrado nenhum

---

<sup>340</sup> BARROS, Hugo Laércio de. Op. cit., p. 44.

<sup>341</sup> SOARES, Simone. Op. cit. p. 156.

indício nesta direção. Todavia, as fontes aqui trabalhadas apontam para um outro caminho.

Milton Mineiro passou a maior parte da sua vida no mundo da contravenção, bancando jogo do bicho por telefone. Natural de Dores de Campos, Minas Gerais, chegou ao Rio de Janeiro em 1944, com apenas dezessete anos de idade, procurando sair da dureza que a vida havia imposto a sua família quando o pai morreu e deixou a mãe com a incumbência de criar seis filhos, todos menores. Empregado como garçom do Café Palheta e depois na charutaria da mesma casa, conseguia “fazer” um salário de 1.500 cruzeiros “uma fortuna naquela época”, devido ao fato de conseguir “se virar” na charutaria. Com a namorada, sua atual esposa, surgiu a oportunidade de trabalhar como motorista para os correios, pois seu sogro era inspetor geral da companhia. Neste emprego ficou de 1949 a 1983, quando conseguiu sua aposentadoria. Sua função não era das mais difíceis, pois trabalhava um dia e folgava dois, sendo seu expediente das 8 da noite às 7 da manhã. Ao contrário de outros colegas, nunca era mandado para lugares mais distantes, ficando seu campo de atuação restrito ao “Largo do Machado, Botafogo, Copacabana e Gávea”.

Sua entrada na contravenção se deu em 1952, bancando o jogo do bicho por telefone. Trabalhando praticamente todo o tempo em casa, contando com uma rotina pouco cansativa nos correios, poderia se dedicar ao jogo do bicho. Sua rotina no bicho começaria às 9 da manhã quando chegavam os primeiros telefonemas, pouco antes das 14 horas fechava o movimento e esperava o resultado do jogo da tarde. Após saber os resultados da extração, passava a fazer a apuração, para determinar os ganhadores e qual o montante caberia a cada um. Durante o resto da tarde recebia as apostas para as extrações noturnas, Constantino e Niterói, fazendo a respectiva apuração após os resultados.

Os pagamentos e recebimentos eram geralmente feitos pelo próprio Milton. Em ocasiões de maior movimento poderia recrutar uma ou duas pessoas para auxiliá-lo nesta tarefa ou, eventualmente, receber os apostadores na sua casa. Também era comum, o oferecimento de crédito aos jogadores. Por exemplo, durante uma semana inteira, Milton anotava as apostas de um determinado freguês, ao fim desta, fazia-se a contabilidade. Com as contas em mãos, eram feitos os pagamentos. É preciso notar que estes créditos só eram oferecidos às pessoas que contavam com a confiança do bicheiro. Esta possibilidade, faria o movimento do jogo aumentar. Assim, é um benefício que se transforma numa estratégia de quem banca o jogo.

Sem fazer uso de listas ou talões, Milton Mineiro ouvia as apostas com muito cuidado, para evitar qualquer erro e posteriores reclamações. No início da década de 1980, passou a ter o auxílio de um gravador, para resolver possíveis desavenças. No entanto, durante 30 anos valeu apenas o falado e o escrito, não o gravado. Deste modo, as conversas eram processadas com muito cuidado para que tudo que fosse dito ficasse muito claro de parte a parte. Nosso depoente conta como funcionava o jogo do bicho pelo telefone:

[O jogo] era na confiança (...). No jogo por telefone, você fala e eu repito o que você fala. Se você, por exemplo, diz assim: um, nove, dois, sete, porquê você não pode [dizer] mil novecentos e vinte e sete, não é assim. Você tem que dizer um, nove, dois, sete; três, cinco, meia, dois; e eu de lá repito: três, cinco, meia, dois. Se eu disser três, cinco, meia, sete, você vai dizer: não é três, cinco, meia, sete, é três, cinco, meia, dois. Aí faz o jogo. Depois no final, eu dou o total pra você do jogo, você confirma ou não. Tá errado... aí vamos ver aonde é que tá o erro.<sup>342</sup>

O cuidado apontado por Milton no momento da tomada das apostas revela a preocupação do bicheiro na manutenção de alguns dos pilares de sustentação e legitimação do jogo do bicho: a honestidade e a confiança. Ao pedir para o apostador falar pausadamente os números e o valor de cada aposta, e ao repetir cada um deles, aguardando a confirmação do outro lado da linha, o contrato entre as partes estaria selado. Sem o uso do talão ou das listas, o único meio de contato se dava através da palavra falada, da oralidade. O único a ter acesso à *poule* seria o vendedor do jogo, que faria as anotações necessárias para poder proceder à apuração mais tarde. Assim, quem aposta necessita acreditar na boa fé do bicheiro duplamente, tanto em relação ao pagamento do possível prêmio quanto à anotação exata dos seus “prognósticos”.

Nesta relação, a sentença do “vale o escrito” seria alterada para “vale o dito”. A relação de confiança estabelecida entre jogador e bicheiro se dá em via de mão dupla, pois se no jogo feito na rua a tarefa de se confiar no outro é exclusiva do jogador, pelo telefone o bicheiro é obrigado a confiar na honestidade de quem joga, esperando receber o pagamento em caso de derrota do freguês.

---

<sup>342</sup> Depoimento prestado por Milton Mineiro em 6 de outubro de 2001.

Este pacto é muito claro para as duas partes. As regras que organizam a relação entre o bicheiro e o apostador são tácitas, elas foram construídas a partir do contato diário no mundo da contravenção. Sem agentes jurídicos para regular o contrato, alguns critérios são adotados pelas duas partes. Assim sendo, o elo fundamental desta corrente é a idéia de honestidade. Se uma das partes apelar para a desonestidade a relação se desfaz e, possivelmente, não poderá nunca mais ser refeita. Num mundo no qual o dito tem mais valor que o escrito, perder a confiança significa, praticamente, uma morte social. Se o bicheiro deixa de pagar os prêmios devidos seus clientes dele se afastam; se os jogadores deixam de pagar os créditos a eles fornecidos, dificilmente terão este benefício concedido novamente.

É possível se perceber nos depoimentos dos bicheiros a tentativa de legitimação do seu trabalho e do jogo do bicho em si. A idéia de honestidade parece ser fundamental nesta direção. Este seria o único bem disponível para os bicheiros e perdê-lo seria a ruína. Na afirmação de que tanto contraventores quanto apostadores são honestos, Milton afirma que

Nunca houve esse caso [do apostador] dizer que jogou isso e... deu aquilo que ele jogou [sem ter jogado]. Porquê tanto o contraventor é honesto como o parceiro também é. Não adianta querer aplicar [um golpe] que não adianta, não tem como, essas coisas não existem, (...) por telefone não tem jeito.<sup>343</sup>

Esta certeza de Milton parece advir de sua experiência no trato com os apostadores. Segundo ele, apenas uma senhora em mais de quarenta anos de contravenção, tentou “aplicar” pra cima dele, dizendo que havia feito um jogo diferente daquele que o Mineiro tinha anotado.

A honestidade a qual se refere Milton Mineiro pode ter diversos sentidos. Um deles é explicitado nesta tentativa simples, quase ingênua, de uma senhora que desejava enganar o bicheiro. Um outro sentido é a idéia da inadimplência. Deixar de pagar prêmios ou deixar de pagar dívidas de jogo seria uma forma de desonestidade. Neste caso não importa se o bicheiro deixou de fazer a descarga necessária ou se o jogador deixou seus impulsos falarem mais alto que sua conta bancária. O que está

---

<sup>343</sup> *Ibidem.*

por trás não são as intenções ou os motivos, mas as atitudes. Ao deixar de pagar, a marca da desonestidade estaria impressa sobre o sujeito. Mesmo que consiga saldar seus compromissos num outro momento, dificilmente conseguirá apagar esta “mancha”. Assim, acho necessário se pensar a honestidade como o bem fundamental do jogo de azar e da contravenção. Sem a possibilidade dos “parceiros” poderem confiar uns nos outros, é o próprio jogo que está em xeque. Impelindo aos inadimplentes uma morte social na contravenção, isto resguardaria o jogo em si. Portanto, o afastamento daqueles que não cumprem seus compromissos pecuniários poderia ser pensado como um ato de auto-preservação.

Sabedor das regras que organizam o mundo do jogo, nosso bicheiro faz questão de ressaltar a sua própria honestidade. Ao afirmar ser “muito acreditado no meio da contravenção, [porquê] eles acertavam e eu levava o dinheiro pra eles”, Mineiro procura legitimar tanto a sua experiência como bicheiro quanto o próprio jogo em si. Reiterar o fato de nunca ter rompido o pacto, é fundamental neste contexto. Sua honra estaria resguardada tanto diante do entrevistador, como nas suas próprias memórias. Em seu depoimento, Milton faz questão de ressaltar que poderia entrar de “cabeça erguida” em qualquer lugar do Rio de Janeiro e do Brasil, pelo fato de “não dever a ninguém”.

Ao seu exemplo contrapõe a atitude de um certo Ademar que num clube de jogo teria pedido crédito para apostar no pôquer e ao final da noite, não teria dinheiro para honrar seu compromisso. Ao lembrar de tal fato estaria reafirmando os códigos de conduta a serem seguidos pelos contraventores envolvidos com o jogo. Estaria legitimando a sua trajetória, pois no “fim de carreira” ainda teria resguardado o bem mais precioso: sua honra. Assim, o tal Ademar estaria condenado a perder seus créditos e não conseguir entrar de “cabeça erguida” nos lugares, pois seus débitos o acompanhariam aonde quer que fosse.

Em função da honestidade ser o valor e o bem fundamental no mundo da contravenção do jogo do bicho, os bicheiros vão legitimar suas ações a partir da afirmação deste princípio. Outrossim, ao marcarem sua honestidade enquanto grupo, os bicheiros vão procurar distanciar-se de outras categorias de “foras da lei” como ladrões, assassinos e traficantes de drogas.

Se nas ruas o contato com a polícia era cotidiano e o risco de ser preso iminente, pelo telefone Milton parecia estar resguardado de “certos inconvenientes” comumente vividos pelos seus colegas dos pontos. Diz ter sido alvo da perseguição



policial em apenas um episódio, ocorrido em 1967, do qual conseguiu livrar-se em função do apoio recebido por um General e um Coronel. Se as prisões se tornam mais difíceis com o jogo feito pelo telefone, a caixinha da polícia parecia ser uma norma também nestes casos.

## **Ofícios do jogo**

Para os mais desatentos, o jogo do bicho não demandaria muitas funções além daquelas facilmente perceptíveis, ou seja, os apontadores e os responsáveis pelo recebimento das apostas. Contudo, em torno desta loteria acabou surgindo cerca de uma dezena de ofícios, com um grau de especialização, hierarquia e organização que fariam lembrar uma empresa capitalista, cujo fim primeiro seria o lucro.

O mais conhecido de todos os ofícios é o de **lápiz, escrevente** ou **apontador**. Sua função é anotar os palpites dos apostadores no talão e remetê-lo ao **caixa** para conferir, receber o pagamento e carimbar a aposta, tornando-a válida. Esta sistemática ocorre desta forma quando o jogo está “tolerado”, ou seja, nos períodos em que “a polícia não está em cima”.

Quando os tempos eram de “cana dura” as práticas eram alteradas, usava-se o sistema da lista feita. Aqui seria importante a colaboração do apostador. Para agilizar o processo, o jogador já traria o seu jogo feito numa lista com as apostas discriminadas e o total. Também seria importante colocar o nome do apostador, ato facilitador para o pessoal da conferência e assim agilizava os pagamentos aos acertadores. Da mesma forma, seria importante entregar a quantia certa, evitando assim maiores transtornos. Impossibilitados de ficarem sentados à espera dos fregueses para anotarem suas apostas no talão, os bicheiros eram obrigados a abandonar seus acentos e trabalhar de pé. Assim, procuravam não despertar a atenção da polícia e facilitar a fuga em caso de flagrante.

Dentro do ponto a figura mais importante seria a do **gerente**. A ele caberia o recolhimento de todo o dinheiro apostado, dos pagamentos aos funcionários e aos acertadores. O gerente do ponto era o responsável por todo o dinheiro ali movimentado e eixo de ligação do ponto com a banca. Ao fim de cada turno, ou seja, às duas e às seis horas, era sua obrigação fazer uma guia informando sobre as receitas

e as despesas do ponto, incluindo aí os gastos com a polícia. Neste tópico, alguns gerentes aproveitavam para defender algum, mas sem exagerar para não despertar a desconfiança do patrão, ou seja, o banqueiro. Ao fim de cada dia de trabalho o gerente passava todas as informações sobre a “contabilidade” do ponto a um gerente geral do banqueiro ou ao próprio banqueiro.

Outro funcionário fundamental era o **vigia**. E sua importância aumentava ainda mais nos tempos de “cana dura”. Como o próprio nome já indicaria, sua função seria a de avisar quando os policiais se aproximavam, dar o alerta para que todo mundo pudesse sair correndo e se fosse detido ter ao menos tempo para tentar se livrar do flagrante. A polícia conhecedora desta prática passou a usar disfarces em algumas diligências, para evitar os vigias. Numa espécie de contra-ataque os vigias eram obrigados a prestar mais atenção ao rosto dos policiais e tentar evitar sua aproximação mesmo disfarçados. Alguns pontos chegavam a ter até três pessoas recrutadas para esta função.

No jogo do bicho há uma prática muito comum, a da **descarga**. As companhias seguradoras fazem coisa semelhante, só que sob uma denominação mais  *fina* . Por exemplo, a Petrobrás quer assegurar uma de suas plataformas de alto-mar, para isto firma um contrato com uma empresa capaz de fazê-lo. Como o pagamento do prêmio seria muito alto, esta companhia transfere parte do valor do contrato para que outras companhias façam o seguro do seguro, dividindo assim entre estas o lucro ou o prejuízo.

A descarga no jogo de bicho é fundamental porquê assegura o pagamento a todos os acertadores. Os pontos só podem bancar aquilo que podem suportar, ou seja, a quantidade do possível montante a ser pago deve sempre ser menor do que o dinheiro em caixa, para evitar que o freguês fique sem receber. Assim, todas as apostas acima do limite do ponto, devem ser passadas para outro banqueiro. Se é aceita uma aposta acima do seu limite, então o ponto passaria também a contar com a sorte, saindo da condição de banqueiro a de apostador.

Pois, para realizar esta tarefa também havia uma pessoa especializada. Seu local de trabalho não era o ponto, mas a fortaleza. Deste trabalhador era exigido bom conhecimento de números e rapidez no raciocínio para se trabalhar com vários cálculos e informá-los rapidamente ao banqueiro; era o **mapeador da descarga**.

No ponto ainda havia a pessoa responsável por receber o resultado via telefone, imprimir-lo em tiras de papel, afixá-lo no poste e disponibilizar uma parte

para os apostadores: o **batedor de resultado**. Às duas e meia da tarde e às seis e meia da noite o resultado era liberado e aí se iniciava o seu trabalho. Numa espécie de caixonete-carimbo colocavam-se os números referentes ao resultado na seqüência dos prêmios, do 1º ao 5º e moderno, rio e salteado. Com a ajuda de tinta para carimbo, o batedor de resultados cumpria a sua função de informar aos apostadores acerca de seus ganhos e prejuízos.

Dentro desta intrincada rede de ofícios surge a figura do **recolhedor de listas**. Como no jogo do bicho “só vale o que *tá* escrito”, as listas e os talões eram fundamentais para o controle do movimento da loteria. Todas estas listas iam para um único lugar, a fortaleza, aonde era feita a apuração. Sempre próximo ao fechamento das apostas os rapazes geralmente com suas bicicletas iam passando de ponto em ponto recolhendo as listas do jogo, para serem processadas nas fortalezas, posteriormente serem conferidas com as contas apresentadas pelo gerente e definir quanto seria pago aos acertadores por cada ponto de bicho.

## ***A empresa do bicho***

Pensando que os donos do capital envolvido neste processo conseguiram criar uma hierarquia bem definida; especializar as funções; oferecer possibilidades de ascensão na “carreira”; e promover uma concentração dos pontos de bicho sob o controle de poucos contraventores, surge a questão sobre a existência de uma empresa do jogo do bicho. É possível se falar em empresa do jogo do bicho? Quais seriam os limites para sua definição como tal? Haveria um modelo organizacional para o bicho?

Contando com uma “estrutura” capaz de abrigar o jogo do bicho, alguns empresários vão obter certo destaque neste ramo. Talvez os primeiros exemplos daquilo que possamos chamar de banqueiros de bicho tenham sido Paschoal Segreto e Cunha Salles. Se num primeiro momento, o jogo do bicho aparece ligado a uma variedade de mercadorias, com o passar dos anos pode-se perceber a especialização de sua prática e a organização da exploração do jogo. Por exemplo, no período em que se constituiu no “ministro das diversões”, o jogo do bicho não parece ter sido o maior empreendimento de Segreto. Numa outra direção aparece a família Labanca

que durante o mesmo período acabou notabilizando-se pelo envolvimento com o jogo do bicho.

Nos primeiros momentos fora dos muros do Jardim zoológico, o jogo do bicho foi explorado por diversos pequenos banqueiros. Pode-se falar numa pulverização do capital envolvido nesta contravenção em função da variedade de sujeitos que bancavam a loteria. Mesmo no início do século com a existência de alguns “banqueiros” mais poderosos e mais famosos que outros, nota-se que não existia uma cúpula capaz de organizar o jogo, decidir algumas regras de conduta, unificar os sorteios ou dividir a cidade em áreas a serem dominadas por determinados banqueiros.

Se no fim do século XIX era muito comum ler que o jogo do bicho era comumente vendido por donos de armazéns, esta prática parece ter sido aos poucos posta de lado nas primeiras décadas do século XX, quando alguns estabelecimentos passaram a ter a primazia neste comércio, como as lojas de bilhetes de loterias. Dos 25 estabelecimentos acusados de venderem jogo do bicho no centro do Rio de Janeiro no ofício do chefe de polícia ao prefeito Souza Aguiar em 1908, apenas um não seria um espaço para a venda dos bilhetes<sup>344</sup>.

Em 1913 foi feita uma relação das casas de jogos na cidade do Rio de Janeiro. Mello traz a lista destes estabelecimentos em sua dissertação<sup>345</sup>. Para a região do 1º Distrito Policial foram relacionados 36 estabelecimentos envolvidos com jogo, dos quais apenas 3 não bancariam o bicho. Deste total, 29 seriam agências lotéricas, 2 seriam tabacarias e outros 2 vinham designados como ponto de bichos. Já a Delegacia do 2º distrito registrou a existência de 20 estabelecimentos que bancariam o jogo do bicho, contudo sem especificar o tipo de negócio. No 3º distrito, das 45 casas investigadas, 32 vendiam os bichos, sem que fosse especificado o negócio. No 4º distrito foram localizados 11 estabelecimentos voltados ao jogo, sendo que apenas 3 bancariam o bicho – 2 clubes de apostas e 1 ponto de bicho. Para a última região policial do centro da cidade foram encontrados 67 locais onde o jogo seria praticado, dos quais 24 bancariam o jogo do bicho, dos quais 13 seriam agências lotéricas, 6 seriam pontos de bicho e ainda haveria 1 clube de apostas. Os outros 4

---

<sup>344</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, jogos, código 45-2-30, fl 140-141.

<sup>345</sup> Ver MELLO, Marcelo P. de. Op. cit. pp 216-255 (Anexo II).

estabelecimentos seriam 1 armazém, 1 padaria, 1 loja de cartões postais e 1 depósito de peixe.

Ao se sair da região central da cidade, percebe-se um aumento no número de pontos de bichos e uma diminuição das agências lotéricas, que parecem estar concentradas no centro da cidade. Sendo que para o subúrbio esta situação se acentuava ainda mais. Na região do 20º distrito<sup>346</sup>, quitandeiros, funileiros, barbeiros, e pessoas em suas próprias casas arriscavam-se vendendo os bichos. No 14º distrito, por exemplo, o delegado observou em seu relatório que vários “vendedores ambulantes que vendiam o jogo do bicho faziam ponto em diversos botequins e vendas.”<sup>347</sup>

Assim, na área mais vigiada da cidade haveria no início dos anos de 1910 a tendência do jogo do bicho ser bancado por agentes especializados, agências lotéricas e pontos de bicho, enquanto para as outras regiões o bicho continuava como mais um produto a ser oferecido. Provavelmente este vácuo nas regiões suburbanas permitiu que nestas partes da cidade a concentração de vários pontos sob o domínio de um mesmo banqueiro fosse muito acentuada nas décadas seguintes, enquanto nas áreas centrais a divisão seria mais acentuada. Um dos fatores explicativos seria o fato do processo de especialização do ofício e da “demarcação” das áreas de atuação ter se dado muito cedo no centro da, então, Capital Federal.

Mesmo com todo este processo de concentração, especialização da atividade e das funções em torno do jogo do bicho, poderia a sua exploração ser considerada como uma atividade empresarial? De acordo com o uso corrente, empresa seria uma “organização particular, governamental, ou de economia mista, que produz e/ou oferece bens e serviços, com vista, em geral, à obtenção de lucros (...)”<sup>348</sup>. Segundo Fábio Coelho empresa deve ser pensada como uma atividade, cuja marca essencial seria “a obtenção de lucros com o oferecimento ao mercado de bens ou serviços, gerados estes mediante a organização dos fatores de produção (força de trabalho,

---

<sup>346</sup> Compreenderia os bairros de Engenho de Dentro, Encantado, Piedade e Cascadura.

<sup>347</sup> MELLO, Marcelo. Op. cit. p. 238.

<sup>348</sup> FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. p. 639.

matéria-prima, capital e tecnologia)”<sup>349</sup>. No entender de Bruno Silva, empresa “é a atividade econômica organizada”. Devendo ser entendido como organização “a união de vários fatores de produção, com escopo de realização de bens ou serviços”<sup>350</sup>.

Se pensarmos por estes aspectos, a exploração do jogo do bicho poderia ser considerada uma empresa. Contudo, há um fator que a descaracterizaria enquanto tal, o fato da indústria a qual ela se propõe não ter bases legais e se assentar em algo proibido pelo Estado. Sob um outro aspecto, poderia ser a aposta considerada um bem ou um serviço?

Em meio a tais dúvidas o fato é que os sujeitos que exploraram o jogo do bicho conseguiram montar ao seu redor uma organização voltada para a obtenção do lucro. Distanciados dos critérios formais do que seria uma empresa, os banqueiros de bicho reelaboraram práticas comerciais e de organização de empreendimentos para estruturar o jogo e a exploração dele. Sem o Estado para regular os conflitos se utilizaram de códigos de valores para resolver as questões entre eles. Portanto, para além de se assumir a exploração do jogo do bicho como uma empresa capitalista, proponho que o bicho acabou se transformando numa organização voltada para o lucro, que a partir da sua experiência cotidiana entre o mundo legal e o ilegal, conseguiu se estabelecer como um empréstimo sólido, resistente e rentável.

---

<sup>349</sup> O parecer do Dr. Fabio Coelho pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico:  
<http://www.irtdpjbrasil.com.br/parecerfabio.htm>

<sup>350</sup> SILVA, Bruno Mattos e. *A teoria da empresa no novo Código Civil e a interpretação do art. 966: os grandes escritórios de advocacia deverão ter registro na Junta Comercial?* Teresina: **Jus Navigandi**, jan. 2003.

## IV. 2 – Cercando pelos 7 lados: a perseguição ao jogo do bicho

Enquanto os apostadores corriam atrás dos bichos para conseguir algum dinheiro, as autoridades procuravam encarcerá-los. Como já foi visto anteriormente, o sorteio dos animais no zoológico não chegou a durar três anos. O processo de transformação do parque dos animais de “estabelecimento útil e agradável” em “antro de jogatina” foi rapidamente levada à cabo pelas autoridades que viam a afluência de pessoas ao estabelecimento como um escândalo. Luiz Edmundo corrobora este pensamento quando afirma que as pessoas se transformavam em apostadores quando escolhiam os animais impressos em seus *tickets*, como um cavalheiro que ao entregar “ao bilheteiro uma nota de cinco mil-réis” teria feito o seguinte pedido: “-Um porco, uma vaca, um macaco, um camelo e um cachorro”.<sup>351</sup>

Transformado em escândalo, o processo para a proibição do sorteio dos bichos no parque do Barão de Drummond estava aberto. Vinte dias após a inauguração do jogo dos bichos, o jornal *O Tempo* publicava um ofício que teria sido dirigido pelo Chefe de Polícia ao 2º Delegado, responsável pela repressão aos jogos, no qual afirmava que

(...) posta em prática essa diversão [ o jogo do bicho ], se verifica que tem ela o alcance de verdadeiro jogo, manifestamente proibido. Os bilhetes expostos à venda contém a esperança puramente aleatória de um prêmio em dinheiro, e o portador do bilhete somente ganha o prêmio, se tem a felicidade de acertar com o nome e a espécie do animal que está erguido no alto de um mastro. Esta diversão, prejudicial aos interesses dos incautos, que com a esperança enganadora de um incerto lucro se deixam ingenuamente seduzir, é precisamente um verdadeiro jogo de azar, porque a perda e o ganho dependem exclusivamente do acaso e da sorte. Como semelhante divertimento não pode por mais tempo ser tolerado, e conquanto maior fundamento quanto é certo que muitas queixas me têm sido dirigidas pelas pessoas lesadas, assim intimarei ao diretor do Jardim Zoológico para que suspenda imediatamente a continuação do aludido jogo, sob pena de ser processado na conformidade dos arts. 369 e 370 do código penal."

---

<sup>351</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 866.

Como se vê, a movimentação em torno do zoológico logo chamou a atenção das autoridades. Por este documento nota-se a preocupação da máxima autoridade policial sobre a prática de comprar bilhetes do Jardim em função da esperança de ganho. No mesmo texto, faz-se menção a pessoas lesadas pelo parque e que a prática da loteria era considerada ilegal de acordo com os artigos 369 e 370 do Código Penal de 1890<sup>352</sup>.

Aureliano Portugal em seu parecer já citado de 1903, afirma que antes do Decreto n. 133 de 10 de abril de 1895 que autorizou o prefeito a rescindir o contrato de aditamento com o Barão de Drummond, a polícia já havia proibido o sorteio dos animais no parque. Contudo, a companhia conseguiu nova autorização mantendo a premiação das entradas até a publicação do Dec. 133.

O cerco definitivo ao sorteio dos bichos no Jardim zoológico começou a ser fechado em 1º de janeiro de 1895 quando foi publicado o Decreto n. 126 que limitou a ação dos frontões e *book-makers* na cidade do Rio de Janeiro. A partir daí percebe-se um processo que culminaria com a proibição do jogo do bicho em abril do mesmo ano. Antes de a decisão ser tomada em definitivo, o Prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida acionou a Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal no sentido de serem examinados os contratos firmados entre a Prefeitura e a Companhia do Jardim Zoológico. O objetivo já era bastante claro, o rompimento dos acordos firmados entre as partes, fundamentalmente no ponto referente à exploração de jogos.

Foram dois os pareceristas: Frederico de Almeida Rego e J. G. De Souza Bandeira. Existe entre eles a concordância que a Prefeitura deveria rescindir os contratos firmados com a empresa do Barão. Vários fatores foram enumerados para tal como a questão da direção do Jardim não ter realizado os melhoramentos a que se obrigara, além de não ter organizado competições para o aperfeiçoamento das “raças

---

<sup>352</sup> ARTIGO 369: Ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reúnam pessoas, embora não paguem entrada para jogar jogos de azar, ou estabelecê-los em lugar freqüentado pelo público:

PENAS – De prisão celular por um a três meses de perda para a fazenda pública de todos os aparelhos e instrumentos de jogo, dos utensílios, móveis e decoração da sala de jogo, e multa de 200\$000 a 500\$000.

Par. Único – Incorrerão na pena de multa de 50\$000 a 100\$000 os indivíduos que forem achados jogando.

ARTIGO 370: Consideram-se jogos de azar aqueles em que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte.

Par. Único – Não se compreendem na proibição dos jogos de azar as apostas de corridas a pé ou a cavalo, ou outras semelhantes.



brasileiras”, tampouco oferecido aulas de zoologia e zootecnia, assim como ter deixado de construir um palácio para exposição de flores e animais, e de não conservar e tratar as matas do jardim e adjacentes de modo adequado.<sup>353</sup> Talvez estes fatores já fossem suficientes para a rescisão do contrato, mas não era isto o que mais incomodava os procuradores.

Os dois pareceres<sup>354</sup> guardam uma característica quanto à forma. Primeiramente, enumeram as cláusulas do contrato que deixaram de ser cumpridas e depois abrem um cerrado ataque ao sorteio dos bichos. O critério da ilegalidade e da perseguição aos jogos de azar é crucial para os procuradores. Primeiro diz Frederico Rego:

Nenhum [dos] melhoramentos foi realizado, e a concessão dos jogos desvirtuada por proibidos e ilícitos, por uma loteria de bichos ou roleta, em que os números são substituídos pelos nomes de animais ou aves, e com 20% de lucro para a empresa.

Já tivemos ocasião de externar opinião sobre a ilegitimidade desse jogo, que se anuncia lícito e incide em sanção penal, concedido pela municipalidade, que dele não cogitou, e carecia de competência para autorizar loterias ou sorteios por 25 anos sujeitas ao Código Criminal.

A empresa pediu para transformar seu parque em jardim de aclimação e para estabelecer jogos lícitos e esses não podiam ser senão os próprios de estabelecimentos dessa ordem e neles admitidos em todos os países, e não os de azar dependentes da sorte (...).

Não é lícito o jogo que depende da vontade de quem escolhe o nome premiado, e o fecha em uma caixa, colocada sob a vigilância do público e fixado como provocação à ambição do lucro e para exclusivo interesse da empresa.

Não é mais um jardim de aclimação, mas um ponto de reunião para o jogo à céu aberto a julgar-se pela extraordinária concorrência, que o aflui, como afirma a imprensa, que publica no dia seguinte o nome sorteado, e com uma franqueza tanto mais para deplorar quando muitos acreditam que tais jogos são permitidos pelo contrato, mormente quando a polícia os deixa continuar depois de bani-los (...).<sup>355</sup>

---

<sup>353</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-62, fl 14 e 15. Parecer de J. G. De Souza Bandeira.

<sup>354</sup> O primeiro parecer foi emitido por Frederico Rego em 07 de fevereiro de 1895 e o segundo foi emitido por Souza Bandeira em 15 de março de 1895.

<sup>355</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-62, fl 12 e 13.

A maior parte das linhas utilizadas por Frederico Rego tinha a intenção de deixar claro, que o motivo principal para a rescisão do contrato com a Cia. do Jardim Zoológico seria o fato da empresa explorar um jogo ilícito. Ainda serviria como agravante a concessionária não ter feito uma consulta prévia ao Poder Público Municipal sobre a licitude ou não da loteria que inaugurou em julho de 1892, o que caracterizaria má-fé da empresa aos olhos do procurador. Além de usar o contrato para informar ao público que o jogo é legal, quando seria ilegal na opinião de Frederico Rego, revestindo-se este fato sob o manto do logro.

Para asseverar seu parecer fez um comentário final que passou a ilustrar boa parte do pensamento sobre o Jardim a partir do advento do jogo dos bichos, da transformação do parque em ponto de reunião para o jogo. Entretanto, nenhuma linha é destinada para o boliche e o frontão lá existentes, portanto o jogo em questão é o dos bichos, sendo os outros tolerados.

Seu companheiro Souza Bandeira mantém o mesmo estilo. Vejamos sua argumentação:

Acresce que os jogos praticados pela empresa no estabelecimento não são absolutamente os jogos públicos que a municipalidade teve a intuição de autorizar na cláusula 3<sup>a</sup> do aditamento.

Pouco importa para o caso que o nome do animal premiado ou sorteado (tais são as expressões de que constantemente se servem os anúncios da imprensa) tenha sido escolhido previamente pelo diretor da empresa. Uma vez porém que o público ao comprar o bilhete ignora qual será o nome premiado tanto basta que se forme elemento objetivo de contravenção punida pelo art. 367 do Cód. Penal, pois que a escolha do animal não exorbitando do foro íntimo da pessoa disso encarregado constitui aos olhos do público em verdadeiro azar.

Visitei estabelecimentos congêneres da Europa e neles nunca vi outros jogos além daqueles que são verdadeiros divertimentos (...) infantis, como tivoli, cavalinhos, passeio em animais, não tendo conhecimento de que exista em algum outro, jogos lícitos ou ilícitos com esperança de ganho. Foi sem dúvida a tais jogos e não às loterias de bichos que quis aludir o contrato, de onde se conclui portanto que ainda neste ponto ele não foi cumprido.<sup>356</sup>

Neste sentido, a perseguição não seria ao jogo em geral, mas ao sorteio dos bichos. E ainda haveria a “extraordinária concorrência” do Jardim para se tentar a sorte com os *tickets* da bilheteria. Entendo que a questão em relação ao Jardim

---

<sup>356</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Jardim Zoológico, códice 15-4-62, fl 14 e 15.

zoológico é clara. Assim como Luiz Edmundo faz do jogo do bicho um divisor de águas na história da cidade do Rio de Janeiro, para os defensores do projeto de modernização e civilização encarnado pelo Jardim Zoológico o sorteio dos bichos representaria a falência deste ideal de progresso.

Com a loteria disseminada rapidamente pelas ruas da cidade através da ação dos vendedores ambulantes e dos primeiros “banqueiros”, o poder público passou a agir no sentido de coibir esta prática. Apenas seis meses após a proibição do sorteio do Barão, o chefe de polícia André Cavalcanti emitiu um ofício ao prefeito Furquim Werneck pedindo que fossem cassadas as licenças com as quais funcionavam estabelecimentos de *book-makers*. Tais estabelecimentos se aproveitariam de suas permissões para funcionarem como escritórios de descontos, botequins e comissões, mas na verdade teriam como fim principal bancar o jogo do bicho, o que seria um verdadeiro “escândalo público”<sup>357</sup>.

Em março de 1899, o chefe de polícia Sampaio Ferraz enviou um ofício ao prefeito Cesário Alvim, informando que iniciaria uma campanha “contra o jogo em geral, especialmente o de bichos”<sup>358</sup>. Em maio do ano seguinte o sr. Antonio Candido do Amaral, respondendo interinamente pela Diretoria Geral do Interior e Estatística, enviou uma circular a todos os agentes da Prefeitura recomendando-lhes total vigilância “a fim de combater os constantes abusos que se dão com a venda de jogos proibidos denominados – BICHOS – e de bilhetes de loterias pelas ruas, sem licença (...)”<sup>359</sup>.

Portanto, desde os primeiros dias de sua existência o jogo do bicho não contava com a simpatia dos poderes públicos. Desta forma, produziu-se uma vasta legislação visando combater a prática do jogo do bicho, prevendo penas e sanções tanto para os banqueiros quanto para os apostadores.

De fato, o termo **jogo do bicho** só irá aparecer na Lei de Contravenções Penais de 1941, tendo um artigo específico. Anterior a lei de 1941, eram utilizados artigos nos quais este sorteio se encaixava. Visto enquanto uma loteria não autorizada, o bicho era perseguido com base no art. 367 do Código Penal de 1890. Este artigo previa apenas sanções pecuniárias para os promotores de “loterias e rifas de qualquer

---

<sup>357</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, jogos, código 45-2-30, fl. 113

<sup>358</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, jogos, código 45-2-30, fl. 116.

<sup>359</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, jogos, código 45-2-30, fl. 121.

espécie, não autorizadas por lei, ainda que corram anexas à qualquer outra autorizada”.<sup>360</sup>

No art. 370 deste mesmo Código, jogo de azar vinha definido como “aquele em que o ganho e a perda dependem exclusivamente da sorte”<sup>361</sup>. Assim, a legislação excluía desta conceituação as corridas a pé ou a cavalo, largamente exploradas nos frontões e hipódromos da capital federal. Os legisladores preocupados com o progresso físico e intelectual do brasileiro permitiam apostas sobre estas modalidades de “esportes”. Já os jogos de azar, em que os únicos objetivos na visão dos juristas, seriam a obtenção do lucro e a satisfação da paixão pelo jogo, eram perseguidos e proibidos. De certa forma, foram criados espaços nos quais o jogo seria fino e elegante, pois seus freqüentadores estariam preocupados não com o lucro, mas com a destreza técnica e física. Do outro lado, estariam as casas de *book-makers*, onde os fregueses teriam como único objetivo, apostar. Isto não significa que pessoas de condições sociais diferentes não se encontrassem nos guichês de apostas do hipódromo ou nas casas de bicho.

A proibição inscrita na lei, às mais diversas modalidades de jogo no Brasil é comum, quando se verificam os códigos penais desde 1890 e vários decretos a eles adicionados. Se acaso perguntasse se o jogo é proibido no Brasil, a resposta certamente seria não, pois há diversas modalidades correntes e permitidas. Entretanto, quando o sistema de loterias bancadas pelos Poderes Públicos não era tão eficiente quanto é hoje, a prática liberada da jogatina ficava reservada àqueles que poderiam fazê-lo, ou seja, a “boa sociedade”. Os clubes de turfe surgem, portanto, como um local privilegiadíssimo para que os membros da elite pudessem realizar suas apostas nas patas dos cavalos. Olavo Bilac, descrito por Luis Edmundo como “orador, brilhante, imaginoso, erudito, fluente, o príncipe das letras”, descreve uma tarde no *Jockey Club*:

---

<sup>360</sup> ALENCASTRO, Manoel Godofredo de. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil: anotado segundo a legislação vigente para uso dos juizes e jurados, com a graduação das penas*. 3ª ed., corrigida e aumentada, Rio de Janeiro: Laemmert e Cia., 1898.

<sup>361</sup> SOARES, Oscar de Macedo. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil: commentado e anotado segundo a legislação vigente até 1901*. Rio de Janeiro, Typographia. da Empreza Democrática, 1902.

(...) O espetáculo do Prado - as arquibancadas, como vastos canteiros de flores humanas, pompeando ao sol, o esplendor das claras toaletes de verão num delírio de cores, num embaralhamento deslumbrante de fitas, de plumas, de rendas, o recinto de paisagem, cheio de força dos 'sportmen' suados e ofegantes, discutindo, rixando e berrando (...) junto aos guichês disputando as 'poules' a murro e ponta pé, e os botequins ressoantes de clamores, de tinir de copos, de estalar de rolhas, e a raia, embaixo lisa, batida iluminada de luz, por onde os cavalos voavam (...).<sup>362</sup>

Toda a adjetivação utilizada por Bilac procura dar às corridas de cavalo, uma sensação de beleza, elegância e *glamour*, local de diversão de pessoas bonitas, finas, apreciadoras de *champagne*, por exemplo. O espírito moderno da competição, também não falta, seja na pista ou no botequim a disputa se dá pela força, pela coragem, pela valentia, pela habilidade. O suor dos desportistas representa o esforço despendido na luta pela vitória, que advém não pela sorte, pelo azar ou pela trapaça, mas sim pela reunião de qualidades do conjunto jóquei/cavalo. A glamourização da tarde no jóquei feita por Bilac, pode comparar-se à romantização das famílias fazendo seus jogos de cartas antes do advento do jogo do bicho, como ressalta Edmundo.

E por falar no cronista mais uma vez, voltemos a ele. Assim como Bilac, descreve o Prado como um espaço onde a elegância e a alegria desfilam livremente e fazem brilhar os olhos de quem presencia tais espetáculos. Este cenário, escreve Edmundo, faria “esquecer a cidade longe e melancólica, suja e comercial, dédalo de becos tortos e mal-varridos, onde a febre amarela vive instalada e feliz.”<sup>363</sup>

Outras modalidades de esportes como o nascente *foot-ball* e o remo também despertaram a atenção de literatos e jornalistas em função da exibição dos corpos belos e torneados em função da prática do esporte. Como nos lembra Leonardo Pereira a novidade introduzida no Brasil, o futebol, por iniciativa de estrangeiros logo caiu “no gosto das rodas elegantes da cidade” e empolgava “a rica mocidade carioca”.<sup>364</sup> Contudo é importante lembrar que o caso do futebol tem suas

---

<sup>362</sup> Apud HERSCHEMAN, Micael & LERNER, Katia. *Lance de Sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993. p.19.

<sup>363</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. p. 844.

<sup>364</sup> Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O jogo dos sentidos: os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro, in: CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 195.

especificidades tendo em vista que “um grupo de adversários do jogo da bola - entre os quais estavam médicos, jornalistas e literatos como Lima [Barreto] – resolve fundar em 1919, uma **Liga Contra o Foot-ball**”.<sup>365</sup> No caso do jogo do bicho parece não ter sido necessária a criação de nenhuma liga contra a sua prática...

Em outros locais também podem ser percebidas as apostas como, por exemplo, em cervejarias espalhadas pela cidade, como nos conta mais uma vez Edmundo. Ao falar sobre a *história* da fundação do Bar Adolf na Rua da Carioca, cujo nome foi alterado para Bar Luiz em função da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial como adversário do Eixo, o nosso cronista nos fala de uma prática que parece ter sido comum na cidade, entre os rapazes robustos e fortes: o “braço de ferro”, ou então, queda de braço. O tom épico da narrativa de Edmundo dá ênfase à destreza física e à força dos jogadores, como podemos perceber:

Pelas mesas colocadas ao fundo do estabelecimento juntavam-se os homens para *matches* sensacionais, e era de vê-los, as cabeças unidas, as faces cheias de sangue, os cotovelos fincados no mármore da mesa, gemendo, urrando, prêsas de esforços inauditos, os músculos retesados, as carnes hirtas, os ossos firmes, ciosos de derrubar um, o braço do outro. Por vêzes, o velho Jacob, mamando a cana longa do seu enorme cachimbo de Nuremberg, chegava, tranquilo e pachorrento, para assistir a essas refregas relevantes. E Adolf, mantendo o prestígio de seu braço terrível, ganhando apostas sôbre apostas, mantendo no campeonato do jôgo a *ceinture d'or* que não mudava de dono, dando-lhe reputação, fama e aureolando-o de glória.<sup>366</sup>

Esta prática de jogo apostado não sofreu de Edmundo os ataques que ele fez ao jogo do bicho. Os sentidos de uma prática e de outra são completamente diferenciados para o nosso cronista. De um lado estaria o culto ao corpo, à beleza e à força física do homem, algo relacionado às teorias de culto ao corpo do início do século e por certos aspectos também ligada ao higienismo. Quanto ao jogo do bicho, os sentidos de sua prática, para o cronista, assim como para vários juristas e literatos estaria relacionado a um mundo de vícios, particularmente o ócio e a ambição. Neste

---

<sup>365</sup> *Idem*, p. 209.

<sup>366</sup> EDMUNDO, Luiz. Op. cit. pp 413- 414.

caminho uma capital como o Rio de Janeiro, jamais poderia ser uma cidade moderna, pois estaria repleta de vícios, deixando as virtudes de lado.

Assim, o surgimento e a ascensão do jogo do bicho no gosto popular vai se fazer em meio a esta disputa por espaços dentro da cidade. Os mais diversos grupos vão enfrentar-se diariamente nas ruas da cidade e nas páginas dos jornais e revistas. O discurso proposto pelo Estado Republicano tinha como objetivo o saneamento físico e moral da cidade. É neste âmbito que devem ser entendidas a emergência de algumas práticas desportivas como o remo e o futebol, o início de uma “indústria” voltada para as diversões na cidade, através da exploração dos cinematógrafos por exemplo e o próprio surgimento do jogo de bicho, que mesmo antes de sua proibição no parque do Barão, já era praticado bem longe dos muros do jardim de Vila Isabel. Sobre este aspecto recorro mais uma vez às palavras de Amy Chazkel:

Em outras palavras, o fim do século XIX testemunhou um processo pelo qual o jogo do bicho deixou de ser considerado ilegal e passou a ser tratado como imoral em todos os sentidos. Esta mudança na percepção popular foi tanto abastecida quanto justificativa pelas tentativas autoritárias do Estado Brasileiro em controlar uma população urbana heterogênea que persistentemente parecia ameaçar a estabilidade e o progresso da nova República Brasileira.<sup>367</sup>

Foi nesse caminho entre a imoralidade do jogo apregoada por alguns setores da “boa sociedade” que conseguiam justificar apostas em corridas de cavalos, apostas em disputas de queda de braço e jogos carteados entre as famílias que o jogo do bicho foi ganhando popularidade. E parece que quanto mais popularidade a loteria lograva, mais fortes eram as tentativas do Poder Público em criar uma legislação capaz de coibir esta prática, ligada essencialmente às classes mais pobres do Rio de Janeiro.

Já entendido como jogo de azar, o bicho sofreu mais um golpe. A Lei nº 628 de 1899 se diminuiu as multas para os incursos no artigo 367, instituiu a pena de 1 a 3

---

<sup>367</sup> CHAZKEL, Amy. Op. cit. p. 26. “In other words, the late nineteenth century witnessed a process through which the jogo do bicho went from being a wrong defined as such because of a legal consensus to being treated as universally and transcendentally immoral. Such a shift in conventional wisdom was both fueled and justified by the state’s authoritarian attempts to control a heterogeneous urban population that perennially appeared to threaten the stability and progress of the new Brazilian Republic.”

meses de prisão para os acusados de praticar a referida loteria. Esta mesma lei determinou o processo *ex-officio* para os incursos neste artigo, ou seja, a competência para absolver ou condenar os réus no Distrito Federal passava a ser do Chefe de Polícia e Delegados<sup>368</sup>.

Apesar da existência de meios legais para a repressão ao jogo e do interesse dos republicanos no seu combate, nunca houve um planejamento e uma política do poder público com estes objetivos. Nas estatísticas isto fica ainda mais claro quando se nota, por exemplo, para o ano de 1911 cerca de mil ocorrências por jogo, enquanto no ano anterior o número não chegou a cem casos e no ano seguinte ficou na casa dos cento e vinte<sup>369</sup>. Com relação à prática específica do jogo do bicho pode-se perceber pela imprensa, pelos memorialistas do bicho e juristas a existência de campanhas esporádicas levadas à cabo pela polícia. Sobre a inexistência de uma política repressiva ao jogo executada de forma constante, Marcos Bretas comenta:

a polícia tinha de obedecer aos desejos da elite e processar vadios e jogadores mas, uma vez relaxada a pressão, o número de processos caía. Lidar com os medos da elite fazia parte da tarefa da polícia, e no caso do jogo é perceptível que a repressão não era uma política permanente, executada pelos policiais de rua, mas sim campanhas ocasionais chefiadas pelos delegados ou comissários, que prendiam alguns jogadores para constar.”<sup>370</sup>

Estas campanhas eram levadas à cabo pelos delegados auxiliares do Distrito Federal, geralmente a 2<sup>a</sup>. Entre as principais podem ser citadas a de 1907 comandada por Astolfo Rezende; a de 1916 por Armando Vidal; a de 1926 por Renato Bittencourt; em 1933 foram duas campanhas uma chefiada por Frota Aguiar e a outra por Jaime Praça; no ano seguinte Aguiar comandaria mais um momento de perseguição ao jogo do bicho<sup>371</sup>.

---

<sup>368</sup> Idem, pp 150 e 232.

<sup>369</sup> BRETAS, Marcos. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*; tradução de Alberto Lopes. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

<sup>370</sup> BRETAS, Marcos. Op. cit., p. 62.

<sup>371</sup> Ver MELLO e SOUZA, Júlio César (Malba Tahan). *O jogo do bicho à luz da matemática*. Curitiba: GRAFIPAR, 1976.



Em 30 de dezembro de 1910, surgiu a Lei 2.321. Seu objetivo era ampliar a legislação em vigor, definir melhor alguns conceitos sobre jogos de azar, além de revogar o art. 367 do Código Penal de 1890 e Lei 628. Segundo esta nova determinação seria considerado “loteria ou rifa qualquer operação, sob qualquer denominação, em que se faça depender da sorte, qualquer que seja o processo de sorteio, a obtenção de um prêmio em dinheiro ou em bens móveis ou imóveis”<sup>372</sup>. Aqui já surgia uma discreta menção ao jogo do bicho: “entre os processos de sorteio a que se refere o N° 1 do parágrafo antecedente estão compreendidos os símbolos, as figuras e as vistas cinematográficas”<sup>373</sup>. As penas foram reajustadas, 2 a 6 meses de prisão, multa de até 2 contos de réis e perda dos bens que versassem sobre a prática da loteria.

O ano de 1917 foi marcado pela Conferência Judiciária-Policial convocada pelo então chefe de polícia Aurelino Leal. Coube a Armando Vidal o papel de relator da 5ª tese da 2ª seção, cuja questão central era o jogo. O parecer foi favorável à ilegalidade do jogo e da sua manutenção enquanto contravenção.

O jogo do bicho mereceu atenção destacada, cabendo-lhe dois itens específicos. Pelo relator fica claro que esta contravenção seria punida com base nos artigos 31 e 32 da lei 2321, citada anteriormente. Para Vidal, a abolição das loterias era uma necessidade moral e seria imposta lentamente.

Neste mesmo ano houve um importante momento de perseguição, quando a polícia realizou uma campanha efetiva de combate ao jogo. Sob o comando do Dr. Armando Vidal, foram fechadas nos quatro meses da “campanha do mata-bicho”, - setembro a dezembro -, 868 casas de apostas e presos mais de quatrocentos contraventores<sup>374</sup>. Este foi um dos poucos momentos em que a repressão policial sobre o jogo do bicho surtiu efeito, haja vista a diminuição forçada da sua prática. Contudo, segundo Marcelo Pereira este movimento estaria intimamente ligado a interesses de alguns que queriam garantir o monopólio da extração de loterias para a Companhia de Loterias Nacionais<sup>375</sup>.

---

<sup>372</sup> Apud: VIDAL, Armando. *O jogo, a administração e a justiça*. Rio de Janeiro: Typographia dos annaes, 1917. pp 57-59.

<sup>373</sup> Idem, p.57.

<sup>374</sup> MELLO, Marcelo. Op. cit., p. 111.

<sup>375</sup> Idem, p. 108.

No ano de 1921 surgiu o Decreto 14.808 dando permissão para a prática de alguns jogos. É importante observar que eram “jogos de salão”, a serem praticados em cassinos ou clubes devidamente licenciados. Entre os liberados estavam a roleta, o bacará e o campista, curiosamente alguns dos jogos mencionados por Luiz Edmundo como naturalmente praticados no Rio de Janeiro. No caso dos clubes só teriam livre acesso os sócios, portando documento próprio assinado por um dos diretores e visado pelo inspetor do jogo. Neste processo de repressão, a legislação abria brechas para a “jogatina”. No entanto, desejava reservar espaços destinados às “pessoas de melhor condição”; enquanto visava reprimir os jogos de apostas mais populares, destacadamente, o jogo do bicho.

A outra grande campanha contra o bicho foi realizada em 1926 pelo Dr. Renato Bittencourt, sucessor de Mário Lamberti. Este fora acusado de permitir o jogo franco e ainda beneficiar-se dele<sup>376</sup>.

Em 1932, com o Dec. Lei nº 21.143<sup>377</sup> surge pela primeira vez um artigo específico para o “bicho”. Com a publicação da Lei de Contravenções Penais em 3 de outubro de 1941, ampliou-se a redação: “Artigo 58. Explorar ou realizar a loteria denominada jogo do bicho, ou praticar qualquer ato relativo à sua realização ou exploração”<sup>378</sup>. A pena prevista para este crime era de prisão de quatro meses a um ano, além de multa. Três anos depois, através do Dec. Lei 6259<sup>379</sup>, de 10 de fevereiro de 1944, o artigo 58 surgiu de outra forma:

Realizar o denominado “jogo do bicho” em que um dos participantes, considerado comprador ou ponto, entrega certa quantia com a indicação de combinações de algarismos ou nome de animais, a que correspondem os números, ao outro participante, considerado vendedor ou banqueiro, que se obriga mediante qualquer sorteio ao pagamento de prêmios em dinheiro.

---

<sup>376</sup> Ver *Vida Policial*, ano II, nº 55, p. 10.

<sup>377</sup> BRASIL. Dec. Lei 21143 de 10/03/1932, in: *Diário Oficial da União*, edição de 16/03/1932, pp 4762-4766.

<sup>378</sup> BRASIL. [Código Penal (1940)]. *Código Penal e legislação complementar: inclusive Lei das Contravenções Penais*. 31ª ed., Rio de Janeiro: Gráfica Aurora, 1981. p. 237.

<sup>379</sup> BRASIL. *Coleção LEX*. Dec. Lei nº 6259 de 10/02/1944. São Paulo: LEX Ltda. Editora, 1944. (ANO VIII, pp. 45-56).

Nos parágrafos seguintes a este artigo, já aparecem as penas para todos aqueles que de alguma forma estivessem ligados à contravenção, inclusive os apostadores. Tanto as multas quanto as penas de prisão foram aumentadas em relação à Lei de 1941. A vadiagem também estava prevista como contravenção. Estariam incursos neste artigo aqueles que se entregassem habitualmente à ociosidade, sendo válidos para o trabalho, ou sustentar-se a partir de meios ilícitos. A pena seria de quinze dias a três meses. Se o acusado arrumasse um trabalho lícito sua pena seria extinta.

Em 1946, através do Dec. 9215 de 30 de abril, veio o maior golpe contra o jogo no Brasil. Tomando como parâmetro “a legislação penal dos povos cultos” e a “tradição moral, jurídica e religiosa do povo brasileiro, contrária à prática e exploração dos jogos de azar”, o General Dutra restabelecia a completa vigência do art. 50 da Lei de Contravenções Penais, cassando todas as licenças concedidas para o funcionamento das casas de jogo em todo o território nacional.

Mesmo com todo este aparato legislativo visando reprimir a prática do jogo do bicho, percebe-se um certo descompasso entre os poderes públicos no sentido de levar à cabo uma política de perseguição aos bicheiros que resultasse eficaz.

É importante notar que durante os primeiros anos da prática do jogo do bicho na cidade do Rio de Janeiro há um dado que mostra como o descompasso entre a polícia e a justiça era flagrante. Em sua pesquisa, Amy Chazkel concluiu que a maioria dos acusados da prática do jogo do bicho, quando era submetida a julgamento conseguia a absolvição e o conseqüente arquivamento do processo<sup>380</sup>.

Só para citar um exemplo, para o período compreendido entre 1906 e 1917, apenas 13% dos que compareceram diante do Juiz, foram condenados pela prática do jogo do bicho<sup>381</sup>. O principal motivo apresentado pela autora seria a quantidade excessiva de fraudes nos processos envolvendo bicheiros, portanto os arquivamentos ocorriam “na maioria dos casos”, porque “o Juiz afirmava que os testemunhos arrolados não eram suficientes para provar que o jogo realmente poderia ser considerado um jogo de azar de acordo com a definição legal ou então que os

---

<sup>380</sup> CHAZKEL, Amy. Op. cit. p. 95.

<sup>381</sup> *Ibidem*.

testemunhos não seriam suficientes para deixar claro que a atividade em questão constituía um jogo de azar.”<sup>382</sup>

No ano de 1900 havia sido publicado um Accordão da Câmara Criminal do Tribunal Civil e Criminal de 10 de outubro de 1900<sup>383</sup>, que já alertava para o problema da condenação dos acusados da prática do jogo do bicho. Este texto foi publicado pelo jurista Oscar de Macedo Soares em sua obra sobre o Código Penal Brasileiro de 1890, como uma nota ao artigo 367 do CP de 1890, que regulava a venda de loterias e rifas em todo o território nacional.

Para que alguém possa ser considerado incurso no Art. 267 (sic) do Código Penal é essencial que os fatos a ele imputados coincidam com a qualificação legal respectiva. Assim a simples imputação feita ao acusado de praticar o denominado *jogo dos bichos*, sem a determinação dos fatos que constituem este *jogo* não legitimam a condenação do acusado como incurso naquele artigo. O primordial dever funcional da polícia é prevenir os delitos pela vigilância. Altamente repreensível, senão criminoso, é o promover a polícia a consumação de contravenções para surpreender os contraventores em flagrante e processá-los.<sup>384</sup>

Assim, parece que os policiais ainda não tinham definido uma estratégia para o procedimento das prisões dos bicheiros. Aliás, o descompasso não se dava apenas no âmbito da relação entre a polícia e o Poder Legislativo. O Executivo Municipal nem sempre esteve ao seu lado na repressão ao jogo do bicho. Num documento já citado de 1908, produzido pelo chefe de polícia, Alfredo Pinto Vieira de Mello, no qual ele identificou alguns estabelecimentos que vendiam bilhetes para o jogo do bicho no centro da cidade. Seu intuito era o de propor uma ação enérgica da Prefeitura no sentido de que fosse cumprida a lei pelos agentes fiscais da municipalidade no

---

<sup>382</sup> Idem, p. 96. “(...) in most cases, the judge asserted that witnesses’ testimony did not suffice to prove that the game of was indeed one that would fall under the legal definition of a game, or witnesses had failed to describe the game in enough detail to make clear that the activity in question constituted a game of chance.”

<sup>383</sup> Cf. SOARES, Oscar de Macedo. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil: commentado e anotado segundo a legislação vigente até 1901*. Rio de Janeiro: Typografia da Empreza Democrática, 1902. p.151.

<sup>384</sup> *Ibidem*.

sentido de serem aplicadas multas aos lojistas e na reincidência fosse cassada a licença. Na resposta pode-se ler o seguinte:

A autoridade municipal não pode lavrar autos de infração por delitos que não verificou, mormente devendo tais atos ser averiguados pelo agente da prefeitura, como tendo encontrado (...) em contravenção, autos esses que ainda devem ser assinados por dois guardas, na qualidade de testemunha do flagrante.

Neste ofício o Sr. Dr. Chefe de Polícia não indica as testemunhas que verificaram a infração, nem precisa as datas em q elas se deram. Como agiu o agente?

Para futuro procedimento deverá o Sr. Dr. Chefe de Polícia agir por si ou por seus delegados de conformidade com o disposto no art. 32 do dec. 399 de 6 de março de 1903.

Para as casas aqui indicadas apenas se deve recomendar aos srs. agentes que exerçam sobre elas severa fiscalização, que lhes seja aplicada a disposição do dec. n. 189 de 24 de outubro de 1895, quando verificarem a infração de que trata o mesmo decreto.<sup>385</sup>

Ao desprezar as informações do chefe de polícia e privilegiar a ação formal a ser tomada pelos fiscais, o executivo municipal além de deixar claro as diferenças nos procedimentos a serem adotados, acabou desestimulando o trabalho policial na repressão aos bicheiros.

Ainda em relação à dificuldade de se definir uma política clara e coerente na perseguição ao jogo do bicho, surgem as sentenças publicadas no jornal *A manhã* de propriedade de Mário Rodrigues. Numa dos veredictos publicados por este periódico, este em sua primeira página, proferido pelo Dr. Santos Netto, Juiz da 3ª Pretoria Criminal, podemos ler o seguinte:

A campanha contra o “jogo do bicho”, nas suas intermitências tem dado azo entre nós a lamentáveis excessos por parte de certas autoridades que dela se incumbem. O atual processo é um exemplo disto. A polícia não prende em flagrante o contraventor, mas arrecada todo o dinheiro existente no cofre da agência.

É uma violência que não se justifica. Assim, pois, julgo improcedente o processo instaurado contra Luiz Penna.<sup>386</sup>

---

<sup>385</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. código 45-2-30, jogos, fls.140-141.

<sup>386</sup> *Ibidem*, edição de 15 de julho de 1926, p. 01.

É importante informar que Mário Rodrigues teria conseguido o dinheiro para a compra do jornal através de um empréstimo feito junto a um conhecido banqueiro de bichos do Rio de Janeiro, João Pallut - o turco<sup>387</sup>. Ao lado das sentenças judiciais nas quais os bicheiros ganhavam sua absolvição em função das nulidades processuais, eram publicados os resultados do jogo e alguns palpites. O próprio Mário em seus editoriais atacava a perseguição que era feita ao jogo do bicho:

#### COMO SÃO FEITOS OS PROCESSOS DA CAMPANHA CONTRA O JOGO

Não teremos esmorecimentos na campanha que estamos empreendendo no sentido de deixar patente que a campanha contra o jogo é movida de maneira violenta, sendo de impressionar o método porque são feitos os respectivos processos, que chegam às mãos dos juizes eivados de absurdos e irregulares. (...) Temos publicado sentenças que não deixam a menor dúvida de que o fito das autoridades encarregadas deste serviço é apenas prender a torto e a direito, fabricando flagrantes que são verdadeiros atentados à lei.  
<sup>388</sup>

A dificuldade da polícia em executar legalmente as prisões colocava os bicheiros de volta à rua rapidamente, como já lembrou Amy Chazkel. Os policiais cariocas foram construindo aos poucos formas para se proceder corretamente, ou pelo menos, de acordo com aquilo que a Justiça determinava. Em documentos pesquisados no Arquivo Nacional durante o ano de 1923, sobre a entrada e saída de jogo, ou seja sobre apreensões e devoluções de montantes do jogo pode-se perceber que vários dos acusados foram liberados pela prisão não estar de acordo com as determinações processuais. O principal motivo para a liberação dos acusados de praticar o jogo do bicho era a falta de testemunhas, além de haver a possibilidade do pagamento de fiança.

Por exemplo, em 04 de outubro de 1923 foi detido Aurélio Ribeiro, no Largo do Rio Comprido, tendo sido apreendidas com ele listas do jogo e mais a quantia de 49\$500. Contudo, o auto de prisão contra o acusado não foi lavrado em função da falta de testemunhas. Como já disse, a falta de testemunhas era comum, neste caso o

---

<sup>387</sup> Cf. CASTRO, Ruy. *O anjo pornográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

<sup>388</sup> *A manhã*, edição de 07 de julho de 1926, p. 06.

que chama a atenção é o local da prisão, a própria residência do acusado. Aliás, esta parecia ser uma prática comum na Polícia do Rio de Janeiro, efetuar prisões na casa de “velhos conhecidos”, assim sujeitos que geralmente tinham residência fixa como os bicheiros, eram levados de casa para a prisão ainda com as roupas de dormir. O bicheiro Altair em um de seus depoimentos faz menção a isto, pois ele mesmo sofreu com esta prática policial.

No contato com os bicheiros e com a justiça, a polícia foi aperfeiçoando suas formas de proceder às prisões. Por exemplo, é interessante notar que para os bicheiros, e somente para eles pelo menos na esmagadora maioria dos processos já vistos, algumas informações eram fixadas com um carimbo e não manuscritas, como normalmente se procede. Na capa do processo dos bicheiros, preenchida na própria Delegacia Policial, na parte relativa à natureza do delito, vinha assim carimbado:

Artigo cinquenta e oito parágrafo primeiro, letras A e B do Dec. Lei seis mil duzentos e cinquenta e nove de dez de fevereiro de mil novecentos e quarenta e quatro

A princípio, a existência deste tipo de procedimento pode nos levar a pensar que a quantidade de entradas nos Distritos Policiais, de pessoas acusadas de praticar a contravenção do jogo do bicho, era tão grande que para facilitar o trabalho, adotou-se a impressão via carimbo. Quando esta informação é cruzada com os dados dos relatórios, vemos que entre o período 1942-1945, já haviam passado pelas delegacias mais de 4.200 acusados como incurso no artigo 58. A responsabilidade em realizar estas autuações ficava à cargo da Delegacia de Costumes e Diversões<sup>389</sup>, para este mesmo período a quantidade de bicheiros detidos correspondia a cerca de 65% do total das detenções realizadas por este órgão, para o mesmo período analisado<sup>390</sup>.

Só que diferentemente do que ocorria durante as campanhas promovidas para a perseguição dos bicheiros, neste momento os policiais parecem ter ficado mais atentos às determinações dos magistrados. Além do procedimento da entrada dos

---

<sup>389</sup> Outras contravenções como de vadiagem, mendicância e embriaguês, entre outras, também ficava sob responsabilidade desta Delegacia.

<sup>390</sup> Dados recolhidos a partir da análise do relatório do Ministério da Justiça sobre *Crimes e contravenções* no Rio de Janeiro, para o período 1945-1955. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

bicheiros nas delegacias ter sido alterada em face da grande movimentação, podemos notar que a quantidade de nulidades processuais diminuiu sensivelmente em relação ao período pesquisado por Chazkel. A falta de testemunhas já não era mais problema, pois cada agente passou ser acompanhado por mais dois policiais, que seriam testemunhas para comprovar a prática da contravenção inscrita no artigo 58 do Código Penal, por parte do acusado.

Contudo, o esforço dos policiais não seria suficiente se os juízes não fizessem sua parte. O processo passou a durar mais ou menos 30 dias, dependendo da sorte do contraventor, portanto um período relativamente curto para os padrões brasileiros. Esta rapidez pode se explicar, pelo fato da pena máxima imputada a alguém incurso no Art. 58 de 9 meses.

A fim de concluir este item, recorro mais uma vez à Chazkel, para dialogar sobre a dificuldade em se definir o *status* do jogo do bicho e o próprio espaço de fronteira ocupado por ele, durante sua existência.

Jogos de azar como o jogo do bicho ocuparam um espaço moral e legal não muito claro, para o qual o Código Penal Brasileiro e outros estatutos ofereceram somente sugestões gerais de como administrar a justiça. Definições inerentemente imprecisas destas infrações convidam ao improviso e à inconsistência de policiais, juízes e juristas e o acusado. Então, o rótulo do jogo do bicho como um crime particularmente vexatório para as autoridades judiciais brasileiras, não surgiu da legislação, mas da prática, a partir de um processo muito maior que o jogo, mas inerentemente a ele ligado.<sup>391</sup>

Portanto, como procurei discutir aqui neste item a linha tênue que separa os bicheiros do mundo legal e ilegal, moral e imoral, foi construída de um lado pelo próprio Estado Brasileiro que nunca chegou a uma definição mais apurada daquilo que representavam estes sujeitos. Por outro lado, a prática da venda de loterias pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro era uma prática existente desde o Império, deste

---

<sup>391</sup> CHAZKEL, Amy. Op. it. p. 29 - 30. "Games of chance like the jogo do bicho occupied a legal and moral gray area, for which the Brazilian Penal Code and supporting statutes offered only broad definitions of these misdemeanor infractions invited improvisation and inconsistency on the part of police, judges, and jurists, and the accused. Thus the labeling of the jogo do bicho as a particularly vexing crime to Brazil's judicial authorities emerged not from the letter of the law but from practice, from a social process much bigger than the game but intimately connected to it."



modo já inserido no contexto da cidade e de seus moradores. Provavelmente, esta livre circulação dos vendedores da sorte e do azar, tenha criado a percepção entre os cariocas que os perigos representados por eles para a paz e a tranquilidade fossem muito pequenos, quiçá nulos.

Neste processo de definição do jogo do bicho como contravenção penal, desde a sua proibição no Jardim zoológico em 1895 até sua inscrição na Lei de 1941, gastou-se quase cinquenta anos. É necessário pensar que nesta disputa entre o jogo e a lei, prática popular e estado repressivo, vício e virtude, imoralidade e moralidade, “ralé” e “boa sociedade”, o Poder Público viu-se envolto numa série de confusões entre seus diversos órgãos, cuja incapacidade para resolvê-las foi flagrante. De um lado a venda de bilhetes de loterias já era prática comum entre os ambulantes cariocas e os comerciantes de rua, do outro o Estado tentava proibir a ação destes trabalhadores através da criação de uma legislação própria. Por outro lado, a própria polícia que deveria ser a encarregada de executar as prisões, por diversas vezes funcionava como cúmplice destes vendedores da sorte. Em outros momentos, quando a polícia entendia estar efetuando sua missão ao prender bicheiros, era surpreendida com a absolvição de centenas de “contraventores” em função de juízes considerarem alguns processos judicialmente nulos em função de inúmeras falhas constatadas, como por exemplo não registrar o testemunho do acusado ou ir prendê-lo em “flagrante delito” dentro de sua própria casa.

É exatamente esta a fronteira que o jogo do bicho e os bicheiros cariocas vão acabar ocupando. A dificuldade dos legisladores em enquadrar esta loteria, a comunicação ruidosa entre Polícia e Justiça; além da inserção destes vendedores de loterias nas próprias ruas da cidade, onde nunca foram pensados como criminosos, vai fomentar por toda a trajetória do jogo sua inserção num mundo que como lembrou Geninho não é certo, nem errado, é meio-errado.

### IV.3 – OS SENTIDOS DAS PRÁTICAS DOS BICHEIROS OU DO LADO MEIO-ERRADO

Era mais uma noite comum na casa de Seu Romualdo e Dona Altamira, à mesa junto aos pais estavam quase todos os cerca de 16 filhos, entre eles Altairzinho. Esta união, era a segunda para ambos e gerou mais cinco filhos, três homens e duas mulheres. Bem, ao fim do jantar, seu Romualdo parabeniza o filho pela passagem do aniversário. No entanto, todos ali sabiam que Altair não completava anos naquele dia e o homenageado retrucou o pai: “Não papai, o senhor tá enganado com a idade; o dia do meu aniversário, eu não aniversario hoje não.” Seu Romualdo do alto de sua posição de chefe de família não se fez de rogado e pediu ao “aniversariante” que fosse à cozinha, apanhasse algumas caixas de fósforos guardadas num canto de armário e contasse todos os palitos junto aos olhos atentos dos irmãos e preocupados da mãe.

Afinal o que o papai preparara? Cochichavam os filhos mais novos absortos na queda um a um dos fósforos de madeira, mas sem incomodar o irmão, o que lhes valeria uma repreensão. Altair dispunha os palitos em montes de cinquenta. Ao fim de alguns intermináveis minutos notou-se a existência de 7 montes completos e mais um incompleto, com apenas 15 unidades. Assim com a contagem terminada, percebeu-se o total de 365 palitos de fósforo número que decretava a razão de Seu Romualdo:

Tá vendo como é que tá provado, tás aniversariando hoje, hoje tá fazendo um ano que você não trabalha, então você é o aniversariante do dia<sup>392</sup>.

---

<sup>392</sup> Depoimento prestado por Altair em 1999.

Com isto deu-se um silêncio arrebatador, pois todos ali sabiam que aquele era um pecado capital para o patriarca da família. Tendo a atenção toda para si, seu Romualdo chama Altairzinho às falas:

Agora de pai prá filho, você já num tá mais na idade de tá apanhando [dinheiro] da minha mão, vamos ter um papo de responsabilidade, uma conversa de homem prá homem... ou você volta a trabalhar prá viver debaixo do meu teto ou então você cai no mundo, porquê o melhor professor que tem é a escola do mundo. Mas eu num vou dar continuidade a você, de tá criando um vagabundo dentro da minha casa, você vai decidir se voltas a trabalhar ou se vai fazer o que você acha que tem que fazer, você que vai optar, ou volta a trabalhar ou então cai no mundo, que o melhor professor que existe é o calçada, professor calçada, ali tu vai aprender; já que tu num quer aceitar meus conselhos, que sou seu pai, sou seu amigo; você vai optar...

Novamente o silêncio voltou a ecoar na humilde sala. Diante da prerrogativa do pai de não aceitar vagabundos em casa, Altairzinho viu-se obrigado por volta dos 18 anos de idade a tomar uma atitude capaz de mudar sua vida inteiramente.

De nada adiantariam os apelos e as lágrimas dos irmãos e irmãs, nem a expressão condoída de D. Altamira. A audácia da juventude, a vontade de “cair no mundo” e o desejo de ter “asas prá voar” o levaram a colocar suas roupas numa trouxa e o impulsionaram até o portão de casa. No entanto, com o passar dos minutos sua ousadia estava praticamente transformada em arrependimento. Após despedir-se de todos saiu pela porta de casa em direção ao portão da rua para tomar a benção dos pais. A esta altura já torcia para o pai “meter o galho dentro”. Quando colocou a mão no portão abrindo-o, ouviu-se para alívio e espanto geral a voz de Seu Romualdo:

- Altairzinho, ô Altairzinho vem cá; o pai dirigiu-se até o filho e sentenciou:

- Olha eu vou fazer dois pedidos a você... Meu filho, só não quero que você dê nem prá puto nem prá ladrão, quanto restante... boa viagem!

Através das memórias de Altair é construída a figura do pai. Deste modo, seu Romualdo vai surgindo e tomando forma nas palavras do ainda saudoso filho. A narrativa de Altair referenciada nas palavras de seu Romualdo traz o sentido adquirido para honra e trabalho. Termos marcantes neste depoimento e em outros de bicheiros colhidos por mim. É possível perceber nos depoimentos uma relação intrínseca entre

estes dois termos, como se fossem indissociáveis. Assim, se seu Romualdo continuasse a criar um vagabundo em casa ele estaria desonrando a si próprio, além de permitir a desonra do filho.

O pai viera do Nordeste, da Paraíba talvez?. Os motivos que o fizeram migrar para a Capital Federal não fazem parte das lembranças do filho. Provavelmente, a dureza da seca o empurrou para o Rio de Janeiro, destino parecido com o de outros milhares de nordestinos. A rudeza da vida imposta a seu Romualdo e o aprendizado cotidiano no mercado de trabalho desde menino, moldaram o caráter e a forma de experimentar a vida.

Tendo aprendido na prática a valorizar os frutos do **trabalho honesto**, Romualdo não aceitava a condição de “vagabundo” do filho. Dentro de uma sociedade na qual a ética do trabalho produtivo cada vez mais se impunha, a partir das intervenções da elite junto às classes pobres e de todo o ideário criado no governo Vargas em torno do trabalhismo, do qual era fã, o severo pai, construído nas memórias de Altair, fazia do trabalho honesto e produtivo uma questão de honradez. Buscando impor-se dentro desta sociedade de alguma forma, posto que não fazia parte dos endinheirados, optou pelo caminho proposto e desejado pelas elites, empregou-se na Estrada de Ferro Central do Brasil como manobrista de trens.

A questão da honra merece nova atenção. O filho que ganhava o mundo ainda continuava tendo um pai, um amigo pronto para ajudá-lo quando fosse necessário. Para isto, necessitaria seguir duas regras básicas: não se tornar puto nem ladrão. Ora, para não perder o respeito do pai, Altair estava obrigado a manter uma linha de conduta dentro dos limites impostos. Aqui surgem dois elementos fundamentais: o corpo e a honestidade.

A venda do corpo ou o uso de meios torpes para “arrumar algum” tornariam o filho indigno diante da figura paterna. Para Romualdo, cuja voz nos chega através de Altair, o caráter de um homem estaria comprometido caso incorresse em algum destes dois pecados. Antes de estar preocupado com leis ou com a polícia, a questão para Romualdo seria de ordem moral, motivo suficiente para renegar o filho se necessário fosse. No entanto, qualquer outra atividade que não contrariasse a **moral** para seu Romualdo poderia ser praticada pelo filho rebelde. Possivelmente o universo do jogo do bicho já fazia parte do mundo de Romualdo.

Um dos seus filhos do primeiro casamento, já trabalhava “vendendo bichos” ali pelos lados de Rocha Miranda, próximo à casa do pai. A advertência dada a Altair

não falava em jogo do bicho. Por um lado pode-se pensar numa operação realizada por Altair em suas memórias de forma involuntária, legitimando seu próprio trabalho de bicheiro. Por outro lado, o contato de seu Romualdo com o jogo do bicho se não era íntimo, era pelo menos próximo.

Já contando com um filho na contravenção, vendo os bicheiros trabalhando em várias esquinas do Rio, ouvindo histórias sobre estes sujeitos e, quem sabe, fazendo uma *fêzinha* fosse em Rocha Miranda ou na “cidade”, a experiência do contato teria moldado a forma de perceber este ofício. Romualdo possivelmente diferenciava, assim como milhares de cariocas dos subúrbios, os bicheiros de putos, ladrões e outros criminosos. Se ter um filho, ou melhor, dois, isto é, três filhos bicheiros não era o sonho do honrado Romualdo, ao menos poderia resignar-se pois nenhum deles o desmoralizaria se optassem pelo trabalho no bicho.

Se a idéia de ter um “vagabundo” em casa incomodava seu Romualdo, outra constatação também exercia certa tristeza em sua trajetória de pai. Percebendo sua incapacidade em transmitir seus valores em torno do trabalho para o filho, como se tivesse esgotado seus recursos, o mundo da rua é visto como o espaço no qual o aprendizado será realizado. Tal qual a figura de Deus que expulsou Adão e Eva do Paraíso, obrigando-os a sobreviver através do suor do próprio rosto, impondo-lhes o pior dos castigos: o trabalho.

Tal qual Adão, Altair foi condenado a perder o refúgio do lar e a comida de D. Altamira. Se os apelos e o exemplo do pai não eram necessários para formar um homem, a rua, expressa na metáfora do Professor Calçada, seria responsável por fazê-lo. E, coincidentemente, sua primeira noite fora de casa parece ter sido tão aterrorizante quanto a do primeiro casal. Desamparado, sem saber aonde ir, perambulou pelo Campo de Sant’anna aonde defrontou-se com várias pessoas ali dormindo. Esta noite só terminaria após ser abordado na Central do Brasil sem documentos.

Sem saber precisar a data deste fato que substancialmente mudou a sua vida, Altair ainda adolescente viu-se obrigado a sustentar-se sozinho no fim dos anos 40. Após ter saído de Rocha Miranda igual “cabra cega”, chegou à estação de trens da Central do Brasil onde teve suas asas recém-conquistadas, logo podadas. Sem documentos foi abordado por um policial e logo encaminhado pro xadrez; seria sua primeira noite na rua e na prisão.

Liberado pela manhã, saiu em jejum e prá garantir pelo menos uma média foi trabalhar como ajudante de peixeiro, carregando o cesto na cabeça e ouvindo o “patrão” chamar a freguesia. Nas suas andanças pelas ruas do centro do Rio de Janeiro, teve uma visão que o impressionou e marcou definitivamente a sua trajetória:

Na Central do Brasil tinha um ponto de bicho muito movimentado, aí eu entrei, fiquei olhando a rapaziada, uns bicheiros tudo boa pinta, cheio de jóia, camisa de seda, chinelo charlote e aquilo me influenciou... aquela ilusão, achei bonito aquilo. Aí pedi prá varrer a casa, fui lá varri a casa, dias depois eu já tava escrevendo jogo de bicho.

Além do impacto causado pela “boa pinta” dos bicheiros, os motivos que levaram Altair a entrar no mundo da contravenção guardam semelhanças com as razões de outros companheiros que enveredaram pelo mesmo caminho.

Pelas estatísticas policiais e pelos processos é possível perceber que a maior parte do contingente de bicheiros, provinha das classes sociais mais baixas. O nível educacional surge como um importante dado. Para o ano de 1942, dos 433 contraventores presos, nenhum apresentava instrução secundária ou superior; 409 tinham apenas o primário, 18 eram analfabetos e 6 não souberam especificar. Para o período compreendido entre 1942 e 1958 o número de detidos em função do artigo 58 que declararam possuir instrução secundária ou superior não chegava a 130, representando menos de 0,005% do total.

O jogo de bicho foi se tornando durante sua trajetória um importante mercado de trabalho para uma população cuja instrução era precária, muitas vezes em função da necessidade dos filhos mais jovens serem obrigados a trabalhar para ajudar no sustento das famílias. Assim, o contingente de bicheiros seria formado principalmente por pessoas com poucos anos de escola, poucos recursos financeiros e sem profissão definida. Outro atrativo para o ingresso na contravenção parece ter sido a possibilidade de ganho, pelos depoimentos o menor salário no bicho representaria o triplo do mínimo.

A “boa pinta” dos bicheiros influenciou a vida de Altair. Aqueles tipos usando roupas de seda, algumas jóias e provavelmente perfumados deixaram o rapaz encantado. Ao deparar-se com aquela casa de jogo de bicho na Central do Brasil,

Altair selou o seu destino: ser bicheiro. Como para varrer chão não seria exigida nenhuma habilidade que ele não possuísse, humildemente dispôs-se a realizar o trabalho, para depois começar de fato a trabalhar na contravenção.

A ilusão a qual fez referência Altair, parece ganhar concretude no depoimento de outro bicheiro, conhecido como Milton Mineiro:

(...) Tinha uns que gostavam de andar de branco, todo de branco. Eu por exemplo, gostava de andar cheio de ouro e com um carro bacana e naquela época (...) se (...) botava uma boneca atrás e você pisava no freio ela acendia o olho... Quer dizer tudo **fantasiado** [grifo meu] e tinha outros que gostavam de carro grande, naquela época tinha os Cadillac, tinha os Oldsmobil que é uns carro grande, e cada um tinha a sua preferência, eu gostava de andar bem vestido, cheiroso e com muita jóia e de carro do ano(...)  
E eu gostava de esnobar, não menosprezar as pessoas, gostava de aparecer, isso quando eu era mais novo, então quando eu chegava todo mundo dizia: ‘pô tá chegando o homem do dinheiro’ pronto aí eu ficava satisfeito.

Assim como Altair e vários outros bicheiros, Milton veio de uma família pobre e não avançou muito nos seus estudos. Trabalhou na charutaria do Café Palheta da Praça Saens Peña, onde seus rendimentos estavam em cerca de 1.200 cruzeiros por mês, apesar de na carteira constar apenas Cr\$200. Esta diferença era construída através das gorjetas e do ato de *defender algum* diariamente.

Ser visto como “o homem do dinheiro” enchia Milton de orgulho e satisfação. Estando de certa forma à margem da sociedade, devido ao seu trabalho na contravenção, uma das formas de legitimar-se diante de si próprio, dos seus pares e dos desconhecidos seria mostrar às pessoas a prosperidade adquirida. Neste sentido os bens materiais, os objetos e a figura construída vão atender aos desejos deste e de tantos outros bicheiros.

Estando fora dos parâmetros estabelecidos pela burguesia, buscava formas de aparentar-se a ela, distanciando-se de outros tipos rejeitados. Esta tentativa de aproximação com valores que não eram os seus, acabaria gerando uma combinação de signos, às vezes extravagante. A descrição de Milton sobre si próprio, assim como a de Altair em relação ao que viu no ponto da Central, faz remeter ao estereótipo do

malandro. Bicheiros e os tais “malandros” vão acabar convivendo nos mesmos espaços; às vezes serão a mesma pessoa.

Sem querer entrar no mérito da questão, vou pensar malandro da forma mais simples, e presente no imaginário carioca, malandro é aquele que não trabalha, é o vagabundo. Neste sentido, bicheiro seria uma espécie de malandro, pois para a lei e a dita “boa sociedade” ficar sentado numa esquina anotando e recebendo apostas não seria trabalho. Observando a questão por este sentido, acredito que vale a pena refletir sobre os comentários de Cláudia Matos:

Em relação ao proletário, o malandro se distingue por sua maneira de andar sempre bem vestido, terno branco impecável, elementos que aparentemente poderiam aproximá-lo dos padrões burgueses. Mas ele não é um burguês, senão uma caricatura, uma paródia do burguês.<sup>393</sup>

A autora trabalha baseada na figura do malandro expressa nos sambas das décadas de 30 e 40. E parece ter sido afetada pelo estereótipo do malandro quando qualifica sua forma de se vestir. Enfim, os padrões burgueses parecem ter sido um alvo a ser atingido pelos bicheiros. Pode-se pensar que a leitura feita da moda burguesa por estes sujeitos, acabava tornando alguns itens indispensáveis dentro dos seus guarda-roupas. A idéia de caricatura do burguês, no caso destes bicheiros, fica mais presente quando se pensa em acessórios como correntes, anéis, pulseiras, relógios, perfumes ou no chinelo charlotte. Para além de pensar o bicheiro como caricatura do burguês, pode-se acreditar numa estética própria, resultado da combinação de signos presentes aos dois mundos, burguês e proletário.

Mesmo carregando a pecha de vagabundos sob o olhar repressor de alguns setores da sociedade carioca, os bicheiros além de desempenharem funções dentro da contravenção, também estavam obrigados, assim como qualquer outro trabalhador, a exercer uma rotina diária de trabalho.

Já no final do século XIX pode-se perceber a tentativa, principalmente da República recém-instaurada, da criação de uma ética do trabalho. Fazer do Brasil um Estado capaz de participar do concerto das grandes nações européias, constituiu-se

---

<sup>393</sup> MATTOS, Cláudia. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 56.



num dos principais objetivos dos artífices do novo regime. Para os republicanos a emergência de um Brasil moderno, estaria necessariamente vinculada à existência de trabalhadores sadios e disciplinados. Neste sentido a rotina diária dentro da fábrica seria fundamental para a construção de uma “nova” sociedade brasileira. Sobre este período, comenta Ângela Castro:

Entendia-se claramente que era preciso criar novos valores e medidas que obrigassem os indivíduos ao trabalho (...). A preocupação com o ócio e a desordem era muito grande, e **educar** um indivíduo pobre era principalmente criar nele o **hábito** do trabalho. Ou seja, era obrigá-lo ao trabalho via repressão e também via valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora e saneadora socialmente. O **pobre** ocioso era indubitavelmente um perigo para a ordem política e social (...)<sup>394</sup>.

Se no período acima descrito pela autora o trabalhador ainda estava por se fazer, a partir das décadas de 30 e 40 nota-se a existência de um operariado crescente nos meios urbanos. Sob o governo Vargas o Brasil assistiu a emergência do trabalhismo. Novamente, e agora com maior vigor e um eficiente aparato propagandístico, o Estado brasileiro voltava suas baterias à valorização do trabalho. No entanto, acrescenta-se a construção da figura do trabalhador como personagem central para a edificação de um país “novo” e a necessidade de mantê-los próximos ao governo, evitando distúrbios e greves.

Assim, os “malandros” e a “malandragem” voltam a ganhar uma atenção especial do poder público. Também marcados por estes rótulos, os sambistas vão acabar tendo suas letras submetidas ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Alguns sambistas percebiam o trabalho como forma de submissão a um patrão, não vendo através dele a possibilidade de enriquecer ou até mesmo de melhorar de vida. Experimentando cotidianamente situações que mostram aos pobres a incongruência da equação trabalho=boa vida, os autores oriundos, em grande parte, deste grupo vão externar através da sua poesia, visões de mundo acerca deste tema<sup>395</sup>.

---

<sup>394</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. p. 25

<sup>395</sup> Cf. MATTOS, Cláudia. Op. cit. A autora discute esta questão referente à ideologia do trabalho no capítulo V, “Inimigo do batente”, de sua obra já aqui citada, pp 77–97.

Pregando a ética do não-trabalho alguns sambistas vão construindo algumas de suas obras. Para Cláudia Mattos que na sua tese deu especial atenção às composições de Geraldo Pereira e Wilson Batista no período entre 1930 e 1954, um dos principais temas abordados pelos compositores dizia respeito ao “ser trabalhador”.

Na ótica de vários sambistas o desgaste trazido pelo trabalho ao qual eram submetidos não trazia a compensação desejada. *O pedreiro Waldemar*<sup>396</sup> “faz tanta casa e não tem casa pra morar”, “é mestre no ofício, constrói o edifício e depois não pode entrar”, assim como Etelvina iria “ter outra lua-de-mel”, iria “ser madame”, moraria “num grande hotel” se não tivesse acordado o marido:

Acorda Vargulino, vai trabalhar! Está na hora do batente !<sup>397</sup>

Tanto a crítica do pedreiro Waldemar, quanto a piada de ganhar no bicho e ficar rico discutem a idéia do trabalho como forma de ascensão social. Neste caso é importante afirmar que esta dificuldade coloca-se principalmente para os pobres, que submetiam-se às mais duras tarefas e com as menores remunerações.

Aqui surge de que pegar no pesado não seria tão compensador como era apregoado pela propaganda trabalhista. Acostumado a desprender muito energia e ganhar pouco dinheiro por isso, o trabalhador poderia preferir assumir sua condição de “vagabundo” e aguardar uma chance para ganhar algum trocado, de preferência, sem ser obrigado a “carregar pedra”.

Através do seu mais forte meio de expressão, as classes pobres e marginalizadas do Rio de Janeiro externavam seu descontentamento em relação ao cotidiano do trabalho e a sua falta de perspectiva. O dinheiro viria através do jogo ou seria algo alcançado apenas nos sonhos. Para vários trabalhadores do mercado formal entrar para o jogo do bicho poderia servir como uma forma de ganhar algum dinheiro a mais e ser submetido a um cotidiano menos intenso, ou seja, a um trabalho “mais mole”.

Por exemplo, Milton Mineiro quando veio para a capital e empregou-se no tradicional Café Palheta: primeiro foi garçom, depois foi para a charutaria e por

---

<sup>396</sup> *O pedreiro Waldemar*, Composição de Wilson Batista e Roberto Martins gravada por Blecaute em outubro de 1948.

<sup>397</sup> *Acertei no milhar*, composição de Wilson Batista e Geraldo Pereira, gravada em abril de 1940 por Moreira da Silva.

último foi vender uma novidade pelas ruas, de porta em porta, o café em pó. Depois de casado, conseguiu um emprego nos Correios e Telégrafos, graças à intervenção do sogro que à época era Inspetor Geral do órgão. Como motorista da empresa, *“trabalhava uma noite e folgava duas, entrava oito horas da noite, saía sete horas da manhã.”*

De fato, o Mineiro não pegava muito pesado no trabalho graças à providencial ajuda do pai de sua esposa. Assim Milton conta sua entrada na contravenção, graças à amizade com Joel genro de um tal Ventarola:

Eu entrei porquê conhecia um genro do Ventarola, (...) que (...) era sócio do Capitão Raul, e o Ventarola num sei porquê cargas d'água foi com a minha cara na época. Aí induziu o genro a me botar como sócio, mas eu num entendia nada de jogo de bicho (...). O Joel me convidou, (...) me explicou tudo. O irmão dele trabalhava nisso também, deixou o irmão tomando conta lá prá ele, (...) aí ele [me] botou, eu gostei (...) num larguei mais, o negócio é bom **mermo!** vou continuar! (...) me meti num saí mais...

Além de ter sido seduzido pelo jogo, outro fator foi fundamental para o seu ingresso no jogo do bicho. Quando perguntado se ganhava mais na contravenção, Milton não teve dúvidas:

Ah muito mais! No Correio eu ganhava uma mixaria, ganhava... no Correio eu ganhava dois mil cruzeiros, dois mil cruzeiros eu ganhava no bicho no dia!... Mas num deixei de trabalhar no Correio, continuei trabalhando no Correio, chegava lá com meu carro do ano, botava na garage e coisa aí depois pegava o caminhão ia fazer o serviço, num deixei de trabalhar não, continuei trabalhando.

Tanto os ganhos quanto o fato de ter “gostado” da contravenção contribuíram para a permanência de Milton. Segundo suas lembranças os primeiros contatos com o jogo do bicho se deram em 1952, estando ligado a ele até hoje. Se bicheiro não precisava “trabalhar pesado” para ganhar seu salário, o cotidiano do Mineiro parecia ser mais leve ainda, pois bancava o jogo do bicho pelo telefone, sem ter que dar expediente nas ruas.

Assim, Milton Mineiro acabava tendo condições de andar de carro de ano, usar jóias, relógio de ouro e boas roupas sem precisar se submeter a longas jornadas de trabalho, isto é, praticamente ganhava dinheiro sem sair de casa. Aliás, esta era a obrigação dele ficar em casa para receber os telefonemas, anotar as apostas e confirmá-las com cada um dos apostadores. Isto, inclusive o mantinha distante de maiores problemas com a polícia, haja vista que nunca “tirou uma cadeia” em função da contravenção. Ele próprio conta que durante cerca de um ano e meio, bancou jogo num ponto em São Cristóvão, mas quando a polícia “começou a apertar muito” foi se refugiar dentro de casa e não enfrentou maiores problemas com a lei.

O exemplo de Milton não é o predominante no jogo do bicho, a maioria dos trabalhadores do bicho tinham a rua como seu espaço de atuação. Atentos à freguesia, os pontos deveriam estar abertos visando os momentos de pico. Altair lembra que quando trabalhou em Rocha Miranda<sup>398</sup>, por volta das seis horas da manhã os apostadores já deviam estar prontos para receber as apostas, pois este era o momento dos operários saírem para o trabalho.

Assim como para os *trabalhadores*, o relógio também era fundamental para os bicheiros. Pode-se dizer que o dia dos contraventores tinha uma divisão própria. Até às 14 horas, eram aceitas as apostas para a extração do PARATODOS; meia hora depois o resultado era divulgado e os apostadores corriam aos locais de aposta para certificarem-se da sorte. Até às 18 horas apostava-se em uma das duas extrações noturnas do jogo do bicho, CONSTATINO ou NITERÓI, mais meia hora e divulgavam-se os números e os bichos sorteados. Os pontos ainda ficavam abertos até 8 ou 9 da noite, esperando os apostadores. Se o acertador não pudesse receber o prêmio no mesmo dia, não haveria problema, ele teria um prazo de três dias para dirigir-se ao ponto e reclamar o dinheiro devido.

Além das responsabilidades inerentes aos bicheiros no desenvolvimento das suas funções, uma certa disciplina era exigida por alguns banqueiros, principalmente no trato com o apostador. De certa forma, o vestuário foi utilizado como forma de mostrar deferência em relação aos clientes da casa e dos pontos. Russo, dono de um ponto na Gonçalves Dias, exigia que seus funcionários se vestissem “adequadamente” para o trabalho:

---

<sup>398</sup> Bairro do subúrbio, próximo à Madureira.

Tava lá o Russo da Gonçalves Dias, o banqueiro, (...) cara cheio de marra, mas eu gostei dos empregados dele, tudo muito bem vestido... era ruim distinguir quem era o bicheiro e quem era o cliente dali, (...). No dia seguinte Altair tava lá, porém estava esporte, tava de terno, mas tava de blusão fechadinho todo, que era a onda (...) do momento... Tô eu lá fazendo ponta no lápis, que ainda era lápis, o seu Russo veio me *fotografou* (...) deu uma volta quando voltou, voltou com um presente pra mim:

- Ô Altair eu comprei este presente aqui pra você, toma Altair... Ainda num tinha atendido nenhum freguês, tava começando naquele dia (...) a trabalhar com ele, fiquei até surpreso, eu digo: o cara aí deve ser de boa gente, ainda bem nem comecei já tá me dando presente. Disse eu muito obrigado e botei debaixo do braço ele me despertou a atenção:

- Não Altair, presente a gente tem que abrir na hora Altair... Abre... Ô desculpa, aí abri, fui ver eram três gravatas...

- Ô Altair num leva a mal não, empregado meu tem que trabalhar de gravata.”

A história contada por Altair ajuda a pensar que o cotidiano dos bicheiros seria regido por uma certa disciplina. Esta disciplina passa pelos horários, pelo vestuário e pelo respeito às ordens do chefe. A hierarquia, como já foi visto, não era uma mera alegoria, era parte fundamental para o funcionamento da empresa do jogo do bicho. De um certo modo, assim como nas fábricas, quem tem o capital comanda o ritmo da produção e organiza os funcionários, ou delega poderes a outros para realizarem tal tarefa.

Em função do modo pelo qual experimentavam o trabalho e a vida, os bicheiros sempre estiveram muito próximos das alcunhas de vagabundos e malandros. A partir das suas próprias narrativas pode-se perceber o uso corrente destes dois termos, às vezes para autodenominá-los, às vezes para marcar as diferenças e imporem-se como trabalhadores honestos e pessoas honradas.

Assim como aos bicheiros foram atribuídas características de vagabundos, por outro lado ao trabalho formal também foram dados alguns estereótipos. A fábrica seria um de seus espaços principais, ali a ordem, a disciplina e a produção caminhariam associadas, sempre sob os olhos atentos de algum supervisor ou gerente. Outro aspecto importante diria respeito ao horário, quando o operário entrou na fábrica? Quando saiu? A que horas foi almoçar? A que horas retornou? E, talvez como maior símbolo do trabalho no período escolhido para esta pesquisa, a carteira do Ministério do Trabalho, preferencialmente assinada por algum empregador. Estas três

características, a meu ver, são fundamentais no momento de se construir um rótulo para o que é trabalho, ou para o que é trabalhador, já durante a década de 40. Sabendo disso a maioria dos bicheiros portava diariamente sua carteira de trabalho e alguns arrumavam um empregador fictício para assiná-la. Assim quando fossem abordados pela polícia, podiam dizer aquela famosa frase : “sou trabalhador”.

No imaginário social carioca bicheiros, malandros e vagabundos acabaram confundindo-se em tipos muito próximos uns dos outros, tendo em vista o fato de algumas características atribuídas a eles, serem comuns. A idéia expressa na frase de Mineiro, “porquê eles pensam que o contraventor ganha dinheiro fácil, que num é fácil, é um dinheiro mais mole”, parece agregar estas três figuras num mesmo conjunto.

O pecado seria exatamente o fato de ganhar dinheiro sem ter que “trabalhar pesado”. Para se chegar ao paraíso, seria necessário sofrer; para se ganhar dinheiro, seria necessário trabalhar, suar. Mesmo sem ser invocada muitas vezes, esta idéia acaba perpassando todo este ideário voltado para reafirmar e valorizar a necessidade do trabalho produtivo. Assim, o bicho “evoluiu” sempre na direção contrária deste pensamento, além de infringir a lei, mostrava como “ganhar um dinheiro mais mole”.

Esta discussão entre ser trabalhador ou ser vagabundo que tanto perturba os bicheiros, parece ter raízes mais profundas. Segundo Amy Chazkel, um dos motivos fundamentais para a emergência do jogo do bicho e sua rápida disseminação pelo Rio de Janeiro foi o fato dele ser incorporado rapidamente pelos vendedores ambulantes que enchiam a cidade com seus reclames. Este próprio mercado informal que já havia sofrido alguma tentativa de formalização pelo Poder Imperial e depois pelo Republicano, também ocupava um espaço de fronteira entre o legal e o ilegal. E serão exatamente os ambulantes, que entre outras coisas já vendiam bilhetes de loterias, um importante meio de divulgação e venda dos bilhetes para o jogo do bicho. Nas palavras da própria historiadora:

O jogo do bicho emergiu como parte de um mundo comercial que já operava de acordo com os princípios da informalidade. Apartado do mundo legal por tensões sociais e operando de acordo com uma lógica que freqüentemente desafiava o cumprimento da lei, o mundo do pequeno comércio criou o meio perfeito no qual o jogo do bicho tornava-se institucionalizado como normal, embora parte ilegal da sociedade carioca. Assim como o comércio popular, o jogo do bicho

formou-se em meio às disjunções das expectativas oficiais e das demandas da vida urbana cotidiana.<sup>399</sup>

O *status* para a legislação nunca ficou muito claramente definido. Vimos que os legisladores levaram mais de cinquenta anos para se chegar ao artigo 58 que define as penas para os praticantes da contravenção do jogo do bicho.

E os próprios contraventores se aproveitaram desta falta de definição por parte do poder público, para fazer a sua defesa diante de juízes, policiais e dos próprios cariocas. Para terminar, deixo a palavra com Geninho:

É um trabalho honesto igual qualquer um Delegado de Polícia ou um Juiz, só que ele estudou, se formou pra sê um Juiz, eu não estudei, eu não estudei pra ser um delegado ou pra ser um Juiz ou um advogado (...) Então meu estudo como é pequeno eu fiquei desse lado, (...) mas é um trabalho honesto igual qualquer um outro, eu tenho minha ficha limpa, (...) [tenho] uma vida honesta igual a [qualquer] outra. Desde o momento que eu num seja ladrão, num seja maconheiro... Nunca lidei com pó; nunca lidei com o lado errado, eu só lido do lado meio errado...<sup>400</sup>

Mesmo não sendo um bicheiro de profissão, Geninho conseguiu externar alguns dos valores fundamentais para os que vivem da contravenção do jogo. Em primeiro lugar destaca a sua honestidade e justifica a opção pelo lado “meio-errado” em função de não ter recebido as oportunidades para se tornar um Juiz ou um Delegado. Como uma espécie de revanche, caminhou por trilhas que não seriam perfeitamente “corretas”. Contudo, legitima sua trajetória ao destacar que seu trabalho sempre foi honesto e assevera que o fato de não ter roubado, usado ou traficado drogas seriam abonadores de sua conduta.

---

<sup>399</sup> CHAZKEL, Amy. Op. cit. p. 171. “ The jogo do bicho emerged as part of a commercial world that already operated according to the principles of informality. Rent by social tensions and operating according to a logic that often defied law enforcement standards, the world of petty commerce provided the perfect medium in which the jogo do bicho would become institutionalized as a normal yet illegal part of carioca society. Like popular commerce, the game formed along the disjunctures between official expectations and the demands of everyday urban life.”

<sup>400</sup> Entrevista realizada com Geninho, no dia 22 de setembro de 1999

Elementos bem parecidos também estão presentes nos depoimentos de Altair e Milton Mineiro. Ao legitimarem seu trabalho na contravenção estariam legitimando suas trajetórias de vida. Assim, colocando-se ambigualmente ora no mundo formal, ora no ilegal, estes sujeitos procuraram seu lugar no mundo em função dos códigos e dos valores que aprenderam e compartilharam dentro do jogo do bicho.



## FONTES

### 1 - ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

- Código 15-4-60, Jardim zoológico, 1884-1899
- Código 15-4-61, Jardim zoológico, 1910-1911
- Código 15-4-62, Jardim zoológico, 1884-1908
- Código 15-4-63, Jardim zoológico, 1886-1897
- Código 32-4-2, Documentação avulsa
- Código 32-4-3, Documentação avulsa
- Código 39-2-40, Documentação avulsa
- Código 40-2-33, Belódromos, velódromos e *bookmakers*, 1893-1896
- Código 40-2-45, *Bookmakers* – parecer do procurador, 1894-1895
- Código 42-3-14, Diversões particulares, 1883-1908
- Código 42-3-19, Diversões públicas, 1870- 1899
- Código 42-3-31, Diversões públicas
- Código 42-3-32, Diversões
- Código 42-3-34, Diversões
- Código 42-3-35, Diversões
- Código 42-3-37, Diversões
- Código 43-3-48, Diversões
- Código 45-2-30, Jogos, 1874-1911
- Código 45-2-48, Jogos, 1895
- Código 45-2-49, Jogos, rifas e loterias, 1895-1913
- Código 46-1-7, Loterias
- Código 46-1-46, Loterias, 1850-1887
- Código 46-1-47, Loterias, 1890-1899
- Código 46-2-2, Loterias, 1900-1912
- Código 46-2-4, Loterias e bilhetes, 1874-1895
- Código 46-2-5, Loteria da Candelária, 1898
- Código 46-2-6, Jogos, rifas e loterias, 1848-1850
- Código 46-2-7, Loterias, jogos e rifas, 1885-1886
- Código 46-2-8, Loterias concedidas à Irmandade da Candelária, 1898-1902
- Código 59-4-18, Documentação avulsa
- Código 61-2-5, Documentação avulsa

## 2 - LEIS, DECRETOS, etc.

BRASIL. *Coleção de Leis do Império*. Rio de Janeiro, 1889 a 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BRASIL. *Código Penal Brasileiro (Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890) - posto em dia com as remissões aos seus artigos*. São Paulo: Livraria Academica, 1923.

BRASIL. *Código de Processo Penal e Leis de Introdução (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e 3.931, de 11 de dezembro de 1941)*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1946.

BRASIL. *Código Penal: texto completo, com a exposição dos motivos, a Lei de Introdução, as alterações do Decreto-Lei nº 4971, de 5 de outubro de 1942. Lei das Contravenções Penais: texto completo, com a exposição dos motivos e as alterações dos Decretos Leis nº 4971, de 5 de outubro de 1942, nº 4866, de 23 de outubro de 1942, nº 6259 de 10 de fevereiro de 1944 e nº 6916 de 2 outubro de 1944 - Prefácio do Professor Roberto Lyra*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito LTDA, 1945.

BRASIL.[CÓDIGO PENAL (1940)]. *Código Penal e Lei das Contravenções Penais*. 31ª ed., Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1981.

BRASIL. [LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAS (1941)]. *Lei das Contravenções Penais e Legislação Complementar*. São Paulo: EDIPRO, 1993.

BRASIL. (Diretoria da Receita Pública). *Circular nº 49 de 19 de novembro de 1921*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

BRASIL. Decreto Lei nº 21143 (regula a extração de loterias), in: *Diário Oficial* de 16/03/1932, pp 4762-4766.

BRASIL. *Coleção LEX. Legislação Federal*. 1938 a 1946. São Paulo: LEX Ltda. Editora.

## 3 - RELATÓRIOS

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SERVIÇO DE ESTATÍSTICA DEMOGRÁFICA, MORAL E POLÍTICA. *Crimes e contravenções: 1942-1946. Apuração estatística de aspecto judiciário e baseado no boletim individual*. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

\_\_\_\_\_. *Crimes e contravenções (ex-Distrito Federal) 1942-1959*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

\_\_\_\_\_. *Crimes e contravenções (Estado da Guanabara) 1942-1964*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

\_\_\_\_\_. *Crimes e contravenções: 1945-1955. Apuração estatística de aspecto judiciário e baseado no boletim individual*. Rio de Janeiro: IBGE, 1961.

\_\_\_\_\_. *Crimes e contravenções. 1947 a 1965*. Rio de Janeiro: IBGE.

*Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Interventor Federal Commandante Ary Parreiras, pelo Chefe de Polícia Dr. Joubert Evangelista da Silva sobre a administração policial em 1933*. Nictheroy, Officinas Graphics da Escola do Trabalho, 1934.

*Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Interventor Federal Commandante Ary Parreiras, pelo Chefe de Polícia Dr. Joubert Evangelista da Silva sobre a administração policial em 1934*. Nictheroy, Officinas Graphics da Escola do Trabalho, 1935.



## FONTES ORAIS

- GENINHO, Eugênio Praxedes de Oliveira, nasceu em Três Rios, interior do estado do Rio de Janeiro no dia 9/03/31. Aos 9 anos perdeu o pai, aos 10 já estava no Rio. Foi *trocador* de ônibus, feirante e garçom, antes de entrar para a *putaria* na qual já está a 50 anos. Entrevista realizada em 22/09/1999.

- MILTON MINERO, Milton Marques nasceu em Dolores de Campos (MG) em 17/03/1927. Foi para a capital em 1943 para tentar a sorte, trabalhou de garçom e numa charutaria, sempre que dava “defendia algum” para aumentar a renda. Casou-se em 48, no ano seguinte o sogro arrumou-lhe um emprego nos Correios, do qual era inspetor, entrou para a contravenção em 52, da qual saiu em 97 mas que pretende retornar. Entrevista realizada em 6/10/99.

- ALTAIR da Rocha Santos nasceu no Irajá, Rio de Janeiro em 15/10/1929. Certo dia, após o jantar, o pai lhe disse que completava aniversário, ao qual retrucou: “hoje não é 15 de outubro, portanto não é meu aniversário”, no entanto “seu” Romualdo queria dizer outra coisa, fazia um ano que o filho não trabalhava e vagabundo não moraria com ele sob o mesmo teto. Saiu de casa, passou a noite na rua e dias depois já estava varrendo um ponto de bicho, daí foi um pulo para se tornar *lápiz*. Entrevistas realizadas em 03/10/99 e 07/11/2002.

- ÁUREO Brandão, nasceu em São Cristóvão no ano de 1911. Desde criança esteve envolvido com os bichos, pois seu pai possuía no quintal de casa um pequeno Jardim zoológico com onça, macaco, arara e vários passarinhos. Viveu na contravenção desde muito cedo passando por pontos no Caju e em Madureira, onde trabalhou com o famoso banqueiro Natal. Se manteve trabalhando no jogo do bicho até 1997, quando decidiu se aposentar definitivamente. Entrevista realizada em 12/11/2002.

## PERIÓDICOS

*O Bichinho* (Rio de Janeiro, 1899)  
*O Chico* (Rio de Janeiro, 1906)  
*O Cruzeiro* (Rio de Janeiro, 1940-1960)  
*O Globo* (Rio de Janeiro, 1953)  
*Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, 1892)  
*A manhã* (Rio de Janeiro, 1926)  
*A Mascote* (Rio de Janeiro, 1910-1914)  
*O Talismã* (Rio de Janeiro, 1910-1914)  
*A vida Policial* (Rio de Janeiro, 1926)

## OBRAS DE JURISTAS

ABREU, Waldir de. *O submundo da prostituição, vadiagem e jogo do bicho - aspectos sociais, jurídicos e psicológicos*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1968.

ALENCASTRO, Manoel Godofredo de. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil: anotado segundo a legislação vigente para uso dos juizes e jurados, com a graduação das penas*. 3ª ed., corrigida e melhorada, Rio de Janeiro: Laemmert e C., 1898.

ALVIM, Décio Cesario. *O jogo em face da lei e da jurisprudência; manutenção de posse para jogo proibido*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1934.

ANDRADE, Serrano de. *Código Penal. Lei das Contravenções Penais, Lei de introdução ao Código Penal e da Lei das Contravenções Penais*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1943.

CRUZ, Raimundo Nonato da. *O novo Código Penal e a Lei de Contravenções Penais*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1942.

DUARTE, José. *Comentários à Lei das Contravenções Penais*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1944.

FARIA, Antonio Bento de. *Das Contravenções Penais*. Rio de Janeiro: Record Editora, 1958.

FIGUEIREDO, José Burle de. *Contravenção de vadiagem: seu conceito atual e repressão: seu processo na legislação do Direito Federal*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1924.

FRANCO, Ary de Azevedo. *Aspectos legais e sociais da contravenção de vadiagem*. Rio de Janeiro: Alba, 1930.

GUSMÃO, Sadi Cardoso de. *Das Contravenções Penais; breve comentário à Lei N. 3688, de 3/10/41*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1942.

HERNANI, (DE IRAJÁ). *Adeus, Lapa!*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1967.

LEAL, Aurelino. *Processo das contravenções de jogo; instruções praticas organisadas na administração....* Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunaes, 1917.

LEITE, Manoel Carlos da Costa. *Manual das Contravenções Penais*. São Paulo: Saraiva, 1962.

MORAES, Evaristo de. *Ensaio de patologia social - vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro e Murilo, 1921.

PEREIRA, Armando. *Bandidos e favelas: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca*. Rio de Janeiro: Eu e Você, 1984.

SANTIAGO, Rui. *Jogo, corrupção e regulamentação; um depoimento de alerta aos brasileiros*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

SOARES, Oscar de Macedo. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil: commentado e anotado segundo a legislação vigente até 1901*. Rio de Janeiro: Typographia da empresa democrática, 1902.

TOLEDO, Moacyr Mancio de. *Três ensaios: a socialização do problema sexual no Brasil; a regulamentação do jogo; as leis da natureza e o divórcio*. São Paulo: EdiGraf, 1956.

VIDAL, Armando. *O jogo, a administração e a justiça...* Rio de Janeiro: Typographia dos annaes, 1917.  
\_\_\_\_\_. *Repressão ao jogo do bicho*. Rio de Janeiro, 1918.

## OBRAS SOBRE O JOGO DO BICHO

- ASSIS, Machado de. “jogo do bicho”, in: *Relíquias da Casa Velha*. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1937.
- BARRETO, Lima. “Coisas do jogo do bicho”, in: *Marginália*. São Paulo: Editora Mérito S. A., 1953.
- BARROS, Hugo Laércio de. *O Fabuloso império do Jogo do Bicho*. Rio de Janeiro: Editora e Gráfica Rosaly Ltda., 1957.
- BILAC, Olavo. “O jogo dos bichos”, in: *Crítica e Fantasia*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1904.
- BRAGA, Rubem. “O bicho”, in: *Leitura*, Ano VIII, nº 55, nov-dez 1949.
- CABRAL, Oswaldo. *Folclore do jogo do bicho*. Porto: Livraria Simões Lopes, 1960.
- CAMPOS, Humberto de. “A felicidade do Dagoberto”, in: *Destinos*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.
- CARRADORE, Hugo Pedro. *Folclore do jogo do bicho*. Piracicaba: Edição da Tribuna Piracicabana, 1979.
- CAVALCANTI, Eugenio. *Os bicheiros*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1940.
- MALBA TAHAN ( Julio Cesar de Mello e Souza). *O jogo do bicho à luz da matemática*. Curitiba: Grafipad, 1976.
- PACHECO, Renato José Costa. *Antologia do Jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Organização Simões Editora, 1957.
- PANDJAH, Nehaay. *Manual dos Sonhos*. Rio de Janeiro: Ed. Aurora Ltda, s. d.
- PARAGUASSÚ, Camilo. *Memória sobre o jogo do bicho – escrita por um soldado velho*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1954.
- QUEIROZ, Rachel de. “O jogo do bicho”, in: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, edição de 24 de novembro de 1951.
- \_\_\_\_\_. “Galo de Ouro”, in: *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 1951.
- RODRIGUES, Nelson. “Boca de Ouro”, in: *Teatro completo de Nelson Rodrigues*; organização e introdução de Sábato Magaldi (vol. 3 – tragédias cariocas I). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- SALDANHA, Gehisa. *O jogo do bicho: como jogar e ganhar*. Rio de Janeiro: Fênix Editora, s. d.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha. *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.
- AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- ARAUJO, Rosa Maria Barbosa de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- AZEVEDO, Aluisio. *O Cortiço*. (1ª edição, 1890). Rio de Janeiro: Pallas, 1977.
- BAILEY, Victor. "The fabrication of deviance: 'dangerous classes' and 'criminal classes' in Victorian England", in: RULE, John & MALCOLMSON, Robert (ed.). *Protest and Survival: the historical experience – Essays for E. P. Thompson*. New York, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*; tradução de Yara Frateschi Vieira. 4ª ed., Brasília: Unb, São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BALANDIER, Georges. *O poder em cena*; tradução de Luis Tupy Caldas de Moura. Brasília, EdUnB, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A desordem: elogio do movimento*; tradução de Susana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARATAY, Eric et HARDOUIN-FUGIER, Elisabeth. *Zoos: histoire des jardins zoologiques en Occident, XVIe-XXe siècle*. Paris: La Découverte, 1998.
- BARBOSA, Orestes. *Bambambã!*. 2ª ed. (1ª edição, 1923) Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*; tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. (vol. 1)
- BERNOUX, Philippe. *La sociologie des organisations – initiation théorique suivie de douze cas pratiques*. 5ème edition, Paris: Éditions du Seuil, 1985.
- \_\_\_\_\_. *La sociologie des entreprises*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade - lembranças de velhos*. 2ª ed., São Paulo, T. A. Queiroz Editor/EDUSP, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*; tradução de Fernando Tomaz. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CABRAL, Sérgio. *No tempo de Ari Barroso*. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1993.
- CÂNDIDO, Antonio. "Dialética da malandragem", in: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: USP, nº 8, 1970.
- CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- CASCUDO, Luis da Camara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- CASTRO, Rui. *O anjo pornográfico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*; tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*; tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990
- CHAZKEL, Amy. *Laws of chance: urban society and the criminalization of the jogo do bicho in Rio de Janeiro, Brazil, 1880-1941*. New York: Yale University, PhD dissertation, 2002.
- CLAPSON, Mark. *A bit of a flutter – popular gambling and english society, c. 1823-1961*. Manchester and New York: Manchester University Press, 1992.
- COSTA, Luiz Edmundo da. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. (5 vol.)
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed., Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. & SOÁREZ, Elena. *Águias, burros e borboletas: um estudo antropológico do jogo do bicho*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*; tradução de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*; tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Boemia Literária e Revolução: o submundo das letras no Antigo Regime*; tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*; tradução de Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios*; tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DIAS, Luiz Sérgio. *Da “turma da lira” ao cafajeste. A sobrevivência da capoeira no Rio de Janeiro na Primeira República*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado, 2000.
- DIAS, Maria Odila. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*; tradução de Ruy Jungman, revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994. (2 vol.)
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*; tradução de Roberto Cabral Machado e Eduardo Jardim de Moraes. Rio de Janeiro: Nau, 1996.



- FREUNDLICH, Francis. *Le monde du jeu à Paris: 1715-1800*. Paris: Albin Michel, 1995.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 6ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.
- GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio: e da sua liderança na história política do Brasil*. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- GOMES, Tiago de Melo. *Lenço no Pescoço: o malandro no teatro de revista e na música popular - "nacional", "popular" e cultura de massas nos anos 1920*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1998.
- GONZAGA, Alice. *Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record/Funarte, 1996.
- GOTO, Roberto. *Malandragem revisitada (uma leitura ideológica de "Dialética da malandragem")*. Campinas: Pontes, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*; tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HERSCHMANN, Micael & LERNER, Katia. *Lance de sorte: o Futebol e o Jogo do bicho na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim Ed., 1993.
- HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*; tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A era dos extremos 1914-1989*; tradução de Marcos Santarrita, revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOGGART, Richard. *The uses of literacy – aspects of working-class life with special reference to publications and entertainments*. 11th edition, Penguin Books, 1971.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (1ª edição, 1936) São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*; tradução de João Paulo Monteiro. 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 1993.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*; tradução de J. Teixeira Coelho Netto; introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LEFFORT, Claude. *As Formas da História: ensaios sobre Antropologia política*; tradução de Luiz R. Salinas Fortes e Marilena Chauí. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*; tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1997.
- MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARTINS, William de S. Nunes. *Paschoal Segreto: "ministro das diversões" do Rio de Janeiro (1883-1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2004.
- MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados na cidade do Rio de Janeiro do início do século*. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1991.
- MEIRA, Selena de Mattos. *Jogo do Bicho: a resistência pela transgressão*. Rio de Janeiro: UERJ, Dissertação de Mestrado, 2000
- MELO, Victor Andrade de. *Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.
- MELLO, Marcelo Pereira de. *A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro (1808- 1946)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Dissertação de Mestrado, 1989.

- MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo - Antigo e Moderno*, tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PERDIGÃO, Edmylson. *Linguajar da malandragem* - prefácio de Evaristo de Moraes. Rio de Janeiro: 1940.
- PEREIRA, Leonardo A. De Miranda. *Footbalmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902 – 1938*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PERROT, Michele. *Os excluídos da história*; tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- PORTELLI, Alessandro. “Sonhos Ucrônicos: memória e possíveis mundos dos trabalhadores”; tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro, in: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 10, 1993.
- \_\_\_\_\_. “A filosofia e os fatos”, in: *Revista Tempo*; tradução de Ingeborg K. de Mendonça e Carlos Espejo Muriel. Rio de Janeiro: Relume Dumará, nº 2, 1996.
- \_\_\_\_\_. “Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade”, in: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 14, 1997.
- \_\_\_\_\_. “O que faz a História Oral diferente?”, in: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 14, 1997.
- RABELLO, Thomaz. *História do turf no Brasil – Primeiras linhas*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger, 1901.
- RAMA, Angel. *A cidade das Letras*; introdução de Mario Vargas Llosa; tradução de Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- REZENDE, Beatriz (org). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro, José Olympio/CCBB, 1995.
- ROCHE, Daniel. *La culture des apparences – une histoire du vêtement XVIIe-XVIIIe siècle*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1989.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*; tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- SALVADORI, Maria Angela Borges. *Capoeiras e malandros: pedaços de uma sonora tradição popular (1890-1950)*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1990. (2 vol.)
- SAMUEL, Raphael. “Teatros de memória”; tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro, in: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº 14, 1997.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformações do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./Ed. UFRJ, 2001.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*; tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na República Velha*. Edição revista e ampliada, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SILVA, Ermínia. *As múltiplas linguagens na teatralidade circense: Benjamin de Oliveira e o circo teatro no Brasil no final do século XIX e início do XX*. Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, 2003.
- SOARES, Simone Simões. *O Jogo do bicho: a saga de um fato social brasileiro*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993.
- SOÁREZ, Elena. *Jogo do bicho, um totemismo carioca*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Juliana Teixeira. *Cessem as apostas: normatização e controle social no Rio de Janeiro do período imperial através de um estudo sobre os jogos de azar (1841-1856)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, 2002.
- TACLA, Ariel. *Dicionário dos marginais* - prefácio de Carlos Lacerda. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”, in: *Projeto História*. São Paulo, EDUC, nº 15, 1997.
- THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta e consciencia de clase*. 3. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Making History: writings on history and culture*. New York: The New Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*; tradução de Denise Bootmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*; tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*; organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Mário Lago: boemia e política*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte / Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- WAGNIART, Jean-François. *Le vagabond à la fin du XIXe siècle*. Paris: Belin, 1999.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.